Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 6

3.2 - Medições não contábeis 7

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 9

3.4 - Política destinação de resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos 13

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 14

3.7 - Nível de endividamento 15

3.8 - Obrigações 16

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 18

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 34

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 36

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 77

4.5 - Processos sigilosos relevantes 82

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 83

4.7 - Outras contingências relevantes 85

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 87

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 88

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 90

5.3 - Descrição - Controles Internos 92

5.4 - Programa de Integridade 94

5.5 - Alterações significativas 96

Índice

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 97

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 98

6.3 - Breve histórico 99

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 101

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 102

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 103

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 108

7.3 - Produção/comercialização/mercados 114

7.4 - Principais clientes 122

7.5 - Efeitos da regulação estatal 123

7.6 - Receitas relevantes no exterior 128

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 131

7.8 - Políticas socioambientais 133

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 135

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 136

8.2 - Alterações na condução de negócios 137

8.3 - Contratos relevantes 138

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 139

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 140

9.1.a - Ativos imobilizados 141

9.1.b - Ativos Intangíveis 143

9.1.c - Participação em sociedades 144

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 149

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 150

10.2 - Resultado operacional e financeiro 163

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 171

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 172

Índice

10.5 - Políticas contábeis críticas 175
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 180
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 181
10.8 - Plano de Negócios 182
10.9 - Outros fatores com influência relevante 188

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 189
11.2 - Acompanhamento das projeções 190

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 192
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 198
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 201
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 203
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 204
12.7/8 - Composição dos comitês 212
12.9 - Relações familiares 214
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 216
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 238
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 240

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 241
13.2 - Remuneração total por órgão 246
13.3 - Remuneração variável 250
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 253
13.5 - Remuneração baseada em ações 254
13.6 - Opções em aberto 255
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 256
13.8 - Precificação das ações/opções 257
13.9 - Participações detidas por órgão 258
13.10 - Planos de previdência 259
13.11 - Remuneração máx, mín e média 260

Índice

13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 261
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 262
13.14 - Remuneração - outras funções 263
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 264
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 266

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 267
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 272
14.3 - Política remuneração dos empregados 273
14.4 - Relações emissor / sindicatos 275
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 276

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 277
15.3 - Distribuição de capital 286
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 287
15.5 - Acordo de Acionistas 288
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 289
15.7 - Principais operações societárias 290
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 293

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 294
16.2 - Transações com partes relacionadas 295
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 420
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 424

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 425
17.2 - Aumentos do capital social 426
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 427
17.4 - Redução do capital social 428
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 429

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 430

Índice

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 431
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 432
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 433
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 434
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 439
18.6 - Mercados de negociação no Brasil 440
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 441
18.8 - Títulos emitidos no exterior 442
18.9 - Ofertas públicas de distribuição 445
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 446
18.11 - Ofertas públicas de aquisição 447
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 448

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 449
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 451
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 453

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 454
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 455

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 456
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 457
21.3 - Responsáveis pela política 458
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 459

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Benjamin Steinbruch**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Cunha Ribeiro**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Benjamin Steinbruch, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 3.627.815-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 618.266.778-87, na qualidade de Diretor Presidente e responsável pelo Formulário de Referência da Companhia declara que (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Benjamin Steinbruch
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

MARCELO CUNHA RIBEIRO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 52.229.733-X e inscrito no CPF/ME sob n° 829.510.041-68, na qualidade de Diretor Executivo de Relações com Investidores e responsável pelo Formulário de Referência da Companhia, declara que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

_____

Marcelo Cunha Ribeiro
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Delloite Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	13/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012 de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR com emissão de relatório de revisão sobre tais informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu pelos serviços de auditoria prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de honorários relacionados à auditoria externa 8.719
Justificativa da substituição	A Deloitte substituiu a KPMG Auditores Independentes em 26 de março de 2012, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores externos. A Deloitte concluiu seus trabalhos junto a CSN em novembro de 2017.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Gilberto Grandolpho	13/03/2012	007.585.878-99	Rua Alexandre Dumas, 1981, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51861000, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	07/12/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019, 2020 de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR com emissão de relatório de revisão sobre tais informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Grant Thornton pelos serviços de auditoria prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de: - Honorários relacionados à auditoria externa: 6.745, - Honorários relacionados a outros serviços de auditoria: 650. Total: 7.394 Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 04/03/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Justificativa da substituição	A Grant Thornton substituiu a Deloitte Auditores Independentes, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores externos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Nelson Fernandes Barreto Filho	07/12/2017	044.310.248-16	

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	1.125.150.500,00	11.361.932.000,00	10.013.440.000,00
Ativo Total	63.002.149.000,00	50.869.276.000,00	47.327.524.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	30.064.020.000,00	25.436.417.000,00	22.968.885.000,00
Resultado Bruto	10.939.119,00	8.173.153.000,00	6.863.228.000,00
Resultado Líquido	4.292.618.000,00	22.445.110.000,00	5.200.583.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	1.380.114.547	1.380.114.547	1.380.114.547
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,152590	8,232600	7,255510
Resultado Básico por Ação	2,749260	1,296320	3,694980

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações. O EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias.

Em razão do cálculo do EBITDA da Companhia não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

O EBITDA Ajustado é a principal medição pela qual o gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, as depreciações e amortizações e as outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Por não serem medições de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são auditados ou revisados pelos auditores independentes da Companhia, e não devem ser considerados como alternativas às demonstrações contábeis.

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia nos exercícios sociais abaixo indicados

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do exercício	4.292.618.000	2.244.511.000	5.200.583.000
Depreciações e Amortizações	2.421.458.000	1.421.704.000	1.175.107.000
Imposto de Renda e Contribuição social	625.508.000	(833.778.000)	250.334.000
Resultado Financeiro Líquido	796.311.000	2.131.184.000	1.495.643.000
EBITDA	**8.135.895.000**	**4.963.621.000**	**8.121.667.000**
Outras receitas (despesas) operacionais	2.787.562.000	1.903.081.000	(2.705.337.000)
Resultado equivalência patrimonial	(71.755.000)	(125.715.000)	(135.706.000)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	648.762.000	510.072.000	568.045.000
EBITDA Ajustado (*)	**11.500.464.000**	**7.251.059.000**	**5.848.669.000**

(*) A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que esses itens não devem ser considerados no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que as medidas de EBITDA e EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes compostos por outras receitas (despesas) operacionais líquidas com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

***Drop down* de Cimentos**

As atividades de cimentos vinham sendo realizadas como uma unidade de negócio da CSN e, recentemente, a Companhia optou por segregar tais atividades para uma controlada denominada CSN Cimentos. Tal segregação se deu em 31 de janeiro de 2021, por meio de um aumento de capital, no montante de R$2.956.094, com a emissão de 2.956.094.491 novas ações ordinárias, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na mesma data pela Companhia, mediante a conferência para a CSN Cimentos de acervo líquido formado por determinados ativos, passivos, bens, direitos e obrigações relacionados ao segmento de cimentos da CSN, conforme descritos detalhadamente em Laudo de Avaliação também aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre o aumento de capital.

Abaixo é demonstrado a composição do acervo:

	31/12/2020	31/01/2021
Ativo	**Laudo avaliação**	**Saldo final na data do evento**
Contas a receber	37.171	54.684
Estoques	134.309	164.460
Outros ativos	29.187	30.228
Imobilizado	3.151.349	3.129.161
Intangível	8.086	8.086
Passivo		
Fornecedores	(253.186)	(278.539)
Outras obrigações circulantes	(42.074)	(34.301)
Passivos de arrendamento	(42.257)	(24.430)
Outras provisões	(66.490)	(64.125)
Acervo Líquido	**2.956.095**	**2.985.225**

Oferta pública de ações da controlada CSN Mineração

Em 17 de fevereiro de 2021, a controlada CSN Mineração concluiu a oferta pública de ações através da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A oferta pública consistiu na: (i) distribuição primária de 161.189.078 novas Ações (“Oferta Primária”); e (ii) distribuição secundária de 422.961.066 novas Ações, sendo inicialmente de 372.749.743 Ações (“Oferta Secundária”), acrescida de 50.211.323 Ações suplementares de titularidade da Companhia (“Ações Suplementares”).

O preço por Ação (“Preço por Ação”) foi fixado em R$8,50 após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, realizado no Brasil e no exterior.

Após as operações abaixo a participação da CSN na controlada CSN Mineração passou de 87,52% para 78,24%.

- **Distribuição Primária de Ações**

Na distribuição primária, a CSN Mineração emitiu 161.189.078 de novas Ações (“Oferta Primária”), tendo capitalizado o montante total de R$1.370.107 (R$1.347.862 líquido de custo de transação).

A emissão das 161.189.078 novas ações, acarretou na diluição da participação da Companhia no capital social da CSN Mineração, e com isso, a Companhia reconheceu em outros resultados abrangentes o ganho referente à diluição de percentual de participação.

O impacto dessa operação está apresentado no quadro a seguir:

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Ganho de participação no aumento de capital	1.054.613
Perda por diluição de partipação com emissão de novas ações	(231.044)
Ajuste de equivalência patrimonial por diluição de percentual participação	(7.393)
Ganho líquido com a operação	**816.176**

- **Distribuição Secundária de Ações**

Na distribuição secundária de ações, a Companhia negociou 327.593.584 ações ordinárias e adicionalmente, em março de 2021, foram negociadas 50.211.323 ações ordinárias suplementares, totalizando 377.804.907 ou 9,3% das ações que detinha, no valor total de R$3.211.342 (R$3.164.612 líquido de custo de transação). O ganho da operação foi registrado em Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Os principais impactos dessa operação estão apresentados no quadro a seguir:

Patrimônio líquido da negociação		9.947.525
Quantidade de ações antes da oferta pública		5.430.057.060
Custo patrimonial por ação	**R$**	**1,83**

Quantidade de ações alienadas pela CSN		377.804.907
Preço da ação ofertada	R$	8,50
(+) Caixa gerado na operação		**3.211.342**
(-) Custo na transação da oferta		**(46.730)**
(=) Caixa líquido recebido (a)		**3.164.612**
(-) Custo da alienação das ações (b)		**(692.115)**
(=) Ganho na operação (a)+(b)		**2.472.497**

Ações USIMINAS

A Companhia vendeu 56.000.000 ações preferenciais de emissão da Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. – Usiminas, reduzindo sua participação, direta e indireta, para 10,07% das ações preferenciais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais:

	2020	2019	2018
a) Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do artigo 30, § 3˚ do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia Geral Ordinária deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma Reserva para Capital de Giro e Investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios: (i) sua constituição não prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório; (ii) seu saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral; (iii) a Reserva para Capital de Giro e Investimentos deverá ter por finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente e/ou complemento do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital; e (iv) seu saldo poderá ser utilizado (a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações autorizadas por lei e (d) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações.		
a.i) Valores de Retenções de Lucros	Foi apurado lucro líquido no montante de R$ 3.794.294.940,86, , sendo destinado da seguinte forma: (i) R$ 189.714.747,04 para a constituição de reserva legal conforme artigo 30, parágrafo 2º, inciso I do Estatuto Social da Companhia e artigo 193, da Lei 6.404/76; (ii) R$ 901.145.048,45 para distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao valor de R$ 0,652949460182923 por ação, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei 6.404/76, , a serem pagos até 31 de dezembro de 2021, sem atualização monetária; e (iii) R$ 2.703.435.145,36 para a reserva estatutária para Capital de Giro e Investimentos prevista no artigo 30, parágrafo 3 do Estatuto Social da Companhia.	Foi apurado lucro líquido no montante de R$ 1.789.065.822,77, acrescido do valor de R$ 2.209.356,46 decorrentes da reversão por prescrição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, sendo destinado da seguinte forma: (i) R$ 89.453.291,14 paraa constituição de reserva legal conforme artigo 30, parágrafo 2º, inciso I do Estatuto Social da Companhia e artigo 193, da Lei 6.404/76; (ii) R$ 424.903.132,91 para distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao valor de R$ 0,30787 por ação, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei 6.404/76, dos quais R$ 412.658.934,30, já foram pagos aos acionistas a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 18 de setembro de 2019, resultando um saldo a ser distribuído aos acionistas no montante de R$ 12.244.198,61, a serem pagos até 31 de dezembro de 2020; e (ii) R$	Foi apurado lucro líquido no montante de R$ 5.074.135.973,74, sendo destinado da seguinte forma: (i) R$ 1.291.688.999,34 para compensação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, com a amortização integral da Conta de Prejuízos Acumulados, conforme artigo 30, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia e artigo 189, caput, da Lei 6.404/76; (ii) R$ 189.122.348,72 para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 30, parágrafo 2, inciso I do Estatudo Social da Companhia e artigo 193 da Lei 6.404/76; (iii) R$ 898.331.156,42 para distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao valor de R$ 0,65091 por ação, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei 6.404/76; e (iv) R$ 2.694.993.469,26 para a reserva estatutária para Capital de Giro e Investimentos, prevista no artigo 30, parágrafo 3 do Estatuto Social da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

		1.276.918.755,18 para a reserva estatutária para Capital de Giro e Investimentos prevista no	
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Percentual em relação ao lucro líquido: 24% Percentual em relação ao lucro líquido ajudstado: N/A	Percentual em relação ao lucro líquido: 24% Percentual em relação ao lucro líquido ajustado: N/A	Percentual em relação ao lucro líquido: 24% Percentual em relação ao lucro líquido ajustado: 25%
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Além disso, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.		
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos anualmente, nos exercícios em que a Companhia apurar lucro, podendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição de dividendos adicionais, intercalares ou intermediários, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, observadas as disposições legais e estatutárias.		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve.	Não houve.	Em 17 de agosto 2018 o Conselho de Administração, na forma do art. 31 do Estatuto Social, declarou dividendos intercalares. Em seguida, a Companhia recebeu uma ordem judicial determinando o bloqueio da referida distribuição de dividendos, contudo tal decisão já foi revertida.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada, contudo conforme mencionado no item “b” acima, a Companhia observa o quanto disposto na Lei nº 6.404/76 e no seu Estatuto Social.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		3.604.580.193,82	1.699.612.531,63	3.593.324.625,68
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		38,000000	18,000000	58,000000
Dividendo distribuído total		901.145.048,45	424.903.132,91	898.331.156,42
Lucro líquido retido		2.703.435.145,36	1.276.918.755,18	2.694.993.469,26
Data da aprovação da retenção		30/04/2021	30/04/2020	26/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
			0,00		0,00		0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 a Companhia não teve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	35.270.654.247,22	Índice de Endividamento	3,13000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		1.168.514.312,41	3.041.590.273,51	155.901.000,00	0,00	4.366.005.585,92
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Outras garantias ou privilégio	2.957.939.488,90	11.060.054.736,45	4.491.356.019,71	12.395.298.416,23	30.904.648.661,29
Total			4.126.453.801,31	14.101.645.009,96	4.647.257.019,71	12.395.298.416,23	35.270.654.247,21

Observação

Observações: O valor evidenciado é o somatório das dívidas do passivo circulante e do passivo não circulante referentes às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020. Estão classificadas como outras garantias as dívidas em que houve a constituição de garantia sobre ativo de titularidade da Companhia. Em obrigações de natureza quirografária estão classificadas dívidas garantidas com bens de terceiros, incluindo dívidas de controladas da Companhia, dívidas sem constituição de garantia e dívidas com garantia fidejussória, de acordo com seus respectivos vencimentos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes:

Os principais contratos de financiamento da Companhia, bem como os valores mobiliários em circulação representativos de dívida de sua emissão, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas vincendas em caso de vencimento antecipado (cross acceleration) ou inadimplemento (cross default) de outro contrato financeiro do qual a Companhia e/ou suas controladas são parte, sujeitas a critérios de materialidade e prazos de cura. Em 2 de fevereiro de 2018 a Companhia concluiu o processo de alongamento de suas dívidas com o Banco do Brasil S.A. ("BB"). No âmbito desse alongamento de dívidas, a Companhia concedeu alienação fiduciária de parte de sua participação na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas, tendo acordado que essas ações poderão ser liberadas para venda, devendo os recursos obtidos ser utilizados para amortização extraordinária das dívidas assumidas.

Adicionalmente, a Companhia concluiu processo similar com a Caixa Econômica Federal ("CEF") para alongamento de suas dívidas, sendo incluídas na relação com o banco garantias similares às entregues ao Banco do Brasil S.A.

Ainda no âmbito de referida renegociação, em janeiro de 2019, foram captados R$ 1.950.000.000,00 por meio da 10ª Emissão de Debêntures da Companhia, que utilizou parte desses recursos para amortização da dívida junto à CEF e o restante na gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Em abril 2019, a CSN Mineração S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Minério com a Glencore International AG, por meio do qual recebeu adiantamento de pagamentos de exportação em valor aproximado de US$ 500 milhões, tendo referido contrato sido aditado posteriormente, possibilitando que a CSN Mineração S.A. recebesse mais cerca de US$ 250 milhões em adiantamento.

Foi concluída, também, a renegociação da dívida contraída pela Companhia junto à Caterpillar Financial Services, no valor de US$ 148 milhões, resultando na prorrogação de seu vencimento, originalmente previsto para 2020, até 2023.

Para mais informações sobre os níveis de endividamento e características das dívidas da Companhia, vide item 10.1, f) deste Formulário de Referência.

Em 13 de fevereiro de 2018, houve a captação de recursos adicionais no exterior, no valor de US$350 milhões, os quais foram utilizados na recompra de parte dos seguintes títulos de dívida: (i) 6,875% Senior Unsecured Guaranteed Notes com vencimento em 2019; e (ii) 6,50% Senior Unsecured Guaranteed Notes com vencimento em 2020.

Em 17 de abril de 2019, foi lançada nova emissão de títulos de dívida no exterior, tendo sido captados US$ 1 bi, que também serão utilizados na recompra de parte das dívidas, bem como, na gestão ordinária dos recursos da companhia.

Em janeiro de 2020, houve a recompra, no valor de US$ 263 milhões, de parte das 6,50% Senior Unsecured Guaranteed Notes com vencimento em 2020, bem como a captação de US$ 1 bilhão pela CSN Inova Ventures – controlada da Companhia – por meio da emissão de Bonds com vencimento em janeiro de 2028. Em novembro de 2020, a Companhia reabriu sua emissão de bond emitida em janeiro do mesmo ano, no valor de US$300 milhões.

No primeiro trimestre de 2021, em linha com seu objetivo de redução do endividamento, a Companhia antecipou amortizações que estavam previstas para outubro de 2021 e janeiro de 2022, no total de US$329 milhões (equivalentes à R$1,9 bilhão). Além disso, a Companhia liquidou parte de suas Notas de Crédito ao Exportador, com vencimento previsto para 2021, no valor de R$315 milhões.

Adicionalmente, a CSN recomprou 450.000 debêntures da 10ª Emissão no montante de R$391 milhões, antecipando assim parte dos vencimentos previstos entre 2021 a 2023.

Para mais informações sobre os valores mobiliários em circulação, vide itens 18.5 e 18.8 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Equipamentos com defeitos ou acidentes nas instalações da Companhia, minas, ferrovias ou portos podem diminuir ou interromper a produção, a logística interna ou a

Os processos de produção de aço e de minério de ferro dependem de alguns equipamentos cruciais, tais como altos-fornos, coqueria, conversores de aço, máquinas de lingotamento contínuo, perfuradores, retomadoras, correias transportadoras, equipamentos de trituração e filtragem e carregadores de navio, além de logística interna e canais de distribuição, tais como ferrovias e portos. Esses equipamentos e infraestrutura podem ser afetados em caso de acidentes, defeitos ou danos, podendo acarretar interrupções nos processos de produção da Companhia. Interrupções significativas nos processos de produção da Companhia, em sua logística interna ou em seus canais de distribuição, incluindo nossos portos e ferrovias, podem afetar a Companhia significativa e adversamente.

Adicionalmente, operações da Companhia envolvem o uso, manipulação, armazenamento, descarga e eliminação de substâncias perigosas no ambiente. Os negócios de mineração, siderurgia e cimento da Companhia estão, em geral, sujeitos a riscos e perigos significativos, incluindo incêndios, explosões, vazamentos de gases tóxicos, derramamento de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, incidentes com quedas de rochas em operações de mineração e acidentes envolvendo equipamentos móveis ou maquinários e acidentes envolvendo as barragens da Companhia. Esses eventos podem ocorrer por acidente ou por quebra de padrões de operação e manutenção, e podem resultar em impactos ambientais significativos, danos ou destruição das propriedades minerais e/ou unidades de produção da Companhia, danos pessoais ou mortes, atrasos ou suspensões na produção, perdas monetárias e responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento. A Companhia tem padrões de saúde, segurança e meio ambiente, bem como programas e procedimentos de gestão de riscos que visam mitigar esses riscos, incluindo com relação às suas barragens. Não obstante padrões internos, políticas e controles, as operações da Companhia estão sujeitas a incidentes ou acidentes que podem impactá-la e afetá-la negativamente.

As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir todos os riscos a que a Companhia se encontra exposta

A Companhia e suas Controladas contratam diferentes tipos de apólice de seguros, alinhadas com a gestão de risco dos seus negócios e conforme a prática de mercado para atividades similares. Nossa cobertura inclui transporte de cargas (marítimo, aéreo, rodoviário e ferroviário) nacional e internacional (importação e exportação), seguro de vida, acidentes pessoais, saúde, frota de veículos, D&O (seguro de responsabilidade civil dos administradores), responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, riscos nomeados, crédito à exportação, seguro garantia e responsabilidade civil de operador portuário.

A Companhia também possui uma apólice de riscos operacionais que cobre a Usina Presidente Vargas, a CSN Mineração S.A., a Sepetiba Tecon S.A. Essa apólice foi renovada com seguros e resseguros nacionais e internacionais e está válida até 30 de junho de 2021, com valor máximo de indenização de US$600 milhões para um risco total estimado de US$10,2 bilhões, com uma franquia de US$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

A cobertura obtida com as apólices de seguro contratadas pode não ser suficiente para cobrir todos os riscos a que a Companhia está exposta. Além disso, a Companhia pode não obter sucesso em contratar ou renovar suas apólices em termos satisfatórios. A ocorrência de um ou mais desses eventos pode afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia possui um alto nível de endividamento que pode dificultar ou encarecer o refinanciamento de sua dívida atual ou a contratação de novas dívidas ou garantias de terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, o montante total de endividamento da Companhia era de R$ 35.371milhões, dos quais R$ 4.126 milhões são dívidas de curto prazo e R$ 31.144 milhões são dívidas de longo prazo. Apesar de, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuir R$ 9.945 milhões em caixa e equivalentes de caixa, os planos de investimentos da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia nos diferentes segmentos de negócios irão demandar montantes significativos de recursos durante o ano de 2021 e anos subsequentes.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar a avaliação de seu crédito, sua habilidade em obter financiamentos necessários no futuro e aumentar seu custo de empréstimo. Adicionalmente, seu nível de endividamento pode tornar a Companhia mais vulnerável em caso de eventual redução do nível de atividade de seus negócios.

Nestas e em outras circunstâncias, as obrigações relacionadas ao serviço da dívida da Companhia podem demandar recursos substanciais do fluxo de caixa das operações da Companhia, prejudicando sua condição financeira e resultados, e dificultando a realização de pagamentos de dividendos e outros proventos aos acionistas, bem como o financiamento das suas operações, capital de giro e investimentos necessários para a manutenção e expansão das atividades da Companhia.

Nossa capacidade de refinanciar nosso endividamento com vencimento em 2021 e 2022 está sujeito às condições de mercado e às aprovações de credores. Caso as condições não sejam favoráveis ou as aprovações não sejam obtidas, seremos obrigados a efetuar pagamentos significativos nos próximos 16 meses sob nossos financiamentos, o que afetaria negativamente nossa posição financeira e de caixa e poderia resultar em rebaixamentos em nossas classificações de crédito.

A Companhia pode não ser capaz de manter liquidez adequada e seu fluxo de caixa das operações e capital disponível pode não ser suficiente para satisfazer as suas obrigações

Enquanto o fluxo de caixa operacional e o capital disponível da Companhia têm sido suficientes para atender as despesas operacionais atuais, obrigações contratuais e serviço das dívidas atuais, sua liquidez, fluxo de caixa operacional e capital disponível podem ser impactados negativamente pelo preço praticado para os produtos de aço e para o minério de ferro pela Companhia, pela taxa de câmbio, bem como pelos efeitos da continuidade de condições econômicas negativas no Brasil e seu agravamento pelos efeitos negativos da pandemia da COVID-19 na economia global. Esses fatores impactaram adversa e materialmente a liquidez da Companhia, e entende que essa tendência continuará. Cortes de custos implementados recentemente pela Companhia podem não ser suficientes para compensar esse efeito ou melhorar a liquidez.

A Companhia anunciou medidas para melhorar sua liquidez e o perfil de sua dívida, incluindo a potencial venda de certos ativos e o prolongamento de algumas das suas linhas de crédito. Se a Companhia não tiver sucesso na venda desses ativos e/ou em reduzir sua alavancagem, poderá não manter parâmetros adequados de liquidez e seu fluxo de caixa operacional e capital disponível podem não ser suficientes para o cumprimento de nossas obrigações.

A Companhia não pode garantir que sua nota de crédito não será reduzida, suspensa ou revogada por agências de avaliação de notas de crédito

As classificações de crédito da Companhia são limitadas em escopo, e não abordam todos os riscos materiais relacionados a um investimento em suas ações ordinárias ou nos ADSs, mas refletem apenas as opiniões das agências de rating quando as classificações são emitidas. Essas classificações podem afetar o custo e outros termos sobre os quais a Companhia é capaz de obter financiamento e estão sujeitas a mudanças devido fatores específicos para a Companhia, tendências nas indústrias nas quais opera, ou tendências nos mercados de crédito e de capitais em geral. A partir de 31 de dezembro de 2020, os ratings de crédito da Companhia dados pela Fitch, Moody's e S&P eram B+ com uma perspectiva positiva, B2 com perspectiva estável e B com perspectiva positiva, respectivamente. Em fevereiro de 2021, a S&P atualizou o rating de crédito da Companhia para B+ com uma perspectiva positiva e, em março de 2021, a Fitch atualizou para BB- com uma perspectiva positiva.

As agências de classificação de crédito avaliam regularmente a Companhia e suas classificações são baseadas em uma série de fatores, incluindo a força financeira da Companhia. A Companhia não pode garantir que as agências de classificação de crédito não rebaixarão suas classificações de crédito ou que as classificações de crédito permanecerão em vigor por um determinado período ou não serão retiradas inteiramente pelas agências de classificação, se em suas circunstâncias de julgamento assim justificarem. Qualquer redução, suspensão ou retirada dessas classificações de crédito pode ter um efeito adverso sobre a Companhia e sua capacidade de refinanciar seu endividamento existente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

seja por fatores específicos da Companhia, tendências nas indústrias nas quais opera, ou nos mercados de crédito e de capitais em geral

Os processos de governança e compliance da Companhia podem não conseguir evitar multas regulatórias e danos à sua reputação

A Companhia opera em um ambiente global e suas atividades se estendem por várias jurisdições, envolvendo marcos regulatórios complexos e atividades de fiscalização cada vez mais frequentes no mundo todo. Os processos de governança e compliance da Companhia, que incluem a identificação e mitigação de riscos por meio de controles internos, podem não ser suficientes para evitar violações à lei e/ou aos padrões de contabilidade e governança e a Companhia pode não identificar atividades ilícitas ou impróprias por membros de administração, por funcionários ou terceiros. A Companhia pode estar sujeita a infrações de seu Código de Ética e de protocolos de conduta de negócios, bem como a casos de comportamento fraudulento e desonesto por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores ou outros agentes que atuem em sua representação. Se a Companhia, administradores, colaboradores ou terceiros falharem em cumprir com as leis aplicáveis e outras normas, a Companhia poderá sofrer multas, perda de licenças operacionais e danos à sua reputação, bem como outras penalidades, o que pode afetá-la substancial e adversamente.

Falhas ou interrupções nas telecomunicações, sistemas de tecnologia da informação ou máquinas automatizadas da Companhia podem afetá-la adversamente

Nossas operações dependem fortemente de telecomunicações, sistemas de tecnologia da informação e máquinas automatizadas. Interrupções nesses sistemas, causadas por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais, podem nos afetar adversamente. Além disso, qualquer falha em nossos sistemas relacionada a informações confidenciais, causada por ataques cibernéticos externos ou ações internas, incluindo negligência ou má conduta de nossos administradores e colaboradores, pode ter um impacto negativo em nossa reputação e em nossas interações com concorrentes e outros terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores.
Nossos sistemas de tecnologia da informação podem estar vulneráveis a fatores externos, como desastres naturais, vírus, ataques cibernéticos e outras violações de segurança. Qualquer dano ou interrupção em nossos sistemas de tecnologia da informação pode afetar adversamente os resultados de nossos negócios e nos expor a multas e litígios.
Em agosto de 2020, a Lei nº 13.709 / 2018, ou Lei Geral de Proteção de Dados, foi promulgada para alterar o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. Esta lei estabelece uma nova estrutura legal para o tratamento de dados pessoais, incluindo os direitos dos titulares de dados pessoais, a base jurídica aplicável à proteção de dados pessoais, os requisitos para obter consentimento, as obrigações e os requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos de dados pessoais e transferências e a criação da Agência Nacional de Proteção de Dados, entre outros. Se não conseguirmos adaptar nossos processos para cumprir esta lei, podemos estar sujeitos a penalidades, incluindo a divulgação obrigatória de nossa não conformidade, bloqueio temporário e/ou exclusão de dados pessoais e multas de até 2% de nossa receita no último exercício fiscal, excluindo tributos, até um valor agregado de R$ 50 milhões por evento de descumprimento.

A Companhia poderá falhar na manutenção de controles internos efetivos, o que poderá impedi-la de reportar de forma oportuna e adequada seus resultados financeiros

Os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros de forma oportuna devido a limitações referentes ao processo, incluindo erro humano, não observância ou substituição de controles ou fraude. Até mesmo controles internos efetivos apenas podem prover garantia razoável com relação à preparação e correta apresentação das demonstrações financeiras. Se a Companhia falhar em manter controles internos adequados, incluindo a falha na implementação de melhorias nestes controles ou na implementação de novos controles, poderá incorrer em falha no cumprimento de suas obrigações de reporte financeiro

Se os controles internos vigentes e a serem implementados não operarem de forma eficiente, ou se a Companhia não for bem-sucedida na implementação ou manutenção desses controles, as demonstrações financeiras da Companhia podem ser divulgadas fora do prazo ou com imprecisões, podendo, inclusive, impactar negativamente os resultados da Companhia. Para informações detalhadas sobre os controles internos da Companhia, vide item 5 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os projetos da Companhia estão sujeitos a riscos que podem resultar em maiores custos e/ou atrasos, bem como impedir que sua implementação seja bem-sucedida

A Companhia investe para aumentar a sua capacidade de produção de aço, minério de ferro e cimento, assim como sua capacidade logística. Estes projetos estão sujeitos a vários riscos que podem afetar adversamente suas perspectivas de crescimento e rentabilidade, incluindo:

(i) Atrasos, problemas de disponibilidade ou custos mais altos do que o esperado para obter os equipamentos, materiais ou serviços necessários para a construção e operação de um projeto;

(ii) Os esforços para desenvolver projetos de acordo com o cronograma podem ser dificultados pela falta de infraestrutura, incluindo indisponibilidade de áreas de rejeito de resíduos líquidos e sólidos e falhas no fornecimento confiável de energia e abastecimento de água;

(iii) Custos de remediação ambiental;

(iv) A Companhia pode não conseguir obter, perder, sofrer atrasos ou incorrer em custos maiores do que o esperado para obter ou renovar as licenças, autorizações, concessões e/ou aprovações regulatórias necessárias à construção ou continuidade de um projeto; e

(v) Mudanças nas condições de mercado, legislação ou regulamentação podem fazer com que um projeto seja menos rentável do que o esperado ou mesmo inviável economicamente, impactando a decisão da Companhia quanto à realização dos respectivos investimentos e/ou quanto ao momento de sua realização.

(vi) Situações adversas e inesperadas, como a pandemia da COVID-19 ou outros estados de emergência e de calamidade pública, podem impactar a decisão da Companhia quanto à realização de investimentos ou sua postergação.

Qualquer dos fatores descritos acima e/ou uma combinação dos mesmos pode afetar a Companhia substancial e adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de implementar aquisições propostas ou integrar empresas e negócios adquiridos aos negócios já existentes

Caso a Companhia não seja capaz de concluir aquisições, integrar com êxito qualquer aquisição aos negócios já existentes, ou desenvolver tais negócios a fim de aumentar suas receitas e reduzir seus custos, os resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados. Aquisições também expõem a Companhia ao risco relativo à responsabilidade sucessória da empresa adquirida. Auditorias legais e financeiras (*due diligences*) realizadas em conexão com a aquisição, bem como garantias contratuais ou indenizações que a Companhia venha a receber, podem não ser suficientes para protegê-la ou compensá-la por eventuais obrigações que tenha que arcar em razão da aquisição. Uma responsabilidade material associada a uma aquisição, como aquelas relacionadas a questões trabalhistas e/ou ambientais, pode afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados financeiros, bem como reduzir os benefícios de uma aquisição.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em perda do valor dos ativos relacionados a essas aquisições, o que pode reduzir sua lucratividade. As operações de aquisição da Companhia podem apresentar riscos financeiros, gerenciais e operacionais, incluindo a perda de foco por parte da administração no negócio principal da empresa, dificuldades na integração ou segregação de sistemas de pessoal, financeiro ou outros sistemas, incapacidade de alcançar os benefícios operacionais antecipados na época da operação, efeitos adversos no relacionamento existente com fornecedores e clientes, estimativas imprecisas do valor de mercado auferidas na contabilização para a aquisição e/ou amortização de ativos intangíveis que poderiam reduzir os lucros futuros divulgados, perdas potenciais de clientes ou empregados-chave das sociedades adquiridas, bem como indenizações e potenciais disputas entre os compradores e vendedores.

Finalmente, as aquisições propostas podem também ser objeto de revisão por parte das autoridades de concorrência dos países envolvidos na transação, as quais podem aprovar tal transação, aprová-la com restrições incluindo a venda de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

certos ativos, ou rejeitá-la. Qualquer um desses eventos ou decisões regulatórias adversas poderia afetar negativamente a reputação, as vendas dos produtos, condição financeira e/ou o resultado operacional da Companhia.

Desastres naturais ou de outros tipos podem interromper as operações da Companhia

Os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser impactados negativamente por riscos sociais, técnicos e/ou físicos, tais como inundações, incêndios, falta de energia elétrica, falta ou redução de abastecimento de água, vazamentos, acidentes, bem como falhas em sistemas de telecomunicação e informática, ou ainda epidemias ou pandemias com altos índices de fatalidade, que podem afetar a oferta de mão-de-obra. Chuvas fortes na região sudeste do Brasil, bem como escassez no fornecimento de energia e abastecimento de água e programas de racionamento podem afetar as operações da Companhia e, por conseguinte, suas receitas. Estes eventos podem afetar a condução dos negócios da Companhia e, consequentemente, reduzir seus resultados e atingi-la adversamente de forma material, incluindo a possibilidade de escassez e/ou o aumento de preço da matéria prima utilizada na produção.

Litígios trabalhistas ocorridos no passado interromperam as operações da Companhia e podem voltar a acontecer

Um número significativo de colaboradores da Companhia e alguns colaboradores de prestadoras de serviços à Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e resguardados por dissídios coletivos ou outros acordos trabalhistas, que estão sujeitos a renegociações periódicas. Greves e outras interrupções trabalhistas em quaisquer de suas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que fornecem bens ou serviços à Companhia afetaram no passado e podem voltar a afetar de forma material e adversa as operações da Companhia, bem como o prazo para a conclusão e o custo de seus projetos.

A Companhia está exposta ao risco de litígio.

Atualmente, a Companhia é parte e poderá no futuro ser parte em processos e reclamações judiciais, arbitrais e/ou administrativos. Para alguns desses processos e reclamações, os quais estão avaliados como possível ou remota a possibilidade de perda, a Companhia não efetuou nenhuma provisão em suas demonstrações financeiras, ou apenas estabeleceu provisões para uma parcela dos valores em questão, com base em seu julgamento e na opinião de seus advogados externos, de que há a possibilidade de um resultado favorável à Companhia.

Apesar de estar contestando tais processos e reclamações, o resultado de cada processo é incerto e pode resultar em obrigações que podem afetar os negócios da Companhia e o valor de suas ações de forma material e adversa.

Certos processos judiciais ou administrativos podem afetar adversamente os acionistas da Companhia, especificamente quanto ao recebimento de dividendos. Em agosto de 2018, o juiz das execuções fiscais federais bloqueou a distribuição de dividendos extraordinários para garantia de processo fiscal do qual a Companhia é parte. Referida decisão foi revogada em dezembro de 2018.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia.

Em situações específicas, existe a possibilidade de não haver pleno alinhamento dos interesses do acionista Controlador com os interesses dos minoritários

O acionista controlador da Companhia detém o poder de, entre outras deliberações, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que envolvam a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, alienações, destinação e diversificação dos investimentos da Companhia, bem como o cronograma e pagamento de proventos aos acionistas, respeitando o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades Anônimas.

É possível que, eventualmente, em algumas das deliberações descritas acima, não haja pleno alinhamento entre os interesses do acionista controlador e dos demais acionistas. Além disso, os interesses dos controladores da Companhia eventualmente podem não estar alinhados com os da Companhia e conflitos que possam surgir podem afetá-la adversamente.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os acionistas minoritários podem ter sua participação diluída em um eventual aumento de capital

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os acionistas da Companhia negociam livremente suas ações no mercado, observada a legislação aplicável. A Companhia não pode prever eventual efeito dessas negociações sobre o valor de mercado de suas ações, o qual pode ser impactado adversamente caso haja vendas de volumes substanciais de suas ações ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer.

No caso de eventual aumento de capital os acionistas minoritários poderão ter sua participação diluída.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Algumas das atividades da Companhia se dão por meio de joint-ventures, controladas em conjunto, consórcios e outras formas de cooperação, e os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente em caso de impasse ou de não cumprimento de obrigações por qualquer das partes

A Companhia atualmente opera parte de seus negócios por meio das seguintes *joint-ventures*, alianças estratégicas e consórcios com outras companhias:

- CSN Mineração S.A.: No final de 2015 a Companhia estabeleceu uma aliança estratégica com um consórcio asiático em sua controlada CSN Mineração S.A. (anteriormente denominada Congonhas Minérios S.A.) para exploração do negócio de mineração de minério de ferro.

- MRS Logística S.A.: A Companhia estabeleceu uma *joint-venture* com outras companhias siderúrgicas e mineradoras brasileiras na MRS Logística S.A. para explorar o transporte ferroviário na região sudeste do Brasil.

- Transnordestina Logística S.A.: Projeto desenvolvido em parceria com certas entidades governamentais brasileiras por meio do qual a Companhia explorará o transporte ferroviário na malha nordeste do Brasil que está em construção.

- Itá Energética S.A.: Trata-se de uma *joint-venture* com a Engie Brasil Energia S.A. e a Companhia de Cimento Itambé para produção de energia elétrica.

- Usina Hidrelétrica de Igarapava: Consórcio estabelecido com a L.D.R.S.P.E Geração de Energia e Participações (empresa controlada pela Nexa Recursos Minerais S.A., atual denominação social de Votorantim Metais Zinco S.A.), Aliança Geração de Energia S.A. (união entre Vale S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.) e AngloGold Ashant Córrego do Sítio Mineração S.A. para a produção de energia elétrica.

As previsões e planos para as atuais e novas formas de cooperação pressupõem que os parceiros da Companhia cumprirão com suas obrigações de prestar serviços, efetuar os aportes de capital, adquirir produtos e, em alguns casos, disponibilizar funcionários ou financiamento. Adicionalmente, muitos dos projetos contemplados pelas joint-ventures ou pelos consórcios da Companhia dependem de compromissos financeiros, que contêm certos pré-requisitos para cada desembolso. Se houver impasses e/ou alguma das partes não respeitar suas obrigações ou não cumprir com todos os pré-requisitos exigidos pelos compromissos de financiamento ou outros acordos societários, a *joint-venture*, consórcio ou outro projeto pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios, ou a Companhia poderá ter que aumentar o nível de seus investimentos a fim de implementar esses planos. Além disso, alguns de seus acordos de *joint-venture* contêm mecanismos de resolução de impasses que se exercidos podem ensejar, em algumas circunstâncias, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária da outra, o que pode exigir desembolsos por parte da Companhia. Qualquer um desses eventos pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

A disponibilidade e o preço das matérias-primas necessárias para a produção de aço, em particular carvão e coque, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia

Em 2020, os custos de matérias-primas corresponderam a 63% do custo total de produção siderúrgica da Companhia. As principais matérias-primas utilizadas incluem minério de ferro, carvão, coque, calcário, dolomita, manganês, zinco, estanho e alumínio. A Companhia depende de terceiros no suprimento de algumas de suas matérias-primas, incluindo a importação de todo o carvão necessário para a produção de coque. Adicionalmente, a Companhia requer quantidades significativas de energia, tanto em forma de gás natural quanto de eletricidade para abastecer suas plantas e equipamentos.

Qualquer interrupção prolongada no fornecimento de matérias-primas, gás natural ou eletricidade, ou um aumento substancial nos seus preços, pode afetar a Companhia material e adversamente. Estas interrupções e elevações de preço

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

podem decorrer de mudanças em leis ou normas de regulamentação comercial, da disponibilidade e custo do transporte, do fato de fornecedores destinarem seus produtos para outros compradores ou interromperem sua produção, bem como de acidentes ou eventos similares nas dependências dos fornecedores ou ao longo da cadeia de suprimentos. A incapacidade da Companhia de repassar tais aumentos de custos aos seus clientes ou de atender suas demandas por indisponibilidade de matérias-primas pode afetá-la material e adversamente.

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia não tem controle sobre possíveis situações adversas que venham a afetar seus clientes

Podem ocorrer situações econômico-financeiras adversas com clientes da Companhia que, de alguma forma, afetem seus resultados e os impeçam de efetuar o pagamento no prazo acordado dos valores devidos à Companhia e/ou cumprimento de suas obrigações contratuais, o que pode afetar a Companhia material e adversamente.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

A Companhia está exposta a oscilações significativas na demanda por aço e minério de ferro, o que impacta substancialmente os preços de seus produtos e pode afetar adversamente seus resultados operacionais

As indústrias de siderurgia e de mineração têm um comportamento altamente cíclico, tanto no Brasil quanto no exterior. A demanda por produtos de aço e de mineração e, por conseguinte, as condições financeiras e os resultados operacionais das empresas siderúrgicas e mineradoras, incluindo a Companhia, são geralmente afetados pelas flutuações macroeconômicas da economia mundial e das economias dos países produtores de aço. Isso inclui as tendências das indústrias automobilística, de construção civil, linha branca, embalagens e algumas outras indústrias que dependem da distribuição de aço.

Uma recessão global, um prolongado período de baixo crescimento econômico nos países desenvolvidos, ou uma desaceleração dos mercados emergentes que sejam grandes consumidores dos produtos da Companhia (tais como o mercado doméstico brasileiro para os produtos siderúrgicos e o mercado chinês para o minério de ferro) podem diminuir significativamente a demanda pelos produtos da Companhia.

Adicionalmente, o aço plano compete com outros materiais que podem ser usados como seus substitutos**,** como alumínio (particularmente nas indústrias automotiva e de embalagem), cimento, compósitos, vidro, plástico e madeira. Iniciativas regulatórias governamentais incentivando o uso destes materiais alternativos ao aço, por questões ambientais ou outras, bem como o desenvolvimento de novos materiais substitutos podem reduzir significativamente os preços de mercado e a demanda por aço e, dessa forma, reduzir a lucratividade e o fluxo de caixa da Companhia.

Qualquer diminuição substancial na demanda por aço e minério de ferro nos mercados doméstico e/ou externo abastecidos pela Companhia pode afetá-la material e adversamente.

A Companhia enfrenta concorrência significativa com relação a seus produtos siderúrgicos, inclusive no que se refere a preços de outros produtores nacionais ou estrangeiros, o que pode afetar adversamente sua lucratividade e participação no mercado

A indústria siderúrgica mundial é altamente competitiva com relação a preços, qualidade do produto e atendimento ao cliente, assim como em relação aos avanços tecnológicos que permitem a redução dos custos de produção. A exportação brasileira de produtos siderúrgicos sofre a influência de diversos fatores, incluindo políticas protecionistas de outros países, especialmente as impostas pelos Estados Unidos da América, disputas com relação a essas políticas perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), política cambial do governo brasileiro e taxa de crescimento da economia mundial. Além disso, os avanços contínuos das ciências de materiais e as tecnologias resultantes facilitam o aperfeiçoamento de produtos como o plástico, o alumínio, a cerâmica e o vidro, permitindo que estes substituam o aço.

Devido aos altos custos de investimentos iniciais, a operação de uma planta siderúrgica de forma contínua pode encorajar as usinas a manterem altos níveis de produção até mesmo em períodos de baixa demanda, o que aumenta a pressão sobre as margens de lucro do setor. Uma pressão da concorrência que force a queda dos preços do aço também pode afetar a lucratividade da Companhia.

A indústria siderúrgica tem sofrido historicamente com o excesso de capacidade produtiva, que se agravou recentemente devido a um aumento substancial da capacidade produtiva nos países emergentes, principalmente China e Índia, bem como em outros mercados emergentes. A China é, atualmente, a maior produtora global de aço. Adicionalmente, a China e certos países exportadores de aço possuem condições favoráveis (excesso de capacidade de aço, moeda

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

desvalorizada ou altos preços de mercado para produtos siderúrgicos em mercados fora destes países) que podem impactar significativamente o preço do aço em outros mercados. Se a Companhia não for capaz de se manter competitiva em relação à China ou outros países produtores de aço, seus resultados podem ser adversamente afetados no futuro.

As siderúrgicas brasileiras enfrentam também forte competição dos produtos importados, especialmente em razão da produção excessiva de aço no mundo, da demanda reduzida por produtos siderúrgicos nos mercados mais desenvolvidos, da valorização da taxa de câmbio e de alguns incentivos tributários em alguns dos principais países exportadores. Não obstante as medidas adotadas pelo governo brasileiro para conter a entrada de produtos importados no mercado, um volume substancial de produtos siderúrgicos ainda está sendo importado. Se o governo brasileiro deixar de atuar contra a entrada de aços importados subsidiados e as importações crescerem, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. Além de importações diretas de aço, a indústria brasileira também enfrentou competição das importações de bens acabados, o que afeta toda a cadeia do aço.

A Companhia pode não ser capaz de ajustar seu volume de produção de mineração em tempo hábil e de forma economicamente eficiente para responder a alterações na demanda por seus produtos

As receitas do nosso negócio de mineração representaram 26,0%, 39,4% e 42,1% da nossa receita líquida total em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. Operar com uma capacidade ociosa significativa durante períodos de fraca demanda pode nos expor a custos de produção unitários mais elevados, uma vez que uma parcela significativa de nossa estrutura de custos é fixada no curto prazo devido à alta intensidade de capital das operações de mineração. Além disso, os esforços para reduzir custos durante períodos de demanda fraca poderiam ser limitados por regulamentos trabalhistas ou acordos trabalhistas ou governamentais.

Por outro lado, nossa capacidade de aumentar rapidamente a capacidade de produção é limitada, o que poderia nos tornar incapazes de satisfazer totalmente a demanda por nosso minério de ferro. Quando a demanda excede nossa capacidade de produção, podemos atender ao excesso de demanda dos clientes comprando minério de ferro de partes não relacionadas e revendendo-o, o que aumentaria nossos custos e reduziria nossas margens operacionais. Se não conseguirmos satisfazer o excesso de demanda do cliente dessa forma, podemos perder clientes. Além disso, operar perto da capacidade total pode nos expor a custos mais altos, incluindo taxas de demurrage devido a restrições de capacidade em nossos sistemas logísticos.

As reservas minerais estimadas da Companhia podem diferir significativamente das quantidades de minerais recuperáveis; a estimativa da Companhia quanto à expectativa de vida da mina pode revelar-se imprecisa; as flutuações no preço de mercado e alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar a exploração de certas reservas minerais economicamente inviáveis; a Companhia pode enfrentar crescentes custos de extração ou de investimentos ao longo do tempo na medida em que suas reservas se esgotem

As reservas de minério declaradas da Companhia e suas controladas são quantidades estimadas de minério e minerais, que podem ser economicamente exploradas e processadas conforme as condições atuais e previstas para extração de seu conteúdo mineral. Há várias incertezas inerentes à estimativa de quantidades de reservas e à projeção das possíveis taxas futuras de produção mineral, incluindo diversos fatores que estão além do controle da Companhia. A estimativa das reservas envolve a avaliação de depósitos minerais que não podem ser mensurados de maneira exata e a precisão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação sobre questões geológicas e de engenharia. Consequentemente, não se pode garantir que a quantidade indicada de minério será recuperada ou que a mesma será recuperada na velocidade prevista pela Companhia. Estimativas de diferentes engenheiros e geólogos podem variar e os resultados de exploração e produção da Companhia após a data da estimativa podem levar a uma revisão das mesmas. Estimativas de reservas e de expectativa de vida da mina podem necessitar de revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, flutuações nos preços de mercado de minerais e metais, taxas de recuperação reduzida, custos operacionais e de capital mais elevados em função da inflação, taxas de câmbio ou outros fatores, podem tornar economicamente inviável a exploração de reservas confirmadas e prováveis e, em última análise, resultar em ajuste das reservas.

Além disso, as reservas são gradualmente reduzidas no decurso das nossas atividades de exploração. Conforme as atividades de mineração progridem, as distâncias entre o britador primário e os depósitos de estéril tornam-se cada vez maiores e as cavas tornam-se cada vez mais íngremes. Adicionalmente, para alguns tipos de reservas, o grau de mineralização se reduz e a dureza aumenta conforme a profundidade. Como resultado, ao longo do tempo, podemos experimentar um aumento dos custos de extração por unidade em relação a cada mina, ou podemos ter que realizar investimentos adicionais, incluindo a adaptação ou construção de plantas de processamento e a expansão ou a construção de barragens ou filtragens de rejeito. Nossos programas de exploração também podem não resultar na

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

expansão ou substituição das reservas esgotadas pela produção atual. Se não descobrirmos novas reservas, aumentarmos as reservas existentes ou desenvolvermos novas operações podemos não ser capazes de sustentar o nosso nível atual de produção.

Riscos de perfuração e de produção podem afetar adversamente os processos de mineração da Companhia

Após a descoberta de depósitos minerais, podem se passar vários anos desde as fases iniciais de perfuração e sondagem até que a produção seja possível, período em que a viabilidade econômica da produção pode mudar. Uma quantidade substancial de tempo e recursos é necessária para:

(i) Estabelecer reservas minerais através da perfuração e sondagem;

(ii) Determinar os processos metalúrgicos e de mineração apropriados para otimizar a recuperação do metal contido no minério;

(iii) Obter licenças ambientais e de outro tipo;

(iv) Construir unidades de mineração, processamento e infraestrutura necessárias para propriedades *greenfield (não exploradas)*; e

(v) Obter o minério ou extrair minerais a partir do minério.

Caso um projeto demonstre não ser economicamente viável no momento em que a Companhia estiver apta a explorá-lo economicamente, ela pode incorrer em perdas substanciais e ser obrigada a realizar baixas de ativos. Adicionalmente, mudanças potenciais ou complicações que surjam durante a duração do projeto envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos podem resultar em atrasos e em custos excessivos, tornando o projeto economicamente inviável.

Preços do minério de ferro estão sujeitos à volatilidade. O preço mundial do minério de ferro tem apresentado um crescimento forte desde Maio de 2020, o que afeta as receitas, fluxo de caixa e rentabilidade da Companhia e a resultar na necessidade de alteração no modo em que a Companhia opera, na realização de projetos e operações.

O preço do minério de ferro é baseado em diversas formas de precificação, as quais, em regra, consideram índices de preço de mercado para a determinação do preço ao cliente. Nossos preços e receitas de minério de ferro sofrem constantes alterações, o que pode afetar materialmente os resultados da Companhia e, consequentemente, nosso fluxo de caixa. **Em 2020, preço médio do minério de ferro subiu 17%, para US$109/dmt, comparado com US$93/dmt em 2019**. Em 2019, o preço médio do minério de ferro subiu 34% comparado aos US$69/dmt em 2018, de acordo com a média de Platts IODEX (62% Fe CFR China). A depender das variações vistas no preço do minério de ferro, a operação da empresa muda de forma. Crescimentos contínuos favorecem a expansão de operações e a receita, mas a volatilidade do mercado é sempre presente, com atenção a quedas que possam suspender projetos de expansão ou afetar a posição financeira e os resultados da Companhia.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

As atividades da Companhia e de suas controladas dependem de autorizações, concessões, permissões e licenças. Alterações legislativas e de regulamentação podem afetar adversamente a Companhia

As atividades da Companhia, de suas controladas e das suas *joint-ventures*, dependem de autorizações, permissões, licenças e concessões de agências reguladoras governamentais, incluindo licenças ambientais para seus projetos de infraestrutura e concessões, tais como os terminais portuários que opera e as ferrovias em que detém participação societária.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Apesar de a Companhia esperar que tais autorizações, permissões, licenças e concessões sejam concedidas e/ou renovadas como e quando forem pleiteadas, a Companhia, suas controladas e suas *joint-ventures* não podem garantir que as agências reguladoras governamentais as façam dentro de um prazo satisfatório aos seus interesses, bem como que novas condições não serão impostas para tanto.

Além disso, as autorizações, permissões, licenças e concessões necessárias para o desenvolvimento das atividades da Companhia, de suas controladas e de suas *joint-ventures*, podem prever determinadas obrigações e requerer que certos níveis de desempenho ou prazos de conclusão sejam alcançados.

Caso a Companhia, suas controladas ou suas *joint-ventures*, não alcancem tais níveis de desempenho ou não cumpram os prazos e as obrigações previstas nos contratos e na legislação vigente, poderão perder, não obter ou ainda não conseguir renovar suas autorizações, permissões, licenças e concessões ou, nos termos da nova lei das concessões, negociar a rescisão contratual amigável e posterior relicitação de concessões.

A depender de circunstâncias alheias a sua vontade, a Companhia não pode garantir que ela, suas controladas ou suas *joint-ventures*, que atuam como concessionárias de serviços públicos, cumpram com seus compromissos e obrigações assumidos nos Contratos de Concessão ou em Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) celebrados junto a órgãos e agências reguladoras no prazo e nas condições acordadas. Além disso, a Companhia, suas controladas ou suas *joint-ventures,* estão expostas à supervisão, fiscalização e aplicação de medidas administrativas ou penalidades pelos órgãos governamentais de controle, como, por exemplo, o Tribunal de Contas (TCU) e as agências reguladoras. Uma violação relevante dessas obrigações pode resultar na declaração de caducidade ou rescisão antecipada da concessão, autorização, permissão e/ou licença, na restrição ao acesso a financiamentos públicos ou na amortização antecipada de um financiamento público antes que o projeto comece a operar, na aceleração de dívidas ou evento de descumprimento do contrato de financiamento relacionado ou não à concessão, autorização, permissão e/ou licença afetada, além da imposição de penalidades, tais como multas ou fechamento de instalações. No caso de declaração de caducidade, a indenização a ser paga pelas autoridades concedentes pelos investimentos realizados em concessões, permissões ou licenças será restrita aos investimentos relacionados a bens reversíveis ainda não amortizados e podem ser pagas muito depois da ocorrência dos eventos que afetam tais concessões, permissões ou licenças.

No caso de o poder concedente encampar a concessão ou se for declarada a rescisão do Contrato de Concessão em razão da quebra de contrato por parte do governo, se houver direito a qualquer indenização a ser paga pelas autoridades concedentes pelos investimentos em relação às concessões, autorizações, permissões ou licenças, essa indenização poderá ser insuficiente para cobrir custos, despesas ou perdas e poderá ser paga muito tempo depois dos eventos que afetam tais concessões, permissões ou licenças.

Além disso, caso as leis e regulamentos aplicáveis a essas autorizações, concessões, permissões ou licenças sejam alterados no futuro, modificações nas tecnologias utilizadas pela Companhia e em suas operações poderão ser exigidas, forçando-a a arcar com gastos inesperados e gastos já realizados pela Companhia podem não gerar o retorno esperado.

Diante dos acidentes recentes, envolvendo outras mineradoras, relacionados ao rompimento de barragens de mineração alteadas pelo método a montante, o Governo Federal, o Governo Estadual de Minas Gerais e outras autoridades impuseram e ainda podem impor requisitos de licenciamento e padrões ambientais, de saúde e segurança mais rigorosos, além da realocação de pessoas que moram próximo às barragens, bem como outras medidas que podem afetar adversamente a Companhia. A Lei Federal 14.066/2020, determinou que o empreendedor que possuir barragem construída ou alteada pelo método a montante, deve concluir sua descaracterização até 25 de fevereiro de 2022. . Regulamentação similar foi aprovada pelo Estado de Minas Gerais e seus órgãos ambientais, também exigindo o descomissionamento de barragens alteadas a montante até 2022. Além disso, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para os projetos, as operações e especialmente para as barragens da Companhia, poderão ser impostos. Adicionalmente, os órgãos ambientais intensificaram a frequência das inspeções de barragens de rejeitos, incluindo as da Companhia.

Como resultado, o valor e o cronograma para investimentos ambientais podem variar substancialmente em relação àqueles atualmente previstos e a Companhia poderá ser impactada com atrasos na obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais, ou mesmo pela impossibilidade de obter e/ou renovar uma autorização, permissão e/ou licença e, dessa forma, a Companhia poderá estar exposta a responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, pelo descumprimento de suas obrigações. Essas alterações e custos adicionais podem ter impacto negativo na lucratividade dos projetos da Companhia ou mesmo torná-los inviáveis, inclusive do ponto de vista econômico.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As atividades da Companhia também estão sujeitas à regulamentação governamental relativa a tributos e *royalties* que podem ter impactos financeiros significativos nas operações da Companhia. Nos países em que a Companhia opera, as entidades governamentais podem impor novos tributos ou *royalties*, aumentar os já existentes, ou alterar as suas bases de cálculo de forma desfavorável para a Companhia.

Medidas protecionistas e de outra natureza adotadas por países estrangeiros podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

Em resposta ao aumento de produção e exportação de aço por vários países, medidas antidumping, compensatórias e de salvaguarda foram impostas entre o final da década de 1990 e começo do ano 2000 pelos governos estrangeiros que representam os principais mercados para as exportações da Companhia. Este cenário retornou em 2015, quando autoridades dos Estados Unidos da América iniciaram investigações antidumping e compensatórias em chapas de aço e bobinas laminados a quente e laminados a frio importados do Brasil e de outros países. Em 2016, assim como os EUA, a União Europeia deu início à uma investigação antidumping para chapas e bobinas de aço laminadas a quente importadas do Brasil e outros países. Restrições impostas pelo Canadá sobre as importações de laminados a quente provenientes do Brasil permanecem em vigor. Adicionalmente, medidas técnicas e de segurança, tais como aquelas adotadas pela União Europeia com relação à importação de certos compostos químicos encontrados em produtos usados tanto para proteger produtos de aço como para embalá-los podem criar barreiras às exportações de aço. A imposição destas e de outras medidas protecionistas por países estrangeiros podem afetar material e adversamente as exportações da Companhia.
Em abril de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, solicitou uma investigação sob a seção 232 da Lei de Expansão do Comércio para determinar se as importações de aço estavam prejudicando a segurança nacional. Como resultado desta investigação, em março de 2018, o governo dos EUA estabeleceu a entrada em vigor da seção 232, que impõe uma tarifa ad valorem de 25% sobre o aço importado. O Brasil obteve uma suspensão temporária da medida até o final de maio de 2018. Após esta suspensão foi realizado um acordo entre Brasil e os EUA que estabeleceu quotas para produtos semi-acabados (placas) baseados na média das exportações brasileiras aos EUA no período de 2015 a 2017 e uma quota para produtos acabados (bobinas e chapas laminadas a quente, laminadas a frio, zincadas, AlZn, pré pintadas, estanhadas e cromadas) baseadas na média das exportações brasileiras aos EUA com um redutor de 30%.
Em paralelo, motivada pela adoção pelos Estados Unidos das medidas da Seção 232, a União Europeia iniciou em abril de 2018 uma investigação de salvaguarda sobre as importações de 26 categorias de produtos siderúrgicos. Em fevereiro de 2019, uma regulamentação definitiva impôs medidas de salvaguarda às importações de determinados produtos siderúrgicos e impôs quotas para os próximos três anos. Na União Europeia estamos sujeitos a uma quota de exportação de chapas e bobinas de aço laminadas a quente, laminadas a frio, estanhadas e cromadas. Como já estávamos sujeitos a um direito antidumping de US$53,4/tonelada de chapas e bobinas laminadas a quente na Europa, esses acontecimentos não afetaram nossas exportações deste produto para a Europa.
as operações da Companhia estão sujeitas a incidentes ou acidentes que podem impactá-la e afetá-la negativamente. A imposição de novas medidas protecionistas ou a revisão das medidas atuais para torná-las mais restritivas pelos países para os quais a Companhia exporta seus produtos podem afetar negativamente a Companhia.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A existência de situações econômicas adversas na China e o aumento na capacidade da produção mundial de minério de ferro pode ter um impacto negativo nas receitas, fluxo de caixa e lucratividade da Companhia.

Nos últimos anos, a China foi o país com a maior demanda internacional por minerais e metais, direcionando os preços globais para o minério de ferro. No ano de 2020, o mercado chinês representou 76% da demanda global por minério de ferro no mercado transoceânico. Nas vendas de minério de ferro da CSN Mineração, o mercado asiático representou 76%, majoritariamente a China, e 11% foram vendas no mercado Europeu no exercício de 2020.

Uma desaceleração do crescimento econômico chinês, poderia resultar em uma menor demanda global por minério de ferro, com um acentuado impacto sobre os preços internacionais da commodity, e afetar, por conseguinte, as receitas, o fluxo de caixa e a lucratividade dessa indústria, incluindo nós. Um desempenho fraco do setor imobiliário chinês e uma eventual redução dos investimentos em infraestrutura, dois dos maiores segmentos consumidores de aço-carbono da China, ou uma menor disponibilidade de crédito para as usinas siderúrgicas, poderiam também afetar negativamente os resultados da Companhia. O PIB da China cresceu 2,3% em 2020, comparado com 6,1% em 2019 e 6,6% em 2018.

Adicionalmente, a recente estratégia dos principais produtores de minério de ferro em manter as metas de produção e planos de aumento de capacidade de produção podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia. Além disso, a recente alta dos preços de minério de ferro pode também estimular produtores de alto custo a retomarem suas operações, aumentando a base de oferta, o que pode afetar a Companhia de maneira adversa.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Desenvolvimento e percepção de riscos em outros países, especialmente advindos de novos mercados emergentes, podem afetar adversamente o preço de transação de valores mobiliários brasileiros

O valor de mercado de títulos mobiliários no Brasil é afetado em diversos graus por condições econômicas e de mercado, especialmente em outros países de mercados emergentes. Embora a condição econômica desses países possa diferir significativamente da condição econômica do Brasil, reações de investidores com relação ao desenvolvimento desses países podem afetar adversamente o mercado de títulos mobiliários de emissores brasileiros. Crises ou políticas econômicas em outros países podem diminuir o interesse de investidores em emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia. Essa situação pode afetar adversamente o valor de negociação das nossas ações, e até mesmo dificultar ou impossibilitar a Companhia de acessar os mercados de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis.

Além disso, crises nos mercados financeiros mundiais, como em 2008, bem como desafios econômicos globais a partir da data deste relatório anual decorrentes do surgimento do novo coronavírus, ou COVID-19, e medidas governamentais para contê-lo, podem afetar a visão dos investidores sobre títulos emitidos por empresas que operam em mercados emergentes. Esses desenvolvimentos podem afetar negativamente o preço de negociação das ações ordinárias e dos ADSs da Companhia, e também poderia tornar mais difícil para a Companhia acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em condições aceitáveis.

Descontinuação ou substituição da Libor

A Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido anunciou em julho de 2017 que pretende deixar de obrigar os bancos a enviar taxas para o cálculo da taxa oferecida pelo interbancário de Londres, ou LIBOR, após 2021. Para mitigar qualquer possível impacto, vários reguladores propuseram taxas alternativas de referência. Até 31 de dezembro de 2020, tínhamos R$ 3,247 milhões de financiamentos indexados ao LIBOR com vencimento a partir de 2021. Não podemos prever o efeito de qualquer descontinuação ou substituição do LIBOR neste momento e, consequentemente, não podemos garantir que essas alterações não terão um efeito adverso sobre nós.

j) Com relação às questões socioambientais

As instalações de siderurgia, mineração, cimentos, logística e energia da Companhia estão sujeitas a diversas leis, regulamentos e licenças no Brasil, relativos principalmente à proteção e integridade do meio ambiente, sendo que por estarem localizadas próximas a áreas urbanas, rurais e/ou industriais podem gerar impactos socioambientais devido à natureza de suas operações. Foi realizada uma Análise Geral de Riscos, destacando-se, dentre outros, os seguintes riscos associados a questões socioambientais:

- Exposição negativa da imagem da empresa na mídia e perante órgãos ambientais, instituições financeiras e comunidades locais, devido à existência de riscos e passivos ambientais;
- Emissão de material particulado pelas unidades de siderurgia e mineração e geração de poeira pela suspensão de partículas ocasionando sua dispersão para comunidades vizinhas ao empreendimento pela ação do vento, em função de sua velocidade e direção, que podem causar incômodos aos moradores do entorno e impacto negativo à imagem da empresa.;
- Solicitação de revisão ou complementação de estudos e projetos ambientais por parte de autoridades que podem acarretar atrasos na concessão das licenças, risco de embargos, perda de credibilidade junto aos stakeholders e/ou aumento dos custos caso os estudos precisem ser refeitos, afetando consequentemente o início das operações;
- Realização das obras de recuperação ambiental decorrentes da atividade estatal de mineração de carvão (pretérita a privatização) e manutenção daquelas com atividades concluídas, que podem incorrer em altos riscos financeiros.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- Realização de estudos de novas técnicas de remediação junto à avaliação dos resultados já alcançados, objetivando a modernização e maior eficiência de todo programa de recuperação ambiental;
- Realização de obras complementares, estudos e atualização de projetos ambientais que podem acarretar na necessidade do firmamento de novos cronogramas de execução junto às autoridades, emissão de novas licenças e aumento de custos, incorrendo no risco de multas e perda de credibilidade junto aos stakeholders caso ocorra seu descumprimento;

Mineração

- , Mudanças nas leis ou regulamentos aplicáveis podem exigir modificações em nossas tecnologias, operações e dispêndios inesperados de capital. Além disso, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para nossas operações e projetos, especificamente para nossas barragens, podem ser impostos e podemos encontrar atrasos na obtenção de licenças ambientais ou outras licenças operacionais, ou não conseguir e / ou renová-las. Esses eventos e custos adicionais podem ter um impacto negativo sobre nós e o retorno de nossos projetos e podem tornar certos projetos economicamente ou de outra forma inviáveis;
- Incêndios e invasões em propriedades, principalmente àquelas relacionadas a reservas legais e áreas de compensação ambiental que trazem riscos ao atendimento a requisitos legais, e perdas financeiras.
- Deslizamento de taludes de cavas, pilhas de estéril ou rejeito com potencial para atingir cursos d'água, vegetação e fauna carreamento de sedimentos para cursos d'água com potencial para causar impactos na fauna aquática e na qualidade dos corpos hídricos, Galgamento ou Rompimento de barragens (Contenção de sedimentos e rejeitos); Vazamentos de produtos e/ou resíduos perigosos.

Siderurgia

- Riscos operacionais relacionados a vazamento de gases, produtos químicos, explosões, descartes de efluentes, com possibilidade de gerar contaminação ambiental em solo, ar ou cursos d'agua e que podem acarretar restrição ou interrupção na captação de água pelas comunidades e cidades circunvizinhas. Para atenuar esse risco, a companhia investe continuamente no aumento do percentual de recirculação da água em suas unidades produtivas. A principal consumidora de água do grupo, a UPV opera com 93,6% de recirculação de água e as estações de tratamento de efluentes operam majoritariamente em circuito fechado. Todo o efluente descartado nos corpos hídricos são previamente tratados e monitorados através de continuas análises laboratoriais e informados ao órgão ambiental competente.

Logística

- Necessidade de adequação do escopo do Projeto Transnordestina S.A. ("TLSA"), inicialmente elaborado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), especificamente as denominadas variantes, as quais, por determinação do IBAMA durante a concessão da licença, implicaram na adequação de quatro variantes, desviando parte do trecho inicialmente definido de áreas urbanas.
- Mudanças em diretrizes técnicas envolvendo, principalmente, o processo e o fluxo de licenciamento da TLSA/FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") junto a órgãos como FUNAI (Fundação Nacional do Índio), IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Fundação Cultural Palmares e IBAMA, o que pode implicar em retrabalho e morosidade do processo;
- Dependência de implementação de políticas públicas para reintegração de posse das áreas de domínio da FTL invadidas pela população local, com alta exposição negativa devido a risco de acidentes, de atuação das unidades operacionais, invadidas pela população local, com alta exposição negativa devido a risco de acidentes;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- Pendência na finalização da desapropriação / apoio as famílias atingidas pela falta de estruturação dos agentes estaduais (TLSA);
- Contaminação ambiental decorrentes de acidentes, descarrilamento, vazamento de cargas ou combustíveis, que podem gerar contaminação no solo e em cursos d'agua.

A Companhia está sujeita a incidentes ambientais, de saúde e de segurança. Adicionalmente, novos e mais rigorosos regulamentos ambientais, de saúde e segurança impostos à Companhia poderão resultar em acréscimo de obrigações e dispêndios de investimentos

Inicialmente importante destacar que, em março de 2020, a pandemia da COVID-19 se disseminou significativamente em escala global. A pandemia tem o potencial de causar interrupções operacionais globais significativas, aumentando a volatilidade nos mercados globais, afetando economias globais e regionais. Caso as interrupções resultantes da pandemia continuem a aumentar em todo o mundo, elas podem afetar materialmente a economia global e os mercados financeiros, como taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis ao nosso endividamento, bem como afetar os clientes e fornecedores da Companhia e, consequentemente, sua produção. Essas consequências podem afetar a condição financeira da Companhia e os resultados das operações. A Companhia criou um Comitê especial que é responsável pelo monitoramento da pandemia, seus efeitos na economia global e está focado em minimizar os efeitos para empregados, operações, transações e resultados financeiros da Companhia. O prazo e os efeitos gerais da pandemia são atualmente imprevisíveis, não sendo possível prever o resultado na economia global e as consequências para as transações e resultados financeiros da Companhia.

Ademais, as instalações de siderurgia, mineração, cimentos, logística e energia da Companhia estão sujeitas a diversas leis, regulamentos e licenças no Brasil, relativos principalmente à proteção e integridade da saúde, da segurança e do meio ambiente.

Os padrões brasileiros de prevenção, mitigação e remediação da poluição continuam a mudar, com inclusões/alterações mais restritivas nos parâmetros de lançamento de efluentes líquidos e emissões atmosféricas, regras para preservação da fauna e da flora, novos regulamentos de gestão hídrica e de resíduos sólidos, novas restrições por parte dos órgãos ambientais quanto às ampliações e expansão de negócios, bem como aumento das exigências de preservação de florestas nativas e criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs como alternativas de compensação ambiental por projetos de expansão industrial e de mineração.

O governo brasileiro, no âmbito do acordo internacional que prevê metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), instituiu a "Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC" (Lei 12.187/2009), que prevê uma redução nas emissões de GEE para o setor industrial (incluindo siderurgia e cimento), e um plano de ação para o setor está sendo desenvolvido por um comitê técnico composto por representantes do governo, associações da indústria e acadêmicos. Para o setor de mineração, a meta de redução ainda não foi estabelecida.

Além disso, desde 2010, vigora no Estado do Rio de Janeiro, uma lei regulamentada pelo Instituto Estadual de Ambiente ("INEA"), que exige dos empreendimentos em operação no Estado, dentre os quais as instalações siderúrgicas e de produção de cimento da Companhia, a apresentação dos inventários de GEE verificados por terceiros e a elaboração de planos de mitigação de emissões para renovação ou solicitação de novas licenças operacionais. Em relação às emissões de poluentes atmosféricos para as fontes fixas, o Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") publicou a Resolução nº 436/2011, que estabelece os limites de emissão para poluentes atmosféricos gerados nas indústrias siderúrgicas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 2007. Essa Resolução também definiu prazos anuais intermediários para que cada parâmetro das fontes de emissões atmosféricas da siderurgia seja atendido, com prazo final em dezembro de 2018. Em setembro de 2018, a Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") com o Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo diversas ações, incluindo o enquadramento dessas emissões atmosféricas. Qualquer falha no cumprimento dessas ou de outras leis, resoluções e normas pode expor a Companhia à responsabilidade civil, criminal e administrativa.

O Governo Federal também instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos que estabeleceu diretrizes mais rigorosas relativas à gestão integrada ao plano de gerenciamento de resíduos sólidos e metas setoriais relativas à logística reversa, como sendo parte do processo de licenciamento ambiental. Finalmente, o Decreto Federal nº 9.406 de 2018, trouxe a regulamentação do Código Minerário, em continuidade a um programa de reforma de normas minerárias, contendo alterações conceituais, estruturais e procedimentais relevantes para o setor. Além disso, considerando o cenário atual, é

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

possível que sejam impostas novas regras mais rigorosas às operações de mineração, incluindo pedidos de recuperação ambiental de áreas degradadas e investimentos mínimos para a outorga de concessão. As operações da Companhia envolvem o uso de recursos naturais, manuseio e, armazenamento de substâncias perigosas, descargas e destinação de resíduos sólidos, que estão geralmente sujeitas a riscos e perigos significativos, incluindo incêndio, explosão, vazamento de gases tóxicos, derramamento de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, deslizamentos de rochas, acidentes envolvendo barragens, falhas de outras estruturas operacionais e acidentes envolvendo veículos, maquinários e equipamentos móveis. Isso pode ocorrer por acidente ou pela violação de normas de operação e manutenção, podendo resultar em impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição dos bens minerais ou das instalações de produção, ferimentos, doença ou fatalidade de funcionários, prestadores de serviços ou de membros da comunidade circunvizinha às operações, danos ao meio ambiente, atrasos na produção, prejuízos financeiros e possível responsabilidade civil. Não obstante as normas internas, políticas e controles rigorosos da Companhia, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes, que podem afetar adversamente seus negócios, stakeholders e/ou reputação.

Considerando que os negócios da Companhia estão sujeitos a inúmeras variáveis, que podem contribuir para a ocorrência de incidentes, a Companhia conta com rigorosos procedimentos corporativos preventivos, cumpre os padrões, procedimentos e as legislações vigentes, que minimizam essa probabilidade.

Novas ou mais rigorosas normas ambientais de segurança e saúde impostas sobre a Companhia podem obrigá-la a aumentar os dispêndios e investimentos, criar áreas adicionais de preservação em suas propriedades, ou fazer modificações em práticas operacionais e projetos. Especialmente com relação à atividade de mineração da Companhia, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para seus projetos, operações e especialmente suas barragens, poderão ser impostos. Em 2019 entraram em vigor as seguintes legislações: Lei 23291/2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens; Resolução Conjunta SEMAD/FEAM Nº 2.784/2019, que determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerarias; Portaria SGM/MME N° 21/2019, que determina que a Agência Nacional de Mineração (ANM) notifique os empreendedores de barragens de rejeitos de mineração quanto à segurança das barragens em razão do risco e do dano potencial; Resolução ANM Nº 13/2019, que estabelece medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método a montante ou por método declarado como desconhecido, proíbe a utilização do método de construção ou alteamento de barragens de mineração a montante e determina a desativação e descomissionamento ou descaracterização das estruturas assim existentes; Portaria IGAM N° 02/2019 que estabelece a periodicidade de execução ou atualização e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem. Em 2020, entraram em vigor as seguintes legislações relacionadas à barragens: Lei Federal 14.066/2020, que dentre outras coisas, altera a Política Nacional de Segurança de Barragens e o Código de Mineração; a Resolução ANM nº 49/2020, que altera a Portaria DNPM 155, de 12 de maio de 2016 e que aprova a Consolidação Normativa do DNPM e revoga os atos normativos consolidados; Resolução ANM nº 51/2020, que cria e estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento da Avaliação de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM - ACO, que compreende o Relatório de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM - RCO e a Declaração de Conformidade e Operacionalidade do PAEBM – DCO e o Decreto Estadual de Minas Gerais nº 48.078/2020, que regulamenta os procedimentos para análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência estabelecido pela Política Estadual de Segurança de Barragens. No primeiro trimestre de 2021, entraram em vigor as seguintes normas relacionadas ao tema: Lei Estadual nº 23.795 de 15 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens - Peab, no Estado de Minas Gerais; Decreto Estadual nº 48.140 de 25 de fevereiro de 2021, que regulamenta dispositivos da Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens no Estado de Minas Gerais e a Resolução Conjunta FEAM/IGAM/SEMAD 3.049 de 02 de março de 2021, que estabelece diretrizes para a apresentação do Plano de Ação de Emergência no Estado de Minas Gerais, Portaria IMA nº. 2047 de 31 de março e 2021, que estabelece diretrizes, exigências e ações para a apresentação e aprovação do Plano de Ação de Emergência-PAE, para as barragens abrangidas pela Lei nº 23.291, de 25 de janeiro de 2019.

Consequentemente, o montante e o momento das despesas ambientais ou relacionadas que deverão ser feitas pela Companhia podem variar substancialmente com relação ao atualmente previsto, e pode haver atrasos na obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais, ou mesmo com a inabilidade em obter e/ou renovar uma autorização, permissão e/ou licença. Esses custos adicionais também podem impactar negativamente a lucratividade dos projetos que a Companhia pretende implementar ou, até mesmo, torná-los economicamente inviáveis.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia também pode ficar exposta a responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, na eventualidade de não cumprir a legislação ambiental, bem como encontrar obstáculos para obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais. Práticas de eliminação de resíduos, emissões e readequações das operações podem obrigar a Companhia a realizar manutenções e aperfeiçoar suas instalações a custos significativos e/ou resultar em passivos consideráveis.

Restrições da legislação ambiental impostas por mercados internacionais para os quais a Companhia exporta seus produtos também podem afetar substancial e adversamente a Companhia e suas exportações.

Por fim, a Companhia celebrou e poderá no futuro ter que celebrar novos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), em âmbito extrajudicial ou judicial, junto aos órgãos e agências reguladoras brasileiras, obrigando-se a minimizar ou eliminar riscos de danos ambientais em áreas nas quais a Companhia atua ou já atuou. Se a Companhia não for capaz de cumprir com as obrigações assumidas em determinado TAC no prazo e condições acordadas, a Companhia poderá ficar exposta a penalidades, tais como multas, cancelamento de licenças e alvarás, suspensão de atividades ou fechamento de instalações.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrever quantitativa e qualitativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive riscos cambiais e taxa de juros

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado naturais do negócio. Existem riscos decorrentes da variação nas taxas de juros, taxas de câmbio, bem como preços de matérias-primas e mercadorias que podem afetar adversamente o valor de seus ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa ou resultados futuros.

Principais Fatores de Risco
O Governo Brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados por estes e outros fatores econômicos, tais como: • Taxas de juros; • Controles monetários; • Flutuações cambiais; • Inflação; • Volatilidade dos preços de matérias-primas e dos produtos finais da Companhia; • Falta de infraestrutura no Brasil; • Escassez de água e energia e programas de racionamento; • Liquidez dos mercados de crédito e de capital; • Políticas regulatórias para os setores de mineração, siderurgia, cimento, logística e energia; • Políticas e leis ambientais; • Políticas e leis fiscais, incluindo frequentes alterações nas regulamentações fiscais que podem resultar em incertezas relacionadas a tributações futuras; e • Outros fatores políticos, sociais e econômicos. Incerteza se o Governo Brasileiro implementará mudanças políticas ou regulatórias, estes e outros fatores podem contribuir com instabilidades econômicas no Brasil e podem levar a um aumento da volatilidade de títulos mobiliários no mercado brasileiro e de títulos emitidos no exterior por empresas Brasileiras. Esses e outros desenvolvimentos na economia brasileira e políticas governamentais podem afetar adversamente a Companhia, os negócios e resultados operacionais e podem afetar adversamente o valor de mercado das suas ações. Crise política, escândalos de corrupção e greves no Brasil afetaram no passado e continuam afetando o desenvolvimento da economia brasileira e a confiança de investidores estrangeiros, bem como o público em geral. Em 2020, como resultado da evolução da pandemia COVID-19, o PIB brasileiro contraiu 4,1%, em contrapartida, o PIB brasileiro registrou alta de 1,1% em 2019 e 1,3% em 2018. O resultado das operações e a condição financeira da Companhia podem ser afetados pela taxa do PIB. A Companhia não pode garantir que o PIB irá aumentar ou permanecer estável. A evolução da economia brasileira pode afetar o crescimento das taxas de crescimento no Brasil e, consequentemente, o uso dos produtos e serviços da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A instabilidade da taxa cambial pode afetar adversamente a condição financeira, os resultados operacionais e a cotação das ações da Companhia

A moeda brasileira tem experimentado, na última década, variações frequentes e substanciais em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de venda do dólar americano era de US $ 3.875 por US $ 1,00. Em 2019 e 2020, o real se depreciou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R$ 4,031 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 5.197 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020, conforme informado pelo Banco Central.

A desvalorização do Real frente ao dólar americano cria pressões inflacionárias no Brasil e causa aumentos nas taxas de juros, o que afeta negativamente a Companhia e o crescimento da economia brasileira, restringindo o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e provocando a intervenção do governo, inclusive com políticas recessivas. A desvalorização do Real frente ao dólar americano, no contexto de uma desaceleração econômica, levou a uma diminuição nos gastos do consumidor, pressões deflacionárias e crescimento reduzido da economia como um todo.

Por outro lado, a valorização do Real em comparação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil, assim como afetar o crescimento induzido pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a depreciação quanto a valorização do Real podem afetar material e adversamente o crescimento da economia brasileira e a Companhia, bem como impactar o valor do dólar americano em distribuições de dividendos e o valor equivalente em dólares americanos no preço de mercado das ações da Companhia.

No caso de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, o custo em reais de empréstimos da Companhia em moeda estrangeira e importações de matérias-primas, principalmente carvão e coque, aumentará. Por outro lado, se o Real se valorizar em relação ao Dólar norte-americano, fará com que os custos de produção denominados em ´Real aumentem como uma porcentagem dos custos totais de produção e façam com que as exportações da Companhia sejam menos competitivas. Temos um endividamento total denominado em dólar, ou vinculado, de R$ 25,372 milhões, o que representa 71,7% do nosso endividamento total, a partir de 31 de dezembro de 2020.

Esforços do governo para combater a inflação podem impedir o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia

Historicamente, o Brasil tem experimentado altas taxas de inflação. A inflação e certas ações tomadas pelo Banco Central para coibir isso tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira. Inflação medida pelo Índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* (IPCA) foram de 3,8%, 4,3% e 4,5% em 2018, 2019 e 2020, respectivamente; e a medição pelo Índice Geral de Preços do *Mercado* (IGP-M) foi de 7,5%, 7,3% e 23,1%, respectivamente.

A taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro é a taxa do *Sistema Especial de Liquidação e Custódia* do Banco Central, ou taxa SELIC. Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a taxa SELIC atingiu de 6,5 %, 4,5% e 2,7%, respectivamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente a política monetária do Banco Central, tiveram e podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e sobre a Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros restringiram e podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, as políticas do governo e do Banco Central mais brandas e a diminuição da taxa de juros provocaram e podem desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumento dos juros repentina e significativa, o que poderia afetar negativamente a Companhia e aumentar os pagamentos em nosso endividamento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.1 - Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Apresentamos abaixo, a relação dos processos judiciais e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas são partes, e que são considerados relevantes, segundo o critério de materialidade estabelecido pela Companhia (data-base 31/03/2021).

Para os fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação aplicável, (i) os processos cujo valor envolvido seja superior a R$232.500 mil, o equivalente a 0,63% da Receita Líquida Consolidada de Vendas da Companhia; e/ou (ii) os processos cuja matéria envolvida possa influenciar a decisão do investidor, por envolver riscos de imagem da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

i. Trabalhistas

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0013500-50.2008.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	Instância Superior	30/01/2008	Ministério Público do Trabalho x CSN	Valor Ilíquido	O MPT pleiteia que seja proibida: i) a execução de horas extras além de duas por dia; ii) a execução de horas extras em local insalubre; iii) a redução do intervalo intrajornada; iv) a redução do intervalo interjornada; e v) a falta de descanso semanal dentro dos 7 dias da semana. Processo foi julgado procedente na primeira instância e no TRT/RJ referida sentença foi anulada, baixando os autos a origens para decretação de novo julgamento. Houve a prolação de nova sentença parcialmente procedente e interposição de recuso ordinário pelas partes. Os recursos foram julgados, tendo o parcial provimento. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pelas partes. Paralelamente, a Cia. ingressou com ação cautelar para atribuição de efeito suspensivo ao Recurso, sendo concedido liminar para que o pagamento efetivo dos valores inicie apenas após o trânsito em julgado da cautelar.	Possível	Valor Ilíquido	Não há.
0231000-34.1997.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	2ª Instância	13/08/1997	Ministério Público do Trabalho X	Valor Ilíquido	O MPT investiga eventual descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, analisando possível contado dos tralhadores ao calor, ruído, poeira e benzeno, bem como suposta contratação de terceirizados para o	Possível.	Valor Ilíquido	Não há.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
				Companhia Siderúrgica Nacional		desenvolvimento de atividade fim. A defesa da CSN foi apresentada, sendo determinada a realização de perícia técnica. Após apresentação do laudo pericial houve a realização de audiência de instrução, realizada em setembro de 2017, ocasião que o MPT sugeriu a celebração de um Termo de Compromisso. As partes iniciaram a negociação para a celebração de termo de compomisso, mas não houve um consenso quanto às bases do acordo. Processo julgado parcialmente procedente, condenando a CSN (obrigação de fazer) a adotar medidas de seguranças indicadas no laudo pericial nos setores de Coqueria e Carboquimíco. Aguarda-se julgamento do Recurso Ordinário interposto pela CSN.			
0100289-31.2018.5.01.0462	2ª VT – Itaguaí/RJ	2ª Instãncia	25/04/2018	Ministério Público do Trabalho x Sepetiba Tecon	R$ 2.720.000,00	O MPT investiga o acidente de trabalho ocorrido em 2014, pleiteando: i) a garantia de que as normas de saúde e segurança do trabalho são respeitadas, em especial a NR29; ii) a obrigação de não permitir a execução de horas extras além de duas diárias; iii) a concessão do descanso semanal remunerado; iv) a concessão de tutela antecipada e interdição da operação em caso de risco aos trabalhadores; e v) o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, iniciando a instrução processual. A defesa da Sepetiba Tecon foi apresentada. A perícia técnica foi realizada. Processo julgado parcialmente procedente, condenando a Sepetiba Tecon na adoção de algumas medidas de segurança indicadas na NR29 e jornada de trabalho, e dano moral coletivo. Aguarda-se julgamento do Recurso ordinário interposto pela Sepetiba Tecon.	Possivel	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0101772-05.2017.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	Instância Superior	16/11/2017	Ministério Público do Trabalho X Companhia Siderúrgica Nacional	Valor Ilíquido	O MPT pleiteia que a CSN se abstenha de alterar o turno de revezamento de 6 horas para 8 horas na unidade de Volta Redonda. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, iniciando a instrução processual. A defesa da CSN foi apresentada demonstrando a legalidade da alteração, a votação em assembleia dos trabalhadores e a celebração de ACT com o Sindicato da categoria, além de comprovar o cumprimento das normas de SST. Processo julgado improcedente. Concedido parcial provimento ao Recurso Ordinário interposto pelo MPT, determinando que a CSN proceda a elaboração dos laudos de SST com o redimensionamento para 8 horas diárias, para posterior implementação do turno de revezamento de 8 horas. Diante da regular emissão do PPRA, a CSN opôs Embargos de Declaração para esclarecer a omissão e contradição apresentada na decisão, sendo concedido provimento para esclarecer que o laudo apresentado atende os requisitos de validade. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pela CSN.	Possível	Valor Ilíquido	Não há.
0010804-89.2019.5.03.0054	VT – Congonhas/MG	1ª Instância	06/09/2019	Ministério Público do Trabalho X CSN Mineração	R$1.190.000,00	O MPT pleiteia que a empresa (i) se abstenha de manter em funcionamento barragem de rejeitos, obra, estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamentos interditados pelos Órgãos de Inspeção do Trabalho, devendo cumprir integralmente eventuais interdições até que as mesmas venham a ser suspensas pela autoridade competente, e (ii) indenização de danos morais coletivos no valor de R$1.000.000,00. Concedida decisão liminar para determinar que a empresa observe interdições promovidas pela Auditoria Fiscal do Trabalho. Defesa apresentada e instrução processual realizada. Processo julgado parcialmente procedente, para determinar que a	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						empresa se abstenha de tdesenvolver atividades em equipamento, setor ou área interdidadas pelos Órgãos de Inspeção do Trabalho, e indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100.000,00. Decisão mantida no Tribunal Regional do Trabalho. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pela CSN.			
0011120-39.2018.5.03.0054	Vara do Trabalho de Congonhas/MG	TST	Data da distribuição: 11/12/2018	Ministério Público do Trabalho x CSN Mineração	R$2.560.000,00	O MPT pleiteia que a CSN Mineração atenda e mantenha o percentual de empregados previstos no artigo 93 da Lei 8.213/1991, mediante a contratação de beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, e observe a substituição em caso de dispensa imotivada, sob pena de multa, com pagamento de indenização por danos morais coletivos. Após a defesa da empresa e instrução do processo, demonstrando as tentativas da empresa para cumprimento do percentual de contratação, o processo foi julgado parcialmente procedente, condenando a empresa no atendimento do percentual e da substituição da dispensa, sob pena de multa diária por empregado não contratado , bem como indenização por danos morais coletivos. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ªRegião manteve a condenação. Aguarda-se o julgamento do Recurso de Revista interposto pela CSN Mineração. Paralelamente, a CSN Mineração ingressou com ação cautelar para atribuição de efeito suspensiso ao Recurso, sendo concedida liminar	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido e atender a obrigação, sob pena de multa.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão

ii. Tributários

COMPANHIA COMO RÉ:

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Execução Fiscal nº 0033412-82.2017.4.03.6182	10ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal em São Paulo	1ª instância judicial	27/11/2017	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X Companhia Siderúrgica Nacional	R$9.068.195.408,99	Auto de Infração lavrado para exigir IRPJ e CSLL sobre Ganho de Capital em uma suposta venda, pela Companhia, de 40% das ações da sua controlada em conjunto com Nacional Minérios S.A. (“Namisa”) para um grupo de investidores japoneses. Execução Fiscal ajuizada para cobrança da parcela referente ao principal, juros e multa de 75% controlada originalmente no processo nº 19515.723039/2012-79 (desmembrado para o processo n 16151.720074/2017-29), abaixo descrito. Foi lavrado termo de penhora com os bens oferecidos pela empresa. Arrolamento penhorado. Suspendido o curso da Execução Fiscal até julgamento final do MS 1002288-25.2017.4.01.3400, impetrado em face da negativa de vista solicitada pela Conselheira no julgamento realizado no CARF. Foram ofertados novos bens à penhora em substituição aos bens do arrolamento. Aguarda-se	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						providências para efetivação da nova penhora. No referido MS foi proferida sentença favorável à CSN. Aguarda-se, neste caso, julgamento do recurso da Fazenda. Caso seja mantida a decisão favorável, haverá novo julgamento da autuação no CARF. No mérito, discutido na Ação Ordinária nº 5021979-48.2017.4.03.6100, pretende-se que seja reconhecida a legalidade da operação que gerou a lavratura do Auto de Infração, requerendo o cancelamento da cobrança.			
Processo Administrativo nº 19515.723039/2012-79	CARF	2ª instância administrativa	28/12/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$3.670.791.916,78	Processo Administrativo que discute a multa qualificada originária do Auto de Infração lavrado para exigir IRPJ e CSLL sobre Ganho de Capital em uma suposta venda, pela Companhia, de 40% das ações da sua controlada em conjunto com Nacional Minérios S.A. (“Namisa”) para um grupo de investidores japoneses. Decisão da Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”) julgou improcedente o auto de infração. O Recurso de Ofício foi parcialmente provido pelo CARF. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial. Impetrado Mandado de Segurança (MS nº1002288-25.2017.4.01.3400), em face da negativa de vista solicitada pela Conselheira no julgamento do CARF. No referido MS foi proferida sentença favorável à CSN. Aguarda-se, neste caso julgamento do recurso da Fazenda. Caso seja mantida a decisão favorável, haverá novo julgamento da autuação no CARF.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
MS nº 1012477-62.2017.4.01.34000 (Processo Administrativo nº 15504.727972/2017-06/)	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	2ª instância judicial	18/09/2017	CSN MINERAÇÃO X PRESIDENTE da 1 ª TURMA DO CSRF	R$2.056.789.791,14	Trata-se de Auto de Infração que exige IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas de ágio utilizado na forma prevista pelos artigos 7° e 8° da Lei n° 9532/97, nos anos de 2009 a 2011, provenientes da incorporação da Big Jump Energy Participações S.A. Este processo é decorrente do desmembramento do processo nº 19515.723053/2012-72 para a cobrança da parcela referente ao principal, juros e multa de 75%, encaminhada para a cobrança judicial. Desta forma, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						1012477-62.2017.4.01.34000 questionando ilegalidades durante o curso do processo administrativo. Sentença favorável à Companhia. Aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Sobrestamento do processo administrativo até o trânsito em julgado do MS.			
Ação Ordinária 1045713-97.2020.4.01.3400	2ª Vara Federal Cível da SJDF – Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1ª instância Judicial	17/08/2020	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X Companhia Siderúrgica Nacional	R$938.204.377,90	Ação Ordinária ajuizada para desconstituir o Auto de infração que exige IRPJ/CSLL, bem como IRRF, sobre a dedutibilidade dos juros do pré-pagamento dos contratos operacionais, pagos pela CSN à NAMISA, durante o ano de 2010. Foi proferida decisão concedendo tutela antecipada a fim de suspender a exigibilidade dos débitos até sentença.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 16561.720057/2019-21	CARF	2ª instância administrativa	30/09/2019	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$1.070.396.661,62	Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o Imposto IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2014, em razão da suposta ausência de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL dos lucros auferidos por controladas no exterior. Foi apresentada Impugnação. Interposto Recurso Voluntário em face do acórdão que julgou improcedente a impugnação apresentada. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 10600.720070/2018-18	CSRF	2ª instância administrativa	30/11/2018	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN Mineração	R$1.053.325.625,79	Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir de IRPJ e CSLL decorrente da glosa das despesas de ágio utilizado na forma prevista pelos artigos 7° e 8° da Lei n° 9532/97 (período 2013 e 2014), provenientes da incorporação da Big Jump Energy Participações S.A. Foi apresentada a Impugnação. A DRJ negou provimento ao recurso apresentado. Desta decisão, foi apresentado Recurso Voluntário. Julgamento do Recurso Voluntário favorável à Companhia. Interposto Recurso	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						Especial pela Fazenda. Aguarda-se julgamento.			
Execução Fiscal nº 5004821-20.2020.4.03.6182	5ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal em São Paulo	1ª instância Judicial	17/02/2020	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X Companhia Siderúrgica Nacional	R$1.027.173.385,31	Execução Fiscal ajuizada para cobrança de IRPJ/CSLL, sobre a dedutibilidade dos juros do pré-pagamento dos contratos operacionais, pagos pela CSN à NAMISA, durante o ano de 2011. Foi distribuída Ação Anulatória, antes do ajuizamento da execução. O feito foi suspenso por força da decisão proferida nos autos da ação ordinária vinculada. No mérito, discutido na Ação Anulatória 1040738-66.2019.4.01.3400, pretende-se seja reconhecida a legalidade da operação que gerou a lavratura do Auto de Infração, requerendo o cancelamento da cobrança.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 16561-720.043/2016-65	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	28/12/2016	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$883.623.959,43	Trata-se de auto de infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2011. Foi apresentada Impugnação à qual foi dado provimento parcial. Foram apresentados Recurso Voluntário da CSN e Contrarrazões ao Recurso de Ofício da DRJ. O CARF deu provimento ao recurso voluntário em relação à tributação dos rendimentos das controladas na Espanha (Tratado) e sobrestou o julgamento do processo até que sejam julgados os processos administrativos: 19515.723039/2012-79; 10314.72849/2014-99; 10314.728430/2014-13; 16561.720063/2014-74.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 19515.723053/2012-72	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	28/12/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN MINERAÇÃO	R$830.542.227,94	Processo Administrativo que discute a multa qualificada originária do Auto de Infração que exige IRPJ e CSLL decorrente da glosa de despesas de ágio utilizado na forma prevista pelos artigos 7° e 8° da Lei n° 9532/97, nos anos de 2009 a 2011, provenientes da incorporação da Big Jump Energy Participações S.A. Decisão favorável em 1ª instância (DRJ) e 2ª instância	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						(CARF). O Recurso Especial da PGFN foi provido e a autuação foi restabelecida. Aguardando a remessa dos autos à DRJ para análise à quantificação da multa. Já a parcela referente ao principal, juros e multa de 75%, foi desmembrada e atualmente é controlada pelo processo nº 15504-727.972/2017-06, acima descrito.		valor envolvido.	
Execução Fiscal nº 0017549-68.2010.8.19.0066	STJ	Tribunal Superior	09/07/2010	Secretaria do Estado da Fazenda do RJ X Companhia Siderúrgica Nacional	R$671.696.433,66	Exigência do ICMS nas operações interestaduais de aquisição de energia elétrica consumida no processo industrial (período abr/2003 a dez/2006). Foram opostos Embargos à Execução Fiscal, os quais foram julgados procedentes para determinar o cancelamento do crédito tributário. Foi negado provimento ao recurso de Apelação interposto pelo Estado. Os Recursos Especial e Extraordinário foram inadmitidos. Foi apresentado Agravo em Recurso Especial e Extraordinário, pelo Estado do Rio de Janeiro. Aguarda-se julgamento. Em 12.11.2020, foi proferida decisão monocrática, na qual o Min. NAPOLEÃO NUNES concedeu parcial provimento ao Recurso Especial do Estado do Rio de Janeiro, apenas e somente para afastar a multa pela oposição dos Embargos de Declaração prevista no art. 1.026, § 2o. do CPC/15. Aguarda-se de julgamento do Agravo Interno interposto pelo Estado do RJ nos autos do REsp.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Ação Rescisória nº 0000446-44.2019.4.02.0000	Tribunal Regional Federal da 2º Região	2ª instância judicial	30/01/2019	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X Companhia Siderúrgica Nacional	R$687.248.100,00	Trata-se no caso de Ação Rescisória ajuizada pela Fazenda Nacional, com suposto fundamento no artigo 966, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015, pela qual pretende ver rescindido o v. acórdão proferido pela C. 3ª Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos do Mandado de Segurança nº 0002880-88.2003.44.02.5101, onde foi julgado procedente o pedido determinando à autoridade coatora que “abstenha-se de autuar a impetrante quando esta deixar de adicionar o resultado positivo da equivalência patrimonial em suas coligadas ou controladas no	Remota	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						exterior à base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reconhecendo a ilegalidade da IN SRF nº 213/2002 no que respeita ao contido no art. 7º, §1º.". Julgamento suspenso para ser levado ao Plenário para julgamento estendido após 3 votos pela procedência da rescisória e 2 votos pela sua improcedência.			
Processo Administrativo nº 16561.720063/2014-74	CSRF	2ª instância administrativa	30/06/2014	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$300.234.632,81	Trata-se de Auto de Infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2010. O julgamento de 1ª instância foi convertido em diligência, a qual foi encerrada de forma favorável à Companhia. Posteriormente, a CSN foi intimada sobre o início de nova diligência sobre este mesmo caso. Finda a diligência, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento houve por bem julgar parcialmente procedente a Impugnação da CSN. Negado provimento aos recursos de ofício e voluntário. Interposto Recurso Especial pela CSN. Aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº E-04/211/002638/2018	Conselho de Contribuintes - SEFAZ/RJ	1ª instância administrativa	17/12/2018	Estado do Rio de Janeiro X Companhia Siderúrgica Nacional	R$514.163.189,11	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ – RJ para cobrança de ICMS em razão dos questionamentos sobre vendas feitas para clientes que se encontram na Zona Incentivada. Foi apresentada a Impugnação, a qual teve o seu provimento negado. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, onde obteve êxito parcial para reconhecer a decadência. Interposto Recurso da decisão parcialmente favorável. Aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Mandado de Segurança nº 5014031-	3ª Turma – TRF 3ª Região	1ª instância judicial	02/08/2019	Delegado da Receita Federal-DERAT/SP X	R$585.911.290,18	Trata-se de mandado de segurança o qual objetiva que os débitos em cobrança nos processos administrativos ns. 10314.728429/2014-99 e 10314.728430/2014-13, oriundos de acusações fiscais feitas em outros lançamentos realizados pela Receita Federal do Brasil, não sejam exigidos	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
84.2019.4.03.6100				Companhia Siderúrgica Nacional		da empresa enquanto não forem definitivamente julgados os processos que discutem as correspondentes acusações fiscais ou ao menos enquanto hígida a suspensão da exigibilidade destes outros lançamentos fiscais. Foi denegada a segurança. Interposto recurso de apelação pela CSN..Aguarda-se julgamento.		valor envolvido.	
Processo nº 930.669/2019	Agência Nacional De Mineração - ANM	1ª Instância administrativa	19/12/2019	Departamento Nacional de Produção Mineral X CSN MINERAÇÃO	R$444.821.730,52	Notificação Fiscal de Lançamento de débito – NFLD para cobrança de débito de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM, por um suposto recolhimento a menor, por suspostas divergências na apuração do faturamento bruto e líquido, no valor do consumo e do custo de produção, que impactariam na base de cálculo da CFEM. Apresentada Impugnação para defender a apuração e a base de cálculo utilizada pela Companhia para efetuar o recolhimento da CFEM. Aguarda-se o julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Mandado de Segurança nº 1039845-05.2020.4.01.3800	7ª Vara Federal Cível da SJMG – Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1ª Instância Judicial	25/09/2020	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X CSN MINERAÇÃO	R$385.804.935,28	Trata-se de mandado de segurança impetrado para desconstituir o Auto de Infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de sua controlada indireta no exterior no ano de 2008. Foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada para anular os créditos tributários de IRPJ e CSLL apurados no PTA nº 108880.728246/2012-87.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo nº 0005394-73.2017.4.01.3800	22ª Vara da Seção Judiciária de Belo Horizonte	1ª Instância Judicial	27/01/2017	União Federal X CSN MINERAÇÃO	R$261.210.001,28	Ação Anulatória visando a desconstituição do crédito tributário de IRRF em decorrência de ganho de capital como responsável tributário na aquisição da CFM, formalizado nos autos do processo n º 15504.726890/2012-21. A Companhia conseguiu suspender a exigibilidade do crédito tributário via liminar. No mérito aguarda-se produção de provas e sentença.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Processo nº 930.667/2019	Agência Nacional De Mineração - ANM	1ª Instância administrativa	19/12/2019	Departamento Nacional de Produção Mineral X CSN MINERAÇÃO	R$239.167.113,65	Notificação Fiscal de Lançamento de débito – NFLD para cobrança de débito de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM, por um suposto recolhimento a menor, por suspostas divergências na apuração do faturamento bruto e líquido, no valor do consumo e do custo de produção, que impacatiram na bse de cálculo da CFEM. Apresentada Impugnação para defender a apuração e a base de cálculo utilizada pela Companhia para efetuar o recolhimento da CFEM. Aguarda-se o julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 130747260062020 41	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª Instância administrativa	12/11/2020	Delegado da Receita Federal-DERAT/SP X Companhia Siderúrgica Nacional	R$895.163.870,49	Auto de Infração lavrado para cobrar os valores lançados como crédito de COFINS do 2ª Trimestre de 2015 ao 4º Trimestre de 2016, não vinculados a pedidos de compensação, no valor histórico de R$ 881.153.529,37 (R$ 429.508.875,91 de principal, R$ 322.131.656,87 de multa de 75% e R$ 129.512.996,59 de juros). Em 15/04/2021, com base na última petição, a 17ª Turma da DRJ remeteu os processos à 16ª Turma, sendo emitido as resoluções reconhecendo grande parte dos créditos glosas efetivadas para o período fiscalizado (cerca de 95% das glosas foram canceladas, considerando todo o período fiscalizado), bem como determinando a conversão dos processos em diligência para que a DRF-São José dos Campos/SP reapurasse os créditos ressarcíveis. Aguarda-se remessa à DRF.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 106007200082020 32	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª Instância administrativa	16/11/2020	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN MINERAÇÃO	R$866.075.396,11	Negócios 2015 - Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 16 de novembro de 2020, em face da Companhia, na qualidade de responsável tributária, para a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os supostos ganhos de capital auferidos pelas empresas domiciliadas no exterior Brazil Japan Iron Ore Corporation (BJIOC), POSCO e CSC decorrentes da alienação, em 30.11.2015, das participações societárias que estas detinham na Namisa S.A. e que foram integralizadas na Congonhas Minérios S/A (antiga denominação	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						social da autuada). Em 21/12/20200, apresentada impugnação. Atualmente, aguarda-se o julgamento da impugnação apresentada perante a DRJ.			
Processo Administrativo nº 165617205320208 7	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª Instância administrativa	19/10/2020	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$731.696.528,28	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração, lavrados em 29.10.2020, por meio dos quais a fiscalização da Receita Federal do Brasil pretende exigir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), referentes aos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior no ano-calendário de 2015, acompanhados de multa de ofício, com fundamento no art. 44, inciso I, da Lei n. 9430, de 27.12.1996, e juros de mora. Além disso, foi lavrado auto de infração de multa regulamentar em razão da suposta apresentação de ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas. Atualmente, aguarda-se o julgamento da impugnação apresentada perante a DRJ.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº 036170934	SEFAZ/RJ	1ª Instância administrativa	07/12/2020	Fazenda Estadual X CSN	R$547.675.731,08	Trata-se de auto de infração lavrado pela SEFAZ/RJ exigindo ICMS e Multa pelo suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS relativo a aquisições, do período de 2015 a 2020, de produtos intermediários, classificados pela Fiscalização como destinados ao uso ou consumo do estabelecimento. Aguarda-se realização de diligência fiscal a fim de retificar autuação com base da decisão proferida pela JRF.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há
Processo Administrativo nº E040380004862017	Conselho de Contribuintes - SEFAZ/RJ	2ª Instância Administrativa	06/12/2017	Fazenda Estadual X CSN	R$240.470.598,37	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ – RJ para cobrança de ICMS em razão dos questionamentos sobre vendas feitas para clientes que se encontram na Zona Incentivada. Foi apresentada a Impugnação, que resultou na retificação do lançamento. Dessa forma, foi protocolada nova impugnação. A impugnação teve o seu provimento negado. A CSN interpôs Recurso Voluntário o qual aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Ação Ordinária 2000.51.01.000579-0	15ª Vara da Justiça Federal do RJ	1º Instância judicial	16/12/1994	Companhia Siderúrgica Nacional X Secretaria da Receita Federal	A apurar	ELETROBRÁS - CSN pleiteia reaver o valor recolhido à Eletrobrás entre 1989 - 1993 a título de Empréstimo Compulsório corrigido até a data da devolução. Por se tratar de uma empresa eletro intensiva, há um valor significativo a ser restituído. No mérito, a Cia sagrou-se vencedora e apresentou petição de liquidação de sentença. Aguarda-se a manifestação do Juízo e nomeação de perito.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo.	Não há
Processo nº 99.001.160680-1 (0170796-56.1999.8.19.0001)	STJ	Tribunal Superior	16/12/1994	Companhia Siderúrgica Nacional X Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	R$ 330.661.200,00	SEMI ELABORADOS – restituição do ICMS dos valores pagos sobre bens exportados, relativo ao período entre 15/06/92 a 11/11/96, afastando as inconstitucionais restrições dos incisos II e III do artigo 16 da Resolução da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) nº 2.455/94, uma vez que os produtos fabricados pela e exportados não se enquadram na definição de semielaborados. Sentença improcedente, razão pela qual foi apresentado Recurso de Apelação. O Recurso foi julgado improcedente e dessa forma interpusemos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, tendo sido inadmitidos. A Companhia interpôs Agravo em REsp e RE. Aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo.	Não há
						Ação Civil Pública proposta pela Anacont para declarar inconstitucional a cobrança de IPTU progressivo. Ação julgada procedente e iniciado o			

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0003419-15.2006.8.19.0066 / AR 5.773	Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior	24/11/2009	Companhia Siderúrgica Nacional X Prefeitura Municipal de Volta Redonda	R$ 201.812.000,00	processo de Liquidação por Artigos de forma a apurar o valor do indébito (03/2006). Sentença julgou totalmente procedente o pedido e na decisão dos EDs restou definido que os juros incidiriam a partir da citação do Município para pagamento. Não houve recurso desta decisão e o trânsito em julgado ocorreu em 02/2008. Em 2007 o Município propôs Ação Rescisória para anular a decisão favorável proferida na ACP e requereu a suspensão até decisão final na rescisória. A discussão será em torno do momento em que os juros passarão a incidir, se desde 02/2008 ou a partir da citação da Prefeitura (atual). Autos conclusos ao Min. Og Fernandes para decisão.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo	Não há

iii. Previdenciário

Não há processos previdenciários considerados relevantes para os negócios da Companhia.

iv. Cíveis

COMPANHIA COMO RÉ:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0000598-29.1992.8.19.0066	2ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda – RJ	1ª Instância	29/10/1992	TEBAS CONSTRUÇÕES LTDA X CSN	R$ 507.718.956,91	Trata-se de pedido de ressarcimento de prejuízos sofridos por Tebas em razão do desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de empreitada por preço global e de serviços de obras civis, firmados entre as partes nos	Possível	Não há	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						anos de 1979 e 1980. A ação foi julgada desfavoravelmente à CSN, que por sua vez apresentou pedido de rescisão dessa sentença. Os valores devidos pela CSN serão apurados por perícia e o pedido de rescisão da sentença ainda está pendente de julgamento pelo STJ.			
0174586-18.2017.8.19.0001	2ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ	1ª Instância	12/07/2017	LIGTH – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE – S/A X CNS	R$ 307.070.857,06	Ação proposta pela Light, pleiteando o pagamento de faturas de energia elétrica dos meses de março, abril e maio de 1994. Fundamenta seu pedido no cancelamento da operação realizada entre Light, a CSN e a extinta Rheem em meados de 1994. Nesta operação: (i) a Rheem era detentora de créditos tributários de ICMS e devedora da CSN pelo fornecimento de produtos; (ii) a CSN era credora da Rheem pelo fornecimento de produtos e devedora da Light pelo fornecimento de energia elétrica; e (iii) a Light era devedora do Estado e credora da CSN pelo fornecimento de energia elétrica. Ajustou-se, que a Rheem transferiria seus créditos de ICMS à Light, com certo deságio, para amortizar os débitos de titularidade da CSN. Ocorre que essa operação, embora tenha sido inicialmente homologada e efetivada, foi posteriormente	Possível	Não há	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						cancelada pelas autoridades tributárias estaduais – o que, segundo a Light, teria revogado a quitação das faturas de energia elétrica de titularidade da CSN. A ação foi julgada improcedente a aguarda julgamento ce recurso da Light.			
0057441-49.2008.8.13.0024	13ª Turma do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG	2ª Instância	06/05/2008	INDUMILL S/A INDUSTRIA E COMERCIO X CSN	R$ 246.806.152,30	Trata-se de ação indenizatória ajuizada pela INDUMILL, por meio da qual pleiteia reparação pelos prejuízos decorrentes de suposto inadimplemento de contrato de fornecimento de bobinas de aço para beneficiamento, além de lucros cessantes e perdas e danos decorrentes do suposto descumprimento, pela INDUMILL, de compromissos assumidos junto a terceiros, bem como pela redução de seu faturamento. Proferido acórdão favorável à CSN, reconhecendo a ocorrência de prescrição O Recurso Especial da Indumill foi inadmitido por ausência de preparo. Interposto Aresp pela Indumill, este foi improvido. Aguarda certidão de trânsito da decisão favorável à CSN.	Possível	Pagamento de indenização, além de ônus sucumbenciais.	Não há
0008246-79.2000.8.19.0066	3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ	Tribunal Superior	11/05/2020	JOLIAL CONSTURÇÕES LTDA X CSN		Trata-se de pedido de recebimento de valores pagos a menor pela CSN, no bojo de contrato de prestação de serviços, decorrente	Remoto	Não há	R$ 432.917,28

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
					R$ 223.126.212,68	de reajuste determinado por dissídio coletivo trabalhista. A ação foi julgada desfavoravelmente à CSN.A perícia realizada concluiu que não há saldo devedor por parte da CSN e atualmente, há recurso de Jolial pendente de julgamento pelo STJ.			

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0018394-92.2012.8.26.0565	3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ	Tribunal Superior	05/11/2012	CSN, Florestal Nacional e DIPLIC x Grupo Ternium (CONFAB, PROSID, SIDERAR e TERNIUM)	R$ 5.435.380.144,60	Trata-se de ação ordinária movida pela CSN, CSN Cimentos, Florestal Nacional e DIPLIC em face do Grupo Ternium, na qual se requer sejam as rés obrigadas a realizar a OPA de que trata o art. 254-A da Lei das S.A., ou que sejam as rés condenadas a comprar as ações de titularidade da CSN, existentes ao tempo da alienação de controle e por ela ainda detidas no momento da execução de sentença por 80% do preço de aquisição de cada ação de controle (R$ 36,00).	Possível	Não há, tendo em vista que, em caso de perda, no limite, teremos verba de sucumbência	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0129629-98.1995.8.19.0001	3ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ	1ª Instância	14/11/1995	CSN x LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	R$ 713.500.889,12	Ação ajuizada pela CSN em face da Light, visando à reparação de danos materiais decorrentes de quedas de tensão que ocasionaram a interrupção total ou parcial da linha de produção no período periciado (jan/91 a jun/02). Laudo de liquidação apresentado e homologado. Light interpôs recurso contra a decisão de homologação, que aguarda julgamento.	Possível	Não há	Não há
0003843-28.2005.4.02.5101	5ª Turma Especializada do TRF-2	2ª Instância	03/03/2005	CSN x RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	R$ 690.120.018,58	Ação proposta pela CSN visando à restituição dos valores pagos a maior, a título de frete, de abril de 1994 até março de 1996. Ação julgada procedente, em decisão definitiva. Será iniciada a fase de liquidação de sentença.	Remoto	Não há, tendo em vista que, em caso de perda, no limite, teremos verba de sucumbência	Não há
0153056-85.1999.8.19.0001	35ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ	1ª Instância	22/10/1999	CSN x INDUMILL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R$ 429.284.109,83	Execução de título judicial movida pela CSN advinda de acordo (homologado em Juízo). Aguarda-se efetivação da execução em relação aos imóveis já agravados. Apresentada manifestação do contador judicial informando que não há mais valores a serem acrescentados, as Partes se manifestaram e aguarda decisão do juízo.	Possível	Não há	Não há

v. Ambientais

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0003455-43.2010.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	10/12/2010	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 306.389.000,00	Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF devido à suposta contaminação por resíduos siderúrgicos do aterro denominado “Márcia 1”. Realizados estudos ambientais na área e sua remediação. Após instrução, as partes apresentaram as alegações finais e os autos permaneceram na conclusão para prolação da sentença de dezembro de 2016 até março de 2020. Recentemente os autos foram baixados em diligência e agendada uma audiência de tentativa de conciliação para 07/07/2020.	Possível	Financeiro	Não há
0001446-40.2012.4.02.5104	3ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	03/07/2012	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	R$ 6.008.547,99	Ação Civil Pública proposta pelo MPF em razão de suposta contaminação e poluição do solo e água subterrânea (depósito de resíduos sólidos industriais) na área do Condomínio Volta Grande IV. Devido à existência de ação análoga na Justiça Estadual, foi suscitado conflito de competência, tendo o STJ declarado competente o juízo federal. Aguarda-se retomada da instrução.	Possível	Financeiro	Não há
0066962-02.2015.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª e 2ª Instâncias	24/06/2015	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública proposta pelo MPF devido ao suposto descumprimento de legislação ambiental relacionada à emissão de particulados (Resoluções CONAMA n. 382/2006 e 436/2011), pelas Unidades de Sinterização 2, 3 e 4 da Usina Presidente Vargas UPV/VR, bem como sobre o licenciamento ambiental da planta. Demanda em fase de iminente instrução, após concessão de medida liminar em favor da CSN, foi interposto recurso pelo MPF, o qual aguarda julgamento no Tribunal.	Possível	Financeiro/Operacional	Não há
0114197-62.2015.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	08/09/2015	Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Ilíquido	Ação Civil Pública ajuizada conjuntamente pelo MPF e MPE/RJ em face da CSN e proprietários dos imóveis dos aterros denominados Márcia II, III e IV, Wandir I e II em razão de suposta contaminação dessas áreas e danos ao meio ambiente, devido ao depósito de resíduos industriais oriundos da CSN. Apresentada defesa. Processo em fase inicial, com sucessivas solicitações de informações do juizo de origem ao INEA quanto o status do	Possível	Financeiro	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros		processo de gerenciamento ambiental da área.			
5000405-88.2018.4.04.7204	4ª Vara Federal de Criciúma/SC	1ª Instância	05/04/1993	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	R$ 9.928.146,59	Ação Civil Pública proposta pelo MPF em face da CSN, União e diversas Carboníferas visando a recuperação ambiental dos danos ambientais ocasionados pela mineração de carvão na Região Sul de Santa Catarina. A ação foi julgada procedente, reconhecendo a responsabilidade das carboníferas pelos danos causados pela mineração do carvão, condenando-as solidariamente à recuperação ambiental das áreas afetadas. Em março de 2018, foi firmado novo Termo de Acordo Judicial (TAJ), em substituição aos acordos de 2009 e 2010, no qual se estabeleceu as responsabilidades e cronogramas pela recuperação dos passivos ambientais de áreas específicas. Atualmente o cronograma de obras, estudos e ampliação dos critérios técnicos para a recuperação ambiental das áreas está em andamento, conforme previsto no TAJ.	Remoto	Financeiro	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0000689-17.1995.8.19.0066	3ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª e 2ª Instância	20/01/1995	Município de Volta Redonda x Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 251.132.592,50	Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Volta Redonda pleiteando a condenação da CSN ao cumprimento de 26 itens do PAC Programa Ambiental Compensatório. Após a defesa pela CSN, as partes celebraram uma Transação homologada judicialmente (TAC/1995) fixando as obrigações da CSN. Em maio/2008, a CSN informou o cumprimento integral do TAC e investimentos no valor aproximado de R$16MM, tendo o Município discordado do referido cumprimento, e pleiteado o adimplemento das obrigações pendentes. Após ampla discussão sobre o cumprimento do TAC, o Município apresentou petição para execução dos itens supostamente não cumpridos, tendo indicado o valor de R$172MM, o qual foi impugnado pela CSN. Foi então determinada a apuração das obrigações pendentes e liquidação do valor envolvido. Em dezembro de 2018 foi celebrado novo acordo entre a CSN e o Município de Volta Redonda, no valor de R$ 25MM, para pôr fim ao litígio, o qual foi homologado pelo juízo. No entanto, por discordar dos termos do acordo, foi interposto recurso pelo MPE/RJ, que aguarda julgamento no Tribunal.O valor provisionado, refere-se tão somente aos honorários periciais.	Remoto	Financeiro	Não há
5001706-22.2018.4.02.5104	3ª Vara Federal da Comarca de Volta Redonda	1ª e 2ª Instância	27/07/2018	Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual X	R$ 41.600.000,00	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF e MP/RJ em face da CSN, da Harsco Metals e INEA, com o Município de Volta Redonda, na qualidade de assistente litisconsorcial ativo, por meio do qual se pretende a adoção de medidas para regularização ambiental do Pátio de beneficiamento de escória. Por meio de decisão liminar concedida	Possível	Financeiro/Operacional	Não há.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				Companhia Siderúrgica Nacional e Outros		pelo juízo de 1ª instância, exige-se, dentre outras medidas, o rebaixamento das pilhas de agregados, sob à altura de 4m, tendo sido fixada pena de multa diária (R$20mil/dia) a partir de 28/03/19, o que é objeto de recurso por parte da Companhia. A esse respeito, antes mesmo da decisão do Tribunal sobre o recurso interposto pela Companhia, foi proferida uma nova decisão do juízo de 1ª instância, a qual não houve intimação física até o fechamendo deste relatório, e em síntese estabeleceu: (i) majoração da multa diária por descumprimento da liminar para R$ 100 mil; (ii) determinou o depósito de astreintes vencidas (~R$900 mil) no prazo de 15 dias úteis; (iii) aplicou multa de 20%, sobre o valor da causa, o que totaliza R$ 10MM, por ato atentatório à dignidade de justiça. O valor envolvido refere-se tão somente as multas ap1icadas.			
0001635-08.2016.4.01.4004	1ª Vara Federal de São Raimundo Nonato	2ª Segunda Instância	11/05/2016	Ministério Público Federal do Piauí/PIX TLSA e outros	R$ 1.086.014,97	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF, requerendo suspensão da Licença de Instalação e paralisação das obras referente ao trecho EMT em razão de supostos impactos não mitigados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho. A TLSA foi condenada a realizar melhorias nos acessos das comunidades; reparar todos os danos existentes nas casas das comunidades, limitado o valor de reparação a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); cumprir os itens de adequação da casa de mel e construção do depósito de feno, previstos no Termo de Compromisso firmado com a FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES- FCP. Após o depósito de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), houve medida	Provável	Reforma da liminar deferida e nova suspensão das obras no Estado do Piauí até o trânsito em julgado da Ação.	R$ 1.086.014,97

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						liminar deferida pelo TRF1 para autorizar a retomada da obra no trecho entre o município de Ribeira do Piauí e Trindade - PE até ulterior deliberação. Aguardando o julgamento da Apelação interposta pela TLSA até o presente momento.			
0068428-94.2016.4.02.5104 1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª e 2ª Instância	30/05/2016	Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro x CSN e AMH	Ilíquido	Trata-se de ACP proposta pelo MPF e MP/RJ em face da CSN e da AMH em virtude de suposto depósito irregular de resíduos siderúrgico (aterro Panco). Pleiteia-se a recuperação das áreas degradadas; condenação em diversas obrigações de fazer; reparação de danos causados à flora e à fauna, eventuais danos à saúde humana e indenizações materiais e morais à população e ao meio ambiente. A CSN apresentou sua contestação em 08/08/16, processo encontra-se em fase inicial e aproxima-se a instrução probatória.	Possível	Financeiro	Não há
0000084-81.2004.4.02.5104 (Principal); 0000112-49.2004.4.02.5104; 0000113-34.2004.4.02.5104 e 0000114-19.2004	3ª Fara Federal de Volta	1ª Instância	13/11/2006	Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual e IBAMA e Associação Defensores da Terra e Associação Macaense de Defesa Ambient	Ilíquido	Trata-se de 4 ACPs históricas ajuizadas contra CSN que tramitam conexas em razão de suposta contaminação no Rio Paraíba do Sul. Pleiteia-se indenização relativa ao custo da recomposição do ecossistema atingido pelas atividades da UPV, com a redução da carga poluente no Rio Paraíba do Sul, condenação em obrigações de fazer, além de indenização pelos danos ambientais. Em 2019 foi confirmado pelo STF, o Acórdão que declarou a nulidade da sentença condenatória de 2005 e autorizou nova fase de provas. Aguarda-se um novo despacho	Possível	Financeiro	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
.4.02.5104				al x CSN		saneador para a retomada da marcha processual.			
5103204-39.2019.4.02.5101	7ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1ª Instância	17/12/2019	Ministério Público Federal x Sepetiba Tecon e INEA	Ilíquido	Trata-se de ACP ajuizada pelo MPF em face da Sepetiba TECON e do INEA, visando a suspensão do processo de licenciamento ambiental do terminal de contêineres até que seja realizado o estudo da capacidade de suporte ambiental da Baía de Sepetiba, além de impor ao INEA que abstenha-se de licenciar novos empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras no local, que venham a prejudicar o equilíbrio socioambiental da Baía e a preservação da fauna marinha. Em 19/12/19, proferida decisão indeferindo todos os pedidos liminares do MPF. Em 23/05/20, apresentada contestação pela Sepetiba Tecon e aguarda-se designação de audiência conciliatória.	Possível	Financeiro / Operacional	Não há
0019667-21.2016.8.13.0180	2ª Vara Cível da Comarca de Congonhas	1ª Instância	21/03/2016	Estado de Minas Gerais e FEAM x Congonhas Minérios	Ilíquido	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Estado de Minas Gerais e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em face da Nacional Minérios, respaldando-se no Auto de Infração nº 51091/2015, relacionado à estabilidade do Dique do Engenho, localizado em Congonhas-MG. Apresentada a documentação solicitada que comprova a estabilidade da estrutura, aguarda-se andamento.	Possível	Financeiro / Operacional	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
1.22.000.003644/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique do Bichento III-A. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.22.000.003645/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique da Vila II. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.22.000.003563/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal X	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B4. Firmado Termo de Acordo Preliminar	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				Congonhas Minérios		com o MPF em 10/04/2019, cujas obrigações assumidas vêm sendo cumpridas pela Companhia. MPF designará perícia para apurar se os itens do acordo estão sendo cumpridos.		desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	
1.22.000.003564/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B5. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.22.000.003566/2016-46	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique do Esmeril IV. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	
1.22.000.003565/2016-00	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito de Casa de Pedra. Firmado Termo de Acordo Preliminar com o MPF em 10/04/2019, cujas obrigações assumidas vêm sendo cumpridas pela Companhia. MPF designará perícia para apurar se os itens do acordo estão sendo cumpridos.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.ê	Não há
1.22.000.003663/2016-39	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/06/2016	Ministério Público Federal x Minérios Nacional	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem B2. Firmado Termo de Acordo Preliminar com o MPF em 10/04/2019, cujas obrigações assumidas vêm sendo cumpridas pela Companhia. MPF designará perícia para apurar se os itens do acordo estão sendo cumpridos.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								impactos financeiros e/ou operacionais.	
1.22.000.000652/2019-40	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	12/04/2019	Ministério Público Federal x CSN Mineração	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem B2 Água Preta. Firmado Termo de Acordo Preliminar com o MPF em 10/04/2019, cujas obrigações assumidas vêm sendo cumpridas pela Companhia. MPF designará perícia para apurar se os itens do acordo estão sendo cumpridos.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.22.024.000164/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal X Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Vigia. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
1.22.024.000174/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Auxiliar do Vigia. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.22.000.003663/2016-61	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B2. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.31.000.000496/2016-54	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	23/05/2016	Ministério Público Federal x	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 1. Apresentados	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				Estanho de Rondônia S/A		esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.		desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	
1.31.000.000232/2017-92	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 2. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.31.000.000497/2016-18	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	23/05/2016	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 3. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	
1.31.000.000233/2017-37	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 4. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há
1.31.000.000231/2017-48	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito PIT 01. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								impactos financeiros e/ou operacionais.	
0188.18.002639-8 (0026398-38.2018.8.13.0188)	2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima	1ª Instância	12/02/2018	MPMG x Minérios Nacional	R$ 1.560.329,50	O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a Minérios Nacional a tomar medidas de segurança nas barragens de Fernandinho. Em 15/03/18, a liminar foi parcialmente deferida para determinar a adoção de medidas de segurança e controle e a empresa apresentou evidências de cumprimentoDesignada audiência para 05/11/2021.	Possível	Financeiro/Operacional	Não há.
5001077-13.2018.8.13.0188	2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima	1ª Instância	12/02/2018	FEAM X Minérios Nacional	R$ 557.661,45	A FEAM e o Estado de Minas Gerais ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a Minérios Nacional a tomar medidas de segurança nas barragens de Fernandinho. Em 15/03/18, a liminar foi parcialmente deferida para determinar a adoção de medidas de segurança e controle. A liminar foi cumprida e foi apresentada contestação. Em 13/11/19, o MPMG, pugnou pela designação da audiência tal como pedido no processo movido pelo MPE (0188.18.002639-8), e não se opôs à reunião das ações. Designada audiência para 05/11/2021	Possível	Financeiro/Operacional.	Não há.
IC MPF – 1.22.000.003661/2016-40	Procuradoria da República em Minas Geraiss	Instância Administrativa	10/04/2019	MPMG X CSN Mineração S/A. e Minérios Nacional	Ilíquido	O Ministério Publico Federal apresentou recomendação para a adoção de medidas de segurança das barragens B2, B2 Auxiliar da Minérios Nacional, B4, B2 Águas Prestas e Casa de Pedra da CSN Mineração. Firmado Termo de Acordo Preliminar com o MPF em 10/04/2019, cujas obrigações assumidas vêm sendo cumpridas pela Companhia. MPF	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizam	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						designará perícia para apurar se os itens do acordo estão sendo cumpridos.		ento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	
0020966-28.2019.8.13.0180	Vara da Infância e da Juventude de Congonhas/MG	1ª Instância	29/04/2019	MPMG x CSN Mineração	R$ 587.654.926,97	Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2019, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para obrigar a CSN Mineração a adotar medidas mitigadoras quanto aos riscos e prejuízos psicológicos supostamente gerados pela Barragem Casa de Pedra, realocando os moradores, que assim queiram, arcando com alugueis e ajuda social, bem como realocando as crianças que frequentavam a creche e a escola que foram interditadas, reconstruindo novas creche e escola em local seguro. Em sede liminar, foi determinado o bloqueio de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) visando a construção da creche e da escola, decisão cassada pelo Tribunal de 2ª instância, que determinou que a Magistrada reavaliasse todos os pedidos liminares. O Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais pugnou ainda pelo pagamento de danos morais coletivos, bem como pela realocação definitiva das pessoas, às custas da CSN Mineração. A ação está na fase inicial e ainda não há sentença judicial relacionada ao caso.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar o valor envolvido.	R$ 3.286.120,80

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0188.09.000113-5	MPMG	Instância Administrativa	05/06/2009	MPMG X Minérios Nacional	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apurar dano ambiental decorrente de poluição hídrica com carreamento de sólidos no córrego Capivara. O Inquérito Civil acabou se desenvolvendo para apurar as condições de segurança das barragens B2 e B2 Auxiliar. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Possível	Procedimento administrativo. A Conclusão desfavorável ensejará ajuizamento de Ação Civil Pública com possíveis impactos financeiros e/ou operacionais.	Não há

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0001676-13.2019.8.19.0066	5ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Instância	29/01/2019	Companhia Siderúrgica Nacional x Instituto do Meio Ambiente - INEA	R$ 13.000.000,00	Trata-se de ação ordinária proposta pela CSN em face do INEA, pleiteando a condenação do órgão ambiental à restituição do valor de R$13 milhões, relacionados à garantia contratada junto ao Banco Santander (Carta de Fiança nº 180307910 de 01.09.10, aditada em 03.10.13) e prestada pela Cia. ao INEA, indevidamente executada em razão de suposto	Possível	Não há	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						descumprimento das ações previstas nos itens 07, 26, 27, 29 e 34 do Termo Aditivo nº 16/2013 ao TAC nº 026/2010. Em outubro de 2020 a ação foi julgada procedente, condenando o INEA a devolver o valor de R$13 milhões à CSN, devidamente atualizado, tendo o órgão ambiental apresentado Recurso de Apeção em dezembro//20.			

vi. Criminais

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Ação Penal n° 0500121-31.2016.4.02.5104	02ª Vara Federal de Volta Redonda/RJ	TRF2 – 2ª instância	10/03/2016	MPF x CSN (PJ) e outros	Reclusão de um a cinco anos para as pessoas físicas, e pena de multa,	Acusação de que a CSN, por determinação dos denunciados, teria reiteradamente descumprido as exigências da autoridade pública ambiental – INEA, no tocante a medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível - delito	Possível	Risco reputacional. Possibilidade de condenação da pessoa jurídica e das pessoas físicas	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
					restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade para a pessoa jurídica.	capitulado no §3º do artigo 54 da Lei 9.605/98. Em primeira instância, todos os acusados foram absolvidos pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Volta Redonda em sentença proferida em 18 de março de 2020. O Ministério Público Federal recorreu da decisão em 29 de abril de 2020 e a apelação, até o momento, não foi julgada pelo Tribunal.		envolvidas na esfera ambiental criminal.	

vii. Regulatório

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Processo ANTT nº 50525.095322/2015-16	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	23/12/2015	Transnordestina. Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina – FTL (Autores do pleito)	Ilíquido	Trata do pleito de repactuação da concessão da outorga de exploração dos serviços de transporte de carga na Malha Ferroviária Nordeste. A repactuação se fundamenta em alegação de desequilíbrio contratual decorrente de descumprimentos das	Possível	O eventual não acolhimento da nossa tese poderá dar ensejo à declaração de descumprimento contratual por parte da concessionária. Nessa hipótese,	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				e ANTT (órgão competente para análise)		obrigações de responsabilidade do governo, tanto em relação ao cronograma do funding quanto execução de medidas necessárias à implementação da obra e tem como principais pedidos a adequação dos prazos do contrato de concessão e melhor definição da responsabilidade das Partes, ajustes no Termo de Ajustamento de Conduta, devolução de bens operacionais e envolvimento dos órgãos de controle no acompanhamento dos projetos. Em 17/03/2016 o pleito foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em face do pedido de vinculação do prazo de execução das obras da Transnordestina à liberação de recursos do *funding*.		será aplicada penalidade que pode variar entre multa e a declaração de caducidade da Concessão. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
Processo ANTT nº 50500.027190/2012-91 e 50501.307239/2018-72	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	27/02/2012	Transnordestina Logística S.A – TLSA e Ferrovia Transnordestina – FTL (jurisdicionados) e ANTT (órgão competente)	Ilíquido	Apuração de descumprimento do contrato de Concessão Malha I para aplicação de penalidade. O processo em teve seu trâmite suspenso em 13/11/2012 em vista da reestruturação da concessão e implementação do Projeto Nova Transnordestina. O processo teve seu prosseguimento retomado em 13/05/2016 diante da declaração de descumprimento do TAC celebrado para a implementação do Projeto. A ANTT propôs a	Provável	A eventual conclusão desfavorável deste processo poderá dar ensejo à declaração de descumprimento do contrato de concessão. Nessa hipótese, será aberto processo de aplicação de penalidade, que pode ser graduada desde a aplicação de multa até a	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						decretação da caducidade da FTL A decisão da ANTT é meramente opinativa, e não vinculante à decisão do Poder Executivo, o qual compete decidir sobre a concessão. Após julgamento do Recurso de Embargos, por decisão da Agência, o Processo foi encaminhado ao Ministério da Infraestrutura e aguarda decisão do Poder Executivo quanto à decretação da caducidade da FTL A ANTT instarou um novo processo administrativo (50500.015396/2020-89) intimando a Concessionária sobre a implementação de um plano de cpontigência com vistas à garantir a continuidade do serviço da FTL..		declaração de caducidade da concessão. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
TC nº 012.179/2016-7	Tribunal de Contas da União	Administrativa	28/04/2016	Transnordestina. Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina – FTL (representados) e MPTCU ANTT (representante)	Ilíquido	Representação do MPTCU sobre a ilegalidade do contrato de concessão da Ferrovia Transnordestina. Em vista do amplo escopo deste processo, está sobrestado o processo TC 010.453/2014-8, que trata da avaliação da conformidade de fiscalização da ANTT em relação ao Contrato de Concessão. Em jan/ 2017, houve decisão do TCU, na qual sobrestou o repasse de verbas públicas à Concessionária. O Processo inserido em pauta para julgamento e posteriormente retirado de pauta sem previsão de nova data de julgamento. Petição da	Possível	A eventual conclusão desfavorável este processo pode declarar anulação da repactuação ocorrida em 2013 para implementação do Projeto nova Transnordestina, com a consequente anulação de todos os atos administrativos realizados para esta finalidade. É possível que esta declaração culmine na caducidade da	

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						TLSA em set/2020 sobre retomada das obras e providências voltadas para repactuação da concessão e cumprimento das exigências impostas pela Corte de Contas para requerendo a imediata liberação de recursos públicos. Em jan/2021 a SUDENE questionou a possibilidade de retomar a liberação de recursos do FDNE. TLSA informou ao TCU fatos mais recentes relativos à concessão e reiterando pedido de liberação de recursos públicos. Em 08/03/21 despacho do relator, Min. Walton Alencar, recebendo pedido da Sudene (de liberação dos recursos do FDNE), determinando, encaminhamento à Seinfra para instrução e posterior vista ao MP-TCU.		Concessão, bem como declaração de inidoneidade da empresa e sua controladora e improbidade de seus administradores. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
50501.302990/2018-82 (proseguimento do processo 50500.225927/2017-44)	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Administrativa	12/07/2018	Transnordestina Logística S.A – TLSA (jurisdicionada) e ANTT (órgão competente)	Ilíquido	Apuração de descumprimento do contrato de Concessão Malha II para aplicação de penalidade. Em agosto de 2018 a ANTT concedeu prazo de saneamento das irregularidades relativas à concessão (conclusão das onras). A ANTT propôs a decretação da caducidade da TLSA A decisão da ANTT é meramente opinativa, e não vinculante à decisão do Poder Executivo, o qual compete decidir sobre a concessão. Após julgamento do Recurso de Embargos, por decisão da	Provável	A eventual conclusão desfavorável deste processo pode dar ensejo à declaração de descumprimento relevante do contrato. Nesta hipótese será graduada a pena respectiva, que pode variar desde a aplicação de multas contratuais pela ANTT até a declaração de caducidade pela	Não há

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						Agência, o Processo foi encaminhado ao Ministério da Infraestrutura e aguarda decisão do Poder Executivo quanto à decretação da caducidade da TLSA.		Presidencia da República. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
Processo ANTAQ nº 50300.012859/2017-10	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Administrativa	19/12/2017	Sepetiba Tecon S.A e ANTAQ (órgão competente para análise)	Ilíquido	Trata-se de pleito de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de exploração do terminal portuário de contêineres do Porto de Itaguaí por mais 25 anos, totalizando o prazo de exploração em 50 anos, mediante a realização de novos investimentos pelo Sepetiba Tecon, cujo montante não poderá ser amortizado nos primeiros 25 anos de Contrato.	Remota	O eventual não acolhimento da nossa tese impedirá a prorrogação antecipada, entretanto, novos pedidos de prorrogação poderão ser realizados posteriormente.	Não há

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Valor de provisão no risco provável: R$ 4.805.053,05

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 – Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas

Apresentamos abaixo, a relação dos processos judiciais e procedimentos administrativos que não estão sob sigilo, em que a Companhia e suas controladas são partes e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, e que são considerados relevantes, segundo o critério de materialidade estabelecido pela Companhia (data-base 31/03/2021).

COMPANHIA COMO RÉ

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0128600-67.2006.5.02.0060	60ª VT - São Paulo/SP	Instância Superior	22/08/2006	A.M.M.S. x Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 8.242.628,31	Trata-se de reclamação trabalhista na qual pleiteia o pagamento de: (i) diferenças salariais por acúmulo de função; (ii) horas extras ou pagamento de 40% sobre a remuneração; (iii) diferenças salariais pelos reajustes normativos nos anos de 2004, 2005 e 2006; PLR e PLRE de 2004 até o desligamento; (iv) declaração de nulidade de dispensa e reintegração ou indenização; (v) multa do art. 477 e 467 da CLT; (vi) reembolso de despesas médicas; (vii) entrega de guia de seguro-desemprego; e (viii) indenização por danos morais. Apresentada defesa às alegações da reclamante, seguida da elaboração de prova testemunhal e pericial com resultado favorável à Companhia. No dia 29/11/2013 a sentença deu procedência parcial à ação. Opostos embargos de declaração em razão	Provável	Patrimonial, se a decisão for mantida, a Companhia terá que pagar R$ 6.830,57 (risco provável). Valor de R$ 8.235.797,74 risco remoto.	R$ 6.830,57

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

						da existência de omissões e contradições na sentença. Anulado o julgamento anterior, sendo prolatada nova sentença, parcialmente procedente. Concedido parcial provimento ao recurso interposto pela CSN reduzindo a condenação. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista.			
0000888-70.2015.5.03.0054	VT - Congonhas/MG	1ª Instância	04/05/2015	F.C.Mx CSN Mineração	R$ 19.876.928,80	Trata-se de reclamação trabalhista pleiteando: (i) o pagamento de indenização por danos morais; (ii) o pagamento de ajudas de custo e diárias com seus reflexos; (iii) a integração ao salário das verbas descritas nos itens anteriores; (iv) a equiparação salarial, indenização por acúmulo de funções e retificação de CTPS; (v) Pagamento da PPR referente a abril de 2014; (vi) Multa do Art. 477, § 8°, CLT; (vii) Demais pedidos de praxe, ofícios, honorários, juros e atualização monetária. Apresentada defesa contra as alegações do reclamante. Audiência de instrução realizada em 2017 e processo julgado parcialmente procedente, condenando a Cia. a integração da ajuda de custo e diferenças de PLR no ano de 2014. Todos os demais pedidos foram considerados improcedentes. Interposto recurso pelas partes. O recurso da CSN foi julgado parcialmente	Provável	Patrimonial, se a decisão for mantida, a Companhia terá que pagar R$ 300.044,66 (risco provável). Valor de R$ 19.576.884,14 risco remoto.	R$ 300.044,66

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

						procedente, reduzindo a condenação. Decisão mantida no Tribunal Superior, determinando o retorno dos autos e o início da fase de execução. Execução garantida, sendo apresentado Agravo de petição. Aguarda-se julgamento do Agravo de petição interposto pela CMIN.			

COMPANHIA COMO AUTORA

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0046660-74.2005.8.19.0001	1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	2ª Instância	10/08/2007	Companhia Siderúrgica Nacional x José Paulo Oliveira Alves	R$ 1.964.721,88	Trata-se de ação de reparação de danos. O réu era diretor executivo da CSN e foi transferido para os Estados Unidos da América, para administrar a CSN LLC. Determinou a emissão de dois cheques, nos valores de US$ 114.350,00 e US$ 103.400,00, que teriam sido depositados em conta corrente particular do réu. Os valores teriam sido indevidamente utilizados pelo Réu. O Réu apresentou defesa, alegando que os recursos foram usados para pagamento de despesas da companhia. Foi proferida sentença de improcedência, apontando: (i) que a simples movimentação bancária pessoal não comprova conduta ilícita do réu, pois seu pagamento abrangia, além do salário, diversas outras verbas pagas por meio de transferências; (ii) a	Possível	Não há, tendo em vista que em caso de perda, no limite, teremos verbas de sucumbência a serem apuradas.	Não há.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						quitação dada pela CSN abrangeria os cheques emitidos em nome do réu. A CSN interpôs Apelação em 01.02.2016. Recurso da CSN foi provido em 31.10.2017, condenando o réu ao pagamento do valor dos cheques (cotação do dia do pagamento), corrigidos desde a compensação e juros a partir da citação 08/09/2005. Tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Decisão favorável à CSN (definitiva). Execução em andamento.			

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Valor de provisão no risco provável: R$ 306.875,23.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos (data-base 31/03/2020)

A Companhia informa que é autora de um procedimento arbitral perante a International *Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce* – ICC, no bojo do qual pleiteia o ressarcimento de danos no valor total de R$ 522.403.990,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e noventa reais). Em caso de perda, cujo risco é classificado pela Companhia e seus advogados externos como "*possível*", não haverá impacto significativo à Companhia, que, no limite, terá de arcar com as verbas de sucumbência a serem apuradas.

A Companhia foi notificada em 08 de janeiro de 2021, sobre a instauração de procedimento arbitral fundado em suposto inadimplemento de contratos de fornecimento de minério de ferro. A Companhia entende que as alegações apresentadas são infundadas e desconhece a base do valor dado à arbitragem. A Companhia entende que ao contrário da notificação, é credora de tal Contrato. Por fim, a Companhia informa, ainda, que está preparando a resposta ao requerimento de arbitragem em conjunto com seus assessores legais e estima que a arbitragem esteja concluída em 2 a 3 anos. A relevância do processo para Companhia está relacionada ao valor atribuído à causa, de US$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de dólares) e o eventual impacto financeiro.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando (data-base 31/03/2020)

TRIBUTÁRIO	
Causas semelhantes	Causas relacionadas a operação “BIG JUMP”
Valor envolvido	R$ 18.645.022.733,85
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e RFB, por suposta venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA acarretando a tributação do ganho de capital decorrente dessa operação, bem como glosa do Ágio na incorporação reversa da Big Jump e glosa dos juros pagos pela CSN para Namisa decorrente dos contratos de fornecimento de minério e serviços portuários.

Causas semelhantes	IRPJ/CSLL – Lucros Auferidos no exterior
Valor envolvido	R$ 3.471.792.764,47
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a RFB na tributação de IRPJ/CSLL nos lucros auferidos por controladas no exterior.

Causas semelhantes	Compensação de Tributos
Valor envolvido	R$ 1.427.769.498,27
Valor provisionado (se houver)	R$ 20.653.995,26
Prática da Companhia que causou tal contingência	Compensações de tributos realizadas pela Companhia que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Causas semelhantes	CFEM
Valor envolvido	R$ 1.096.826.094,05
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a DNPM envolvendo conceitos relacionados à base de cálculo da CFEM.

Causas semelhantes	ICMS (Energia Elétrica)
Valor envolvido	R$ 845.049.648,91
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a SEFAZ/RJ sobre a incidência de ICMS na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização.

Causas semelhantes	ICMS (Transferência de minério)
Valor envolvido	R$ 560.646.662,08

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a SEFAZ/RJ em relação aos créditos de ICMS na transferência de minério entre a mina de Casa de Pedra e a Usina Presidente Vargas.

Causas semelhantes	ICMS (TECAR)
Valor envolvido	R$ 319.037.699,57
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação. A operação gerou crédito a maior na Usina Presidente Vargas, que foi glosado pelo fisco.

TRABALHISTA	
Causas semelhantes	Responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.
Valor envolvido (total)	R$ 1.829.703.818,25
Valor provisionado (se houver)	R$ 314.391.630,15
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de interpretação entre a Companhia, seus empregados e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos normativos relacionados aos objetos mencionados acima.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Valor provisionado: R$ 335.045.625,41

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Em 04/10/2010 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC INEA N.º 026/2010) entre CSN e a Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA), a Comissão Estadual de Controle Ambiental -CECA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA com o compromisso de a empresa realizar novos estudos e investimentos para atualizar os equipamentos de controle ambiental da Usina Presidente Vargas (UPV). O TAC INEA N.º 026/2010 estimou inicialmente um investimento no montante de R$ 216 milhões, o qual, após a obtenção de informações mais específicas e detalhadas sobre os custos dos projetos, foi atualizado para R$ 260 milhões, já realizados pela CSN.

Em 04.10.2013 foi celebrado um aditivo ao TAC INEA N.º 026/2010, referente a algumas obrigações previstas, bem como para a inclusão de novas obrigações determinadas pelo órgão ambiental (INEA), o que resultou em investimento adicional de R$ 165 milhões, também já realizado pela CSN.

Diante do prazo final do TAC INEA N.º 26/2010, que findaria em 2015, foi celebrado um novo TAC entre CSN e a Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, o INEA e a CECA, como Interveniente (TAC INEA N.º 03/2016), o qual determinou entre outras obrigações (i) novos investimentos no valor de R$ 178,4 milhões relativos às adequações da UPV, (ii) o pagamento de multas ambientais no montante de R$ 15,9MM e (iii) o pagamento de medida compensatória no valor de R$ 6 milhões, valor este que deverá ser destinado a programas ambientais na região de Volta Redonda/RJ. Durante a vigência do TAC INEA N.º 03/2016, o pleno funcionamento da UPV foi autorizado pela Autorização Ambiental de Funcionamento nº IN034283 (“AAF”).

No contexto do TAC INEA N.º 03/2016, diante do prazo final da AAF, foi obtida Autorização Ambiental nº IN042958, por meio da Deliberação CECA/CFL nº 6.141, de 07/12/2017 (“AA”), cuja íntegra foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 08/12/2017, página 13, que manteve provisoriamente a plena operação da UPV até 20/06/2018 (180 dias).

Nesse período, a Companhia continuou em tratativas com as Autoridades Ambientais do Estado do Rio de Janeiro com vistas à solução consensual para as questões ambientais da planta, sendo que em 19 de setembro de 2018, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a Deliberação CECA/CLF Nº 6.216 de 18/09/2018, autorizando a celebração de um novo TAC entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro – por meio da SEA, o INEA e a CECA, sendo mantido, dessa forma, o pleno funcionamento das operações da UPV (“TAC INEA N.º 07/2018”). Em paralelo o INEA emitiu a Autorização Ambiental de Funcionamento (“AAF”) nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018.
Na data de 11/10/2017, a CSN Mineração, controlada da Companhia, celebrou, nos autos do IC MP-MG n. 018017000192-9, Termo de Compromisso junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, se comprometendo a adotar certas medidas, dentre elas algumas especificadas no parecer técnico elaborado pela Central de Apoio Técnico do Ministério Público – CEAT/MPMG do Ministério Público, referente ao Complexo de Barragens Casa de Pedra, situada no Município de Congonhas/MG, de forma a adotar medidas atinentes ao Plano de Ações Emergenciais de Barragens de Mineração (PAEBM). Também apresenta recomendações gerais acerca da localização, obras, tipos de barragens e auditorias, referentes ao Complexo de Barragens Casa de Pedra, B4 e B5. O referido Termo foi devidamente cumprido. Aguarda-se certidão de cumprimento das cláusulas do Termo de Compromisso.

A Companhia é investigada em inquéritos policiais em curso que apuram supostas (i) emissões de poluentes atmosféricas em níveis inadequados; (ii) despejo de efluentes irregulares; (iii) poluição da água e do solo e transporte; e (iv) armazenamento e disposição inadequada de resíduos.

Para maiores informações sobre os fatores de risco e contingências das companhias abertas controladas/controladas em conjunto pela CSN (TLSA, FTL e MRS), vide os itens correspondentes aos Fatores de Riscos de cada uma das companhias, divulgados em seus respectivos Formulários de Referência.

<u>Investigação independente</u>

Considerando a citação de um executivo da Companhia em notícias divulgadas pela imprensa em abril de 2017, a partir de depoimentos prestados em um processo criminal, que não envolve a Companhia, no contexto de uma delação premiada relacionada a um suposto pagamento de R$ 16.5 milhões para financiamento eleitoral irregular, o Comitê de Auditoria decidiu contratar serviço forense especializado para conduzir investigação externa e independente acerca do relacionamento contratual relativo à construção da Planta de Aços Longos da CSN (contrato no qual, segundo alegações, teria havido supostos pagamentos indevidos, a título de bônus, como forma de reembolso a pagamentos efetuados a partidos políticos), bem como para analisar a extensão da relação comercial entre as contratantes.

A investigação independente durou sete meses e foi orientada e coordenada pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Os especialistas contratados tiveram pleno acesso à Diretoria Executiva da Companhia, incluindo seu Diretor Presidente, e demais diretores e gerentes relacionadosa ao assunto, bem como a informações e documentos relativos aos contratos, partes e períodos envolvidos nas alegações.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Em novembro de 2017, a investigação independente concluiu que não foram identificados elementos que confirmassem as alegações dos delatores. Por conseguinte, concluiu-se inexistir fundamento para a constituição de qualquer provisão para perdas ou divulgação da contingência.

Em outubro de 2017, a Companhia foi informada que o Ministério Público abriu uma investigação sobre o seu Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente, acerca das mesmas alegações judiciais. Em fevereiro de 2018 o Supremo Tribunal Federal remeteu o processo para a Justiça Eleitoral, tendo em vista que o caso estava relacionado a supostas violações de natureza eleitoral e, dessa forma, não era de competência do Supremo Tribunal Federal. Atualmente, a Companhia não é parte em nenhuma investigação por parte de agências governamentais ou de fiscalização sobre alegações dessa natureza. Além disso, nenhuma evidência ou depoimento foi solicitado até o presente momento e nenhum novo documento foi apresentado desde que o caso foi encaminhado à Justiça Eleitoral. Por fim, após reclamação constitucional com pedido de medida liminar ter sido ajuizada pela defesa do Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu liminarmente, em março de 2021, as investigações em trâmite na Justiça Eleitoral até o julgamento do mérito da referida reclamação constitucional.

Inquérito Policial decorrente de denúncia anônima acerca de suposta prática de cartel por fabricantes de cimento

O Presidente do Conselho e Diretor-Presidente da Companhia foi intimado para prestar esclarecimentos em maio/2021 no contexto de um inquérito policial instaurado pela Polícia Federal em janeiro/2021, a partir de denúncia anônima, para apuração de suposta prática de cartel por fabricantes de cimento.

A Companhia esclarece que, assim como suas empresas subsidiárias, atua conforme a legislação vigente e em observância aos parâmetros éticos e legais, não corroborando com práticas que violam a livre concorrência de mercado, e que colaborará com as autoridades e prestará os esclarecimentos necessários no âmbito deste inquérito, mas dado o estágio preliminar da investigação, não pode prever os seus resultados e impactos, se houver.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não há.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1.- Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

5.1a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia ainda não adota uma política formal de gerenciamento de riscos, porém, possui um manual de riscos ("Manual de Riscos"), utilizado diretamente pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, além da norma interna de Compliance e Integridade, que estabelecem as diretrizes para identificar, avaliar, reportar e mitigar os riscos inerentes às operações da Companhia, tomando-se como base o framework do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

5.1b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

As avaliações periódicas de riscos da Companhia, previstas no seu Manual de Riscos, contemplam a identificação, avaliação, reporte e mitigação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulamentares. O detalhamento dos riscos identificados pela Companhia está descrito no item 4.1.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos identificados pela Companhia são avaliados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e a magnitude dos impactos decorrentes de sua materialização, permitindo que riscos considerados de maior relevância sejam tratados com prioridade. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance conduz o processo de Análise Geral dos Riscos junto aos responsáveis das áreas de negócios, com objetivo de se consolidar a percepção dos principais riscos da Companhia, bem como audita os processos de negócios, conforme Plano Anual de Auditoria, tendo seu resultado periodicamente reportado ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração. Os critérios para o monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta estão estabelecidos no Manual de Riscos. Dessa forma toda a estrutura organizacional da Companhia se relaciona direta ou indiretamente com o processo de gerenciamento de riscos.

As áreas e unidades de negócio são responsáveis pelo gerenciamento direto dos riscos e implantação dos planos de ação, visando mitigá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis, buscando evitar impactos significativos.

Cabe destacar ainda que, além de manter ações listadas em São Paulo (B3) a Companhia possui também ações listadas na bolsa de Nova York (NYSE) e, portanto, em atendimento à lei Sarbanes-Oxley (Seção 404), avalia anualmente, tanto internamente quanto por meio de auditores independentes, de maneira obrigatória, os riscos decorrentes de suas atividades e a efetividade dos seus controles internos, cujo resultado da avaliação é reportado ao Comitê de Auditoria tanto pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance quanto pelos auditores externos. Ademais, os trabalhos de monitoramento e asseguração do ambiente de riscos seguem os valores e princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O **Conselho de Administração** e **Comitê de Auditoria** atuam no processo de gerenciamento de riscos, conforme responsabilidades descritas no item 12.1 "a" deste Formulário de Referência.

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance**, vinculada ao Conselho de Administração, atua de forma objetiva e independente na condução de suas atividades para avaliação da efetividade e integridade do ambiente de controles, utilizando-se de metodologia e ferramentas próprias, alinhadas às melhores práticas de mercado. É responsável por executar a Análise Geral de Riscos da Companhia; executar testes independentes quanto aos controles internos e acompanhar a implantação dos planos de ação endereçados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

às áreas de negócio para mitigação de quaisquer deficiências identificadas nos processos e; gerir as atividades do Programa de Compliance, incluindo a apuração de todas as denúncias reportadas via Canal de Denúncias CSN de maneira independente e assegurando o sigilo e não retaliação do denunciante. Os resultados das atividades realizadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance são reportados ao Comitê de Auditoria.

As **Diretorias das Áreas de Negócios** são responsáveis pelo gerenciamento direto dos riscos inerentes aos seus processos, tendo como atribuição a gestão e execução das ações mitigatórias. Cabe a tais diretorias a avaliação técnica e regulatória de aspectos, tais como, licenciamentos ambientais, manutenções e riscos operacionais dos ativos da Companhia.

5.1c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para verificação da efetividade da política adotada, a Companhia utiliza a estrutura organizacional descrita acima, na qual a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance conduz testes independentes a fim de assegurar que as políticas e normas internas estão sendo cumpridas, bem como a efetividade dos controles internos desenhados para prevenir ou detectar a materialização dos riscos.

Além disso, com o objetivo de avaliar e mitigar riscos que possam impactar em suas demonstrações financeiras, a Companhia possui uma estrutura de controles internos que é avaliada e reportada ao Comitê de Auditoria, atendendo aos princípios estabelecidos pelo COSO. A estrutura é certificada, anualmente, pelos auditores externos, em atendimento à Lei Sarbanes Oxley (SOx).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

5.2a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia ainda não adota uma política formal para gerenciamento de riscos de mercado, porém, possui uma Norma Geral de Aplicação de Recursos (NG1102.02), que tem como objetivo nortear os limites de concentração de risco de crédito e a aplicação dos recursos financeiros da Companhia (investimento do caixa).

Além disso, a Companhia possui Manuais de Políticas e Práticas Contábeis (MPPC's) referentes a Instrumentos Financeiros Derivativos, *Hedge Accounting* e Investimentos em participações (ações). Esses manuais visam assegurar que as informações para identificar, contabilizar e divulgar operações financeiras sejam realizadas conforme os requerimentos contábeis e apresentadas adequadamente nos relatórios financeiros da Companhia.

5.2b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A despeito da Companhia não possuir atualmente uma política de gerenciamento de riscos de mercado, esta segue os seguintes objetivos e estratégias voltadas para o gerenciamento destes riscos:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

- Risco de taxa de câmbio decorrente da existência de ativos e passivos em Dólar ou Euro que é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial pelos instrumentos de *hedge* adotados pela Companhia;
- Risco de taxa de juros decorrente de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixados e índices de inflação;
- Riscos de liquidez de caixa e de endividamento;

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui uma exposição cambial natural, decorrente de suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e outros instrumentos financeiros, que é medida por meio da diferença entre ativos e passivos em moedas estrangeiras e que podem ser protegidas por meio de instrumentos derivativos de moeda, *hedge accounting* e *net investment hedge*.

Com objetivo de proteção de variações de taxa de juros, a Companhia pode contratar instrumentos derivativos que transformam as obrigações ou direitos de pré-fixadas em pós fixadas ou de pós fixadas em pré fixadas.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Para a proteção do risco cambial e de juros, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de hedge, do tipo Termos de Moeda, Contrato Futuro de moedas e juros e Opções.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia busca compreender os riscos de mercado, reduzir a probabilidade de perdas financeiras e diminuir a volatilidade de resultados financeiros por meio de ferramentas de gerenciamento de riscos, entre elas:

- "Análise de Sensibilidade", que mede o impacto que os movimentos no preço de diferentes variáveis de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, podem exercer sobre os resultados e fluxos de caixa da Companhia;

- "Testes de Stress", que medem a pior possibilidade de perda decorrente de um conjunto de cenários aos quais as probabilidades não foram atribuídas. Os cenários são escolhidos deliberadamente para incluir mudanças extremas nas taxas de juros e câmbio.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge)* e quais são esses objetivos

A Companhia pode, quando necessário, operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial, tais como volatilidade de exposição cambial, índices de taxas de juros e *commodities*, conferindo maior estabilidade aos fluxos de caixa da Companhia, de acordo com o limite aceitável de risco corporativo.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance é responsável por monitorar a efetividade dos controles internos desenhados para garantir o cumprimento das atividades sob responsabilidade da área Financeira.

5.2c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A despeito da Companhia não possuir atualmente uma política de gerenciamento de riscos de mercado, esta possui estruturas operacional e de controles internos adequadas à verificação da efetividade do gerenciamento destes riscos:

As ferramentas utilizadas pela área Financeira, tais como, Análise de Sensibilidade e Teste de Stress geram resultados para gerenciamento dos riscos de mercado para avaliação quanto a eventuais necessidades de se buscar mecanismos de proteção, os quais são aprovados pelo Conselho de Administração.

A Companhia possui ainda controles internos desenhados para monitorar a efetividade de tais atividades. Este monitoramento é realizado de forma independente pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, além da Auditoria Externa, conforme processo de avaliação da estrutura de controles descrita no item 5.3.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

5.3a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Com base nos critérios estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, a Companhia avalia os riscos que possam impactar em suas demonstrações financeiras e mantém uma estrutura de controles internos para mitigá-los. Baseado em uma estratégia de *Control Self Assessment (CSA)*, as áreas de negócio realizam a autoavaliação de seus controles e, quando identificadas deficiências, elaboram um plano de ação, em conjunto com a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, para garantir que a deficiência seja tratada adequadamente. Além da autoavaliação, a Gerência de Riscos e Compliance avalia os controles internos por meio de testes independentes a fim de assegurar o correto desenho e funcionamento dos controles da Companhia, e a Gerência de Auditoria Interna auxilia neste processo de avaliação independente. A estrutura de controles internos é avaliada ainda pelo Auditor Externo que testa o desenho e efetividade dos controles para reporte independente em seu parecer.
Todas as deficiências identificadas pelas áreas de negócio, pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e pela Auditoria Externa, são consolidadas e classificadas quanto à sua severidade. As deficiências de maior severidade, considerando aquelas com possibilidade razoável de permitir que um erro material nas demonstrações financeiras não seja prevenido ou detectado em tempo hábil, ou ainda aquelas que a administração julgue como relevantes, embora não associadas a possibilidade de erros materiais, são apresentadas ao Comitê de Auditoria.
A avaliação quanto a efetividade dos controles findo em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, atestando a veracidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado.

5.3b. as estruturas organizacionais envolvidas
A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance,** vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, é responsável pela estrutura de controles internos da Companhia e define os controles junto às áreas de negócios de acordo com a avaliação dos riscos que possam impactar as demonstrações financeiras. Também é responsável por executar testes independentes para avaliar a efetividade dos controles internos, além de acompanhar os planos de ação elaborados para remediar quaisquer deficiências identificadas nos processos. A Gerência de Auditoria Interna, vinculada à essa diretoria, também auxilia na condução de testes independentes quanto ao desenho e efetividade dos controles internos. O resultado da avaliação quanto à efetividade dos controles internos, seja pelas áreas de negócios no processo de autoavaliação ou por meio de testes independentes realizados pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, são reportados ao Comitê de Auditoria.

5.3c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento
Atualmente, a Companhia adota a metodologia de autoavaliação, onde as áreas de negócio devem reportar a efetividade e evidências dos seus controles em ferramenta específica. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance possui em seu cronograma anual de atividades etapas para realização de testes de controles independentes a fim de validar e assegurar que as informações concedidas pelas respectivas áreas internas estão íntegras e completas.. Cabe à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance o reporte das deficiências de maior severidade ao Comitê de Auditoria.

5.3d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências e recomendações relevantes que pudessem afetar de forma material as Demonstrações Financeiras no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

5.3e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve a estrutura de controles internos efetivos, baseados nos critérios estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, não tendo sido identificadas pelo auditor independente deficiências e recomendações relevantes que pudessem afetar de forma material as demonstrações financeiras.

A administração da Companhia avalia que os controles internos são efetivos para assegurar que suas demonstrações financeiras apresentam em todos seus aspectos relevantes, sua posição financeira, resultados operacionais, posição de capital e fluxo de caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

5.3a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia possui mecanismos para monitorar o cumprimento dos princípios estabelecidos em seu Código de Ética e procedimentos de integridade, considerando principalmente sua Norma de Detecção, Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção; Norma de Brindes, Presentes e Entretenimentos e Norma de Doações e Patrocínios. Dentre estes mecanismos que compõem o Programa de Compliance, podemos destacar principalmente (i) a aplicação periódica de treinamentos formais aos seus funcionários e terceiros; (ii) avaliação da integridade (*due diligence*) de seus terceiros, considerando fornecedores e prestadores de serviços, incluindo eventuais agentes intermediários e associados; (iii) aplicação de mecanismos para detectar eventuais situações de conflitos de interesses; e (iv) condução de investigações para apurar os relatos recebidos por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração.

Cabe destacar ainda que os contratos da Companhia junto a terceiros estabelecem cláusulas para garantir o fiel e integral cumprimento de práticas das leis anticorrupção vigentes nos locais de nossa atuação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance** é responsável pela condução das atividades de treinamentos de compliance, avaliação de integridade dos fornecedores e aplicação de mecanismos para detectar conflitos de interesses, por meio da Gerência de Riscos e Compliance, enquanto a Gerência de Auditoria Interna é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados dos monitoramentos realizados por estas gerências são reportados ao Comitê de Auditoria, que atua como órgão de supervisão das atividades de governança corporativa, assegurando a independência do processo. Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são avaliados também pelos Auditores Externos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;***

- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;***

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;***

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.***

A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2016, após revisão para contemplar os princípios aplicados em cumprimento à Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros de administração e fiscal e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;***
- ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;***
- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;***
- ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.***

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) correspondência física, (iii) telefone e (iv) website. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa terceira especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação. Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo e a política de não retaliação para todos os casos, conforme disposição do Código de ética da CSN.

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance** é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados das investigações são reportados ao Comitê de Auditoria que atua como órgão de supervisão das atividades de governança corporativa.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

A norma de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção da Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence* para qualquer operação societária de fusões e aquisições, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e a Diretoria Jurídica são responsáveis pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	09/04/1941
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/02/1943

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico da Companhia

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi fundada em 1941, pelo então presidente Getúlio Vargas.

A CSN iniciou suas operações em 1946, com a produção de coque, ferro-gusa e produtos siderúrgicos na Usina Presidente Vargas, principal planta siderúrgica da Companhia, que está localizada na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Três grandes expansões foram realizadas na Usina Presidente Vargas durante as décadas de 70 e 80. A conclusão dessas expansões aumentou a capacidade instalada de produção anual para 4,5 milhões de toneladas de aço bruto.

A Companhia foi privatizada em 1993 quando o governo brasileiro vendeu sua participação de 91%.

Em 2001 a capacidade instalada de produção de aço bruto da Companhia atingiu 5,6 milhões de toneladas anuais.

Atualmente, a CSN é uma empresa altamente integrada, com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia. A Companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a Usina Presidente Vargas com minério de ferro de alta qualidade para a produção siderúrgica.

A partir de 2007 a CSN passou a comercializar minério de ferro no mercado transoceânico, juntamente com sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., (“Namisa”).

Com reservas provadas e prováveis de 2,6 bilhões de toneladas, a mina de Casa de Pedra tem capacidade atual de produção de 33 milhões de toneladas por ano, incluindo a planta central com capacidade de produção de 23 milhões de toneladas e plantas à seco com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas.

Já a mina de Engenho possui reservas calculadas em 300 milhões de toneladas de minério.

A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o terminal de granéis sólidos (Tecar), por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres, administrado diretamente pela sua controlada Sepetiba Tecon S.A.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar em 2009 no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de aço bruto.

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país e vem investindo desde 1999 em projetos e ativos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. A capacidade de geração média de 446 MW da CSN atende a necessidade total de energia elétrica do grupo.

Com a aquisição da Stahlwerk Thüringen GmbH (“SWT”), localizada na Alemanha, em 2012 a CSN ingressou no segmento de aços longos.

Ao final de 2013, a Companhia deu início às operações da planta de aços longos na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

Em 2015, a CSN concluiu a combinação de seus negócios de mineração com o Consórcio Asiático de quem já era sócio na Namisa, resultando na atual estrutura da CSN Mineração, que inclui minas e respectivos ativos em Casa de Pedra, Engenho e Pires, direitos de operar o terminal portuário Tecar e 18,63% das ações da MRS Logística S.A.

Além disso em 2015, foi inaugurada uma nova planta de cimento, em Arcos (MG), abrindo novos mercados na região Sudeste do país.

Ao longo de 2016, a Companhia concluiu a negociação com a Can-Pack S.A. (“Can-Pack”), para a venda de sua controlada Cia. Metalic do Nordeste (“Metalic”), empresa produtora e comercializadora de embalagens metálicas por R$372,5 milhões.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em junho de 2018, Companhia Siderúrgica Nacional, LLC alterou sua denominação social para Heartland Steel Processing, LLC e foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”). O preço da transação foi de US$400.000.000,00. Concomitantemente, foi constituída uma nova empresa nos Estados Unidos, denominada Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (“LLC”), como subsidiária integral da CSN Steel, empresa por meio da qual a Companhia manteve suas atividades comerciais de importação e distribuição no mercado norte-americano.

Em 2019, realizamos investimentos de aproximadamente R$250,0 milhões na manutenção do alto-forno nº 3, que permitiram o aumento da sua capacidade de produção de aço em 500 mil toneladas por ano.

Em 2020, investimos R$ 848,0 milhões no segmento siderúrgico, R$ 710,0 milhões em nosso segmento de mineração e aproximadamente R$ 140,0 milhões nos outros segmentos. No início de 2021, a CSN Mineração concluiu sua oferta pública inicial e, a partir da data deste relatório anual, tem suas ações negociadas na B3.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Pedidos de Falência Fundados em Valor Relevante e Pedidos de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7 - Atividades do Emissor:

7.1 - Descrição sumária das atividades principais desenvolvidas pela Companhia e por suas Controladas:

A Companhia tem por objeto a fabricação, a transformação e a comercialização, incluindo a importação e a exportação, de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Companhia, incluindo com relação às indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, à fabricação e montagem de estruturas metálicas, à construção, ao transporte, navegação e atividades portuárias, bem como geração, gestão e comercialização de energia em diferentes formas e modalidades; e, ainda, a participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária. É uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas, perfis e embalagens de aço, possuindo também participações em ferrovias e empresas de energia elétrica e terminais portuários.

A Companhia busca sempre maximizar o retorno aos seus acionistas por meio de uma atuação concentrada em cinco atividades-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

7.1.1. Mineração

Minério de Ferro

Em 30 de novembro de 2015, foi estabelecida uma aliança estratégica entre a Companhia e um consórcio asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. (“Consórcio Asiático”).

A transação consistiu na combinação de negócios de minério de ferro e logística correlata da Companhia e da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”) em um empresa controlada pela Companhia, a CSN Mineração S.A. (“CSN Mineração”, anteriormente denominada Congonhas Minérios S.A.), que envolveu as minas e os respectivos ativos de Casa de Pedra, que abastece a Companhia com minério de ferro de alta qualidade necessário à produção siderúrgica, Engenho e Pires, 18,63% de participação na MRS Logística S.A. (“MRS”) e direitos de operar o terminal portuário do TECAR, no Porto de Itaguaí (RJ).

Considerando a posição dos ativos da CSN Mineração, os aportes da Companhia e do Consórcio Asiático na transação, bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro, as participações finais da Companhia e do Consórcio Asiático ficaram definidas em, respectivamente, 87,52% e 12,48% do capital social da CSN Mineração ao final da transação.

Uma parte da produção de minério de ferro da CSN Mineração é vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a Companhia. Esses direitos estão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados em 30 de novembro de 2015. A maior parcela da receita líquida da CSN Mineração referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China.

Em 2014, foi concluída, por empresa de auditoria especializada, uma avaliação independente das reservas das minas de Casa de Pedra e do Engenho. A análise apontou reservas provadas e prováveis de 2,7 bilhões de toneladas de minério de ferro para a mina de Casa de Pedra, com teor de 41,36% de Fe e 36,46% de SiO_2, significativamente superiores às reservas de 1,6 bilhão de toneladas certificadas em 2006. Já a certificação da mina do Engenho apontou reservas provadas e prováveis de 317 milhões de toneladas, com teor de 39.48% de Fe e 40.01% de SiO_2.

Casa de Pedra, Mina do Engenho e Planta de Beneficiamento de Pires

Casa de Pedra é uma mina a céu aberto localizada na Cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais, importante região produtora de minério ferro no Brasil.

A mina de Engenho é também uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, cujo minério é processado na planta de beneficiamento de Pires e na própria unidade de Casa de Pedra.

A capacidade global de produção atual é de 33,00 milhões de toneladas anuais de minérios de ferro, sendo 22,00 milhões de toneladas na planta central e 11,00 milhões nas plantas à seco.

Minérios Nacional S.A.

- **Mina de Fernandinho, Direitos Minerários de Cayman e Pedras Pretas**

A empresa Minérios Nacional S.A., controlada pela CSN, detém a mina de Fernandinho, nas cidades de Itabirito, Rio Acima e Nova Lima,

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

no Estado de Minas Gerais, o direito minerário de Cayman localizado nas cidades de Rio Acima e Itabirito, no Estado de Minas Gerais e o de Pedras Pretas localizado na cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais. O minério de ferro da mina de Fernandinho é processado em suas próprias instalações, com capacidade anual de processamento de 700 mil toneladas de minério de ferro. A Minérios Nacional possui ainda mais de 600 ativos minerários em fase de pesquisa, espalhados por todo o Brasil, em especial nas regiões Nordeste, Sul e Triângulo Mineiro, de calcário e argila voltados para o desenvolvimento da indústria de cimento.

TECAR

A Companhia detém o direito de exploração do TECAR nos termos do Contrato de Arrendamento do terminal portuário de granéis sólidos situado no Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro), abrangendo uma área total de 740.761 mil m². Com capacidade de embarque de 45 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro e desembarque de 4 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de redutores (e.g., carvão, coque), permite ganho relevante de sinergia operacional da Companhia. O período de arrendamento para operação do TECAR está previsto para terminar em 2047, mediante a realização de novos investimentos, atualmente em discussão com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Calcário e Dolomita

A mineração Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos, no Estado de Minas Gerais, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, fundentes consumidos pela Companhia na produção de aço na Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a mina também fornece calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos, matéria-prima necessária à fabricação de cimento pela Companhia.
No segundo semestre de 2016 entraram em operação uma nova britagem e o novo forno de clínquer, ampliando a capacidade instalada da Planta de Arcos para 15 milhões de toneladas por ano.
A mina possui uma capacidade instalada de produção anual de 12,0 milhões de toneladas, com reservas de calcário e dolomita para suprir adequadamente a nossa produção de aço e cimento, nos níveis atuais, por aproximadamente 36 anos.

Estanho

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A ("ERSA"), controlada da Companhia, com capacidade de produção instalada de aproximadamente 3.600 toneladas/ano de estanho. A ERSA é composta pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste, de onde se extrai a cassiterita, e por uma fundição em Ariquemes, de onde se obtém o estanho, ambas no Estado de Rondônia.

O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

Além da cassiterita, a mina também possui extração de tantalita, columbita e ilmenita.

7.1.2. Siderurgia

Dominando toda a cadeia produtiva do aço, a Companhia atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A Companhia produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil; grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens metálicas.

A UPV, principal unidade siderúrgica da Companhia, possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto (5,2 milhões de aços planos e 0,4 milhões de aços longos), contando com dois altos fornos, uma aciaria com três conversores a sopro de oxigênio, três unidades de lingotamento de placas e instalações completas de laminação a quente e a frio, revestimento e acabamento de aços planos.

A Companhia também produz folhas de flandres em sua unidade em Volta Redonda, as quais são utilizadas no setor de embalagens, com capacidade instalada de produção de 810 mil toneladas anuais.

Ao final de 2013 foi inaugurada uma unidade para produção de aços longos na UPV, construída para atingir uma capacidade de produção de 450 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. A planta possui um forno elétrico a arco, lingotamento contínuo para tarugos e um laminador a quente para produtos longos de seção redonda.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na UPV, uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no Estado do Paraná.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A filial da Companhia situada em Porto Real está localizada no eixo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, atendendo principalmente o setor automotivo, com uma ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de galvanização por imersão a quente, centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks* e um moderno centro de solda a laser para produção de *blanks* soldados.

A filial da CSN instalada em Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR é uma unidade que possui processos de decapagem, laminação a frio, galvanização, pré-pintura e centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks*. Seus principais produtos são o aço com revestimento de liga 55%Al-Zn, que conjuga brilho e durabilidade e o aço pré-pintado, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca. Ainda, esta unidade pode produzir o aço galvanizado com revestimento de zinco puro.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: (i) a Lusosider Aços Planos S.A., em Paio Pires, Portugal, que atuam na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos, e (ii) a Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, especializada na produção de perfis de aço, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas de perfis de aço. A aquisição da SWT em janeiro de 2012 marcou a entrada da Companhia no segmento de aços longos.

Companhia Metalúrgica Prada ("Prada")

No segmento de embalagens, a Prada possui duas plantas localizadas no Estado de São Paulo, onde está localizado seu parque litográfico e sua fábrica de embalagens de aço para produtos químicos e aerossóis, e uma planta em Uberlândia/MG, dedicada a embalagens de alimentos. A Prada é um importante cliente de folhas metálicas da CSN.

A Prada está capacitada a atender os volumes e as especificações técnicas demandadas pelas indústrias de alimentos, química e de aerossóis. Sua ampla gama de serviços inclui corte, conformação e logística, oferecendo serviços de pronta entrega e sob encomenda, agregando valor ao portfólio de produtos.

A Prada atua também no mercado de beneficiamento e distribuição de aços, cobrindo todo o território nacional. Atualmente, possui, na região Sudeste, um Centro de Serviços e seis centros de distribuição de produtos, incluindo bobinas, chapas, *blanks*, rolos, perfis UDC, tubos com costura, *steel deck* e telhas metálicas para os mais diversos segmentos da indústria de manufatura, destacando-se a automotiva e a construção civil.

7.1.3. Logística

Portos

Sepetiba Tecon

O STSA, terminal de contêineres localizado no Porto de Itaguaí/RJ, é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., uma das controladas da Companhia, e está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil. O STSA possui capacidade atual de 660.00 TEUs (*Tweenty-Foot Equivalent Unit*) anuais.

Após os investimentos do STSA em infraestrutura e equipamentos, que aumentaram sua capacidade para 440.000 contêineres (660.000 TEUs) por ano, novas inversões foram realizadas em 2019 e 2020, que irão melhorar o nível de serviço e a produtividade do terminal. Esses investimentos incluem melhorias no acesso marítimo e berços, o qual é certificado em 15,4 metros de calado, com marés (o mais profundo da costa leste da América do Sul), e a aquisição de nove guindastes do tipo RTG (Rubber Tyred Gantry Cranes).

Em 2021, o Terminal continua investindo na atualização de suas instalações operacionais e no cumprimento das exigências regulatórias. Serão fabricados os nove RTG's recém-adquiridos, com entrega prevista para o início de 2022 e serão pavimentados 20 mil m² de área de pátio visando o armazenamento de novas cargas. O STSA continuará investindo em projetos de expansão, com aumento previsto de 40% do seu potencial operacional, viabilizando uma capacidade futura nominal de 1.000.000 TEUs / ano. Este projeto de expansão, que está em discussão com os órgãos reguladores, inclui (i) a extensão de cais de 273m, que alcançará 1.083 metros, (ii) a aquisição de dois novos portêineres (PTs) para navios do tipo New Panamax e (iii) dragagens do canal de acesso e bacia de manobra.

Ferrovias

A Companhia tem participação acionária em três companhias ferroviárias:

MRS Logística S.A. ("MRS")

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A MRS opera a ferrovia que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, e conecta a mina de Casa de Pedra em Congonhas/MG à UPV e aos terminais do Porto de Itaguaí/RJ.

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% (ou 37,27% antes da participação dos acionistas não controladores) do capital total da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado, em 2018, cerca de 119 milhões de toneladas desses produtos, o equivalente a 68,2% do total transportado pela MRS.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro exportado pela CSN Mineração, e a totalidade do carvão, coque e minério de ferro consumidos pela UPV é transportada pela MRS, bem como parte do aço e do cimento produzidos pela Companhia.

Transnordestina Logística S.A.("TLSA")

A TLSA, com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.753 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para os setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. Em 31/12/2020 a participação da CSN na TLSA era de 47,26%%.

Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL")

Em 31/12/2020, a CSN detinha participação de 92,38% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento e celulose, entre outros.

7.1.4. Cimento

A indústria cimenteira possui alta complementaridade com a siderurgia e abastece todo o segmento de construção civil, setor de importância fundamental para o desenvolvimento econômico do país. A Companhia implantou em 2009 sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,3 milhões de toneladas por ano. Em Arcos/MG, a primeira linha de produção de clínquer foi instalada em 2011, entraram em operação duas novas moagens de cimento em 2015 e uma nova linha de clínquer em 2016, adicionando 2,4 milhões de toneladas por ano de capacidade de produção de cimento.

O cimento produzido pela Companhia é comercializado nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Atualmente a Companhia conta com onze centros de distribuição, fator essencial para aumentar a pulverização das vendas e garantir sua competitividade. Atualmente a Companhia tem 4,7 milhões de toneladas de capacidade de produção de cimento.

7.1.5. Energia

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país, o que a coloca em posição de destaque ao lado de outros grandes grupos eletrointensivos. Em função disso, a Companhia vem investindo, desde 1999, em projetos de geração de energia elétrica, visando manter a atividade de Autoprodução de Energia, e com isso, garantir baixo custo de produção com este insumo.

Seus ativos neste segmento são (i) a Usina Hidrelétrica de Itá, localizada na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, empresa na qual a Itá Energética S. A. possui 60,5% de participação acionária, detendo a Companhia 48,75% de participação na Itá Energética, o que garante à CSN 167 MW médios; (ii) 17,9204%, de participação acionária na Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, o que garante para Companhia 21 MW médios; (iii) A Turbina de Topo do Alto Forno 3 da UPV com capacidade instalada de 21 MW, e por fim, (iv) a Central Termoelétrica de Cogeração, também instalada na UPV, com capacidade instalada de 235,2 MW . A Central Termoelétrica de Cogeração utiliza como combustível para geração de energia elétrica e vapor os próprios gases residuais da produção siderúrgica.

A fim de manter os benefícios provenientes da Autoprodução de energia, a Companhia realiza com frequência a prospecção e análise de viabilidade de novos ativos de geração, com o objetivo de manter a competitividade de seu custo de produção.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Em relação a cada segmento operacional divulgado nas últimas demonstrações financeiras da Companhia:

a) produtos e serviços comercializados:

7.2.1 – Mineração

Minério de Ferro

Em 2020, foram comercializadas pela CSN 31,2 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 4,2 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas (“UPV”), localizada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2019, foram comercializadas pela CSN 37,9 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 3,6 milhões de toneladas tiveram como destino a UPV.

Em 2018, foram comercializadas pela CSN 34,6 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a UPV.

Os principais produtos obtidos a partir do minério de ferro extraído da mina de Casa de Pedra e Engenho são granulado, sinter feed e pellet feed:

• Granulado: possui altos teores de ferro e granulometria entre 50,0 e 6,3 mm. Na usina siderúrgica o granulado é adicionado diretamente aos fornos de redução, não sendo necessário nenhum processo de aglomeração.

• Sinter Feed: representa a maior parcela da produção da planta de beneficiamento. Possui altos teores de ferro e distribuição granulométrica entre 6,3 e 0,15 mm. Por apresentar uma granulometria mais fina, o minério passa por um processo de sinterização, para que seja aglomerado antes de ser adicionado aos fornos de redução.

• Pellet Feed: possui altos teores de ferro e devido à sua granulometria fina, inferior a 0,15 mm, o pellet Feed é submetido a um processo de pelotização, para que seja aglomerado antes de ser adicionado aos fornos de redução.

A unidade do Pires disponibiliza no mercado os seguintes produtos de minério de ferro: granulado e sinter feed.

• Granulado: possui altos teores de ferro e granulometria entre 50,0 mm e 6,3 mm, sendo adicionado diretamente aos fornos de redução.

• Sinter Feed: representa a maior parte da produção da planta de beneficiamento, possuindo granulometria entre 6,3 mm e 0,15 mm. Antes de ser adicionado aos fornos de redução o minério passa por um processo de sinterização.

TECAR

Em 2020, foram embarcados pelo Tecar 24,1 milhões de toneladas de minério ferro próprio e foram desembarcadas 2,5 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2019, foram embarcados pelo Tecar 31,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e foram desembarcadas 2,5 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2018, foram embarcadas pelo TECAR 29,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e foram desembarcados 3,6 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Calcário e Dolomita

Os principais produtos obtidos a partir do calcário e da dolomita que são transferidos para a UPV são:

• Calcário e dolomita (calcinação): possuem granulometria entre 32 e 76 mm, e são utilizados na fábrica de cal em Volta Redonda/RJ para fabricação de cal calcítica e cal dolomítica, para posterior utilização nos processos de aciaria e sinterização.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

No processo de aciaria, a cal é utilizada no controle químico da escória líquida com o objetivo de preservar o refratário dos conversores e auxiliar na estabilização das reações químicas que ocorrem durante o processo de fabricação do aço. Na sinterização, o objetivo da cal é aumentar a performance do processo e a qualidade final do sínter produzido.

• Calcário e dolomita (sinterização): possuem granulometria entre 0,10 e 3,36 mm e são utilizados na produção do “sinter”, no processo de sinterização na UPV. O sínter é composto por finos de minério, combustível sólido e fundentes que viabilizam a semi-fusão e aglomeração do minério. O sínter é utilizado em altos-fornos como fonte de ferro para a produção de gusa.

A partir de 2009, com a entrada da Companhia no mercado de cimentos, a mina localizada em Arcos, no Estado de Mina Gerais passou a responder também pelo fornecimento de calcário para o processo de fabricação de cimentos em Volta Redonda/RJ.

Em 2020, a mineração Bocaina produziu 5,309 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 2,032 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 3,277 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,267 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2019, a mineração Bocaina produziu 4,371 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,560 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,811 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,170 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2018, a mineração Bocaina produziu 5,000 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 2,143 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,858 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,382 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Estanho

O estanho produzido pela Estanho de Rondônia S.A. (“ERSA”) atende a exigência de especificação do mercado atual com teor de chumbo menor que 100 ppm.

Em 2020 foram transferidas 419 toneladas de estanho para a UPV, enquanto em 2019 e 2018 foram enviadas 459 e 504 toneladas, respectivamente. O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

7.2.2 – Siderurgia

Aços planos

A Companhia produz uma variada gama de produtos laminados, entre eles:

Produtos Laminados a Quente

A Companhia tem capacidade para produzir materiais nas espessuras entre 1,2 mm e 12,7 mm. Essas bobinas são utilizadas na fabricação de peças estruturais de automóveis, tubos e perfis para construção mecânica, entre outras aplicações. Os laminados a quente são também utilizados na fabricação de contêineres de gás, estruturas fotovoltaicas, rodas automotivas, compressores e perfis leves formados a frio para a indústria da construção.

Produtos Laminados a Frio

São bobinas e chapas laminadas a frio com espessura uniforme e melhor qualidade de superfície, sendo utilizadas em carrocerias de automóveis, eletrodomésticos, tambores, motores elétricos, tubos e perfis de uso geral. As bobinas de aço laminado a frio podem também ser utilizadas como matéria-prima na produção de produtos com revestimento de estanho e cromo, destinados para o segmento de folhas

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

metálicas utilizadas para fabricação de embalagens de conserva, pescado, aerossol e tinta. A Companhia fornece bobinas laminadas a frio com e sem revestimento, em espessuras que variam entre 0,14 e 3,00 mm.

Produtos Galvanizados

Os produtos galvanizados consistem em aço laminado plano revestido com liga de zinco. A Companhia utiliza o processo de imersão a quente em linhas contínuas, que é aproximadamente 20% mais econômico em relação ao processo eletrolítico. O processo contínuo resulta em produtos com revestimentos de zinco altamente aderentes e uniformes, capazes de serem processados em praticamente todos os tipos de máquinas de conformação e manufatura industrial. A Companhia produz chapas e bobinas galvanizadas com espessuras de 0,30 a 3,00 mm.

A galvanização é um dos processos de maior custo-benefício para proteção do aço contra a corrosão. Os produtos galvanizados são altamente versáteis e podem ser utilizados na fabricação de uma ampla gama de produtos, tais como:

- Carrocerias de automóveis, caminhões e ônibus;
- Produtos manufaturados para o setor de construção, tais como painéis para coberturas e paredes externas, telhas, “dry wall” e estruturas para suporte de coberturas, portas, janelas, grades e componentes de estruturas leves;
- Produtos do setor de linha branca (eletrodomésticos);
- Tanques de armazenamento, recipientes para grãos e equipamentos agrícolas;
- Painéis de sinalização; e
- Produtos pré-pintados para os segmentos de linha branca, construção civil e automotivo.

Além dos produtos galvanizados de uso geral, a Companhia produz o aço galvannealed, que é o aço galvanizado sujeito a um processo de recozimento após o revestimento por imersão a quente. Esse processo de recozimento faz com que o ferro do aço base migre para o revestimento de zinco, formando uma liga de zinco-ferro que permite melhor desempenho na soldagem e na pintura. A combinação dessas qualidades faz com que o aço galvanizado seja um produto altamente indicado para aplicação em peças automotivas.

A Companhia produz também o aço revestimento com uma liga de 55% alumínio e 45% zinco, em processo similar ao de galvanização por imersão a quente. O aço revestido com essa liga tem no mínimo o dobro da resistência à corrosão do aço galvanizado padrão, sendo utilizado principalmente em aplicações de construção civil expostas a intemperismo severo, como corrosão em meio ácido e em ambientes onde há maresia.

Adicionalmente, as bobinas de aço revestidas ou não revestidas podem receber aplicação de tinta via processo de pintura em linha contínua. O material pré-pintado é empregado principalmente nos segmentos de construção civil e eletrodomésticos.

O amplo portfólio de aços e revestimentos da Companhia permite que seja oferecida uma ampla gama de soluções em produtos alto valor agregado a seus clientes.

Usina Presidente Vargas

No ano de 2020 a CSN produziu 3,7 milhões de toneladas de aço bruto, sendo 3,5 milhões de aços planos e 0,22 milhão de aços longos, enquanto a produção de laminados atingiu 3,6 milhões de toneladas. Em 2019, a produção de aço bruto atingiu 3,0 milhões de toneladas, sendo 2,8 milhões de toneladas de aços planos e 0,23 milhão de aços longos e a produção de laminados atingiu 3,6 milhões de toneladas. Em 2018, a produção de aço bruto atingiu 4,2 milhões de toneladas e a produção de laminados registrou 4,0 milhões de toneladas.

Filial Paraná

A produção da filial Paraná totalizou 522 mil toneladas em 2020, 572 mil toneladas em 2019 e 548 mil toneladas em 2018.

Filial Porto Real/RJ

A produção da filial Porto Real atingiu 305 mil toneladas em 2020, 300 mil toneladas em 2019 e 313 mil toneladas em 2018.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Lusosider Aços Planos ("Lusosider")

No ano de 2020, a Lusosider produziu 334 mil toneladas de produtos galvanizados, laminados a frio e Decapado/Oleado, enquanto nos anos de 2019 e 2018, estes volumes atingiram 338 mil e 368 mil toneladas, respectivamente.

Folhas Metálicas para Embalagens

As folhas metálicas consistem em bobinas ou fardos de folhas metálicas planas de baixo carbono, tendo, conforme definido pelas normas brasileiras, espessura máxima de 0,45 mm, podendo ou não ser revestidas. Os revestimentos podem ser de estanho ou cromo, aplicados por processos eletrolíticos. A durabilidade propiciada pelo revestimento torna os produtos estanhados entre os de maior valor agregado. Existem três tipos de folhas metálicas, todas produzidas pela Companhia em forma de bobinas e folhas:

- Folha-de-flandres (chapa estanhada): revestida em uma face ou em ambas, com fina camada de estanho metálico, além de uma camada de óxido de cromo, coberta com uma película protetora de óleo;
- Folhas cromadas: revestido em ambas as faces com uma camada muito fina de cromo metálico, além de uma camada de óxido de cromo, coberta por uma película protetora de óleo;
- Folha não revestida: produto utilizado como base das folhas metálicas revestidas.

As folhas metálicas para embalagens são utilizadas principalmente na fabricação de latas e outros recipientes. Atualmente, a Companhia conta com quatro linhas de revestimento eletrolítico sendo que apenas três estão em operação.

Em 2020 foram produzidas 392 mil toneladas de folhas metálicas pela CSN, frente a 405 e 475 mil toneladas produzidas em 2019 e 2018, respectivamente.

Companhia Metalúrgica Prada ("Prada")

As unidades de embalagens de aço da Prada, localizadas no Estado de São Paulo/SP e em Uberlândia/MG, constituem-se em importantes clientes de folhas metálicas da Companhia.

As linhas de produção da Prada estão capacitadas a atender os elevados volumes e especificações técnicas demandados pelas indústrias química, de aerossóis e alimentícia (óleos, gorduras, conservas, derivados de tomate, frigoríficos, doces, achocolatados, leite em pó, entre outras).

Em 2020 foram comercializadas 13 mil toneladas. Em 2019 e 2018, foram comercializadas 16 mil toneladas e 24 mil toneladas, respectivamente, neste segmento.

A unidade de distribuição da Prada atua na área de beneficiamento e distribuição de aços planos com uma diversificada linha de produtos e fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis UDC, tubos, telhas, forma laje (steel deck) e aços longos, entre outros produtos. É também especializada na prestação de serviços de processamento de aço, atendendo a empresas de todo o país.

A Prada comercializou em 2020, por meio do segmento de distribuição, 147 mil toneladas de aço. Em 2019 e 2018, foram comercializadas 157 mil e 162 mil toneladas, respectivamente, neste segmento.

Aços longos

Perfis metálicos

A Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), cujo principal mercado é o continente europeu, especialmente a Alemanha, produz uma ampla variedade de perfis metálicos, com aplicação na indústria de construção civil e obras de infraestrutura, bem como dormentes de aço. No

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

total, mais de 200 tipos de perfis são produzidos de acordo com padrões internacionais diversos. Em 2020, a SWT comercializou 765 mil toneladas de perfis de aço, enquanto em 2019, foram comercializadas 791 mil toneladas de perfis de aço e em 2018 foram 806 mil toneladas.

Ao final de 2013, foi inaugurada uma unidade de aços longos na UPV, em Volta Redonda/RJ, construída para atingir uma capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. Em 2020, esta unidade produziu 225 mil toneladas de aço bruto e 219 mil toneladas de vergalhões e fios máquina e em 2019, 229 mil toneladas de aço bruto e 224 mil toneladas de vergalhões e fio máquina.

7.2.3. Logística

Portuária:

O STSA, terminal de contêineres e carga geral do Porto de Itaguaí, é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, tendo movimentado, em 2020, 154.000 contêineres, 542.000 toneladas de produtos siderúrgicos, 37.000 toneladas de carga geral, 1.435.000 toneladas de granéis sólidos, em comparação com 161.000 contêineres, 423.000 toneladas de produtos siderúrgicos e 205.000 toneladas de carga geral, 626.000 toneladas de granéis sólidos, 1.700 veículos em 2019. A redução no volume de contêineres em 2020 se deve principalmente à crise econômica global gerada pela pandemia da COVID-19, afetando principalmente a importações oriundas da Ásia, realizadas pelo Terminal. Para mitigar os efeitos dessa queda no volume de contêineres em 2020, o STSA buscou novos mercados, intensificando a operação de granéis de diversos tipos e cargas de grandes projetos de carga geral.

Ferroviária:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. (“MRS”), a FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”) e a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”).

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% do capital da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados Mineração (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 98,2 milhões de toneladas em 2020, equivalente 85% do total transportado pela Companhia

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 2,3 milhões de toneladas de cargas em contêineres em 2020, ante o volume transportado de 2,40 milhões de toneladas de cargas em contêineres em 2019, 1,98 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2018 e de 1,84 milhão de toneladas de cargas em contêineres em 2017.Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

FTL

A CSN detém participação de 92,38% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e com capacidade atual de transporte de cerca de 2 milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros produtos.

TLSA

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

O projeto da ferrovia prevê a extensão de 1.753 km da malha, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas por ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros.

7.2.4. Cimento

As novas moagens de cimento de Arcos entraram em operação em 2015 e o novo forno de clínquer em 2016. A Companhia atualmente comercializa o cimento dos tipos CP-II e CP-III, abastecendo o Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

7.2.5. Energia

O portfólio de ativos de geração, as atividades de comercialização de energia, o controle no consumo de energia das unidades de produção, bem como, o estabelecimento de políticas e procedimentos para fomentar o uso eficiente da energia com processos de Melhoria Contínua em todas as etapas de produção, tem proporcionado um alto valor agregado à Companhia.

b) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

R$ Milhões

	2020		2019		2018		2017	
Receita Líquida	**30,064**	**118%**	**25,436**	**100%**	**22,969**	**100%**	**18,525**	**100%**
Siderurgia	16,603	65%	13,949	55%	15,634	68%	12,959	70%
Mineração	12,683	50%	10,028	39%	5,985	26%	4,621	25%
Demais	778	3%	1,459	6%	1,350	6%	945	5%

	2020		2019		2018		2017	
CPV	**(19,125)**	**-75%**	**(17,263)**	**-68%**	**(16,106)**	**-70%**	**(13,596)**	**-73%**
Siderurgia	(14,171)	-56%	(12,963)	-51%	(12,613)	-55%	(10,538)	-57%
Mineração	(5,532)	-22%	(4,396)	-17%	(3,586)	-16%	(3,006)	-16%
Demais	578	2%	96	0%	93	0%	(52)	0%

	2020		2019		2018		2017	
Lucro Bruto	**10,939**	**43%**	**8,173**	**32%**	**6,863**	**30%**	**4,928**	**27%**
Siderurgia	2,432	10%	986	4%	3,021	13%	2,421	13%
Mineração	7,151	28%	5,631	22%	2,399	10%	1,615	9%
Demais	1,356	5%	1,556	6%	1,443	6%	892	5%

c) lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não apresenta Lucro Líquido/prejuízo por segmento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Produtos e serviços

a) características do processo de produção

7.3.1- Mineração

Casa de Pedra, Mina do Engenho e Planta de Beneficiamento do Pires

As minas de Casa de Pedra e Engenho estão situadas na porção sudoeste do Quadrilátero Ferrífero (QF), a 60 km ao sul da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, e são detidas pela CSN Mineração S.A., controlada pela Companhia.

As minas de Casa de Pedra e Engenho lavram minério de ferro em cavas a céu aberto, em bancos com altura aproximada de 10 m, operando com caminhões fora de estrada e escavadeiras/carregadeiras de grande porte, controlados por um sistema de alocação dinâmica de caminhões. O minério é destinado ao processo de tratamento e o estéril é destinado para os depósitos, localizados em áreas fora da cava final.

O minério oriundo da lavra pode ser destinado para a Planta Central, UPMs (Unidades de Processamento Móveis) ou ITM (Instalação de Tratamento de Minério), que é a Planta de Beneficiamento do Pires.

No caso da Planta Central, inicialmente, o ROM ("*run of mine*") é descarregado em duas unidades de britagem primária, passando também por estágios de britagens secundária e terciária, seguindo para os pátios de homogeneização por meio de transportadores de correias e empilhadeiras, sendo disposto em grandes pilhas visando à adequação da qualidade do minério. Por meio de retomadoras de caçambas é transferido para a planta de classificação, onde é classificado nas frações típicas de granulados, *sinter feed* e superfinos. A fração de superfinos passa por deslamagens em hidrociclones e segue para concentração pelo processo de flotação. O concentrado da flotação com alto teor de ferro segue para desaguamento em espessadores e filtros a discos, obtendo-se o produto "*pellet feed*". Os produtos granulados, *sinter feed* e *pellet feed* seguem para os pátios de estocagem via correias transportadoras até o Terminal Ferroviário de Casa de Pedra. No terminal os produtos são retomados e transferidos para composições ferroviárias, com destino ao mercado interno e ao Porto de Itaguaí para exportação. Em 2020, os rejeitos gerados nos processos de deslamagens e flotação foram filtrados e dispostos em pilhas de rejeito filtrado.

As Plantas Móveis, que processam somente minério rico, consistem em um processo de britagem e peneiramento a seco gerando granulado e *sinter feed*. O produto gerado é transportado por caminhões rodoviários pela estrada Engenho-Pires até o Terminal Ferroviário Itacolomy (TFI) no Complexo Pires onde são embarcados em vagões com destino ao Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro.

No complexo Pires, também detido pela CSN Mineração, encontram-se as plantas de tratamento do minério, as Barragens de Rejeito do Pires, Infraestruturas (escritórios, restaurante, laboratório etc.), e o Terminal Ferroviário (TFI). O complexo está localizado na BR 040, km 590, Zona Rural do Distrito de Miguel Burnier, pertencente ao Município de Ouro Preto/MG.

O ROM é transferido para a usina de beneficiamento de Pires (Instalação de Tratamento de Minério - ITM) por meio de caminhões rodoviários, onde passa por uma britagem primária, sendo em seguida peneirado. O material retido segue para uma britagem secundária. Após este processo o material passa pela classificação em peneiras inclinadas onde se separam dois produtos: o Granulado e o Sinter Feed.

O produto gerado é transportado por caminhões e estocado em pátios, sendo posteriormente transportado para o Terminal Ferroviário Itacolomy, para que seja embarcado em vagões com destino ao Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro.

Mina de Fernandinho

Localizada no município Itabirito/MG, a Mina de Fernandinho lavra minério de ferro a céu aberto em encostas, em bancos de 10 m, operando com caminhões de 32 toneladas e escavadeiras de médio porte. O minério é destinado ao processo de tratamento e o estéril destinado para os depósitos em áreas fora da cava final. A mina de Fernandinho é detida pela Minérios Nacional S.A., controlada pela Companhia.

O ROM é descarregado em uma pilha de homogeneização, retomado por pás carregadeiras e transferido à planta de beneficiamento. Passa por um processo de britagem primária e em seguida é classificado em peneiramento úmido, onde o retido no 1º deck é encaminhado para uma britagem secundária. Após a britagem, é novamente peneirado a úmido. O material retido no 2º deck é empilhado como sinter feed. O material que passa no 2º deck é concentrado em um separador magnético de baixo campo e num classificador espiral, sendo o produto empilhado como sinter feed silicoso. O rejeito da produção é destinado por gravidade para barragens de contenção. A produção de sinter feed é embarcada para o

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Terminal Ferroviário Itacolomy (TFI), em Pires/MG, sendo em seguida encaminhada ao Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro/RJ.

As operações na Mina de Fernandinho foram retomadas em 2018, no entanto voltaram a ser paralisadas em 2019. Mantem-se a alimentação pela retomada das pilhas de finos.

7.3.2 Siderurgia

Aços Planos

As principais matérias-primas para a produção de aço em uma siderúrgica integrada são minério de ferro, carvão, coque e fundentes, tais como calcário e dolomita. O minério de ferro consumido na UPV é extraído, britado, classificado e transportado por ferrovia desde a mina Casa de Pedra localizada na cidade de Congonhas/MG, a 328 km da UPV. A alta qualidade dos minérios de ferro extraídos na mina Casa da Pedra, com grau de pureza de aproximadamente 60% e seu baixo custo de extração, são alguns dos fatores que mais contribuem para o baixo custo de produção de aço da Companhia.

Em razão da falta de qualidade dos carvões siderúrgicos no Brasil, a Companhia importa todo o carvão necessário para a produção do coque. O carvão é carregado em baterias fornos que produzem coque por meio de destilação. O processo de destilação produz também gás como subproduto, que a Companhia utiliza como fonte de combustível para sua usina de cogeração termoelétrica. Depois de britado, o coque é transportado para os altos-fornos onde é usado como fonte de combustão e como um componente para transformar minério de ferro em ferro gusa. Nas unidades de sinterização, os finos de minério de ferro e de coque ou outros combustíveis sólidos finos são misturados com fundentes (calcário e dolomita) para produzir o sínter. O sínter, o minério granulado, os fundentes e o coque são então carregados para os dois altos-fornos em operação na Companhia para serem fundidos. A Companhia opera uma instalação para injeção de carvão pulverizado (“PCI”), que injeta carvão de baixo custo diretamente dentro dos altos-fornos, substituindo aproximadamente um terço do coque.

O minério de ferro é reduzido para ferro-gusa por meio de sucessivas reações químicas com monóxido de carbono (proveniente do coque e do PCI) em dois altos-fornos que operam 24 horas por dia. O minério é gradualmente reduzido, depois se funde e flui para baixo. As impurezas são separadas do ferro e formam a escória juntamente com os fundentes carregados (calcário e dolomita). Periodicamente, o ferro gusa líquido e a escória são retirados pela parte inferior do alto-forno. A escória é granulada e usada para fabricar cimento.

O ferro-gusa é então transportado para a aciaria, em carros-torpedo com cerca de 350 toneladas de capacidade e carregado em conversores de refino a oxigênio, com sucata e fundentes.

Nos conversores, o oxigênio é injetado na carga líquida para oxidar as impurezas restantes e reduzir o conteúdo de carbono, produzindo assim, o aço líquido. O aço líquido é vertido dos conversores a oxigênio em panelas de 230 toneladas e transportado para as máquinas de lingotamento contínuo, onde é solidificado na forma de placas.

Na laminação a quente, as placas provenientes das máquinas de lingotamento contínuo são reaquecidas e abastecem o laminador de tiras a quente, onde a espessura é reduzida de 250 mm para uma faixa entre 1,2 e 12,7 mm. No final do processo de laminação de tiras a quente, uma tira de aço longa e fina proveniente de cada placa é bobinada e transportada para uma área onde possa ser resfriada ao ar. Algumas bobinas laminadas a quente são despachadas diretamente aos clientes nesta condição. Outras são processadas na linha de decapagem, em banho de ácido clorídrico diluído para limpeza e remoção da camada de óxido. Após decapadas, as bobinas laminadas a quente programadas para produzir materiais mais finos são encaminhadas para serem laminadas a frio. As melhores características da superfície dos produtos laminados a frio aumentam seu valor, em comparação com os produtos laminados a quente. A UPV opera três laminadores a frio.

Uma parte da produção programada para ser laminada a frio é recozida e encruada, em processos que lhe garantirão as propriedades mecânicas finais desejadas. Outra parte da produção é destinada para as linhas de revestimento, para produção de laminados zincados, iniciando-se com o material laminado a frio, ainda não recozido. Todas as linhas da Companhia utilizam o processo de zincagem a quente, no qual a tira é imersa em um banho de zinco líquido e em seguida

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a espessura do revestimento é ajustada por sopro controlado de ar comprimido. As linhas de zincagem também possuem fornos de recozimento e laminação de encruamento, garantindo o desempenho desejado do material.

Na linha de pintura é utilizado como substrato aço laminado a frio ou aços revestidos com zinco puro, liga Zn-Fe e liga 55%Al-Zn, aplicando uma camada de revestimento orgânico, que vai lhe conferir beleza, cor e excelente resistência à corrosão.

O processo de estanhamento consiste em depositar uma camada de estanho ou de cromo sobre o material laminado a frio, usando uma corrente eletrolítica para precipitar o metal sobre o aço e aplicar um tratamento térmico à chapa que vai lhe garantir condições de conformação. O estanho e o cromo são metais nobres que impedem o processo de corrosão do aço pelos alimentos ou produtos químicos, possibilitando seu uso na confecção de embalagens.

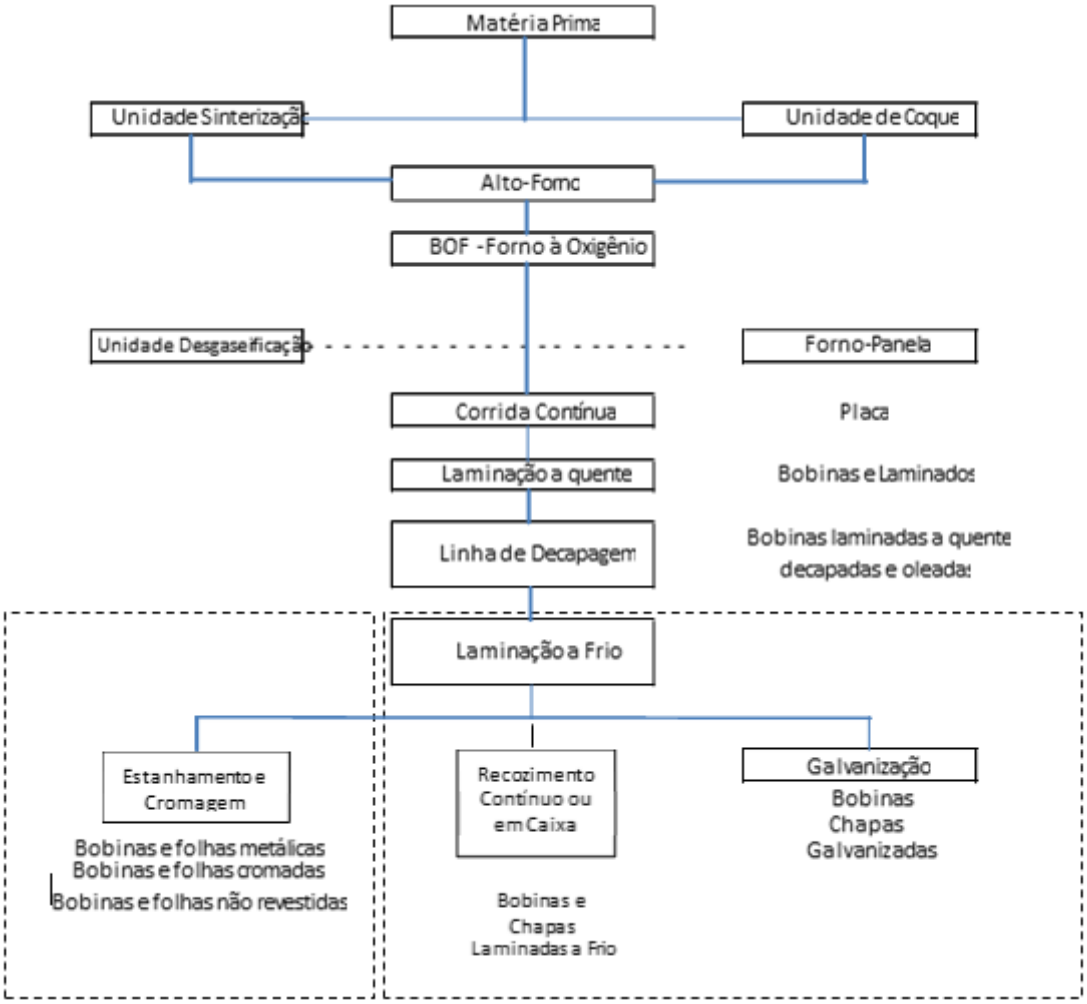
Os equipamentos siderúrgicos passam regularmente por paralisações para manutenção preventiva. Normalmente os laminadores e as linhas de revestimento têm manutenção semanal ou mensal e os altos-fornos e outros equipamentos especiais são programados para manutenção de rotina semestral ou anual.

As atividades operacionais do negócio de siderurgia da Companhia estão a cargo do setor de produção, composto de duas unidades:

- Unidade de Produção – responsável pelas operações produtivas de aço, oficinas de reparo, transporte interno ferroviário e rodoviário e desenvolvimento de processos em Volta Redonda/RJ;
- Unidade de suporte – responsável pelo planejamento de produção, armazenamento e embarque de produtos, instalações de energia e outras utilidades, assistência à fábrica e segurança da força de trabalho na UPV.

O setor de produção também é responsável pela consultoria ambiental e de qualidade, desenvolvimento de novos produtos, investimento de capital para as operações de processamento do aço, assim como a supervisão das operações realizadas nas filiais da CSN em Porto Real/RJ e em Araucária/PR.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



A Prada fabrica embalagens metálicas de aço (latas) e faz litografia em folhas de flandres.

Sua unidade de distribuição tem capacidade para processar aproximadamente 450 mil toneladas/ano em seu Centro de Serviços de Mogi das Cruzes/SP. Esta unidade de serviços é equipada com equipamentos de processamento de última geração (linhas de corte longitudinal para a produção de rolos e tiras, linhas de corte transversal para a produção de chapas e *blanks*, bem como linha formadora de telhas e *steel decks*).

Os materiais fabricados são produzidos a partir de laminados a quente, laminados a frio, zincados por imersão, folhas de flandres, cromadas, não revestidas, aço pré-pintado e aço revestido com liga 55%Al-Zn.

A unidade da SWT, na Alemanha, inicia seu processo fabril com matéria-prima reciclada, a sucata metálica. A sucata chega à usina pelos meios ferroviário ou rodoviário. Dois pórticos são usados para transferir a sucata para um pátio de estocagem, de onde segue para o processo de refino primário (aciaria) composto de um forno elétrico a arco com capacidade de produção de 150 t/h de aço líquido. No processo posterior, no forno panela, o aço é refinado e em seguida é lingotado continuamente em função da aplicação final. O produto resultante deste processo, *Beam Blank,* é então transportado para o processo de lingotamento contínuo. Os semi-acabados produzidos são acondicionados no pátio de estoque, aguardando o momento de serem conduzidos ao forno de reaquecimento, sendo em seguida laminados a quente para produção dos perfis.

Na unidade de aços longos, em Volta Redonda, o processo da aciaria elétrica se inicia com a chegada da sucata por meio de vagões e caminhões. Após ser beneficiada, a sucata é destinada ao Pátio de Preparação de Cestões. Neste

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Pátio de Preparação de Cestões - PPC o cestão é preparado em função do aço que será fabricado na Aciaria. O cestão é levado para dentro da aciaria onde, por meio de ponte rolante, é feito o carregamento do forno elétrico a arco. Após o carregamento do forno inicia-se o processo de fusão. A fusão da sucata é feita através de eletrodos, queimadores e injetores de oxigênio. No forno a sucata se transforma em aço líquido e após atingir a temperatura adequada o aço é vazado em uma panela previamente preparada. No vazamento são adicionadas ligas para o processo seguinte, o refino do aço no forno panela. No forno panela são feitas as correções necessárias na composição química e temperatura do aço para atendimento ao processo de Lingotamento Contínuo. No Lingotamento Contínuo se dá o processo de solidificação e transformação do aço em tarugos. Depois de solidificados, os tarugos são cortados em tamanhos programados de acordo com a aplicação a que se destinam. Após passar pelo leito de resfriamento os tarugos são estocados no pátio de tarugos.

No processo seguinte, a laminação a quente, os tarugos são conduzidos ao forno de reaquecimento, sendo em seguida laminados a quente para produção de fio máquina ou vergalhão (em rolos e em barras). A unidade de aços longos da UPV, em Volta Redonda, foi construída para atingir uma capacidade anual de laminação a quente de 400 mil toneladas anuais, incluindo vergalhões e fios-máquinas.

7.3.3 Cimento

A Companhia produz cimento nas fábricas de Volta Redonda/RJ e Arcos/MG, com moagem de insumos (clínquer, gesso, calcário e escória) em uma instalação de moinhos verticais, possuindo duas linhas de moagem, para produção do cimento CP III 40 em Volta Redonda e duas linhas de moagem para produção de cimento CP II 32 e CP III 32 em Arcos.

Utilizamos o clínquer produzido nos fornos de clínquer instalados em Arcos, aproveitando o calcário da nossa mina no mesmo site, sendo atualmente autossuficiente na produção de clínquer e cimento. A escória utilizada na produção do cimento é um subproduto de ferro e aço, produzido no alto-forno.

Os moinhos verticais têm um sistema hidráulico de rolos, que usa pressão para moer a camada de material em uma plataforma giratória. Gás quente, derivado da combustão de gás natural ou coque de petróleo, é usado nas plantas para secar os materiais.

b) características do processo de distribuição

Mineração

No mercado externo, a CSN Mineração comercializa seus produtos por meio de equipes comerciais próprias, localizadas no Brasil e no exterior. Além das equipes de vendas internacionais, em Portugal e em Hong Kong, os escritórios no exterior também contam com uma equipe especializada, permitindo à CSN Mineração permanecer em contato direto com seus clientes estrangeiros, acompanhando suas necessidades e a execução dos contratos firmados, além do desenvolvimento de novos mercados.

As vendas da CSN Mineração para o mercado doméstico são realizadas por uma equipe alocada em Casa de Pedra.

Siderurgia

Mercado Interno

A Companhia oferece a seus clientes um diversificado portfólio de aços. Além das linhas de laminação a quente e laminação a frio, a Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na UPV; uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro; e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no Estado do Paraná, que também realiza laminação a frio e pré-pintura.

Os produtos chegam ao mercado saindo das unidades produtoras, dos centros de serviço ou dos centros de distribuição, via transporte ferroviário, rodoviário ou uma combinação de ambos. Com cinco centros de serviço e dezoito centros de distribuição localizados estrategicamente, a Companhia atua de forma eficiente em todo o território nacional oferecendo serviços de pronta entrega, sob encomenda, além de assistência técnica especializada. A Companhia mantém parcerias com destacadas empresas de serviços de transporte para tornar ágil o recebimento de matérias-primas e a entrega de seus produtos em todas as regiões do país.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Mercado externo

A maior parte das vendas da Companhia para o exterior é efetuada diretamente aos seus clientes, sem a utilização de intermediários (agentes ou *"tradings"*) ou por meio das equipes de vendas de suas controladas: Lusosider Aços Planos S.A. em Portugal, que produz laminados revestidos e a Stahlwerk Thüringen GmbH, na Alemanha, que produz perfis metálicos.

Cimento

O cimento produzido pela Companhia é comercializado principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo via centros de distribuição e por meio de venda direta da fábrica ou através dos centros de distribuição. Para o abastecimento desses centros, utilizam-se preferencialmente o transporte ferroviário prestado pela MRS Logística S.A., além de transporte rodoviário.

São clientes da Companhia neste segmento: lojas de materiais de construção, concreteiras, construtoras, indústrias de argamassas e artefatos de cimentos, entre outros. O foco comercial está na distribuição via varejo, ou seja, lojas de materiais de construção.

(ii) condições de competição nos mercados

c) características dos mercados de atuação:

(ii) condições de competição nos mercados

Mineração

A grande variedade de produtos de minério de ferro permite à CSN Mineração suprir a demanda de diferentes mercados e regiões. As vendas de minério de ferro da CSN Mineração em 2020 totalizaram 31,2 milhões de toneladas, das quais 26,9 milhões de toneladas foram exportadas, principalmente para a Ásia. As vendas de minério de ferro da CSN Mineração em 2019 totalizaram 38,5 milhões de toneladas, das quais 34,9 milhões de toneladas foram exportadas, principalmente para a Ásia.

Em 2020, principalmente no primeiro trimestre do ano, o mercado transoceânico de minério de ferro sofreu forte choque com a crise mundial da Covid-19. A recuperação pôde tomar forma a partir de maio de 2020, com a retomada da economia chinesa após vultuosos investimentos em infraestrutura e construção civil. Essa forte demanda interna por aço, fomentou uma melhora das margens e maiores preços de minério de ferro. Nesse cenário, a cotação do minério apresentou alta de 17% em 2020 frente ao ano de 2019, atingindo uma média de US$109/dmt (Platts, Fe62%, N. China).

Siderurgia

Os mercados siderúrgicos globais e brasileiro são intensamente competitivos. Os fatores competitivos nesses mercados incluem qualidade, preço, condições de pagamento e atendimento ao consumidor.

Para competir em termos globais, a Companhia se posiciona com um diversificado mix de produtos de alto valor agregado que atendem diferentes segmentos da indústria entre os quais se_destacam o Automotivo, Construção Civil, Linha Branca/Eletrodomésticos, Tubos, OEM e embalagens.

A alta integração de seus negócios, com minas próprias de minério de ferro de alta qualidade, calcário e dolomita, logística ferroviária e portuária, bem como geração própria de energia, além do atendimento de alto nível a seus clientes, permitem à Companhia alcançar um importante diferencial competitivo.

Cimento

A CSN Cimentos S.A. iniciou suas atividades em maio de 2009 e, em um curto espaço de tempo, a marca Cimento CSN® passou a ser reconhecida e bem aceita no mercado nacional.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A produção de cimento da Companhia é voltada para o mercado interno, e tem registrado crescimento nos últimos anos. O fato da Companhia ser altamente integrada, com reservas de calcário, bem como aproveitamento da escória de alto-forno, faz com que o produto da Companhia seja competitivo.

Em maio de 2015 a CSN Cimentos S.A. foi incorporada pela Companhia, passando a Companhia a atuar diretamente no segmento de cimentos.

d) eventual sazonalidade

Mineração

Mercado Interno

No mercado interno não foram identificados períodos expressivos de sazonalidade.

Mercado Externo

Os preços de minério de ferro no mercado transoceânico são impactados por fatores relacionados à oferta e demanda. Do lado da demanda, temperaturas extremas no auge do inverno ou do verão na China podem afetar negativamente as atividades de construção ou o andamento das obras de infraestrutura, com impacto sobre a demanda de aço, reduzindo as compras do minério pelas siderúrgicas. Por outro lado, feriados prolongados, como o Ano Novo Chinês, podem desencadear processos de reestocagem pelas siderúrgicas, com impacto positivo sobre os preços do minério de ferro.

Do lado da oferta, o inverno rigoroso na China, concentrado entre os meses de dezembro e fevereiro, afeta a produção doméstica de minério de ferro, com impacto positivo sobre os prêmios aplicados a seus substitutos diretos ou indiretos. Já os verões no Brasil e na Austrália são períodos com maior incidência de chuva, o que impacta negativamente as atividades de extração e transporte do minério, resultando normalmente numa queda dos volumes exportados. A queda sazonal da oferta pode resultar em uma pressão positiva sobre os preços do minério de ferro no mercado transoceânico. Os volumes de produção e, consequentemente, de vendas do minério de ferro concretizadas pela CSN Mineração podem se reduzir em períodos com maior intensidade de chuvas.

Siderurgia

Mercado Interno

No mercado interno não foram identificados períodos expressivos de sazonalidade.

Mercado Externo

No mercado externo há períodos de sazonalidade que provocam oscilações na demanda, como, por exemplo, o inverno no hemisfério norte e o Ano Novo Chinês. Porém, como as vendas de produtos siderúrgicos da Companhia são direcionadas principalmente para o mercado interno, a exposição da Companhia a estes fatores sazonais acaba sendo reduzida.

Cimento

Períodos chuvosos, como o verão na Região Sudeste, que compreende os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março e o inverno na Região Nordeste, nos meses centrais do ano, são períodos em que o consumo de cimento é menor.

e) principais insumos e matérias-primas:

As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia para a produção siderúrgica são: minério de ferro (*sinter feed* para as Plantas de Sinterização e minério bitolado para os Altos-Fornos), pelota de minério de ferro, carvões metalúrgicos (carvão de coqueria, *"hard coking coal"*, para as Baterias de Fornos de Coque e carvão de PCI, *"Pulverized Coal Injection"*, para injeção nas ventaneiras dos Altos Fornos, em substituição parcial ao coque), coque, fundentes (calcário e dolomita), ferro ligas (Fe.Mn, Fe.C.Mn, Fe.Cr, Fe.Ti, etc.), além de metais como alumínio, estanho e zinco. Também são utilizados gases criogênicos (nitrogênio, argônio e oxigênio), gás natural, sucata ferrosa e materiais refratários. Cumpre destacar que a Companhia possui produção própria nas principais matérias-primas para a produção siderúrgica, como minérios de ferro, estanho, calcário e dolomita, atendendo à maior parte de sua necessidade total dessas matérias-primas. Com relação à mineração, um dos principais insumos é o óleo diesel.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Para a produção de aços longos, as principais matérias-primas são a sucata, obtida por meio de geração própria e no mercado nacional, e ferro-gusa, que é adquirido no mercado nacional.

Para a produção do cimento, os principais insumos e matérias-primas são a escória de alto-forno, obtida nos processos dos altos-fornos da Companhia e clínquer, que é produzido na unidade própria de Arcos.

(i) Descrições das relações mantidas com fornecedores inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

Em geral, as relações da Companhia com os fornecedores das principais matérias-primas utilizadas são mantidas por meio de contratos de fornecimento ou acordos comerciais. A Companhia busca sempre um relacionamento de longo prazo com seus principais fornecedores de matérias-primas, que atualmente são os informados abaixo:

Carvão: Contura, Kru Overseas, Vale, Teck Coal, Arch Coal Warrior e Trafigura. Os carvões de coqueria e os carvões de PCI são as principais matérias primas adquiridas pela Companhia, sendo totalmente importados;

Coque: CI Milpa, Sinochem e Noble;

Alumínio: Zinco Sul, Infiniti e Nova Metais.

Zinco: Glencore, IBM Metais, Zinco Ligas e Latasa;

Estanho – ERSA e Taboca;

Peças sobressalentes: Sotreq, Komatsu, Mason, Minas Maquinas, Inova e WLM;

Refratários: RHI Magnesita, Saint Gobain, IBAR e Vesuvius;

Sucata: Trufer, RFR, Super Laminação, Piraferro, Guarulhos, Cicloaço, Cofarja e União.

Lubrificantes: Iconic, Quaker-Houghton e Daido.

Pelota: Vale e Vallourec

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Com relação a suas necessidades de gás natural, a Companhia depende das concessionárias de cada Estado em função dos monopólios legais. Porém, tais concessionárias possuem legislação específica que garante o abastecimento de produtos para os clientes contratados (vide item 4.1 (e) deste formulário).

Nos casos em que dependemos de um único fornecedor, geralmente, são negociados acordos comerciais de fornecimento, além da realização de um trabalho contínuo para desenvolvimento de alternativas e busca por novos fornecedores.

(iii) eventual volatilidade de preços

A indústria siderúrgica está sujeita à volatilidade dos preços de certas matérias-primas utilizadas no processo produtivo, tais como minério de ferro, carvão siderúrgico, coque, além de metais como alumínio, estanho e zinco, pois as matérias-primas são commodities e têm preços cotados no mercado internacional, além da variação cambial.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia):

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não há nenhum cliente no mercado nacional ou internacional responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há nenhum cliente no mercado nacional ou internacional responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
A Companhia e suas controladas, ao longo do curso dos seus negócios, mantêm uma relação próxima com os órgãos governamentais responsáveis por autorizações em geral, buscando sempre atender suas exigências. As atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas - siderurgia, mineração, logística, fabricação de cimento e geração de energia – demandam uma série de autorizações governamentais, estando as principais detalhadas abaixo. A Companhia e suas controladas estão sujeitas às leis e regulamentações ambientais nos níveis federal, estadual e municipal que regulam emissões atmosféricas, descarte de efluentes líquidos, manejo e tratamento de resíduos sólidos e perigosos, entre outros assuntos. A Companhia está comprometida com a mitigação e o controle do impacto ambiental causado pelas suas operações e está em conformidade com a legislação ambiental aplicável. A Constituição Federal confere aos governos federal e aos governos estaduais e municipais poderes para elaboração e regulamentação de leis que envolvam questões de proteção ambiental. Enquanto o governo federal tem poderes para elaborar leis ambientais estabelecendo padrões mínimos de proteção ambiental, os governos estaduais e locais têm o poder de estabelecer obrigações mais restritivas sobre a proteção e conservação do meio ambiente. A Companhia está sujeita às mudanças e determinações impostas por uma nova legislação ambiental. Os governos estaduais e municipais revisam, com frequência, as leis e os regulamentos envolvendo questões ambientais, na maioria das vezes tornando-os mais restritivos e rígidos. Condições específicas de funcionamento estão estabelecidas nas licenças de operação ou em termos de compromissos ambientais celebrados individualmente por cada uma das empresas, unidade de operação ou unidade produtiva. Essas condições específicas de operação complementam os padrões e regulamentos de aplicabilidade geral, devendo ser observadas durante toda a vigência das licenças ou acordos. Todas as instalações da Companhia atualmente possuem licenças/autorizações de operação ou estão em processo de obtenção/renovação de suas licenças. A Companhia mantém o compromisso firmado na Política Ambiental da empresa de atendimento da legislação ambiental, para que todas as suas instalações estejam regularizadas em conformidade com a regulamentação específica do local onde está localizada cada unidade produtiva. Dentre as atividades desenvolvidas pela Companhia, a mineração, logística e energia demandam uma série de autorizações governamentais, estando as principais listadas abaixo: **Mineração** De acordo com a legislação brasileira, a União detém a propriedade dos recursos minerais. Nessa linha, para explorar e lavrar minério de ferro, a União concede à Companhia Direitos Minerários denominados Autorização de Pesquisa e Concessão de Lavra. As concessões e autorizações são outorgadas pelo Ministério de Minas e Energia via Agência Nacional de Mineração (ANM). As operações de mineração da Companhia são regidas pela Constituição Federal e pelo Código de Mineração, estando sujeitas às leis, normas e regulamentos promulgados de acordo com a Constituição e o referido Código. As atividades de mineração em Casa de Pedra se baseiam em um regime excepcional, chamado de Regime de Manifesto de Mina, o qual garante a propriedade plena sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de propriedade da Companhia. Já as atividades de mineração desenvolvidas nas minas de Engenho e Fernandinho baseiam-se no regime comum de autorização/concessão que lhe assegura o direito de exploração dos recursos minerais, de titularidade da União, por um período indeterminado, até a exaustão da mina. As atividades de mineração da Companhia em Arcos (na mina Bocaina) e em Rondônia (desenvolvidas pela sua controlada ERSA, na mina Santa Bárbara), baseiam-se também em concessões, sob as mesmas condições. **Logística portuária**

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Compete à União a exploração de portos marítimos, direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o que dispõe o artigo 21, inciso XII, alínea "f" da Constituição Federal de 1988. A exploração dos portos é regida pela Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, que determina no artigo 1º, parágrafo 1º que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público. Os contratos de arrendamento das instalações portuárias exploradas pela Companhia e suas controladas foram celebrados, mediante processo licitatório, sob a regência da antiga Lei de Modernização dos Portos, lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

A concessionária do Porto Organizado de Itaguaí, onde estão localizadas as instalações portuárias das empresas controladas da Companhia, CSN Mineração e Sepetiba Tecon, é a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ").

A atividade portuária no Brasil é regulada pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), criada pela lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e pelo Ministério da Infraestrutura, reestruturado pelo Decreto 9.676 de 02 de janeiro de 2019. No porto de Itaguaí, a CDRJ atua como autoridade portuária e a Receita Federal do Brasil como autoridade aduaneira autorizando e fiscalizando o alfandegamento das instalações portuárias.

As controladas da Companhia, CSN Mineração, na qualidade de arrendatária de instalação portuária para a movimentação granéis sólidos (TECAR), e Sepetiba Tecon, na qualidade de arrendatária de instalação portuária para a movimentação de contêineres e outras cargas (TECON), exploram a atividade portuária nos termos dos contratos de arrendamento e sob a fiscalização da CDRJ, Ministério da Infraestrutura, ANTAQ e Receita Federal.

Logística Ferroviária

Compete à União a exploração dos serviços de transporte ferroviário, direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o que dispõe o artigo 21, inciso XII, alínea "d" da Constituição Federal de 1988. A exploração de ferrovias é regida pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, e determina nos seus artigos 12, I, 13, I e 14, I, que constitui diretriz geral do gerenciamento da infraestrutura e da operação do transporte ferroviário a transferência da exploração a atividade para empresas pública ou privadas mediante regime de concessão de outorga de exploração. A concessão da outorga de exploração dos serviços de transporte ferroviário foi realizada mediante processo licitatório, sob a regência do Programa Nacional de Desestatização - Lei nº 9.491 de 09 de setembro de 1997.

A atividade de transporte ferroviário no Brasil é regulada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), criada pela lei 10.233, de 5 de junho de 2001.

As empresas Transnordestina Logística S.A – TLSA e Ferrovia Transnordestina S.A – FTL e MRS Logística S.A, na qualidade de concessionárias de serviços públicos, exploram as atividades de transporte ferroviário de cargas nos termos dos contratos de concessão e sob a fiscalização da ANTT.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Por meio de nossa Política Integrada de Sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, aprovada em 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia nos comprometemos a aprimorar a sustentabilidade de nossos negócios e esse propósito está amparado por uma conduta ética, inclusiva e transparente e pela melhoria contínua de nossos mecanismos de gestão, protegendo o meio ambiente, evitando a ocorrência de poluição e acidentes, respeitando a legislação e educando nossos colaboradores com uma visão de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Tais compromissos são alcançados por meio do investimento em sustentabilidade, o que também pode diminuir nossa exposição aos riscos atrelados às nossas atividades, criar oportunidades e melhorar nossa resposta às demandas de um mercado cada vez mais preocupado com as questões ESG. Adicionalmente, como Signatários do Pacto Global, nos comprometemos aos 10 Princípios e buscamos alinhar nossas práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, priorizamos processos e equipamentos que oferecem tecnologias modernas e confiáveis no monitoramento e controle de riscos ambientais. Todos os controles ambientais são auditados para atender às diretrizes da Sarbanes-Oxley (SOX), ajudando a mitigar os riscos ambientais de nossas operações.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Desde 2020, analisamos o reporte das principais agências de risco ESG e índices (como ISS, Sustainalytics, MSCI, S&P Global, FTSE4Good Index, Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3, entre outros) e identificamos nossas principais lacunas ESG, que foram classificadas e relacionadas a áreas de afinidade que irão colaborar na elaboração de planos de ação para resolvê-los. Também estamos alinhados as principais diretrizes do ICMM, o qual esperamos aderir formalmente em 2021. Neste ano também iniciamos uma análise de riscos e oportunidades financeiras relacionados ao clima, de acordo com a estrutura do TCFD (*Task force on Climate-related Financial Disclosures*).

Além disso, realizamos consultas aos nossos principais públicos de interesse para definir os temas ambientais, sociais e de governança mais relevantes para delinear nossa futura estratégia de sustentabilidade. Os resultados foram descritos em nosso Relatório Integrado biênio 2018/2019 - contemplando os padrões GRI que estabeleceram a base para o estabelecimento de metas e ambições, que foram divulgadas em nosso site ESG. O relato integrado ano-base 2021 tem divulgação esperada para junho, com verificação por terceira parte independente, que assegurará a aderência das informações aos padrões adotados pela Companhia e aos padrões da Resolução 14, de 09 de dezembro de 2020, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Realizamos treinamentos e campanhas de comunicação na temática ESG, como a “Semana ESG”, que contou com a participação de milhares de nossos colaboradores na discussão de temas relevantes sobre as questões ambientais, sociais e de governança. A Fundação CSN, os representantes do Pacto Global e os executivos da CSN discutiram tendências e oportunidades, bem como a estratégia e iniciativas da Companhia no que se refere ao tema.

Aspectos ambientais

Trabalhamos constantemente para transformar os recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Em 2020, a CSN deu continuidade às iniciativas de sustentabilidade para mitigar e compensar os impactos de suas atividades, alocando R$ 420,5 milhões em iniciativas ambientais (entre investimento e custeio), frente a R$ 400 milhões em 2019. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado de acordo com os requisitos da norma internacional ISO 14001: 2015 e certificado por órgão internacional independente e devidamente credenciado pelo INMETRO, na Mina Casa de Pedra (Congonhas, MG), Usinas Presidente Vargas (Volta Redonda, RJ), Porto Real (Porto Real, RJ), Mina Bocaina (Arcos, MG), CSN Paraná (Araucária, PR), TECON (Sepetiba, RJ) e Distribuição Prada (Mogi das Cruzes, SP), a maioria de suas unidades. Em2021, as fábricas de cimento de Arcos (MG) e Volta Redonda (JR) e o porto TECAR também serão certificados na ISO 14.001: 2015.

As unidades do TECAR (RJ), Mineração em Casa de Pedra (MG), e ERSA (RO) serão certificados em gestão de qualidade pela ISO 9001 e a Unidade de Cimentos em Arcos (MG) passará pela auditoria interna do seu sistema de gestão em saúde e segurança, buscando tornar-se a primeira fábrica de cimentos no Brasil a ser cerificada na ISO 45.001.

Ao longo do ano, desenvolvemos projetos de educação ambiental, desenvolvimento social, educação , saúde, esportes, artes e cultura, além de promover ações de conservação do patrimônio histórico e natural. Em 2020 a fundação CSN investiu R$ 52,4 milhões em 90 iniciativas, sendo R$50,5 milhões provenientes de recursos captados e R$1,9 de recursos próprios. No acumulado entre 2003 e 2020, o valor investido pela CSN ultrapassa R$ 287 milhões.

Mudanças Climáticas

Desde 2010, a Companhia realiza inventário de emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do *GHG Protocol*, com o objetivo de subsidiar a gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas. A empresa recebeu, pelo sexto ano consecutivo, o Selo Ouro do *GHG Protocol*, por relatar as emissões de todas as suas unidades e submetê-las à verificação externa. Estabelecemos como meta reduzir a intensidade das emissões de GEE (tCO2e/tonelada de produção) dos escopos 1 e 2 em 10% até 2030 na CSN Mineração, Usina Presidente Vargas e CSN Cimentos. Durante o ano de 2021, através da construção do nosso *roadmap* de CO2, utilizando-se de software com inteligência artificial, vamos avaliar nosso cenário atual e a viabilidade de diferentes opções de mitigação usando uma Curva de Custo Marginal de Abatimento (ou curva

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

MACC), para preparar a empresa para avaliar os cenários de precificação de carbono, rever e tornar mais ambiciosas as metas já estabelecidas er definir compromissos de longo prazo voltados ao horizonte de 2050.

AEmpresa reporta anualmente ao módulo de Mudanças Climáticas e recursos hídricos do *Disclosure Insight Action* (CDP) e nossa pontuação foi recentemente elevada de D para C. Em 2020, também aderimos à Plataforma de Ação pelo Clima do Pacto Global.

(i) Recursos Hídricos

A água é um dos principais insumos de nossos processos produtivos, principalmente para os setores de siderurgia e mineração. Em 2020, com a introdução da nova tecnologia de filtragem e empilhamento a seco de rejeitos, conseguimos reduzir em 32% o consumo de água da Central de Processamento Mineral da CSN Mineração, preparando-nos para cumprir a ambição de reduzir o consumo total de água da CSN Mineração em 10% por tonelada de minério produzida até 2030.

A Usina Presidente Vargas possui índice de reúso de água de 93,6% e é a primeira siderúrgica do país a realizar sua análise de pegada hídrica. Além disso, com base nas metodologias de avaliação de risco Water Risk Filter WWF e Aqueduct WRI, analisamos a exposição de nossos negócios aos riscos hídricos, tanto do ponto de vista dos processos quanto das bacias hidrográficas próximas às nossas operações. Para 2021, iniciamos o estudo da Pegada Hídrica da CSN Mineração.

(ii) Materiais

Por meio de sua Política Integrada, o Grupo CSN expressa a importância da economia circular para sua gestão ambiental. Nossos princípios nos orientam para reduzir, reutilizar e reciclar materiais e produtos e otimizar o uso de recursos naturais. Dessa forma, 100% da escória de alto forno é reaproveitada na produção de cimento e nossa unidade de aços longos utiliza 100% de sucata metálica em sua produção. Para 2020 foram estabelecidas metas para redução de disposição de resíduos em aterros. Atualmente na siderurgia 96% dos resíduos são reaproveitados, reutilizados ou co-processados. Várias são também as iniciativas de inovação que buscam o reaproveitamento dos rejeitos gerados pelo beneficiamento de minério, atualmente empilhados a seco.

(iii) Biodiversidade

Em 2020, a CSN ajudava a proteger uma área de mais de 74 mil hectares, 3 vezes a ocupada por suas operações Além disso, há mais de 15 anos a empresa realiza programas de monitoramento da fauna e da flora das áreas impactadas por suas operações. Também doamos mais de 100.000 mudas no biênio 2019/2020, possuímos viveiros de mudas em diversas cidades, parcerias com prefeituras, ICMBIO e órgãos estaduais visando a conservação de áreas protegidas.

(i) Barragens

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, que são utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades de mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens da Companhia são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto. Os Planos de Segurança de Barragens e o Planos de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da Companhia encontram-se com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM, bem como entregues aos órgãos competentes.

A CSN Mineração está na vanguarda mundial na gestão de resíduos de mineração, tendo investido cerca de R $ 400 milhões em tecnologias que permitiram uma melhor gestão de rejeitos por meio de filtragem e empilhamento a seco, tornando seus processos 100% independentes do uso de barragem de rejeitos desde o início de 2020.

Em outra frente, o ano de 2020 também marcou o fim do processo de descaracterização dabarragem de rejeitoB5. Durante o ano de 2021, continuaremos avançando no cronograma de descaracterização das restantes 4 (quatro) barragens da CSN Mineração.

É importante ressaltar que todas as barragens da CSN Mineração estão em nível de emergência zero, de acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM), e possuem declaração de estabilidade emitida pela ANM.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

De forma a buscar inovação para seus processos, a Companhia participa ativamente do Hub da Mineração (Mining Hub), uma iniciativa de inovação aberta e voltada a todos os integrantes da cadeia de mineração, sendo um contraponto do setor, transformando a cultura e contribuindo para reputação. Em 2020, diversos desafios foram definidos internamente com o objetivo de serem levados ao Mining Hub para a busca de soluções, sendo que dois desses desafios foram selecionados para a Provas de Conceito em 2021, uma temática de novas tecnologias para revegetação em pilhas de rejeito/estéril e outro na temática de energia renovável.

Provisões para Passivos Ambientais

A Companhia reserva uma provisão para custos de recuperação e processos ambientais quando uma perda é provável, cumprindo obrigação legal que determina a reserva do valor, que pode ser razoavelmente estimado. Essa provisão é incluída nas Demonstrações Financeiras da Companhia como “Outras Despesas Operacionais”. A Companhia não registra em suas demonstrações financeiras os passivos ambientais relacionados à ERSA, por serem passivos suportados pelos acionistas anteriores, conforme obrigação contratual.

Em 31 de dezembro de 2020 foram provisionados R$ 192,8 milhões a título de contingências ambientais, valor que a Companhia entende ser suficiente para cobrir todas as perdas prováveis. As principais provisões para contingências ambientais em 31 de dezembro de 2020 estavam associadas à gestão de passivos ambientais decorrentes de operações passadas, especialmente prévias à privatização, como a remediação de antigas minas de carvão no Estado de Santa Catarina, desativadas em 1989 e de obrigações de remediação ambiental decorrentes de operações pregressas em Volta Redonda/RJ.

Esse provisionamento compara-se a R$ 192,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 198,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O pequeno aumento em nossa contingência para passivos ambientais em 2020, em comparação com 2019, deve-se principalmente à atualização dos valores de mercado para serviços ambientais e da revisão contínua das estratégias de remediação e gestão ambiental para as áreas de antigos aterros externos em Volta Redonda/RJ, das áreas das antigas minas de carvão no Estado de Santa Catarina com obrigações de remediação ambiental e gestão de unidades de conservação pela CSN Cimentos em Arcos, no Estado de Minas Gerais.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2020, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 12.886 milhões, representando 43% da receita líquida total da Companhia.

Em 2019, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 10.951 milhões, representando 44% da receita líquida total da Companhia.

Em 2018, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 11.353 milhões, representando 49% da receita líquida total da Companhia.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

2020

31/12/2020

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Receita líquida	16,602,895	12,683,231	256,371	1,489,647	172,859	858,192	(1,999,175)	30,064,020
Custo produtos e serviços vendidos	(14,170,692)	(5,531,763)	(187,860)	(1,094,130)	(128,227)	(647,132)	2,634,903	(19,124,901)
Lucro Bruto	**2,432,203**	**7,151,468**	**68,511**	**395,517**	**44,632**	**211,060**	**635,728**	**10,939,119**
Despesas vendas e administrativas	(922,862)	(179,806)	(21,949)	(114,970)	(30,243)	(88,232)	(1,150,813)	(2,508,875)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(392,061)	(665,881)	(5,420)	52,569	(2,967)	(44,893)	(1,728,909)	(2,787,562)
Resultado de equivalência patrimonial							71,755	71,755
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**1,117,280**	**6,305,781**	**41,142**	**333,116**	**11,422**	**77,935**	**(2,172,239)**	**5,714,437**
Vendas por área geográfica								
Ásia		7,461,791					1,144,614	8,606,405
América do Norte	922,299							922,299
América Latina	327,900					995		328,895
Europa	3,627,011	3,688,851						7,315,862
Outras	4,346							4,346
Mercado externo	**4,881,556**	**11,150,642**				**995**	**1,144,614**	**17,177,807**
Mercado interno	**11,721,339**	**1,532,589**	**256,371**	**1,489,647**	**172,859**	**857,197**	**(3,143,789)**	**12,886,213**
TOTAL	**16,602,895**	**12,683,231**	**256,371**	**1,489,647**	**172,859**	**858,192**	**(1,999,175)**	**30,064,020**

2019

31/12/2019

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Receita líquida	13,949,032	10,027,649	240,451	1,321,355	325,343	570,805	(998,218)	25,436,417
Custo produtos e serviços vendidos	(12,962,861)	(4,396,247)	(173,344)	(1,030,210)	(266,754)	(607,719)	2,173,871	(17,263,264)
Lucro Bruto	**986,171**	**5,631,402**	**67,107**	**291,145**	**58,589**	**(36,914)**	**1,175,653**	**8,173,153**
Despesas vendas e administrativas	(834,977)	(186,189)	(34,560)	(109,770)	(29,034)	(91,466)	(1,567,874)	(2,853,870)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(1,055,190)	(218,009)	(3,860)	147,155	(1,486)	(40,630)	(731,061)	(1,903,081)
Resultado de equivalência patrimonial							125,715	125,715
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**(903,996)**	**5,227,204**	**28,687**	**328,530**	**28,069**	**(169,010)**	**(997,567)**	**3,541,917**
Vendas por área geográfica								
Ásia	2,980	6,742,946					1,463,870	8,209,796
América do Norte	767,977							767,977
América Latina	169,036							169,036
Europa	2,978,994	2,357,867						5,336,861
Outras	2,046							2,046
Mercado externo	**3,921,033**	**9,100,813**					**1,463,870**	**14,485,716**
Mercado interno	**10,027,999**	**926,836**	**240,451**	**1,321,355**	**325,343**	**570,805**	**(2,462,088)**	**10,950,701**
TOTAL	**13,949,032**	**10,027,649**	**240,451**	**1,321,355**	**325,343**	**570,805**	**(998,218)**	**25,436,417**

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

2018

								31/12/2018
Resultado	**Siderurgia**	**Mineração**	**Logística**		**Energia**	**Cimento**	**Despesas Corporativas /**	**Consolidado**
			Portuária	**Ferroviária**				
Receita líquida	15,634,143	5,984,781	266,378	1,506,114	410,606	588,230	(1,421,366)	22,968,887
Custo produtos e serviços vendidos	(12,613,216)	(3,585,691)	(189,999)	(1,049,071)	(286,734)	(544,266)	2,163,321	(16,105,656)
Lucro Bruto	**3,020,927**	**2,399,091**	**76,378**	**457,043**	**123,872**	**43,965**	**741,956**	**6,863,231**
Despesas vendas e administrativas	(984,980)	(144,754)	(35,423)	(106,412)	(27,948)	(95,893)	(1,362,302)	(2,757,711)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1,993,790	(222,957)	(2,469)	(34,911)	(387)	299	971,970	2,705,335
Resultado de equivalência patrimonial							135,706	135,706
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**4,029,736**	**2,031,379**	**38,486**	**315,721**	**95,537**	**(51,628)**	**487,330**	**6,946,561**
Vendas por área geográfica								
Ásia	40,681	4,422,377					1,297,258	5,760,316
América do Norte	1,506,041							1,506,041
América Latina	369,830							369,830
Europa	3,330,991	590,043						3,921,034
Outras	58,229							58,229
Mercado externo	**5,305,771**	**5,012,420**					**1,297,258**	**11,615,450**
Mercado interno	**10,328,372**	**972,360**	**266,378**	**1,506,114**	**410,606**	**588,230**	**(2,718,623)**	**11,353,437**
TOTAL	**15,634,143**	**5,984,781**	**266,378**	**1,506,114**	**410,606**	**588,230**	**(1,421,366)**	**22,968,887**

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2020, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 17.178 milhões, representando 57% da receita líquida total da Companhia.

Em 2019, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 14.486 milhões, representando 56% da receita líquida total da Companhia.

Em 2018, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 11.616 milhões, representando 51% da receita líquida total da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes e de que modo tal regulação afeta os negócios da Companhia:

As receitas relevantes da CSN Mineração oriundas do mercado externo são provenientes da venda de minério de ferro, principalmente para a Ásia, em especial a China, não estando sujeitas a qualquer regulação daquele país. É importante destacar que a China possui produção relevante de minério de ferro e uma eventual redução dos impostos que incidem sobre as atividades minerárias locais podem impactar negativamente as receitas da Companhia. A aplicação de impostos sobre a importação do minério de ferro poderia exercer efeito similar sobre nossos resultados operacionais.

Já no mercado de aço, medidas antidumping, compensatórias e de salvaguarda foram impostas entre o final da década de 1990 e começo de 2000 pelos governos estrangeiros que representavam os principais mercados para as exportações de aço da Companhia e nos últimos anos, as exportações de produtos siderúrgicos de vários países e empresas, incluindo o Brasil e nós, têm sido objeto de medidas anti-dumping, direitos compensatórios e outras investigações relacionadas ao comércio de países importadores. Essas investigações resultaram em obrigações que limitam nosso acesso a determinados mercados

Estados Unidos

Em 2015 as autoridades dos Estados Unidos da América (EUA) iniciaram investigações antidumping (AD) e compensatórias (CVD) para chapas e bobinas de aço laminados a quente e laminados a frio importados do Brasil e de outros países, que resultaram, em 2016, na imposição de margens AD e CVD de 21,65% para laminados a frio e 40,38% para laminados a quente.

Em adição a essas medidas de AD e CVD, os EUA, em março de 2018, divulgaram a entrada em vigor da Seção 232, sob justificativa de defesa da segurança nacional norte-americana, a qual impôs uma tarifa ad valorem de 25% para o aço importado. O Brasil obteve uma suspensão temporária da medida até 31/05/18. A partir de 01/06/2018 entrou em vigor, após esta suspensão, um acordo entre Brasil e os EUA que, em substituição à tarifa ad volarem de 25%. estabeleceu quotas para produtos brasileiros semi-acabados (placas) baseados na média das exportações do Brasil aos EUA no período de 2015 a 2017 e uma quota para produtos acabados (bobinas e chapas laminadas a quente, laminadas a frio, zincadas, AlZn, pré-pintadas, estanhadas e cromadas) baseadas na média das exportações brasileiras aos EUA com um redutor de 30%.

A existência das ordens AD e CVD para produtos laminados a quente e laminados a frio fez com que os mesmos não fossem impactados pela Seção 232, pois caso a Seção 232 seja encerrada as exportações destes produtos continuariam inviabilizados por conta das medidas AD e CVD em vigor.

Já os produtos revestidos (galvanizados, AlZn, pré pintados e folhas metálicas) e placas não estão sujeitos a nenhuma medida AD e CVD, porém estão sujeitos à Seção 232 o que limita as exportações à uma quantidade trimestral. Este limite nem sempre é atingido, dessa forma o impacto desta medida não tem sido relevante contudo com ocancelamento da 232 os volumes de exportação poderiam aumentar de acordo com a demanda daquele país.

União Europeia

Em 2016, as autoridades da União Europeia iniciaram investigação antidumping para chapas e bobinas de aço laminadas a quente do Brasil e outros países, em outubro de 2017 foi divulgada a determinação final para esta investigação, com a imposição de uma tarifa para a CSN em forma de depósitos de 53,40 EUR/ton líquida.

Em resposta à Seção 232, a União Europeia iniciou em abril de 2018 uma investigação de salvaguardas para 26 categorias de produtos de aço, concluída em fevereiro de 2019 com a imposição de quotas para determinados produtos siderúrgicos por 3 anos. Em fevereiro de 2021 a Comissão Europeia iniciou uma revisão da investigação de Salvaguardas para determinar se as medidas devem ser estendidas. Como as medidas atuais expiram em 30 de junho de 2021 esta revisão deve ser concluída antes desta data.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Assim como no caso dos Estados Unidos, produtos laminados a quente não foram afetados pela medida, pois já existe uma ordem AD em vigor. Laminados a frio e folhas metálicas estão sujeitas às quotas, porém não foram atingidas durante a vigência das medidas.

Além das restrições mencionadas acima permanecem em vigor restrições impostas pelo Canadá sobre as importações de laminados a quente provenientes do Brasil. Adicionalmente, medidas técnicas e de segurança, tais como aquelas adotadas pela União Europeia com relação à importação de certos compostos químicos encontrados em produtos usados para proteger e/ou embalar produtos de aço podem representar barreiras às exportações de aço para os países da União Europeia.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Em relação a políticas socioambientais, indicar

7.8a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A CSN mantém instrumentos de Gestão Socioambiental e de Sustentabilidade visando a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos, bem como o estabelecimento, consolidação, troca e compartilhamento de boas práticas empresariais relacionados ao tema.

Mais informações estão no site: www.esg.csn.com.br

Também,por meio da Fundação CSN, a Companhia também estabelece o vínculo e o compromisso com as comunidades nas regiões em que atua. As informações sobre os projetos estão disponíveis no site da Fundação CSN - www.fundacaocsn.org.br.

A Companhia reafirma o seu compromisso contínuo com as questões socioambientais e com o desenvolvimento sustentável global por meio das seguintes ações:

- Realização de inventário das emissões de gases de efeito estufa seguindo as diretrizes do GHG Protocol com o objetivo de subsidiar a gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas, tendo recebido Selo Ouro nos últimos 6 anos, qualificando o reporte imposto pelo Protocolo. https://registropublicodeemissoes.com.br/participantes/166
- Reporte ao CDP (Carbon Disclosure Project) da gestão de mudanças climáticas, cadeia de suprimentos e água da Companhia. O CDP é a principal entidade que divulga informações sobre os riscos decorrentes de externalidades ambientais empresariais que influenciam os investimentos de longo prazo.
  https://www.cdp.net/pt/responses?utf8=%E2%9C%93&queries%5Bname%5D=CSN

Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de stakeholders e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI Standards) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição interna de seus indicadores para todas as suas operações. Tais informações podem ser encontradas em https://esg.csn.com.br/relatorios/. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar a exposição da Companhia a riscos socioambientais e oportunidades futuras.

7.8b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Para a elaboração das informações sócio ambientais a CSN segue as respectivas práticas e metodologias recomendadas por cada uma das instituições e centros de estudos listados abaixo. O detalhamento das práticas, padrões, metodologias e governança de cada entidade está disponível nos seus respectivos sites.

- GHG Protocol;
- CDP – Disclosure Insigth Action ;
- GRI Standards - Global Reporting Initiative - ;
- <IIRC> - Integrate Reporting
- SASB - Sustainability Accounting Standards Board

7.8c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente:

O inventário das emissões de gases de efeito estufa é auditado por empresa idônea terceirizada.

O relato Integrado 2020, será auditado por empresa idônea terceirizada.

7.8d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

https://esg.csn.com.br/

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

http://www.csn.com.br

www.fundacaocsn.org.br

http://ri.csn.com.br/sustentabilidade/relatorios/

https://registropublicodeemissoes.com.br/participantes/166

www.cdp.net

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8 - Negócios Extraordinários

8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia. Negócios Extraordinários

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não há qualquer contrato celebrado pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionado com as atividades operacionais da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes:

Para maiores informações acerca de outras informações relevantes, vide item 15.7 do presente Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9 – Ativos Relevantes

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Todos os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão descritos nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c

9.1 - Outros – Propriedades para investimento

A estimativa da Administração da Companhia do valor justo das propriedades para investimento foi realizada para 31 de dezembro de 2020 em R$ 1.863.563 (R$1.781.019 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado e R$ 1.795.553 na controladora (R$1.713.831 em 31 de dezembro de 2019).

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Companhia Sideurgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Americana	Alugada
Companhia Siderurgina Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Queimados	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RJ	Barra Mansa	Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Companhia Siderurgica Nacional - Centro de Distribuição de Aço	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Serviços	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Companhia Siderúrgica Nacional	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Minérios Nacional S.A. - Fernandinho	Brasil	MG	Rio Acima	Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	RJ	Resende	Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	GO	Luziânia	Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
CSN Mineração - TECAR - Terminal de Carvão	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
Sepetiba Tecon S.A. - TECON - Terminal de Conteiners	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
CSN Mineração - Planta de Beneficiamento Pires	Brasil	MG	Ouro Preto	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Planta de Clínquer e Cimentos	Brasil	MG	Arcos	Própria
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	RJ		Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Arcos	Brasil	MG	Arcos	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Serviços	Brasil	MG		Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Serviços	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Companhia Metalúrgica Prada - Centro de Serviços	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Própria
Companhia Metalúrgica Prada - Centro de Serviços	Brasil	SP	Bebedouro	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN Paraná	Brasil	PR	Araucária	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN Porto Real	Brasil	RJ	Porto Real	Própria
Estanho de Rondônia S/A (ERSA) - Escritório e Fundição	Brasil	RO	Ariquemes	Própria
Lusosider Aços Planos S.A. - Lusosider	Portugal			Própria
CSN Mineração - Mina Casa de Pedra	Brasil	MG	Congonhas	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Planta de Aços Longos	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Planta de Cimentos	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Companhia Metalúrgica Prada - Planta de Embalagens Metálicas	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Estanho de Rondônia S/A (ERSA) - Santa Bárbara	Brasil	RO	Itapuã do Oeste	Própria
Stahlwerk Thüringen Gmbh - SWT	Alemanha			Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Usina de Geração Termoelétrica	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Consórcio Usina Hidrelétrica de Igarapava - Usina Hidrelétrica	Brasil	SP	Igarapava	Própria
Itá Energética S.A. - Usina Hidrelétrica	Brasil	RS	Aratiba	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional - Usina Presidente Vargas	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Companhia Siderúrgica Nacional LLC - CSN LLC*	Estados Unidos			
MRS Logística S.A. - Ferrovia	Brasil			Alugada
Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) - Ferrovia	Brasil			
Transnordestina Logística S.A. (TLSA) - Ferrovia	Brasil			Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Salto	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Companhia Metalúrgica Prada - Centro de Distribuição	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Companhia Siderurgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Companhia Siderurgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Companhia Siderurgica Nacional - Centro de Distribuição	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SWT	31/08/27, podendo ser renovada	Não há	(i) Provável redução no volume de venda dos produtos; (ii) Aquisição da marca SWT por terceiros, o que poderia prejudicar as vendas/imagem da companhia; (iii) Impossibilidade de reconhecimento dos produtos SWT caso a marca seja cancelada; e (iv) Dificuldade em estabelecer uma nova marca no mercado para representar os produtos SWT
Marcas	Mina do Engenho, Fernandinho e Cayman (*)	Exaustão da mina	Descumprimento do Código de Mineração	Redução da produção, perda de ativo da empresa e suspensão temporária do direito

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Companhia Florestal do Brasil S.A.	18.368.414/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Reflorestamento	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	33.353.204,40		
31/12/2019	-0,100000	0,000000	0,00					
31/12/2018	7,090000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Companhia Metalúrgica Prada	56.993.900/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,170000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	146.476.367,38		
31/12/2019	70,890000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-49,620000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		-	Controlada	Estados Unidos			Importação e distribuição/revenda dos produtos	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	280.987.347,45		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CSN Energia S.A.	03.537.249/0001-29	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comercialização de energia elétrica.	99,990000

				Valor mercado		
31/12/2020	-23,780000	0,000000	12.854.239,63	**Valor contábil**	31/12/2020	4.692.377,69
31/12/2019	-33,710000	0,000000	55.255.370,38			
31/12/2018	1,940000	0,000000	38.636.964,80			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	Controlada	Brasil	MG	Congonhas	Mineração e participações societárias.	87,520000

				Valor mercado		
31/12/2020	13,300000	0,000000	2.083.062.985,72	**Valor contábil**	31/12/2020	9.278.992.763,25
31/12/2019	-9,450000	0,000000	4.165.040.468,53			
31/12/2018	4,530000	0,000000	1.334.243.731,27			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CSN Steel S.L.U.	-	Controlada	Espanha		100,000000

				Valor mercado		
31/12/2020	28,170000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	4.493.947.437,29
31/12/2019	-0,400000	0,000000	0,00			
31/12/2018	-46,520000	0,000000	4.871.607.557,32			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Participações societárias e operações financeiras

Estanho de Rondônia S.A.	00.684.808/0001-35	-	Controlada	Brasil	RO	Ariquemes	Mineração de Estanho	99,990000

				Valor mercado		
31/12/2020	182,700000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-28.111.746,27
31/12/2019	-434,310000	0,000000	0,00			
31/12/2018	-40,180000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31	-	Controlada	Brasil	CE	Fortaleza	Logística ferroviária	91,690000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	253.203.521,33		
31/12/2019	-9,700000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-0,030000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	48,750000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	243.521.916,12		
31/12/2019	-0,400000	0,000000	5.019.737,75					
31/12/2018	0,000000	0,000000	16.575.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.		-	Controlada	Portugal			Participações societárias e comercialização de produtos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	9,660000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	376.237.194,53		
31/12/2019	9,660000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-3,710000	0,000000	0,00					

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração

MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transporte ferroviário	18,640000
				Valor mercado				
31/12/2020	5,130000	0,000000	45.139.730,04	**Valor contábil**	31/12/2020	803.886.369,58		
31/12/2019	6,720000	0,000000	46.777.334,17					
31/12/2018	8,130000	0,000000	41.363.817,84					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Sepetiba Tecon S.A.	02.394.276/0001-27	-	Controlada	Brasil	RJ	Itaguaí	Serviços portuários	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	-4,320000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	299.492.804,39		
31/12/2019	-1,390000	0,000000	0,00					
31/12/2018	6,080000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Stalhwerk Thüringen GmbH		-	Controlada	Alemanha			Produção e comercialização de ações longos e atividades afins	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	31,120000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	1.169.252.947,70		
31/12/2019	-18,700000	0,000000	0,00					
31/12/2018	31,120000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	Controlada	Brasil	CE	Fortaleza	Logística ferroviária	46,300000

				Valor mercado		
31/12/2020	-1,980000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	1.431.220.369,33
31/12/2019	0,500000	0,000000	0,00			
31/12/2018	-1,390000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras Informações Relevantes:

Participação minoritária na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas:

Além das participações descritas no item “9.1.c” acima, a Companhia possui uma participação minoritária na Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas (“Usiminas”), que, em 31 de março de 2020, era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais e, atualmente em 07 de maio de 2021, considerando vendas realizadas de ações ordinárias e preferenciais, passou a ser de 15,12% nas ações ordinárias e 10,07% nas ações preferenciais.

Em 09 de abril de 2014, o CADE expediu sua decisão sobre a participação acionária da Companhia na Usiminas e um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) foi celebrado entre o CADE e a CSN. De acordo com a decisão do CADE e com o TCD, a Companhia deverá reduzir sua participação na Usiminas dentro de um prazo especificado. Em 20 de março de 2019, foi firmado um aditivo ao TCD celebrado entre o CADE e a CSN, para estabelecer novo prazo para que a Companhia reduza sua participação na Usiminas. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos da Companhia na Usiminas permanecerão suspensos até que seja atingido o limite de participação estabelecidos no TCD.

Importante mencionar que, no âmbito do alongamento das dívidas da Companhia junto ao Banco do Brasil, mencionado no item 3.9 deste Formulário de Referência, foi concedida alienação fiduciária de parte das ações da Usiminas detidas pela Companhia, tendo ficado acordado que referidas ações poderão ser liberadas para venda, devendo a Companhia utilizar os recursos obtidos na amortização extraordinária das dívidas assumidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 - Comentários Dos Diretores:

10.1 – Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

As informações financeiras incluídas neste item do Formulário de Referência, exceto quando mencionado de outra forma têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN ou Companhia"), e que são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis em nosso site (www.csn.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2020, a companhia atingiu um recorde na geração de EBITDA(1) ajustado no montante de R$11.500 milhões, incremento de 59% comparado à 2019 R$7.251 milhões, com margem EBITDA(2) de 37%, em função do forte desempenho em todos os segmentos, alavancados pelos aumentos de preços das commodities. Adicionalmente o Conselho de Administração, em reunião realizada em aprovou a capitalização de parte da reserva estatutária constituída, no montante de R$1.500 milhões.

A companhia registrou uma geração de caixa livre positiva em R$ 8.446 milhões por meio de redução de custos e despesas, gestão eficiente de passivos, redução de 23% de recursos aplicados em capex, liberação de capital de giro impactado principalmente pela realização dos estoques consequencia do forte desempenho no exercício e redução do ciclo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou 1,59 de índice de liquidez corrente(3) e em 31 de dezembro de 2018 apresentou 1,10, o aumento na variação de 45% do índice de liquidez, decorrente de uam forte geração de caixa devido principalmente ao forte lucro líquido atingido de 4.292 milhões, ou 48% maior que o ano anterior.

A estratégia financeira da Companhia tem como foco a desalavancagem, buscando a redução do custo de capital para os menores níveis possíveis, através de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

A variação do patrimônio líquido em 31 de dezembro 2019 e 31 de dezembro de 2018 é destacada principalmente pelo lucro gerado no exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou 1,10 de índice de liquidez corrente(3) e em 31 de dezembro de 2018 apresentou 1,05, o aumento na variação de 4% do índice de liquidez ocorreu o recebimento antecipado montante de aproximadamente US$746 milhões (R$2.907 bilhões)) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com a trader Suíça Glencore International AG ("Glencore"). Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento nas ações da Usiminas para o ativo circulante em aplicações financeiras no montante de R$2.114 milhões, mediante nova decisão da administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos.

Os indicadores foram mensurados conforme os seguintes termos:

(1) O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, acrescido das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido, do resultado de participação em investimentos, do resultado de outras receitas/despesas operacionais e inclui a participação proporcional do EBITDA das controladas em conjunto MRS Logística e CBSI. O EBITDA Ajustado inclui a participação de 100% na CSN Mineração, 37,27% na MRS.

(2) A margem EBITDA é calculado a partir da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida gerencial.

(3) O índice de liquidez corrente é calculado a partir da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

O quadro a seguir reflete a condição financeira da Companhia nos últimos três exercícios:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R$ milhões	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos(1)	35.271	27.967	28.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.068	1.189	2.260
Dívida Líquida	**25.203**	**26.778**	**26.567**

(1) O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima inclui os custos de transação.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018:

Estrutura de capital R$ milhões	2020	2019	2018
Patrimônio (capital próprio)	11.252	11.362	10.013
Passivo circulante e não circulante(capital de terceiros)	51.751	39.507	37.314
Passivo total	63.002	50.869	47.328
Capital próprio / Passivo Total (%)	**18%**	**22%**	**21%**
Capital de terceiros / Passivo Total (%)	**82%**	**78%**	**79%**

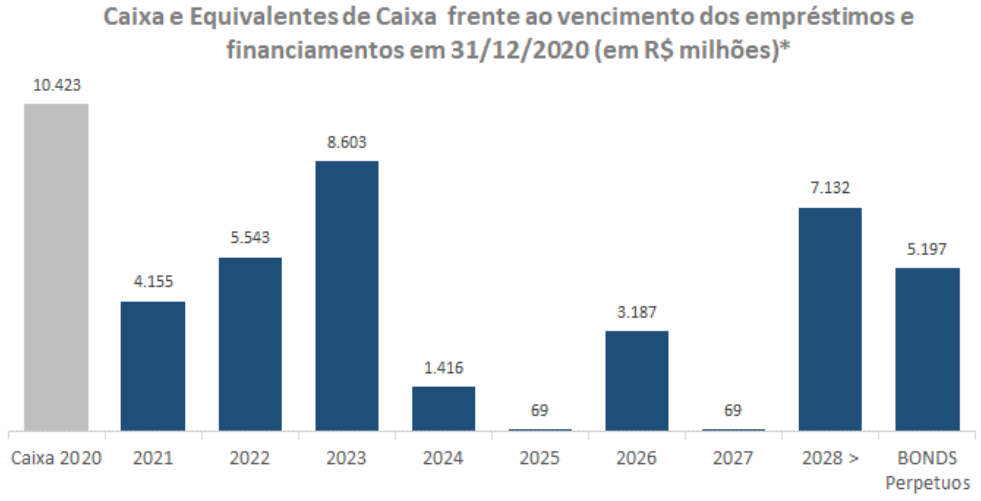
A dívida bruta dos empréstimos e financiamentos atingiram em 31 de dezembro de 2020 R$35.370 milhões, R$ 28.090 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$28.942 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os custos de transação e prêmios de emissão em 31 de dezembro de 2020 R$99 mmilhões, R$123 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$115 milhões em 31 de dezembro de 2018.

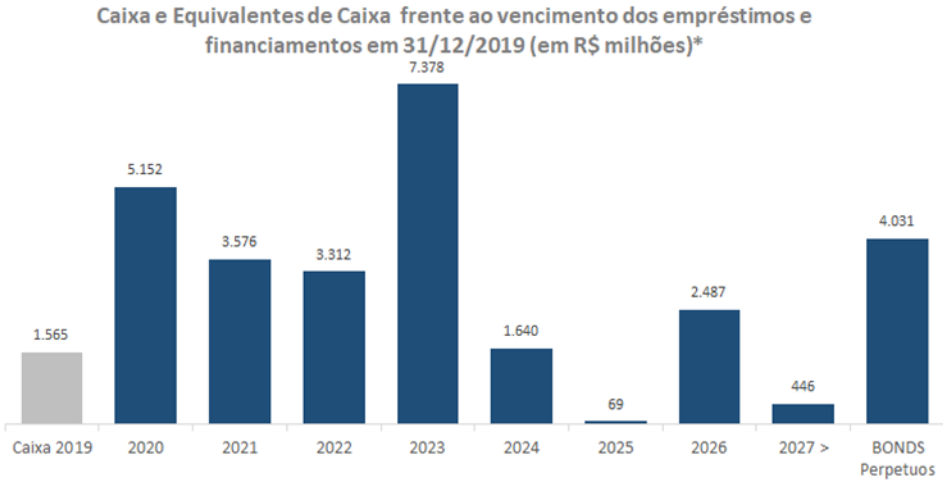
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

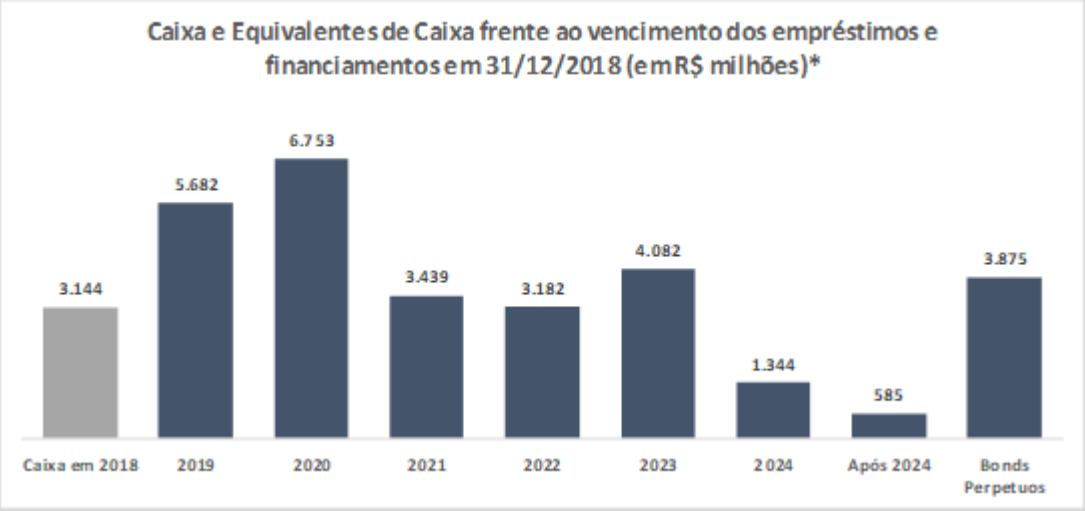
A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez que lhe permite honrar com seus compromissos de curto prazo. O planejamento da Companhia para 2020 foca em redução de desembolsos, alongamento do endividamento e preservação de caixa.

Os gráficos a seguir demonstram o caixa e equivalentes de caixa frente aos vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais







*Valores referentes aos empréstimos e financiamentos incluem custos de transação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizados pela Companhia foram linhas de *trade finance*, linhas de bancos de desenvolvimento, títulos de dívida emitidos em mercados externos (*bonds*), debêntures, e cédulas de crédito bancário (CCB), venda de recebíveis, cessão de crédito com fornecedores, além de recursos próprios. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 10.1(f). Em 2020 a Companhia realizou uma nova operação de *bonds* com vencimento em 2028, somando US$1,3 bilhão. Além disso, ao longo de 2020, a Companhia fez captações pontuais com instituições financeiras, que somaram R$ 2.284 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos e negociar com seus fornecedores.

Também com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo, ainda:

Abaixo o quadro demonstração os empréstimos, financiamentos e debêntures no curto e longo prazo:

R$ (em milhões)	2020	2019	2018
Curto prazo	4.155	5.152	5.682
Longo Prazo	31.215	22.938	23.261
Dívida bruta [1]	**35.371**	**28.091**	**28.943**

(1) O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima não inclui os custos de transação.

O principal fator para o crescimento da dívida se deve a desvalorização da moeda real frente ao dólar. Uma variação saindo de 4,0307 em 2019 para 5,1967 em 2020 no montante R$5.500 milhões.As principais movimentações de captações e amortizações relevantes em 2020, são:

Captação de R$ 8.116 milhões destacando-se: Emissão no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Inova Ventures, com vencimento em 2028 e taxa de juros de 6,75% ao ano totalizando o valor de US$ 1.300 milhões, sendo US$1.000 Milhão em janeiro e em novembro US$300 milhões.

Amortização no montante de R$8.371 milhões destacando-se: Bonds no valor de R$3.210 milhões, Pré – pagamento no valor de R$1.360 milhões, facilit no valor de R$2.039 milhões e o valor de R$1.760 milhões divididos em Debentures, ACC, NCE e CCB.

Em 2019, houve a desvalorização do real frente ao dólar de 4% aumentando a dívida, compensados pelos impactos das amortizações 13.814 milhões e captações R$ 10.149 milhões, conforme abaixo:

Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno (“Debentures”), no valor de R$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI.

Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo (“Bonds”), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra ("Tender Offer") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A, tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020..

Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("Bonds"), no valor de USD175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo ("Notes"), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019 no valor de USD142 milhões.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo circulante e não circulante

	Empréstimos em Moeda estrangeira	Empréstimos em Moeda nacional	TOTAL
2021	1.873	2.282	4.155
2022	2.683	2.859	5.543
2023	5.567	3.036	8.603
2024	178	1.238	1.416
2025	-	69	69
2026	3.118	69	3.187
Após 2026	6.756	445	7.201
Bonds Perpétuos	5.197	-	5.197
	25.372	**9.999**	**35.371**

Garantias

As garantias concedidas em razão dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia constituem-se de bens do ativo imobilizado, avais, fianças e garantias fiduciárias sobre recebíveis, títulos e ações de sua titularidade, não contemplando garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

(ii) outras relações

de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

As obrigações de natureza trabalhista e tributária, bem como as dívidas financeiras que possuem garantia real, contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei em caso de eventual concurso de credores da Companhia. Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$25.432 milhões, ou 72,11%, correspondia a obrigações de natureza quirografária, em comparação a R$ 17.873 milhões, ou 63,91% em 31 de dezembro de 2019 e R$ 26.295 milhões, ou 70,472%, em 31 de dezembro de 2018. As obrigações de natureza quirografária compreendem: (i) dívidas sem garantia real; e (ii) dívidas com garantia fidejussória.

As obrigações quirografárias estão sujeitas (observada a preferência conferida por lei às obrigações de natureza trabalhista e tributária, em caso de eventual concurso de credores) à preferência das dívidas da Companhia que contam com garantias reais, sendo que estas totalizavam, em 31 de dezembro de 2020, R$9.838 milhões, ou 27,89%, da soma do passivo circulante e não circulante da Companhia,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em comparação ao montante de R$10.093 milhões, ou 36,09% da soma apresentada em 31 de dezembro de 2019 e R$ 11.019 milhões, ou 29,53%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2018

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados
Não houve alteração
h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração do Resultado do exercício da Companhia (consolidado) – R$ milhões:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 preparados de acordo com o IFRS e o CPC:

							Análise Horizontal	
Demonstração dos Resultados Consolidados (R$ milhões)	**2020**	**AV¹**	**2019**	**AV¹**	**2018**	**AV¹**	**(2020 x2019)**	**(2019 x2018)**
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	**30.064**	**100%**	**25.436**	**100%**	**22.969**	**100%**	**18,2%**	**10,7%**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(19.125)	-63,6%	(17.263)	-67,9%	(16.106)	-70,1%	10,8%	7,2%
Resultado Bruto	**10.939**	**36,4%**	**8.173**	**32,1%**	**6.863**	**29,9%**	**33,8%**	**19,1%**
Despesas/Receitas Operacionais	**(5.225)**	**-17,4%**	**(4.631)**	**-18,2%**	**83**	**0,4%**	**12,8%**	**-5657,6%**
Despesas com Vendas	(2.004)	-6,7%	(2.343)	-9,2%	(2.264)	-9,9%	-14,4%	3,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(504)	-1,7%	(511)	-2,0%	(494)	-2,2%	-1,3%	3,4%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.788)	-9,3%	(1.903)	-7,5%	2.705	11,8%	46,5%	-170,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	72	0,2%	126	0,5%	136	0,6%	-42,9%	-7,4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**5.714**	**19,0%**	**3.542**	**13,9%**	**6.947**	**30,2%**	**61,3%**	**-49,0%**
Receitas/(Despesas) Financeiras	(1.073)	-3,6%	(2.184)	-8,6%	(962)	-4,2%	-50,8%	127,1%
Variação Cambial Líquida de Instrumentos Financeiros	277	0,9%	53	0,2%	(534)	-2,3%	427,3%	-109,8%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**4.918**	**16,4%**	**1.411**	**5,5%**	**5.451**	**23,7%**	**248,6%**	**-74,1%**
IR e CSLL sobre o Lucro	(626)	-2,1%	834	3,3%	(250)	-1,1%	-175,0%	-433,1%
Lucro Consolidado do Período das Operações Continuadas	**4.293**	**14,3%**	**2.245**	**8,8%**	**5.201**	**22,6%**	**91,2%**	**-56,8%**
Lucro Consolidado do Exercício	**4.293**	**14,3%**	**2.245**	**8,8%**	**5.201**	**22,6%**	**91,2%**	**-56,8%**
Atribuído aos Sócios Controladores	3.794	12,6%	1.789	7,0%	5.074	22,1%	112,1%	-64,7%
Atribuído aos Sócios não Controladores	498	1,7%	455	1,8%	126	0,6%	9,4%	260,2%

AV¹ - Em relação a receita líquida

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços: A receita líquida em 2020 foi de 18% superior ao auferido no 2019. O aumento se deu principalmente pelo ótimo desempenho nos segmentos de siderurgia e mineração, impulsionados pela alta global dos preços das commodities.

Em 2019 a receita líquida atingiu R$ 25.436 milhões, 11% superior em relação àquela registrada em 2018 R$ 22.969 milhões, o aumento se deu principalmente pelo aumento no volume de vendas de minério de ferro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos produtos e serviços vendidos: O CPV em 2020 foi 11% superior a 2019, influenciado no geral pelo aumento de preços das matérias-primas, bem como em função da depreciação acelerada por obsolescência técnica e funcional das barragens da CSN Mineração.

Em 2019 o custo dos produtos vendidos totalizava R$ 17.263 milhões, um aumento de 7% quando comparado ao exercício findo de 2018 R$ 16.106 milhões. Tal incremento justifica-se pela elevação no preço das matérias-primas, pelo impacto da parada do AF#3 e pelo aumento dos volumes de vendas de minério de ferro.

Resultado Bruto: Em 2020 o lucro bruto totalizou R$ 10.939 milhões, uma elevação de 34% sob o montante obtido em 2019 R$ 8.173 milhões, ocasionados pelos fatores descritos acima.

Em 2019 o lucro bruto totalizou R$ 8.173 milhões, uma elevação de 19% sob o montante obtido em 2018 R$ 6.863 milhões, ocasionados pelos fatores descritos acima.

Outras Receitas (Despesas), líquidas: A variação de 47% em 2020 de outras despesas operacionais líquidas em suma refere-se a uma maior realização de hedge de fluxo de caixa, no montante de R$ 1.161 milhões e compensado por um crédito por indenização junto a empresa Light no montante de R$ 148 milhões.

Em 2019, a rubrica de outras receitas e despesas operacionais atingiu valor negativo de R$ 1.903 milhões, advindo principalmente da realização a resultado de hedge de fluxo de caixa e da ociosidade de equipamentos paralisados.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2020, o resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R$72 milhões em 2020, frente ao valor positivo de R$126 milhões registrado em 2019, em função do menor resultado da MRS e TLSA.

O Resultado de Equivalência Patrimonial em 2019, foi de R$126 milhões, inferior ao resultado de R$136 milhões atingido em 2018. Este resultado se deu principalmente pelo resultado moderado na MRS Logística S.A. (“MRS”).

Resultado Financeiro Líquido: Em 2020, o resultado financeiro atingiu o saldo negativo de R$ 796 milhões, onde o custo da dívida, refere-se a resultado com variação cambial onde houve uma desvalorização do real frente ao dólar que foi parcialmente compensado pela valorização das ações da Usiminas que flutuaram positivamente em 59% USIM3 e 53,6% a USIM5.

Os fatores que influenciaram o resultado em 2019 decorrem, principalmente, da atualização monetária referente ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS de anos anteriores no montante de R$ 161 milhões em 2019 e R$ 1,1 Bilhão em 2018. As despesas financeiras tiveram um aumento juros com Passivos de Arrendamentos em R$ 49 milhões em 2019 e juros sobre adiantamento de clientes em R$ 120 milhões em 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido: Em 2020, constituiu R$626 milhões de IRPJ e CSLL a pagar, devido o ótimo resultado obtido por meio dos segmentos de mineração e siderurgia.

Em 2019, a receita com imposto de renda e contribuição social no período justifica-se, principalmente, pela reversão da perda de IR/CS diferidos sobre créditos fiscais contabilizados em anos anteriores, no valor de R$2.361 milhões.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado: Diante do exposto apresentado nos itens acima referente ao exercício de 2020, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R$ 4.293 milhões. Em 2019, a Companhia havia registrado um lucro líquido consolidado de R$ 2.245 milhões.

O apresentado nos itens acima referente ao exercício de 2019, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R$ 2.244 milhões. Em 2018, a Companhia havia registrado um lucro líquido consolidado de R$ 5.200 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial da Companhia (consolidado) – R$ milhões:

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 preparados de acordo com os IFRS e os CPCs:

							Análise Horizontal	
Balanços Patrimoniais Consolidados (em milhões)	**2020**	**AV¹**	**2019**	**AV¹**	**2018**	**AV¹**	**(2020 x2019)**	**(2019 x2018)**
ATIVO								
Ativo Circulante	**23.386**	**37,1%**	**12.726**	**25,0%**	**12.014**	**25,4%**	**83,8%**	**5,9%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.945	15,8%	1.089	2,1%	2.248	4,7%	813,2%	-51,6%
Aplicações Financeiras	3.783	6,0%	2.633	5,2%	896	1,9%	100,0%	100,0%
Contas a receber	2.867	4,6%	2.048	4,0%	2.078	4,4%	40,0%	-1,5%
Estoques	4.818	7,6%	5.283	10,4%	5.040	10,6%	-8,8%	4,8%
Tributos a recuperar	1.605	2,5%	1.282	2,5%	1.412	3,0%	25,2%	-9,2%
Outros Ativos Circulantes	368	0,6%	391	0,8%	341	0,7%	**-5,8%**	14,6%
Ativo Não Circulante	**39.616**	**62,9%**	**38.143**	**75,0%**	**35.313**	**74,6%**	**3,9%**	**8,0%**
Estoques	347	0,6%	144	0,3%	144	0,3%	140,4%	0,0%
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	123	0,2%	96	0,2%	8	0,0%	28,9%	1131,6%
Tributos diferidos	3.875	6,2%	2.473	4,9%	89	0,2%	56,7%	2666,7%
Outros Ativos não Circulantes	4.541	7,2%	4.913	9,7%	4.141	8,7%	-7,6%	18,7%
Investimentos	3.696	5,9%	3.584	7,0%	5.631	11,9%	3,1%	-36,3%
Imobilizado	19.716	31,3%	19.701	38,7%	18.047	38,1%	0,1%	9,2%
Intangível	7.317	11,6%	7.232	14,2%	7.253	15,3%	1,2%	-0,3%
TOTAL DO ATIVO	**63.002**	**100%**	**50.869**	**100%**	**47.328**	**100%**	**23,9%**	**7,5%**

							Análise Horizontal	
Balanços Patrimoniais (Consolidado)	**2020**	**AV¹**	**2019**	**AV¹**	**2018**	**AV¹**	**(2020 x2019)**	**(2019 x2018)**
Passivo Circulante	**14.726**	**23,4%**	**11.620**	**22,8%**	**11.439**	**24,2%**	**26,7%**	**1,6%**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	283	0,4%	318	0,6%	248	0,5%	-11,0%	27,9%
Fornecedores	4.820	7,6%	3.013	5,9%	3.408	7,2%	60,0%	-11,6%
Obrigações fiscais	2.058	3,3%	541	1,1%	252	0,5%	280,5%	114,9%
Empréstimos e financiamentos	4.126	6,5%	5.126	10,1%	5.653	11,9%	-19,5%	-9,3%
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Civeis	81	0,1%	96	0,2%	107	0,2%	-16,0%	-9,4%
Outras Obrigações	3.358	5,3%	2.526	5,0%	1.771	3,7%	32,9%	42,7%
Passivo Não Circulante	**37.025**	**58,8%**	**27.887**	**54,8%**	**25.876**	**54,7%**	**32,8%**	**7,8%**
Empréstimos e financiamentos	31.144	49,4%	22.841	44,9%	23.174	49,0%	36,4%	-1,4%
Tributos diferidos	619	1,0%	590	1,2%	602	1,3%	5,0%	-2,0%
Outras obrigações	3.145	5,0%	2.494	4,9%	227	0,5%	26,1%	997,0%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	554	0,9%	527	1,0%	686	1,4%	5,2%	-23,2%
Plano de pensão e saúde	758	1,2%	912	1,8%	905	1,9%	-16,9%	0,8%
Provisões para passivos ambientais e desativação	804	1,3%	524	1,0%	282	0,6%	53,4%	86,0%
Patrimônio Líquido	**11.252**	**17,9%**	**11.362**	**22,3%**	**10.013**	**21,2%**	**-1,0%**	**13,5%**
Capital social realizado	6.040	9,6%	4.540	8,9%	4.540	9,6%	33,0%	0,0%
Reserva de capital	33	0,1%	33	0,1%	33	0,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	5.824	9,2%	4.431	8,7%	3.065	6,5%	31,4%	44,6%
Outros resultados abrangentes	(1.984)	-3,1%	1.171	2,3%	1.065	2,3%	-269,4%	9,9%
Participação de acionistas não controladores	1.338	2,1%	1.187	2,3%	1.311	2,8%	12,7%	-9,4%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**63.002**	**100%**	**50.869**	**100%**	**47.328**	**100%**	**23,9%**	**7,5%**

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018 preparados de acordo com o IFRS e o CPC:

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 9.945 milhões, sendo 813% superior aos R$ 1.089 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se, principalmente ao forte desempenho operacional, e consequente geração de caixa da companhia da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Constituído principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em Time Deposit, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 1.089 milhões, sendo 52% inferior aos R$ 2.248 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018. Esta redução deve-se, principalmente à utilização dos recursos financeiros das controladas aplicadas em time deposit e títulos privados, para atender a necessidade de caixa da Companhia.

Aplicações Financeiras:

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em curto prazo totalizava R$ 3.783, o aumento de 40% se deve a valorização das ações da USIMINAS que flutuaram positivamente em 59% USIM3 e 53,6% a USIM5 em 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o aumento se deve a reclassificação dos ativos da USIMINAS antes classificados como investimentos no montante de líquido de R$ 2.115 milhões.

Contas a receber:

Em 2020 as contas a receber aumentou em 40% devido o ótimo desempenho nos segmentos de siderurgia e mineração, alavancado pelo aumento de preço das commodities.

Em 2019 houve uma redução de aprox. R$30 milhões na conta, onde podemos destacar a redução do prazo médio de recebimento em 1 dia e compensação de títulos. (4T18: 28 dias para 4T19: 25 dias).

Estoques: Em 2020 a redução dos estoques em 9% se é decorrente da forte realização dos estoques devido performance histórica nos segmentos de siderurgia e mineração a um custo médio maior em 2020, impactado pelas compras de matérias-primas a valor maior.

Em 2019, se comparado à 2018, houve aumento de 243 milhões devidos maiores custos com matéria primas em geral, refletindo no aumento dos custos unitários dos produtos acabados e em elaboração, e também principalmente em virtude da reforma do Alto Forno (AF#3).

Ativos circulantes:

Em 2020 o aumento decorre de acréscimo de ICMS devido por maiores compras de estoques de matéria prima, consequência da necessidade de estoques para atendimento da alta demanda do mercado.

Em 2019 a redução de outros ativos circulantes em 2019 ocorreu principalmente pela compensação dos créditos de PIS/COFINS que foi registrado no ano de 2018.

Ativo não circulante

Outros ativos não circulantes: Em 2020 a redução 8% se deve a compensação de IRPJ e CSLL com a utilização de crédito de PIS/COFINS, e consequentes transferências de tributos a recuperar de longo prazo para curto prazo.

O aumento em 2019 é explicado pelo reconhecimento de crédito da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e as operações líquidas de AFAC´s (adiantamento para futuro aumento de capital) para Transnordestina Logística S.A. no montante de R$ 210 milhões.

Tributos diferidos: Em 2020 a reversão de R$1.402 milhões de impairment sobre o ativo diferido, com base na projeção de lucro tributável aumentando em 57%.

Em 2019 a companhia reverteu R$2.384 milhões de impairment sobre o ativo diferido, com base na projeção de lucro tributável.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2020, o valor da conta de investimentos é de R$ 3.689 milhões, um aumento de 3% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, de R$ 5.631 milhões, a variação é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

destacada principalmente prelo resultado de equivalência patrimonial R$ 33 milhões e 77 milhões de novas propriedades para investimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor da conta de investimentos é de R$ 3.584 milhões, uma redução de 36,3% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, de R$ 5.631 milhões, a variação é destacada principalmente pela reclassificação de R$2.250 milhões das ações da Usiminas para o grupo de Aplicações Financeiras. No exercício de 2019 foi reconhecido foi reconhecido R$101 milhões de Propriedade em investimento no grupo.

Ativo imobilizado: Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do imobilizado totalizou R$ 19.716 bilhões comparado a R$ 19.701 bilhões em 2019. O aumento de R$ 15 milhões explica-se principalmente pelo efeito da oscilação do câmbio relacionado à conversão de balanço em investidas no exterior – exposição em euro e dólar – e aquisições de novos ativos, sendo compensados pela depreciação do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de ativo imobilizado atingiu R$ 19.700 milhões, um aumento de 8% com relação a 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, das aquisições realizadas no período no montante aproximado de R$ 2.492 milhões (destaque para a reforma programada do Alto Forno #3 que acarretará em ganhos de eficiência na produção de aço; plantas de filtragem de rejeitos I e II, que proporcionarão processamento de 100% da produção sem a necessidade de utilização de barragens; e projetos de manutenções operacionais sobressalentes), parcialmente compensadas pela depreciação no período de R$1.466 milhões.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos:

Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R$ 35.371 milhões em 31 de dezembro de 2020, na qual podemos destacar o principal fator para o crescimento da dívida se deve a desvalorização da moeda real frente ao dólar de 29%.

Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R$ 28.091 milhões em 31 de dezembro de 2019, e R$ 28.943 milhões em 31 de dezembro 2018 se mantendo estável entre captações e amortizações.

Fornecedores:

Em 2020 aumento de 60% se deve pela readequação na operações efetuando alongamento dos prazos com fornecedores, devido ao contexto de COVID-19, consequentemente aumentando em 12 dias o prazo médio de pagamentos; a companhia também realizou uma maior volume de compras em 2020 devido a necessidade de estoques para atendimento da alta demanda do mercado.

Em 2019 o grupo de fornecedores apresentou redução de 11,6% (R$ 3.408 milhões em 2018 frente a R$ 3.013 milhões em 2019).

Obrigações Fiscais: O aumento de 280% em 2020 se deve ao acúmulo de IR/CS durante ao período devido contexto do COVID-19 e o bom desemprenho da companhia no ano.

O saldo de tributos diferidos R$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 602 milhões em 31 de dezembro 2018.

Plano de pensão e saúde: O saldo de R$ 758 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$ 912 milhões em 31 de dezembro de 2019) compõe, principalmente, ao plano de saúde dos aposentados. A redução do passivo é decorrente da queda da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial.

O saldo de R$ 912 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R$ 905 milhões em 31 de dezembro de 2018) compõe, principalmente, ao plano de saúde dos aposentados, cuja passivo atuarial está em aproximadamente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R$ 892 milhões. O aumento do passivo é decorrente da queda da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial.

Fluxo de Caixa da Companhia

Balanço Patrimonial da Companhia (consolidado) – R$ milhões:

Segue quadro comparativo dos fluxos de caixa da Companhia de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, em R$ milhões:

Fluxo de Caixa	2020	2019	2018
Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.577	4.872	2.208
Caixa Líquido Atividades de Investimentos	(1.864)	(2.236)	(98)
Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	1.185	(3.789)	(3.257)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(43)	(6)	(16)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	**8.856**	**(1.159)**	**(1.164)**

Comparação entre os fluxos de caixa de 2020 e 2019:

Em 2020, devido a situação favorável do mercado e o excelente desempenho operacional dos segmentos de siderurgia e mineração, a geração de caixa da Companhia totalizou R$ 8.855 milhões, frente ao fluxo de caixa negativo de R$ 1.159 milhões em 2019.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R$ 9.576 milhões e R$ 4.872 milhões em 2020 e 2019, respectivamente. A geração de R$ 4.704 milhões maior no período, referente as atividades operacionais devem-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A Companhia registrou um lucro de R$ 4.292 milhões, aproximadamente 48% maior que o ano anterior.
- Os estoques sofreram variação positiva, sendo realizados em R$ 755 milhões durante o ano, refletindo o bom momento do mercado, comparado com o aumento de R$ 218 milhões em 2019.
- Por meio de convênios com instituições financeiras, a Companhia alongou o prazo de R$ 623 milhões devidos a fornecedores. Essa operação possibilita aos seus credores o recebimento do montante devido na data de vencimento.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R$ 1.863 milhões em 2020, comparado a R$ 2.236 milhões em 2019. Os gastos reduziram em R$ 372 milhões, principalmente o caixa despendido com CAPEX (R$ 1.683 milhões em 2020 contra R$ 2.215 milhões em 2019). Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) totalizaram R$ 132 milhões, queda de R$ 77 milhões frente a 2019. Também, foram resgatados de aplicações financeiras R$ 39 milhões em 2020.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R$ 1.185 milhões em 2020, enquanto em 2019 foram consumidos R$ 3.788 milhões. A redução dos gastos com financiamentos neste período foi R$ 4.973 milhões. As principais movimentações são:

- Dividendos pagos em 2020 no montante de R$ 309 milhões contra R$ 1.920 milhões em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Captação de empréstimos e financiamentos em 2020 no montante de R$ 8.086 milhões, basicamente utilizados para amortizações de empréstimos, totalizando R$ 6.448 milhões em pagamentos. Também, houve pagamentos de R$ 103 milhões em arrendamentos.

Comparação entre os fluxos de caixa de 2019 e 2018:

O fluxo de caixa livre da Companhia em 2019 foi negativo em R$1.159 milhões, frente ao fluxo de caixa negativo de R$1.164 milhões em 2018.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R$ 4.872 milhões e R$2.208 milhões em 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R$ 2.664 milhões no caixa proveniente das atividades operacionais deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A Companhia negociou em 2019 o total de R$ 1.000 milhões devidos a fornecedores, por meio de convênios com instituições financeiras, alongando o prazo de pagamento, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias;
- Em março de 2019 a controlada, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de US$ 496 milhões (R$ 1.951 milhões) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro para a empresa Glencore International AG ("Glencore") em 5 anos. Em julho de 2019 foi celebrado um aditivo ao contrato com a Glencore, onde a CSN Mineração recebeu mais um adiantamento, agora de US$ 250 milhões (R$ 956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R$ 2.236 milhões milhões em 2019 e de R$ 98 milhões em 2018. O aumento de R$ 2.137 milhões deve-se, principalmente, ao aumento de caixa despendido com CAPEX (R$ 2.214 milhões em 2019 conta R$ 1.317 milhões em 2018). Também ocorreu realizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R$ 209 milhões e foram resgatados de aplicações financeiras R$ 456 milhões em 2019.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R$ 3.789 milhões em 2019 e R$ 3.257 milhões em 2018, uma variação de R$ 531 milhões. As principais movimentações são:

- Captação de empréstimos e financiamentos em 2019 no montante de R$ 10 milhões, basicamente utilizados para amortizações de empréstimos, totalizando R$ 11 bilhões em pagamentos. Também ocorreu pagamentos de R$ 95 milhões em arrendamentos.
- Dividendos pagos em 2019 no montante de R$ 1.902 milhões contra R$ 502 milhões em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro:

a) resultados das operações da Companhia, em especial

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas para embalagens e perfis de aço. A Companhia também possui participações em ferrovias, terminais portuários e empresas de geração de energia, bem como atua na produção de cimento.

A Companhia busca sempre aperfeiçoar e maximizar o retorno das suas atividades por meio de uma atuação concentrada em cinco segmentos-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

1. Mineração

1.1. Minério de Ferro

A CSN Mineração, empresa resultante da combinação dos negócios de mineração e logística correlata da CSN por meio da junção de Casa de Pedra, Namisa e demais minas do Grupo, comercializou em 2020 cerca de 31,2 milhões de toneladas de minério de ferro no total, sendo 4,2 milhões de toneladas destinadas a UPV.

A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China.

Em 2019, foram comercializadas pela CSN cerca de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 3,6 milhões de toneladas a produção siderúrgica. Já em 2018, foram comercializadas pela CSN 34,8 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 5,2 milhões de toneladas à produção siderúrgica.

1.2. Calcário e Dolomita

A mina da Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos/MG, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, matérias-primas consumidas pela Companhia para a produção de aço e cimento.

Em 2020, a mineração Bocaina produziu 5,309 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 2,032 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 3,277 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,267 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2019, a mineração Bocaina produziu 4,393 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,582 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,811 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,170 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2018, a mineração Bocaina produziu 4,760 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 2,143 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,617 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,382 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

A fábrica de clínquer, principal matéria prima para fabricação de cimento, forneceu 0,633 milhão, 0,597 milhão e 0,567 milhão de toneladas de clínquer em 2020, 2019 e 2018, respectivamente, para a Unidade de Moagem, em Volta Redonda/RJ.

1.3. Estanho

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A. (“ERSA”), controlada da CSN, com capacidade de produção instalada de aproximadamente 3,2 mil toneladas/ano de estanho. A ERSA

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

é constituída pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste, de onde se extrai a cassiterita, e por uma fundição em Ariquemes, de onde se obtém o estanho, ambas no Estado de Rondônia.

O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na Usina Presidente Vargas ("UPV").

O estanho produzido pela Estanho de Rondônia S.A. ("ERSA") atende a exigência de especificação do mercado atual com teor de chumbo menor que 100 ppm.

Em 2020 foram transferidas 415 toneladas de estanho para a UPV, enquanto em 2019 e 2018 foram enviadas 459 e 504 toneladas, respectivamente. O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

1.4. Tecar

A Companhia detém o direito de exploração do TECAR nos termos do Contrato de Arrendamento do terminal portuário de granéis sólidos situado no Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro), abrangendo uma área total de 740.761 mil m². Com capacidade de embarque de 45 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro e desembarque de 4 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de redutores (e.g., carvão, coque), permite ganho relevante de sinergia operacional da Companhia. O período de arrendamento para operação do TECAR está previsto para terminar em 2047, mediante a realização de novos investimentos, atualmente em discussão com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

O Terminal de Granéis Sólidos (Tecar) é responsável pelo embarque de cerca de 90% de todo o minério de ferro negociado pela Companhia no mercado transoceânico em 2020. Além disso, são desembarcados pelo Tecar outros produtos como carvão, coque e outros redutores para consumo do Grupo CSN.

Em 2020, foram embarcados pelo Tecar 24,1 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e foram desembarcadas 2,5 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2019, foram embarcados pelo Tecar 31,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e foram desembarcadas 2,5 milhões de toneladas de carvão coque e outros redutores.

Em 2018, foram embarcados pelo Tecar 29,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e foram desembarcadas 3,6 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

2. Siderurgia

Dominando toda a cadeia produtiva do aço, a Companhia atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A Companhia produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil; grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens metálicas.

A Usina Presidente Vargas, principal unidade siderúrgica da Companhia, possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto, contando com dois altos fornos, uma aciaria com três conversores a sopro de oxigênio, três unidades de lingotamento de placas e instalações completas de laminação a quente e a frio, revestimento e acabamento de aços planos.

A Companhia também produz folhas de flandres em sua unidade em Volta Redonda, as quais são utilizadas no setor de embalagens.

Ao final de 2013 foi inaugurada uma unidade para produção de aços longos na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, construída para atingir uma capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. A planta possui um forno elétrico a arco, lingotamento contínuo para tarugos e um laminador a quente para produtos longos de seção redonda.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no estado do Paraná.

A filial da Companhia situada em Porto Real está localizada no eixo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, atendendo principalmente o setor automotivo, com uma ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

galvanização por imersão a quente, centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks* e um moderno centro de solda a laser para produção de *blanks* soldados.

A filial da CSN instalada em Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR é uma unidade que possui processos de decapagem, laminação a frio, galvanização, pré-pintura e centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks*. Seus principais produtos são o aço com revestimento de liga 55%Al-Zn, que conjuga brilho e durabilidade, e o aço pré-pintado, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca. Ainda, esta unidade pode produzir o aço galvanizado com revestimento de zinco puro.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: (i) a Lusosider Aços Planos S.A., em Paio Pires, Portugal, que atuam na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos, e (ii) a Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, especializada na produção de perfis de aço, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas de perfis de aço. A aquisição da SWT em janeiro de 2012 marcou a entrada da Companhia no segmento de aços longos.

2.1 - Usina Presidente Vargas

A principal unidade siderúrgica da Companhia, a Usina Presidente Vargas possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto sendo 5,2 milhões de toneladas de aços planos e 0,4 milhão de aços longos. Em 2020, a produção de aço bruto atingiu 3,5 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 3,6 milhões de toneladas. Em 2019, a produção de aço bruto atingiu 2,8 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 3,6 milhões de toneladas. Em 2018, a produção de aço bruto atingiu 4,0 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 4,0 milhões de toneladas.

2.2- Filial Porto Real

A filial da CSN em Porto Real/RJ produz galvanizados, Galvanew® e *blanks*, atendendo principalmente o setor automotivo. A planta tem uma capacidade anual de 350 mil toneladas de galvanizados, incluindo o Galvanew®, e 150 mil toneladas de *blanks*, chapas e rolos. A comercialização da filial Porto Real atingiu 266, 244 e 285 mil toneladas em 2020, 2019 e 2018 , respectivamente.

2.3 – Filial Paraná

A filial CSN Paraná produz galvanizados, Galvalume® e pré-pintados para as indústrias automotiva, de construção civil e linha branca. A planta tem a capacidade anual de produção de 330 mil toneladas de galvanizados e Galvalume®, 130 mil toneladas de pré-pintados, 150 mil toneladas de chapas e rolos e 120 mil toneladas de laminados a quente. A comercialização da filial Paraná totalizou 431, 441 e 490 mil toneladas em 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

2.4 - Companhia Metalúrgica Prada

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

A Prada comercializou em 2020 , por meio do segmento de distribuição, 147 mil toneladas de aço. Em 2019 e 2018, foram comercializadas 157 mil e 173 mil, respectivamente.

2.5- Lusosider Aços Planos S.A.

Instalada na Aldeia de Paio Pires, Portugal, a Lusosider Aços Planos S.A. atua em laminação a frio e galvanização. No ano de 2020, a Lusosider vendeu 340 mil toneladas de produtos galvanizados, laminados a frio e Decapado/Oleado, enquanto no ano de 2019 e 2018, estes volumes atingiram 320 mil e 352 mil, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2.6- Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT)

Em 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen GmbH consolidando seus resultados a partir de fevereiro do mesmo ano. Localizada em Unterwellenborn, Alemanha, a planta é especializada na produção de perfis de aço, utilizados na construção. No ano de 2020 a SWT comercializou 765 mil toneladas de perfis de aço e, em 2019, este volume somou 791 mil toneladas e 806 mil toneladas de perfis em 2018.

3. Logística

3.1 Portuária

O Tecon, terminal de contêineres e carga geral é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, tendo movimentado em 2020, 154 mil contêineres, sendo 542 mil toneladas de produtos siderúrgicos, além de 37 mil toneladas de carga geral e 1.435 mil toneladas de granéis. Em 2019, 161 mil contêineres, sendo 622 mil toneladas de produtos siderúrgicos, além de 7 mil toneladas de carga geral e 626 mil toneladas de granéis. Em 2018 foram 247 mil contêineres movimentados, sendo 778 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 15 mil toneladas de carga geral.

3.2 Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. (“MRS”), FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”) e a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”).

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 37,27% do capital da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.643 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque).

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

FTL

A CSN detém participação de 92,38% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.238 km e com capacidade atual de transporte de cerca de 3 milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, celulose, cimento, produtos siderúrgicos, contêineres, entre outros produtos.

TLSA

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de classe mundial. O projeto apresenta-se com evolução de 52% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em discussão junto aos órgãos responsáveis.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas por ano, devendo exercer importante papel indutor de desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste, oferecendo nova opção logística para o país através da conexão de dois importantes portos da região, Porto de Suape e Porto do Pecém, contribuindo para o escoamento de minerais sólidos, grãos, óleo e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

derivados, gesso, fertilizantes, entre outros. Em 31/12/2020 a participação da CSN na TLSA era de 47,26%, 47,26% em 31/12/2019 e 46,30% em 31/12/2018.

4. Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia produz clínquer em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

5. Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 48,75%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,92% do capital; e Central de cogeração termoelétrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

Receita Líquida da Companhia

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

Resultado 2020	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Receita Líquida	**16.603**	**12.683**	**256**	**1.490**	**173**	**858**	**(1.999)**	**30.064**
Mercado Interno	11.721	1.533	256	1.490	173	857	(3.144)	**12.886**
Mercado Externo	4.882	11.151	-	-	-	1	1.145	**17.178**

Resultado 2019	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Receita Líquida	**13.949**	**10.028**	**240**	**1.321**	**325**	**571**	**(998)**	**25.436**
Mercado Interno	10.028	927	240	1.321	325	571	(2.462)	**10.951**
Mercado Externo	3.921	9.101	-	-	-	-	1.464	**14.486**

Resultado 2018	Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Receita Líquida	**15.634**	**5.984**	**266**	**1.506**	**411**	**588**	**(1.422)**	**22.967**
Mercado Interno	10.328	972	266	1.506	411	588	(2.719)	**11.352**
Mercado Externo	5.306	5.012	-	-	-	-	1.297	**11.615**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia vende produtos siderúrgicos majoritariamente no mercado doméstico. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influência também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo do combustível é um componente importante.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provém das exportações de minério de ferro, estando, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No caso de cimento, a receita é denominada em Reais e variações inflacionárias podem impactar os resultados. Desta forma, o componente cambial é menos representativo neste segmento.

Como a maior parte das receitas da Companhia provém dos segmentos de siderurgia e mineração, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços sobre as suas receitas nestes dois segmentos.

Em 2020, a receita líquida atingiu R$30 bilhões, 18% superior em relação àquela registrada em 2019, principalmente pelos maiores preços e volumes realizados no segmento de mineração e siderurgia. A receita líquida de siderurgia somou R$16,6 bilhões, ou 55% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,6 milhões de toneladas de aço, sendo 3,2 milhões no mercado interno e 1,4 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R$12,7 bilhões, representando 42% da receita líquida consolidada, com vendas de 31,2 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2019, a receita líquida atingiu R$25,4 bilhões, 11% superior em relação àquela registrada em 2018, principalmente pelos maiores preços e volumes realizados em minério de ferro. A receita líquida de siderurgia somou R$13,9 bilhões, ou 53% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,5 milhões de toneladas de aço, sendo 3,1 milhões no mercado interno e 1,4 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R$10,0 bilhões, representando 38% da receita líquida consolidada, com vendas de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial:

- Carvão, coque, pelotas e metais, no caso da siderurgia, atrelados ao dólar;
- Combustíveis no caso da mineração e do transporte ferroviário e;
- Clínquer no caso de cimentos.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros e de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados em fundos de investimentos que incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com rendimento pré-fixados e com liquidez imediata. Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, a Companhia aplica também uma parcela de seus recursos financeiros no exterior em *Time Deposits/Bonds* com taxas pré-fixadas.

A CSN possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada

Em 31/12/2020, 28,3% da dívida era denominada em reais, e os demais 71,7% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2019, 40,8% da dívida era denominada em reais, e os demais 60,2% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2018, 43,9% da dívida era denominada em reais, e os demais 56,1% denominados em outras moedas.

A dívida está atrelada à Libor (London Interbank Offered Rate), ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Em 31/12/2020, cerca de 41% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante (Libor, TJLP e CDI), em comparação a 54,4% em 2019, 60,2% e 31/12/2018.

A exposição cambial líquida consolidada em 31/12/2019 está demonstrada no quadro abaixo:

		31/12/2020
Exposição Cambial	**(Valores em US$ mil)**	**(Valores em €$ mil)**
Caixa e equivalente no exterior	664.951	13.372
Contas a receber	387.039	2.560
Aplicação financeira	23.748	
Outros Ativos	9.158	4.474
Total Ativo	**1.084.896**	**20.406**
Empréstimos e financiamentos	(4.812.268)	
Fornecedores	(139.672)	(9.258)
Derivativo de minério de ferro	(172)	
Outros Passivos	(9.305)	(1.010)
Total Passivo	**(4.961.417)**	**(10.268)**
Exposição bruta	**(3.876.521)**	**10.138**
Hedge accounting de fluxo de caixa	3.992.200	
Swap CDI x Dólar	(67.000)	
Exposição cambial líquida	**48.679**	**10.138**

Ressalta-se que a CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Efeitos relevantes que os eventos a seguir tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional
Em 2020 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.
b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Em 2020 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.
c) eventos ou operações não usuais
Em 2020 não ocorreu nenhum evento ou operação não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram mudanças significativas que causaram efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações de práticas contábeis que causaram efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Informamos que não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018.

Ênfases

Nos três últimos exercícios a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. foi mencionada no parecer dos auditores independentes, no parágrafo de ênfase. Comentamos abaixo o parecer dos auditores independentes referente ao exercício de 2020, 2019 e 2018.

1. Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10.d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o consequente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

O relatório dos auditores independentes, inclui os itens “Principais assuntos de auditoria” e “Outros assuntos”. Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, no julgamento profissional dos auditores independentes, foram os mais significativos na auditoria do exercício de 2020.

Abaixo estão descritos os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”):

1. Alavancagem financeira e risco de liquidez e continuidade

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos junto a determinadas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros, reconhecidos no passivo circulante e não circulante, era de R$28.282 milhões (controladora) e R$35.271 milhões (consolidado).

Como o principal item da alta alavancagem financeira, os instrumentos financeiros passivos representados por empréstimos, financiamentos e debêntures, há intenção, por parte da Administração (conforme Nota Explicativa nº 1) de reestruturação das dívidas e desalavancagem financeira através da alienação de ativos não estratégicos. Este tema foi, novamente no exercício corrente, considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido sua relevância para a continuidade das operações da Companhia e representatividade das dívidas em relação as demonstrações financeiras como um todo. Adicionalmente, os empréstimos, financiamentos e as debêntures requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como *covenants* ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Valor recuperável do investimento em controlada em conjunto (Nota Explicativa no 10)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui saldo de investimento na controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”) em 31 de dezembro de 2020, incluindo ganho na perda de controle, no montante de R$1.431 milhões, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R-1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a controlada em conjunto realiza teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico entre outros. A Companhia, como investidora, também efetua sua avaliação, através do método que leva em consideração a capacidade da investida em distribuir dividendos, denominado de *Dividend Discount Model*, modelo segundo o qual é levado em consideração o fluxo de dividendos descontados a valor presente utilizando-se o custo de capital próprio, além de outras métricas e fatores de risco que incrementam a taxa de desconto utilizada. Sendo assim, este assunto foi novamente considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros e fluxos de dividendos descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto, que podem alterar significativamente a expectativa de realização do ativo.

3. Realização de tributos diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões temporárias constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções de lucro tributável futuro. Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos tributos diferidos ativos reconhecidos no ativo não circulante era de R$3.800 milhões (controladora) e R$3.875 milhões (consolidado).

Como a avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos críticos, nem sempre objetivos, que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados (como lucros tributáveis, projeções dos fluxos de caixa e eventos econômicos futuros, além das projeções incluírem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

levando-se em conta, volume e preço de venda e alíquotas de tributos, entre outros), podendo apresentar variações em relação aos dados e valores reais realizados.

Sendo assim, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas da Companhia:

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) e com as normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício social. Mudanças nos fatos e circunstâncias podem levar à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros podem divergir dessas estimativas.

As premissas e estimativas significativas, que no julgamento da administração da Companhia, requerem maior julgamento e possuem maior complexidade para a preparação das demonstrações financeiras, estão assim apresentadas:

(a) Valor Justo de Combinação de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelos valores justos na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15(R1) “Combinação de Negócios”. Consequentemente, quando determinamos a alocação do preço de compra, os valores justos de certos itens são ajustados, tais como, estoques, imobilizado, minas, valor presente de ativos e passivos não circulantes, entre outros, que são determinados por meio de laudos de avaliação preparados por avaliadores independentes. A Companhia tem, a partir da data de aquisição, um período máximo de 12 meses (período de mensuração) para reconhecer adicionalmente melhores informações sobre o valor justo reconhecido na data de aquisição. O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada. A Companhia reconhece a participação dos não controladores em suas demonstrações financeiras, pela parcela proporcional do valor justo dos ativos líquidos da adquirida.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Se houver um ganho por compra vantajosa a Companhia deve reconhecer imediatamente no resultado do período, na data da aquisição.

(b) Vida útil dos Ativos

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. As vidas úteis estabelecidas inicialmente por peritos independentes são revisadas, no mínimo a cada exercício, para todas as unidades. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(c) Reservas Minerais e Vida Útil das Minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Essas reservas são determinadas utilizando técnicas de avaliação geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer a utilização de diversas premissas pela equipe de mineração e alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e provadas registradas e na vida útil das minas.

(d) Arrendamento mercantil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utiliza taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

(e) Teste de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis (Teste de *impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor reconhecido em uma perda por

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

impairment corresponde ao valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A partir da entrada em vigor da norma CPC 48/ IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos de patrimônio mantidos para negociação devem ser classificados a valor justo através do resultado (VJR). Dessa forma, as mudanças de valor justo serão reconhecidas diretamente no resultado.

(f) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os valores registrados dependem de uma série de premissas que são determinadas por meio de cálculos atuariais, de acordo com o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados. Essas premissas estão descritas na nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e incluem, entre outros, a taxa de retorno dos investimentos e crescimento nominal do salário. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definidos imediatamente em outros resultados abrangentes, sendo posteriormente transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

A Companhia e algumas controladas ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é utilizada para os planos de pensão de benefício definido.

Essas obrigações são avaliadas, anualmente, em conjunto com atuários independentes qualificados.

(g) Provisões

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável e o valor possa ser estimado com razoável segurança. Esta determinação é feita pela administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos. As estimativas estão devidamente reconhecidas em nossas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia também está envolvida em processos judiciais e administrativos que visam a obtenção ou defesa de direitos legais em matérias tributárias que acredita serem inconstitucionais e cujo valor entende não devem ser pagos pela mesma. Os valores registrados para estas disputas fiscais e outras contingências podem sofrer alterações futuras, devido aos desdobramentos de cada caso, tais como mudanças na legislação, decisões judiciais finais específicas para a Companhia, que no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados de eventos futuros. Outros detalhes sobre provisões podem ser obtidos na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(h) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável em período inferior a 10 anos.

(i) Perdas de crédito esperadas

Com a adoção do novo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(j) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

- Instrumentos derivativos

A Companhia reconhece em seu balanço todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo. Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

Com relação à mensuração do valor justo, devemos abordar fatores, tais como taxa de câmbio e de juros futuros.

- Atividades de *hedge*

A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos. A Companhia Siderúrgica Nacional S.A. e suas controladas não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras
b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:
Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:
Vide item 10.6
b) natureza e propósito da operação:
Vide item 10.6
c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:
Vide item 10.6

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

(ii) fontes de financiamento dos investimentos; e

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos

O Orçamento de Investimento da Companhia para 2021 contempla projetos de investimentos focados na modernização dos ativos e melhoria de produtividade e performance, manutenção da capacidade operacional e cumprimento de requisitos ambientais e de segurança e projetos para a expansão da capacidade de processamento de minério de ferro. Novos investimentos serão avaliados considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional de cada projeto.

Considerando essas diretrizes, os investimentos projetados da Companhia para 2021 são da ordem de R$ 2,8 bilhões.

Pode haver revisão dos projetos de investimentos para 2021 considerando os efeitos adversos de uma eventual desaceleração econômica nas nossas operações. Nesse sentido, será priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

Destacamos a seguir:

Siderurgia: R$ 1 bilhão, em especial para investimentos nas coquerias e sinterizações, projetos de modernização tecnológica, na manutenção da capacidade operacional, segurança operacional e meio ambiente;

Mineração (com Tecar): R$ 1.550 milhões, em especial investimentos correntes para manutenção da capacidade operacional e segurança na mina e no porto, tratamento e filtragem de rejeitos, expansão das áreas de empilhamento, projetos em execução no beneficiamento de minério de ferro para melhoria de qualidade, aquisição de frota de grande e pequeno porte, e projetos de expansão da capacidade de processamento de minério de ferro e Tecar, em especial, planta de Itabirito P15, projetos de expansão da planta central e de recuperação de rejeitos das barragens.

Cimento: R$ 143 milhões, em especial projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta Redonda, finalização do projeto de coprocessamento e substituição de frota, ambos na unidade de Arcos.

Outros investimentos: R$ 107 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e Terminal de Contêineres -Tecon, administrado pela Sepetiba Tecon S.A.) e de natureza corporativa (como TI).

Em 2020, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram cerca de R$ 1,7 bilhão, com destaque para:

Siderurgia: R$ 848 milhões, com foco em produtividade e modernização para melhoraria do desempenho: grandes reparos em nosso Alto-Forno nº 2, reforma da bateria de coque, melhorias de automação e eficiência, sustentabilidade, manutenção e peças de reposição em todas as nossas unidades;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Mineração: R$ 710 milhões, com destaque para projetos na planta de beneficiamento de minério de ferro para aumentar a recuperação e qualidade do minério, reduzir a dependência de barragens e transformar parte dos resíduos em produto; renovação da frota de equipamentos de mina, manutenção da segurança em nossas barragens de rejeitos; cumprimento de requisitos ambientais e de segurança, além de manutenção da capacidade e peças de reposição em todas as nossas instalações de mineração e portos.;

Cimento: R$ 76 milhões, em especial em projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta Redonda;

Outros investimentos: R$ 64 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL e Tecon) e de natureza corporativa (como TI).

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia:

Mineração (minério de ferro)

O histórico recente da CSN Mineração destaca-se pela entrega de projetos com cronograma acelerado e retornos expressivos, todos “on-time, on-budget, on-quality”, o que revela a maturidade da Companhia nas competências críticas de desenvolvimento e implantação de projetos de capital. Exemplo disso foi a transformação do rejeito da planta central em produto de alta qualidade por meio dos concentradores magnéticos CMAI I e II, e a iniciativa pioneira de implantação das plantas de rejeito, as maiores do mundo, com etapas concluídas em agosto de 2018 e junho de 2019, permitindo ter uma operação independente de barragens de rejeitos.

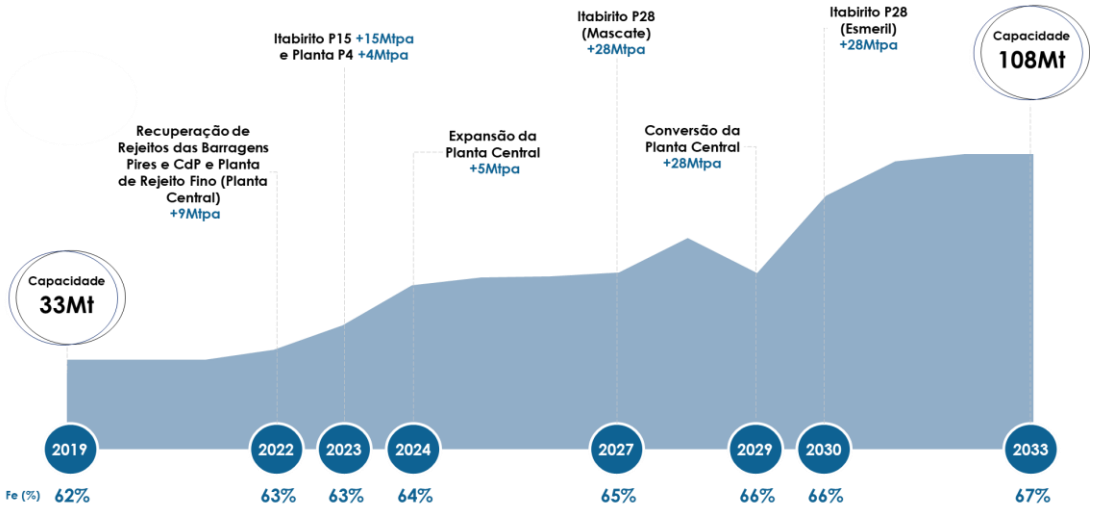
Desde janeiro de 2020 tem sua produção 100% independente do uso de barragens, onde 100% dos rejeitos são filtrados e empilhados a seco.

Com o objetivo de cobrir a alta e crescente demanda por minério de ferro de alta qualidade, a Companhia conta com importantes projetos de expansão, os quais aumentarão não só a sua capacidade de processamento, passando dos atuais níveis de 33 milhões de toneladas por ano para até 108 milhões de toneladas por ano no longo prazo, como também a qualidade do produto entregue que passará da média atual de 62% de teor de ferro para 67%.

Nesse sentido, a CSN Mineração possui quatro grandes blocos de projetos em desenvolvimento que serão executados gradativamente ao longo dos próximos 13 anos:

Capacidade de Produção de Minério de Ferro (Milhões de Toneladas)

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios



(i) Projetos de Expansão da Planta Central (Rejeito Fino Planta Central e Expansão da Planta Central): expansões *brownfield* que acelerarão a produção de *pellet feed* a baixo custo operacional. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 6 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 1,2 bilhão ao longo de 3 anos.

(ii) Projetos de Recuperação de Rejeitos das Barragens (Processamento de Rejeito de Pires e Casa de Pedra): expansões *brownfield* que gerarão valor através da recuperação de 180 milhões de toneladas de rejeito hoje estocado nas barragens, como parte do seu programa de descaracterização. Estima-se que tais projetos de recuperação de rejeitos de barragens propiciarão um acréscimo de produção de 8 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 1,1 bilhão ao longo de 5 anos.

(iii) Projetos de Itabirito (Itabirito P15, Planta P4, Itabirito P28 Mascate, Conversão da Planta Central e Itabirito P28 Esmeril): mix de expansões *brownfield* (P15, já com Licença de Implantação emitida, cotações de equipamentos em andamento e início de implantação previsto para 2021) e *greenfield*, todos projetos com tecnologia conhecida e investimento por tonelada competitivos para produção de *pellet feed premium* com baixo grau de impurezas e alto teor de ferro (inclusive *pellet feed* de redução direta). Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão um acréscimo de produção de 103 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R$ 22,7 bilhões até 2033.

(iv) Projetos de Expansão do TECAR: investimentos *brownfield* para suportar as expansões de capacidade de produção de minério descritas acima. Estima-se que tais projetos de expansão propiciarão acréscimo de capacidade operacional do TECAR em 3 fases (embarque de 60, 84 e 130 milhões de toneladas por ano), com investimento estimado em R$6,3 bilhões ao longo de 8 anos.

Nosso foco na execução dos projetos está calcado em 3 pilares (i) sustentabilidade, 100% dos projetos são independentes de barragens de rejeito; (ii) baixo risco de execução, todos os projetos fazem uso de tecnologias já consolidadas no mercado e dominadas pela Companhia, e (iii) retorno, produtos premium a custos competitivos (manutenção dos patamares atuais de opex).

Para suportar seu crescimento, a Companhia conta, nas suas minas de Casa de Pedra e Engenho, com 5,9 bilhões de toneladas de recursos, dos quais 3,4 bilhões de reservas de minério de ferro de alta qualidade. A Companhia realiza constantemente e de forma voluntária, campanhas de sondagem, e apurou que o

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

inventário minerário para o depósito da Serra do Esmeril conta com 2 bilhões de toneladas de potencial mineral adicionais aos recursos. Esse volume foi apurado pela Companhia em outubro de 2019, a partir das sondagens realizadas, do mapeamento geológico das minas e posição geométrica do corpo de minério a partir das minas localizadas a oeste do Esmeril. Desta forma, sem prejuízo de análises e campanhas de perfuração que permanecem sendo constantemente realizadas pela Companhia, as quais poderão aumentar ou diminuir o valor aproximado de recursos e reservas, as análises internas estimam, segundo a metodologia do "Australasian Code for Reporting of Exploration Results, Mineral Resources and Ore Reserves - the JORC Code", que esta conta com recursos mais inventário mineral de aproximadamente 7,9 bilhões de toneladas. O histórico da mina de Casa de Pedra é de uma conversão de 85% de recursos em reservas, em função das suas características excepcionais, tratando-se de um corpo único e homogêneo de minério de ferro de alta qualidade.

Milhões de Toneladas	2015	(-) Depletion	(+) Adições	2020
Reserva Total	**3.021**	**(224)**	**558**	**3.355**
Inferido	2.081	0	463	2.544
Recursos Total	**5.102**	**(224)**	**1.021**	**5.899**
Inventário Serra do Esmeril	**-**	**0**	**2.000**	**2.000**
Total Recurso + Inventário Mapeado	**5.102**	**(224)**	**3.021**	**7.899**

Fonte: 2015 Certificação SNOWDEN. Valores de depletion e adições informações da Companhia

Siderurgia

O plano de investimentos para os próximos anos prioriza projetos de investimentos correntes com ganhos de eficiência, como o *revamp* das coquerias, sinterizações, alto forno, aciaria, decapagem, lingotamento, além de execução de projetos de segurança operacional, modernização tecnológica na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades.

Cimento

Para os próximos anos os investimentos da Companhia devem se concentrar em projetos como o coprocessamento, garantindo maior eficiência, consumo de combustíveis alternativos e menor emissão de gases do efeito estufa, e manutenção da capacidade produtiva e a segurança operacional das unidades de Volta Redonda/RJ e Arcos/MG.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Sociedade constituída com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. e operar a antiga Malha Nordeste. Possui concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os investimentos planejados são projetos de investimentos correntes e modernização da infraestrutura de via permanente, material rodante e gestão operacional, a fim de aumentar a competitividade da ferrovia e atrair novos volumes de carga.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Portos (Tecon)

O terminal de contêineres (Tecon), administrado pela Sepetiba Tecon S.A., companhia controlada pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port). Segundo a ABRATEC- Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público, o Tecon está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

O Tecon foi expandido com a implantação do projeto de equalização do berço 301, proporcionando um cais contínuo para operação simultânea de navios de grande porte. Com esse projeto a capacidade do terminal foi elevada para cerca de 440 mil contêineres por ano.

Os investimentos planejados estão priorizados para projetos de investimento corrente, visando modernização operacional.

Fontes de Financiamento dos Investimentos

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados e eventuais parcerias estratégicas.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A CSN é uma empresa moderna que investe continuamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aprimoramento de produtos e processos, visando a atender às demandas do mercado e às expectativas de seus clientes. O Centro de Pesquisas da CSN possui estrutura composta por mais de 70 colaboradores e diversos recursos de simulação e caracterização, destaca-se pelas iniciativas em soluções em novos produtos e serviços para o mercado.

Dentre os novos produtos desenvolvidos, destacam-se:

- Desenvolvimento produtos mais espessos de aço galvanizado Dual Phase DP600 para o mercado automotivo brasileiro.

- Desenvolvimento de aço galvanizado Complex Phase com limite de resistência acima de 1GPa para peças estruturais automotivas, aplicado em projetos de carros mais seguros e econômicos.

- Consolidação do aço galvanizado de alta resistência classe G450 que permite construções com maiores vãos, atendendo a tendências globais da construção civil.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Consolidação do aumento do portfólio de produtos laminados a quente decapados de alta resistência destinados à produção de tubos de pequeno diâmetro submetidos a processos de trefilação e tratamento térmico.

- Desenvolvimento de aços laminados a frio Extrafino para atendimento ao mercado de tubos de pequeno diâmetro.

- Novas especificações homologadas de produtos de aço laminados a quente, laminados a frio e galvanizados para atender a requisitos de projetos globais das montadoras.

- Otimização de liga de aço médio carbono ao boro, produto que se destaca pela ótima conformabilidade e alta temperabilidade, ampliando o portfólio de produtos para relaminação e implementos agrícolas.

- Desenvolvimento de aço microligado de alta resistência laminado a frio, classe de limite de resistência de 300 MPa, destinado ao segmento de construção civil e mercado de gôndolas.

- Criação de soluções em aços laminados a quente e galvanizados para atender a demanda crescente do segmento de energia fotovoltaica.

- Desenvolvimento de novas cores de aço pré-pintado para atendimento a linha branca e construção civil.

- Desenvolvimento de folha metálica dupla redução não revestida para atendimento à demanda de embalagens metálicas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todas as informações relevantes e pertinentes foram identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções

A Companhia esclarece que as informações divulgadas neste item representam mera estimativa, dados hipotéticos e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia e/ou de seus administradores. As projeções abaixo apresentadas envolvem fatores de mercado alheios ao controle da Companhia e, dessa forma, podem sofrer alterações.

a) Objeto da projeção.

A Companhia estima as seguintes variáveis abaixo.

Projeções 2021	2021E	2022	2023	2022 - 2026E
Alavancagem (Dívida líquida / EBITDA Ajustado)	1.0x	1.0x	-	-
Dívida Líquida (R$ milhões)	R$ 15.000	-	-	-
Capex (R$ milhões) - Consolidado	R$ 2.800	R$ 4.100	-	-
Capex expansão (R$ milhões) - Mineração	R$ 560	-	-	R$ 12.000,00
Capex (R$ milhões) - Siderurgia	R$ 1.000	-	-	R$ 6.300,00
Volume de vendas Aço (kton) - Siderurgia	5.158	5.104	-	-
EBITDA/ton (US$/ton) - Siderurgia	-	-	$165	-
Volume de Produção de Minério de Ferro (kton) - Mineração	36.000 - 37.000	39.000 - 41.000	-	-
Cash Cost Mineração (US$/ton)	$19,00	$18,00	-	-

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Os períodos projetados e prazos de validade podem ser visualizados na tabela acima no item 11.1 a), sendo os números sempre apresentados no fechamento do exercício e devidamente publicados nas DFPs de cada exercício.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

Todas as premissas das projeções mencionadas acima estão sujeitas a fatores de influência externa, que estão fora do controle da administração da Companhia. Portanto, caso ocorra qualquer alteração relevante nessas premissas, a Companhia poderá revisar suas estimativas, alterando-as em comparação às originalmente apresentadas.

A principal premissa que pode ser influenciada pela administração da Companhia seria seus volumes de produção e venda, juntamente com os custos associados.

O volume de produção de minério considera nosso plano de lavra de 2021, com incremento da produção da planta central, por outro lado fatores chaves como preços de venda, *inputs* de matéria-prima e condições climáticas estão fora do controle da Companhia.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Os valores podem ser encontrados acima no item 11.1 a).

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas e quais delas estão sendo repetidas.

Estimativas mantidas:

Projeção de atingir alavancagem (medida pela razão dívida líquida dividida pelo EBITDA) de até 1x ao final de 2021.

Projeção de atingir R$ 15.000 milhões de Dívida Líquida no fechamento do balanço anual de 2021.

Projeção de atingir Investimentos Globais (Capex) de R$ 2.800 milhões no fechamento do balanço anual de 2021.

Projeção de atingir R$ 560 milhões de CAPEX de expansão da Mineração no fechamento do balanço anual de 2021.

Projeção de atingir R$ 1.000 milhões de Capex na Siderurgia no fechamento do balanço anual de 2021.

Projeção de atingir volume de vendas de aço de 5.158 ktons no fechamento do balanço anual de 2021.

Projeção de atingir EBITDA por Tonelada de US$165/ton no fechamento do balanço anual de 2023.

Projeção de atingir volume de produção de minério de ferro em 2021 de 36-37Mton.

Projeção de atingir custo caixa C1 na mineração de US$19/ton no fechamento do balanço anual de 2021.

Estimativas incluídas:

A CSN incluiu a projeção de atingir alavancagem (medida pela razão dívida líquida dividida pelo EBITDA) de até 1x ao final de 2022.

A CSN incluiu a projeção de atingir Investimentos Globais (Capex) de R$ 4.100 milhões no fechamento do balanço anual de 2022.

A CSN incluiu a projeção de CAPEX de expansão da Mineração de aproximadamente R$12 bilhões no período de 2022-2026.

A CSN incluiu a projeção de CAPEX na Siderurgia de aproximadamente R$6,3 bilhões entre os anos de 2022-2026.

A CSN incluiu a projeção de atingir volume de vendas de aço de 5.104 ktons no fechamento do balanço anual de 2022.

A CSN incluiu o volume de produção de minério de ferro em 2022 de 39-41Mton.

A CSN incluiu o custo caixa C1 na mineração de US$18/ton no fechamento do balanço anual de 2022.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

2020

Projeções	2020 Projetado	2020 Realizado	Variação	Explicação
Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado)	2,50x	2,23x	-0,27x	melhor
EBITDA Ajustado (R$ milhões) - Consolidado	R$ 11.200	R$ 11.473	R$ 273	melhor
Margem EBITDA Ajustada (%) - Consolidado	35%	37%	2%	melhor
EBITDA (R$ milhões) - Mineração[1]	R$ 7.650	R$ 8.191	R$ 541	melhor
EBITDA (R$ milhões) - Siderurgia	R$ 2.300	R$ 2.383	R$ 83	dentro do esperado
EBITDA (R$ milhões) - Cimentos	R$ 264	R$ 271	R$ 7	dentro do esperado
EBITDA (R$ milhões) - Logística	R$ 786	R$ 797	R$ 11	dentro do esperado
EBITDA (R$ milhões) - Energia	R$ 24	R$ 32	R$ 8	dentro do esperado
CAPEX (R$milhões) - Consolidado	R$ 1.600	R$ 1.698	R$ 98	dentro do esperado
Volume de Vendas Aço (kton) - Siderurgia	4.756	4.651	- 105	dentro do esperado
Volume de Produção de Minério de Ferro (kton)[2]	33.000	30.666	- 2.334	abaixo do esperado
Cash Cost Mineração (US$/ton)	$ 17,0	$ 16,5	$ -0,5	dentro do esperado

Em relação aos maiores desvios acima e abaixo do espero, seguem nossas avaliações.

[1]EBITDA da Mineração – a variação de R$541 milhões acima da esperada foi em função do maior preço de minério de ferro durante o 4T20.

[2]Volume de Produção – a variação negativa de 2,3Mton se deveu pelas chuvas, impactos da pandemia e menor disponibilidade de minério de ferro frente a esperada.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Estimativas em curso e válidas:

Projeções 2021	2021E	2022	2023	2022 - 2026E
Alavancagem (Dívida líquida / EBITDA Ajustado)	1.0x	1.0x	-	-
Dívida Líquida (R$ milhões)	R$ 15.000	-	-	-
Capex (R$ milhões) - Consolidado	R$ 2.800	R$ 4.100	-	-
Capex expansão (R$ milhões) - Mineração	R$ 560	-	-	R$ 12.000,00
Capex (R$ milhões) - Siderurgia	R$ 1.000	-	-	R$ 6.300,00
Volume de vendas Aço (kton) - Siderurgia	5.158	5.104	-	-
EBITDA/ton (US$/ton) - Siderurgia	-	-	$165	-
Volume de Produção de Minério de Ferro (kton) - Mineração	36.000 - 37.000	39.000 - 41.000	-	-
Cash Cost Mineração (US$/ton)	$19,00	$18,00	-	-

Acompanhamento e alterações de projeções divulgadas.

A CSN fez a manutenção das projeções para o fechamento do balanço anual de 2021 e incluiu as projeções de Alavancagem; Capex (consolidado); volume de vendas Aço (Kton) da Siderurgia; Volume de Produção de Minério de Ferro (kton) – Mineração e Cash Cost Mineração (US$/ton) para o fechamento do balanço anual de 2022. Além disso, incluiu Capex expansão (R$ milhões) – Mineração e Capex (R$ milhões) - Siderurgia no período de 2022-2026.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12 - Assembleia Geral e Administração

12.1 - Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é o único comitê permanente que se reporta ao conselho de administração e possui um regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 26 de março de 2012.

As reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria acontecem, pelo menos, uma vez a cada três meses, sem prejuízo da realização de reuniões extraordinárias sempre que necessário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atualmente, o Conselho de Administração não tem um regimento interno, mas, a despeito disso, todas as responsabilidades, atribuições e regras para o funcionamento do referido órgão se encontram estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, mais especificamente do artigo 14 ao 19, conforme apresentadas abaixo:

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas em lei:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
b) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução e o seu desempenho;
c) convocar a assembleia geral;
d) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva fixando-lhes as atribuições;
e) eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e, em caso de vacância, eleger substituto para concluir o período de gestão do substituído;
f) atribuir a um Diretor Executivo a função de diretor de relações com investidores, que poderá ou não ser exercida cumulativamente a outras atribuições executivas, cujas atribuições são fixadas em lei;
g) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, após ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria;
h) nomear e destituir o responsável pela auditoria interna, que deverá ser empregado da Companhia, legalmente habilitado, e que ficará vinculado à presidência do Conselho de Administração;
i) deliberar sobre aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, observado o disposto no Art. 7º do Estatuto Social;
j) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento;
k) fixar os termos e demais condições de colocação de debêntures, inclusive conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, bem como deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do art. 59 da Lei nº 6.404/76, e sobre a oportunidade da emissão;
l) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de “commercial papers”, “bonds”, “notes” e demais títulos e valores mobiliários destinados à captação de recursos mediante a distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais doméstico ou internacional;
m) delegar e fixar alçadas da Diretoria Executiva para a prática dos seguintes atos, independentemente de autorização do Conselho de Administração:
    a. aquisição ou alienação de qualquer bem da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

b. realização de qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, por operação isolada ou em conjunto de operações, observadas as matérias cuja competência foi atribuída à Diretoria Executiva nos termos do Art. 21 do Estatuto Social;

c. constituição de qualquer espécie de garantia ou a oneração de qualquer bem da Companhia, inclusive em benefício ou em favor de terceiros, desde que tais terceiros sejam pessoas jurídicas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia; e

d. representação da Companhia nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios e/ou equivalentes das sociedades, consórcios e outras entidades nas quais a Companhia detenha participação, bem como a respeito das matérias submetidas a tais assembleias e reuniões;

n) deliberar a respeito de operação ou ato que implique em transferência de recursos da Companhia para terceiros a título gratuito, inclusive associações de empregados, entidades assistenciais recreativas, fundos de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público;

o) deliberar a respeito de atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção de sociedades nas quais a Companhia possua participação societária, direta ou indiretamente, bem como a respeito da constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou por qualquer de suas empresas controladas;

p) deliberar sobre a participação da Companhia (i) em outras sociedades ou empreendimentos, como sócia ou acionista, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação, (ii) em acordos de associação, acordos de acionistas ou acordos de sócios; e (iii) em aumentos de capital nas sociedades nas quais a Companhia detenha participação;

q) nomear e destituir o secretário geral do Conselho de Administração e definir-lhes as funções;

r) estabelecer políticas para utilização de incentivos fiscais;

s) fixar a remuneração, determinar as atribuições e aprovar as regras operacionais para o funcionamento do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês que venham a ser criados para seu assessoramento;

t) resolver os casos omissos e exercer outras atribuições legais que não conflitem com aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia ou pela lei;

u) deliberar sobre quaisquer das matérias listadas no item “m” acima, ressalvada a possibilidade de o Conselho delegar e fixar alçadas para a Diretoria Executiva nos termos do referido item.

ii. informar, sobre o Comitê de Auditoria estatutário, as suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria foi criado em 2005, é formado por 3 (três) membros independentes e integrantes do Conselho de Administração com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um deles denominado presidente do comitê.

O referido Comitê tem autonomia no que se refere às disposições do *Sarbanes-Oxley Act* – Seções 301 e 407. Tem, ainda, um orçamento anual próprio e suficiente para que possa cumprir com as suas funções, podendo contratar consultores, advogados, peritos e outros profissionais externos, conforme entenda ser apropriado para assisti-lo no cumprimento de suas funções.

O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, a quem reporta as discussões realizadas no âmbito do Comitê.

Tem como atribuições, dentre outras, o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance e acompanhamento de denúncias realizadas por meio de seus canais de denúncia, além de outras atribuições previstas em seu próprio regimento interno, quais sejam:

a) rever as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia e suas controladas;

b) rever as declarações da administração constantes das informações trimestrais e anuais;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

c) antes da data de entrega do relatório sobre controles internos, prevista no *Sarbanes-Oxley Act* – Seção 404, solicitar informações à administração da Companhia, à área de Riscos Corporativos, e aos auditores internos e externos sobre a situação da Companhia em relação à adequação e eficácia dos controles financeiros e contábeis internos da Companhia, bem como o respectivo parecer dos auditores;

d) discutir com a administração e com os auditores externos sobre:

i. as demonstrações trimestrais e questões significativas que possam afetar a confiabilidade dessas demonstrações antes da divulgação formal dos resultados das operações.

ii. o escopo da auditoria, a avaliação do auditor com relação à qualidade dos princípios contábeis da Companhia (incluindo questões financeiras relevantes reportadas e avaliações sobre a elaboração das demonstrações financeiras) e todos e quaisquer problemas ou dificuldades encontradas no curso do trabalho de auditoria e a resposta da administração.

e) avaliar a realização e a qualidade das auditorias e revisões financeiras e contábeis realizadas pelos auditores independentes externos e internos;

f) acompanhar as funções e práticas financeiras e de controladoria da Companhia, incluindo o acompanhamento das obrigações dos administradores com relação à manutenção de controles internos financeiros e contábeis efetivos;

g) buscar informações sobre o cumprimento do Código de Ética na Companhia e suas controladas, bem como acompanhar o cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulamentares;

h) rever a forma com que o CEO, o CFO e os demais Diretores Executivos avaliam a adequação e efetividade dos controles internos, financeiros e contábeis e avaliar se a administração incentiva e mantém um ambiente que permita a elaboração de demonstrações financeiras de qualidade;

i) obter informações da administração sobre relatórios recebidos de órgãos reguladores e autoridades (por exemplo, CVM, Receita Federal, BACEN, Agências Reguladoras, SEC) e a resposta dada a esses relatórios;

j) discutir orientações e políticas que disciplinem o processo pelo qual a Companhia analisa e administra a sua exposição a riscos financeiros e contábeis;

k) acompanhar os procedimentos adotados pela Companhia para condução das denúncias referentes a questões contábeis, de auditoria e financeiras, incluindo procedimentos para a confidencialidade e sigilo nas submissões das preocupações externadas;

l) questionar a administração e os auditores internos e externos sobre a existência ou não de conhecimento da ocorrência de fraudes cometidas pelos funcionários, pagamentos suspeitos ou ilegais ou descumprimento de leis e regulamentos;

m) discutir com a área de Riscos e com os auditores internos e externos quaisquer recomendações para melhoria dos controles internos;

n) acompanhar a remuneração do auditor externo, incluindo a resolução de divergências entre o auditor externo e a administração com relação a relatos financeiros e contábeis;

o) avaliar o processo de rotatividade de empresas de auditoria externa para rever e garantir a continuidade dos serviços;

p) avaliar, no mínimo anualmente, a independência do auditor externo;

q) conduzir autoavaliação do desempenho do Comitê de Auditoria para identificar oportunidades de aprimoramento;

r) fornecer ao Conselho de Administração relatórios das reuniões do Comitê, trimestralmente ou em outra periodicidade, a critério dos membros do Comitê de Auditoria;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

s) preparar atas de todas as reuniões e distribuir as respectivas minutas a todos os membros para comentários antes de serem emitidas em forma final;

t) aprovar previamente todo serviço de auditoria e outros serviços (conforme determinado pela regulamentação da *U.S. Security*) a serem prestados por auditor externo, bem como estabelecer políticas e procedimentos para a aprovação prévia de tais serviços, caso o Comitê de Auditoria entenda necessário.

Dos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto, o Comitê de Auditoria somente não adota o critério que trata dos mandatos consecutivos, pois entende que cabe a cada Conselheiro indicado avaliar se este parâmetro afeta ou não a sua independência, conforme disposto nas próprias orientações do item 2.2.1 "d" do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Todos os membros do comitê de auditoria respeitam os requisitos de independência impostos pela regulamentação americana, sendo qualificados como especialistas financeiros e possuem ampla experiência comprovada, além de rico histórico profissional, atuando enquanto diretores e membros do conselho de administração de diversas empresas e, ainda, possuindo diplomas de graduação e pós-graduação em instituições de renome no Brasil e no exterior, conforme pode-se observar detalhadamente no item 12.5 do presente Formulário de Referência, que dispõe a respeito da formação e experiência profissional consolidada dos mesmos.

iii. forma em que o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, bem como o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, os locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Os trabalhos da auditoria independente são acompanhados pelo Comitê de Auditoria, analisando sua abrangência e datas de divulgação dos pareceres, assim como sua independência, além de avaliar e discutir o plano anual de trabalho dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria é composto por membros que também integram o Conselho de Administração da Companhia e reportam ao Conselho de Administração as discussões havidas no âmbito do Comitê.

Ademais, o Comitê de Auditoria deve opinar e recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e substituição do auditor independente, bem como acompanhar a atuação da auditoria externa.

A Companhia não adota uma política específica, formalmente aprovada, de contratação de serviços de extra-auditoria. Entretanto, há outras normas internas relacionadas à contratação de serviços, delegação de alçadas e atribuição do Comitê de Auditoria, que estabelecem as diretrizes para a contratação de tais serviços, tendo, ainda, o Comitê estabelecido os procedimentos a serem observados quando da contratação de serviços de extra-auditoria, cabendo ao Comitê de Auditoria autorizar previamente a contratação, aprovando somente aqueles serviços de extra-auditoria que não comprometam a independência dos auditores externos.

Além das definições estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, a "Política de Alçadas e Responsabilidades - Delegação de Autoridade" estabelece que qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria externa contratada pela Companhia (os serviços de auditoria propriamente ditos e outros serviços não relacionados à auditoria - conforme SOX) deve ser previamente aprovado pelo Comitê de Auditoria.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, tem poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto social da Companhia, observadas as limitações de alçada estabelecidas pelo Conselho de Administração e as demais disposições previstas no Estatuto Social da Companhia. Além disso, a Diretoria Executiva tem as seguintes atribuições:

a) designar Diretor Executivo ou procurador com poderes específicos para representar singularmente a Companhia em atos determinados, ressalvado o disposto no Art. 25, II do Estatuto Social;

b) autorizar a abertura, transferência ou encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou estabelecimentos de qualquer outro tipo da Companhia, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e

c) aprovar os nomes a serem indicados pela Companhia para integrar as diretorias e os conselhos de administração, consultivo, fiscal e deliberativo de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, ou a ela coligadas, assim como de associações, fundações e outros tipos de agrupamentos sociais de que a Companhia participe.

Ainda, compete aos Diretores Executivos, sempre em conjunto de dois, independentemente de reunião de Diretoria Executiva ou de reunião do Conselho de Administração:

a) autorizar a realização de auditorias em sociedades, associações, fundações e entidades assemelhadas, de que a Companhia participe;

b) celebrar contratos de confidencialidade;

c) contratar serviços bancários de rotina, sob qualquer modalidade, que estejam em linha com as práticas da Companhia;

d) celebrar contratos de mútuo e pré-pagamentos de exportação (recebimento antecipado de exportação) entre a Companhia e suas controladas nas quais a participação da Companhia seja de, no mínimo, 99%; e

e) autorizar a prestação de fiança em contrato de locação de imóveis para empregados e Diretores Executivos.

Há, ainda, atribuições específicas para cada Diretor Executivo da Companhia, conforme abaixo descritas:

Compete ao Diretor-Presidente:

a) presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

b) exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe para tanto coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

c) organizar, coordenar e supervisionar as atividades das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas;

d) atribuir a qualquer dos Diretores Executivos, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhe couberem ordinariamente, *ad referendum* do Conselho de Administração;

e) manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia;

f) elaborar, com a colaboração dos demais Diretores Executivos, e apresentar ao Conselho de Administração, proposta para (i) definição das atribuições dos demais Diretores Executivos; e (ii) fixação de critérios de valor ou alçada financeira para a prática de atos de cada um dos Diretores Executivos; e

g) elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o relatório anual e levantar o balanço patrimonial geral.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete a cada Diretor Executivo, no âmbito da área específica de atuação que lhe foi definida pelo Conselho de Administração:

a) representar a Companhia, nos termos da lei e do Estatuto Social;

b) organizar, coordenar e supervisionar os serviços que lhe competem;

c) participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de supervisão e coordenação; e

d) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor Executivo responsável pela sua área específica de atividades.

Atualmente, a Diretoria Executiva não tem um regimento interno, todavia, o funcionamento, papéis e funções da Diretoria Executiva da Companhia estão estabelecidos em seu Estatuto Social, mais especificamente nos artigos 20 ao 27, conforme detalhado acima.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, foi instalado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021 e tem mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021. O Regimento Interno do Conselho Fiscal foi aprovado pelo próprio órgão em 05 de novembro de 2018 e está disponível nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri).

d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Atualmente, a Companhia não dispõe de um mecanismo formal de avaliação dos membros do Conselho de Administração. Entretanto a Assembleia de Acionistas quando delibera sobre a (re)eleição dos membros do conselho de administração, leva em consideração o seu bom desempenho durante o período e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, bem como sua experiência e nível de independência.

Além disso, apesar do Conselho de Administração não seguir um processo formal de avaliação de desempenho, tem total autonomia para discutir o desempenho individual de cada membro e com isso propor medidas de aprimoramento durante o mandato.

O desempenho dos Diretores Executivos é avaliado em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, podendo ser essas financeiras ou não. O processo de avaliação tem o suporte da Diretoria de Recursos Humanos e seu resultado é levado em consideração para a permanência, promoção ou desligamento dos executivos nos respectivos cargos, bem como para determinar suas respectivas remunerações variáveis, estando essas informações detalhadas no Item 13 deste formulário.

Com relação ao Comitê de Auditoria, há um procedimento anual de autoavaliação de desempenho a fim de identificar oportunidades de aprimoramento. Cada membro faz sua autoavaliação, com base em um questionário específico que integra a ata de reunião do Comitê de Auditoria em que a autoavaliação é realizada e as respostas individuais são discutidas entre todos os membros do Comitê de Auditoria. Como resultado dessa autoavaliação e das discussões realizadas, medidas de aprimoramento são implementadas, sempre que é identificada a necessidade de aprimoramento.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação
A Companhia não adota prática diferenciada daquela prevista na legislação societária com relação a prazos de convocação para Assembleias Gerais. As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com no mínimo 30 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 08 dias corridos de antecedência em segunda convocação. Além disso, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de Assembleia Geral Extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.
b) competências
O Estatuto Social da Companhia não prevê matérias específicas cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral, sendo, portanto, seguidas as regras gerais previstas no artigo 122 da Lei das Sociedades Anônimas.
c) endereço (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise
Os documentos referentes às matérias da ordem do dia das assembleias geras da Companhia podem ser encontrados nos endereços da página mundial de computadores da Companhia (www.ri.csn.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http:/ www.b3.com.br). Alternativamente, a documentação relativa às matérias da ordem do dia das Assembleias Gerais fica à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, 3400, 19º e 20º andares, CEP 04538-132.
d) identificação e administração de conflitos de interesses
A Companhia não adota mecanismos formais adicionais, além do previsto na legislação, no Código Civil e na Lei nº 6.404/76 para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais. Neste sentido, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76, o acionista da Companhia deve execer seu direito a voto nas Assembleias Gerais visando o interesse da Companhia, não podendo votar nas deliberações que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagens a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para Companhia ou a outros acionistas. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido. O acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.
e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
A Companhia não possui regras, políticas ou práticas específicas para solicitação de procurações pela administração para o exercício de direito de voto nas Assembleias Gerais, sendo seguida, quando aplicável, a legislação vigente.
f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Os acionistas pessoas físicas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano, que seja outro acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Conforme orientação do Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04/11/2014 (Processo CVM RJ2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas Assembleias Gerais por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos, há menos de 1 ano, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade de o procurador de pessoa jurídica ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A cópia autenticada ou via original dos instrumentos de procuração, com firma devidamente reconhecida, deve ser apresentada junto com os documentos que os acompanham, que devem ser depositados na sede social da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral, ou encaminhados nesse mesmo prazo, por meio de protocolo digital, para o e-mail *invrel@csn.com.br*. Para os acionistas domiciliados no exterior, além de observarem o disposto neste parágrafo, a Companhia ainda solicita que o instrumento de procuração seja notarizado e legalizado perante o Consulado brasileiro em seu país de origem ou, caso seja signatário, seja apresentado com a devida Apostila de Haia e acompanhado da tradução juramentada.

A procuração deve estar acompanhada dos documentos que comprovem a qualidade do representante e do representado documento de identidade, se pessoa física; e estatuto/contrato social e ata de eleição dos administradores, se pessoa jurídica), juntamente com poderes específicos para participação na Assembleia Geral.

A Companhia solicita aos acionistas, cujas ações estejam sob custódia, que apresentem extrato atualizado expedido pelo órgão custodiante em até 5 (cinco) dias contados da data da realização das Assembleias Gerais, demonstrando a titularidade das ações detidas pelo acionista.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista poderá optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), preenchido com as devidas instruções de voto e enviado diretamente à Companhia, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 19º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132. Nesse caso, serão exigidos os seguintes documentos: (i) via física do BVD referente à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópias autenticadas dos seguintes documentos:

<u>a) Acionista pessoa física</u>

- Documento de identidade com foto (serão considerados como documento de identidade a cédula de identidade, registro nacional de estrangeiros, carteira nacional de habilitação, passaporte e carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais).

<u>b) Acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento</u>

- Último estatuto social, contrato social ou regulamento do fundo consolidados, conforme o caso;
- Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;
- Ato que demonstre a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores e/ou procuração com poderes específicos);
- Documento válido de identidade com foto do representante legal (Documento de identidade será considerado RG, RNE, CNH, Passaporte e carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais).

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Caso o BVD seja assinado por um procurador, devem ser observadas as formalidades previstas no item 12.2 “f” deste Formulário de Referência para aceitação de procurações.

Se o acionista for pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, além de observar o disposto acima, todos os documentos apresentados devem ser traduzidos e legalizados perante o consulado brasileiro em seu país de domicilio ou, caso seja signatário, sejam apresentados com a devida Apostila de Haia, de forma que todas as cópias sejam autenticadas e todas assinaturas tenham reconhecimento de firma.

O BVD deve ser recebido pela Companhia em até 07 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, sendo que os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

De acordo com o art. 21-L da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), é facultado aos acionistas incluírem no BVD,: (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal; e (ii) propostas de deliberação, observados os percentuais de determinada espécie de ações previstos no Anexo 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481/09.

O acionista que optar por incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no BVD, deverá enviar seu pedido no prazo estabelecido pela regulamentação vigente, diretamente à Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 20° andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132.

As solicitações de inclusão mencionadas acima devem (i) ser formuladas de acordo com o artigo 21-G da ICVM 481/09; e (ii) vir acompanhadas dos seguintes documentos: (a) as informações relacionadas nos artigos 8º a 21 da referida Instrução, a depender da matéria; (b) indicação das vagas a serem ocupadas pelos candidatos indicados, se eleitos; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, observados todos os requisitos previstos no item 12.2”g” deste Formulário de Referência, bem como os documentos que comprovem a participação acionária atualizada requerida para a referida solicitação; e (d) no caso de inclusão de proposta, as informações solicitadas no Anexo 21-M-II da ICVM 481/09.

j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Além das instruções disponibilizadas acima, bem como das regras previstas na ICVM 481/09, não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2020 foram realizadas 14 reuniões do Conselho de Administração, das quais 05 foram ordinárias e 09 extraordinárias, conforme indicado abaixo:

Tipo de reunião do Conselho de Administração	Data
Extraordinária	16 de janeiro de 2020
Ordinária	04 de março de 2020
Extraordinária	16 de abril de 2020
Extraordinária	13 de maio de 2020
Ordinária	14 de maio de 2020
Extraordinária	22 de maio de 2020
Ordinária	28 de julho de 2020
Extraordinária	18 de setembro de 2020, às 20h30
Extraordinária	18 de setembro de 2020, às 21h
Extraordinária	29 de setembro de 2020
Extraordinária	15 de outubro de 2020, às 7h30
Ordinária	15 de outubro de 2020, às 15h
Extraordinária	09 de novembro de 2020
Ordinária	14 de dezembro de 2020

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados e administrados nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Código de Ética da Companhia. A Lei das S.A. proíbe, por exemplo, o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, a natureza e extensão do seu interesse. Não há vedação que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, similares às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

O Código de Ética da Companhia prevê regras específicas de conflito de interesses aplicáveis aos seus colaboradores, dentre eles os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os quais assinam Termo de Adesão ao Código de Ética, bem como uma Declaração de Conflito de Interesses ao serem empossados em seus respectivos cargos.

Nos termos do Código de Ética, o colaborador da Companhia deve informar qualquer conflito real ou em potencial com os interesses do grupo CSN envolvendo relações pessoais e familiares (cônjuge, pais, filhos, irmãos e irmãs, e parentes por casamento). Também, deve comunicar imediatamente ao grupo CSN interesses financeiros, investimentos e oportunidades corporativas de modo que qualquer conflito de interesses possa ser abordado e resolvido de maneira adequada.

Desta forma, havendo conflito de interesses de integrantes da Administração, estes devem se abster de votar na deliberação, fazendo constar em ata. Caso o conflitado não se manifeste, outra pessoa poderá fazê-lo, caso tenha conhecimento de eventual conflito.

Ainda, no Estatuto Social da Companhia foi estabelecida a competência exclusiva do Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a realização de operações, transações, contratos ou acordos, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, incluindo aqueles celebrados com partes relacionadas, conforme depreende-se da leitura do item 12.1, “m” deste Formulário. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador ou membro de órgão de fiscalização da Companhia, deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo a decisão aos demais

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Tanto os membros dos órgãos de deliberação e fiscalização quanto todos os colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar o interesse social.

d. se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Atualmente, a Companhia não tem política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

Não há cláusula compromissória no estatuto social da Companhia prevendo resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
STEPHAN HEINZ JOSEF VICTOR WEBER	17/08/1961	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	2
402.929.836-20	Engenheiro Metalúrgico	19 - Outros Diretores	22/09/2021	Sim	0%
		Diretor Executivo			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	03/11/1963	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	6
055.978.608-52	Engenheiro Metalúrgico	19 - Outros Diretores	22/09/2021	Sim	0%
Não aplicável		Diretor Executivo			
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	22/05/1980	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	2
016.697.767-51	Economista	19 - Outros Diretores	22/09/2021	Sim	0%
		Diretor Executivo			
David Moise Salama	22/11/1966	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	6
085.725.298-45	Contador	19 - Outros Diretores	22/09/2021	Sim	0%
		Diretor Executivo			
Marcelo Cunha Ribeiro	12/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	3
829.510.041-68	Engenheiro de Produção	12 - Diretor de Relações com Investidores	22/09/2021	Sim	0%
Diretor Executivo de Finanças					
Milton Picinini Filho	14/09/1959	Pertence apenas à Diretoria	22/09/2021	22/09/2023	2
537.899.547-72	Engenheiro Metalúrgico	19 - Outros Diretores	22/09/2021	Sim	0%
		Diretor Executivo			
YOSHIAKI NAKANO	30/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até AGO de 2023	16
049.414.548-04	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA	15/07/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até AGO de 2023	7
510.578.677-72	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Fabiam Franklin	28/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até AGO de 2023	4
899.230.907-44	Engenheiro Metalúrgico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Não	100%
Não aplicável					
Miguel Ethel Sobrinho	23/09/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	até AGO de 2023	2
332.816.028-00	Engenheiro de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					
Benjamin Steinbruch	28/06/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	até AGO de 2023	27
618.266.778-87	Administrador	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2021	Sim	100%
Diretor-Presidente					
TUFI DAHER FILHO	14/03/1960	Conselho Fiscal	30/04/2021	Até AGO de 2022	4
323.142.486-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2021	Sim	88.88%
Beatriz Santos Martini	04/10/1954	Conselho Fiscal	30/04/2021	até AGO de 2022	4
007.749.248-02	Engenheira de Produção	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2021	Sim	0%
Angélica Maria de Queiroz	05/04/1957	Conselho Fiscal	30/04/2021	Até AGO de 2022	4
592.216.667-00	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2021	Sim	0%
Valmir Pedro Rossi	10/06/1961	Conselho Fiscal	30/04/2021	Até AGO de 2022	2
276.266.790-91	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2021	Não	100%
Paulo Roberto Bellentani Brandão	30/11/1982	Conselho Fiscal	30/04/2021	Até AGO de 2022	1

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
308.840.788-09	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2021	Não	0%
André Coji	04/02/1964	Conselho Fiscal	30/04/2021	Até AGO de 2022	4
051.271.338-30	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2021	Sim	0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

STEPHAN HEINZ JOSEF VICTOR WEBER - 402.929.836-20

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 07 de junho de 2021, sendo responsável pela área de investimentos. Antes de ingressar na Companhia, atuou como Diretor Presidente da Scorpius Gold Brasil S.A., 3 Scorpius Gold Mineração S.A. e Brasil Calcarium S.A., de 2018 a 2021. Também atuou, no Brasil e no exterior, em empresas do ramo de siderurgia e mineração, como a African Minerals, Anglo American e Rio Tinto. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Ouro Preto, com mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais e formação em Negócios Globais (Global Business) pela Saïd Business School na Universidade de Oxford, Reino Unido.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ - 055.978.608-52

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia, desde 02 de agosto de 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas comerciais e de logística dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais. Trabalha na CSN desde 2002, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Comercial. Também atua como Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controladas em conjunto pela CSN), Diretor da Estanho de Rondônia S.A. e da CSN Energia S.A., Diretor Presidente da Companhia Metalúrgica Prada, Diretor Comercial da CSN Cimentos S.A., atua na administração da Stahlwerk Thuringen GMBH e CSN Mining Asia Limited, CSN Islands VII Corp, CSN Islands XII Corp, CSN Steel S.L.U., CSN Mining Holding S.L.U., CSN Steel Holdings 1, S.L.U., CSN Productos Siderúrgicos, S.L.U., Lusosider – Aços Planos S.A., Lusosider Projectos Sideúrgicos S.A., Lusosider Ibérica S.A. e como membro suplente do Conselho de Administração da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas sociedades controladas pela CSN). Também é membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente de Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS e do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração – ABM e desde 23 de março de 2017 atua como membro da Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Alemanha. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração da Nacional Minérios S.A., Companhia Florestal do Brasil, Companhia Metalúrgica Prada, Sepetiba Tecon S.A e CSN Mineração S.A (todas empresas controladas da CSN). Antes de ingressar na CSN, foi Diretor Comercial da Alcan Alumínio do Brasil S.A. companhia onde atuou durante 14 anos em áreas de processos, qualidade, desenvolvimento de produtos/mercados e comercial, Diretor Executivo do CBCA - Centro Brasileiro de Construção em Aço e ABCEM – Associação Brasileira de Construção Metálica e Presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO. Recebeu o "Prêmio Barão de Mauá - Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) como Destaque Profissional e de Mercado, em 2016". Formado em Engenharia Metalúrgica pelo IMT – Instituto Mauá de Tecnologia, pós-graduado em Administração Industrial pela Escola de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo e complementou sua formação em Corporate Management Development Program pela Alcan Aluminum Limited, Montreal, Canadá.

Eduardo Guardiano Leme Gotilla - 016.697.767-51

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia, desde 02 de fevereiro de 2021, sendo responsável pela área de novos projetos. Atualmente é membro efetivo do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS e conselheiro da MGI – Minas Gerais Investimentos. Anteriormente foi conselheiro da BB Previdência e da CODEMIG/CODEMGE, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Financeiro da Magnesita Refratários S.A., Diretor Financeiro da Blu Pagamentos S.A., Diretor Financeiro global da RHI Magnesita em Londres., bem como ocupou diversas posições financeiras, principalmente em multinacionais controladas por private equity, com experiência em finanças corporativas, gestão tributária, estratégia de capital, turnaround, gestão de desempenho e relações com investidores. Formado em Economia e Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

David Moise Salama - 085.725.298-45

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia, desde 02 de agosto de 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas de seguros, crédito e patrimônio. Trabalha na CSN desde 2006, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Executivo de Relações com Investidores. Também é Diretor da Estanho de Rondônia S.A., Diretor Presidente da Companhia Florestal do Brasil, Presidente do Conselho de Administração da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Itá Energética S.A., atua na administração da CSN Islands VII Corp, CSN Islands XII Corp, Lusosider – Aços Planos S.A., Lusosider – Productos Siderúrgicos S.A. e Lusosider Ibérica S.A., membro suplente do Conselho de Administração da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas empresas controladas pela CSN) e membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto da CSN). Anteriormente atuou como membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., Companhia Florestal do Brasil, Sepetiba Tecon S.A. e como Diretor da Minérios Nacional S.A. (todas empresas controladas da CSN), e como membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS. Antes de ingressar na CSN, foi Diretor de Controladoria e Finanças da Tecnisa Engenharia e Comércio Ltda., Birmann S.A. Comércio e Empreendimentos e Goldfarb Comércio e Construções Ltda.. Ainda, ocupou o cargo de Chefe de Informações Financeiras Consolidadas da Unilever Brasil Ltda. e Auditor Sênior da PWC Auditores Independentes. Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com MBA em Finanças pela FEA-USP. Complementou sua formação acadêmica com os cursos Oxford Advanced Management and Leadership Programme na Saïd Business School, da Universidade de Oxford, Inglaterra, e o Program on Negotiation na Harvard Law School, da Universidade de Harvard, Estados Unidos.

Marcelo Cunha Ribeiro - 829.510.041-68

Ocupa o cargo de Diretor Executivo de Finanças da Companhia, desde 29 de setembro de 2017, sendo responsável pelas áreas de tesouraria, controladoria, tributária e de contabilidade, cumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores desde 26 de março de 2018. Também atua como Diretor da Minérios Nacional S.A., Elizabeth Cimentos S.A. e Elizabeth Mineração Ltda., Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da CSN Cimentos S.A., Diretor Financeiro da Berkeley Empreendimentos e Participações S.A., membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., CSN Resources S.A. e FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas controladas da CSN), Diretor Administrativo-Financeiro da EQUIMAC S.A., membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. e da Transnordestina Logística S.A. (todas controladas em conjunto pela CSN), bem como Presidente do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS e membro do “Supervisory Board” da Stahlwerk Thüringen GMBH. Antes de ingressar na CSN, atuou como Diretor Financeiro do Grupo St. Marche, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., Diretor Financeiro do Grupo SBF (GP Investimentos Ltd), Managing Director na área de Private Equity da GP Investimentos Ltd. e Diretor Financeiro da San Antonio International Ltd., bem como membro do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A., Telemar Norte Leste S.A. (Oi S.A.), Contax Participações S.A., Estácio Participações S.A., Magnesita Refratários S.A., e BR Towers SPE1 S.A.. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela Harvard Business School.

Milton Picinini Filho - 537.899.547-72

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 07 de junho de 2021, sendo responsável pela área de produção do segmento de siderurgia. De abril de 2018 a junho de 2021, atuou como Diretor de Produtos da Companhia, responsável por toda a produção das áreas de laminação a quente, frio, galvanizados, folhas metálicas da Usina Presidente Vargas (“UPV”), bem como pelos Centros de Pesquisa da Companhia, Unidades de Operação da CSN Paraná e CSN Porto Real. Anteriormente, exerceu o cargo de Gerente Geral de Planejamento e Performance na Companhia de junho de 2017 a abril de 2018, sendo responsável pelo planejamento e programação da produção, acompanhamento orçamentário, custos, indicadores de desempenho, KPI’s de performance e gestão de contratos e de áreas de entrepostos, escoamento e faturamento da UPV e, de fevereiro de 2010 a maio de 2017, foi Gerente Geral de Produção da CSN Porto Real, responsável pela área Gestão de Empresa – Produção, H&R, Administração, Controlaria, Financeira, Faturamento, Logística Interna e Externa, Segurança Patrimonial, Manutenção, Desenvolvimento de Produtos e Qualidade, Meio Ambiente e Assistência Técnica. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e cursou o Programa de Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Dom Cabral.

YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 29 de abril de 2004, e membro do Comitê de Auditoria, desde 24 de junho de 2005, ocupando a função de Presidente do Comitê de Auditoria, desde 30 de outubro de 2017. Atua também como membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A., membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. (empresas controladas pela CSN). Além disso, atua como Diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 2003. Nos últimos 5 anos, atuou como professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP/IRS e integrou o Conselho de Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP até 2015. Anteriormente, foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 30 de abril de 2013, e membro do Comitê de Auditoria desde, 08 de agosto de 2013, tendo ocupado a função de Presidente do Comitê de Auditoria de 06 de maio de 2014 até 30 de outubro de 2017. Também integrou o Comitê Financeiro da Companhia de 07 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2016. É Diretor Presidente da BRG Capital Ltda. desde julho de 2005. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração das empresas Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e CSN Mineração S.A. (controladas pela CSN) e Diretor do Credit Suisse / Banco Garantia de Investimentos S.A. de abril de 1995 a maio de 2005. Iniciou a carreira no Citibank Brasil como estagiário em 1982 e mudou-se para o Citibank de Nova York em 1986, onde atuou como Analista de Investimentos Institucionais do Citigroup para a América Latina, até tornar-se Diretor do Citibank de Nova York. Foi associado do Banco Bozano Simonsen de Investimentos no período de agosto de 1979 a dezembro de 1981 e membro do Conselho do Banque Bénédict Hentsch & Cie SA, Geneva, Switzerland de abril a dezembro de 2006. Formado em Negócios e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

Fabiam Franklin - 899.230.907-44

Ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desde 28 de abril de 2016. Também é Presidente do Conselho Consultivo do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações desde 4 de abril de 2016 e Diretor de Metalurgia na Companhia. Anteriormente, foi Gerente Geral de Produção na Companhia, com passagens pelas unidades de Metalurgia de Redução, Metalurgia do Aço e Folhas Metálicas. Atuou, ainda, como membro do Conselho de Administração da ABM (Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração) de 2015 a 2017, e coordenou o Programa de Educação Financeira da CSN de 2008 a 2017. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), com especialização em Metalurgia de Redução pela MC Master University em Ontário, Canadá e pós-graduação (MBA) em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral – Belo Horizonte/MG. Atualmente cursa mestrado profissional em Economia no IBMEC.

Miguel Ethel Sobrinho - 332.816.028-00

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 26 de abril de 2019, e membro do Comitê de Auditoria, desde 03 de maio de 2019. Também atua como membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. e da CSN Mineração S.A. (empresas controladas pela CSN). É Diretor e acionista da Participa – Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., atuando como empresário e desenvolvedor de atividades que visam participações em shopping centers, projetos de energia hídrica e a gás e em redes de fast food. É formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade São Paulo, mestre em Administração (MBA) pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo, foi Professor de Análise de Investimentos e Projetos na Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo e membro do Conselho Curador e fundador da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

Benjamin Steinbruch - 618.266.778-87

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 23 de abril de 1993, ocupando desde 28 de abril de 1995, o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ocupa ainda o cargo de Diretor Presidente da Companhia desde 30 de abril de 2002, sendo também responsável pela área institucional e participações minerárias e ferroviárias. Também é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A. e da CSN Cimentos S.A. (empresas controladas da CSN), Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação CSN. Atualmente, ocupa, ainda, o cargo de Presidente do Conselho de Administração nas empresas Textília S.A., Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários, Banco Fibra S.A., Elizabeth S.A. – Indústria Têxtil e Vicunha Steel S.A, bem como é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., membro do Conselho de Administração da Vicunha Participações S.A., Diretor da Rio Purus Participações S.A. e da Rio Iaco Participações S.A., administrador da Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril Ltda. (todas essas sociedades fazem parte do grupo controlador da CSN). É presidente do Conselho de Administração do Jockey Club de São Paulo, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa e membro do CCI – Conselho Consultivo Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Nos últimos 5 anos, foi 1º Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Roberto Simonsen e Presidente do Conselho de Administração da Nacional Minérios S.A. (incorporada pela CSN Mineração S.A. em 2015), Transnordestina Logística S.A. e FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A., e administrador do Haras Phillipson Ltda. (sociedade extinta em novembro de 2017). É formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – SP, com pós-graduação em Marketing e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - SP.

TUFI DAHER FILHO - 323.142.486-00

Ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde junho de 2018. Também atua como coordenador do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A., desde janeiro de 2021. Atua, ainda, como membro do Conselho Fiscal do Grupo Assaí e do Conselho Deliberativo da Apafass - Associação dos Participantes e Assistidos da Fundação Atlântico de Seguridade Social. É sócio das empresas TDF Consultoria Empresarial Ltda. e The Empreendimentos e Construtora Ltda. e proprietário das franquias Loungerie, Osklen e Richards em Uberlândia (MG). Anteriormente, atuou como Conselheiro da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Conselheiro Técnico da Hidrovias do Brasil S.A, Conselheiro da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Conselheiro de Administração da Manhattan Construtora, Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., Diretor Presidente da Transnordestina Logística S.A. e da FTL-Ferrovia Transnordestina Logística S.A., COO do Grupo Telemar/OI, Diretor de Operações Sudeste do Grupo Telemar/Oi e Diretor Superintendente da Telemar/Oi nos Estados do AM, PE e PI. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Minas Gerais, participou de curso profissionalizante ministrado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão com tema voltado ao Planejamento de Transporte, além disso, possui MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral, e participou do Programa de Gestão Avançada em parceria com a INSEAD, na França.

Beatriz Santos Martini - 007.749.248-02

Ocupa o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde junho de 2018. Além disso, é fundadora e Sócia Diretora da BSM & Associados Ltda., com 27 anos de atuação no mercado, com especialização em projetos de consultoria de Mudança Organizacional (Change Management), líder de prática e consultora sênior, desde 1993. Nos últimos 5 anos prestou consultoria, para diversas empresas, tais como Makro, Casas Pernambucanas, Kroton Anhanguera, Marina Linhares Arquitetura, Supermercado CSD/Amigão (M&A). Formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, com especialização em Criatividade e em Tecnologia Educacional pela FAAP e Coaching pelo Leading Group (Argentina).

Angélica Maria de Queiroz - 592.216.667-00

Ocupa o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde junho de 2018 e atua como membro do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A. desde janeiro de 2021. Também é associada Diretora do Centro de Debate de Políticas Públicas – CDPP. Além disso, é membro do Corpo Consultivo do IBGT (Instituto Brasileiro de Gestão e Turnaround) desde 2005, sócia fundadora da Clear Horizon (2002), consultora em estratégia de empresas nacionais e internacionais (atuando nas áreas de suprimentos e distribuição, produção e vendas, administrativa e financeira) e membro do Conselho Fiscal/Auditoria da ONG Américas Amigas. Atuou como consultora independente do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional de 2011 até 2017. Formada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91

Ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, desde abril de 2020. É Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atualmente, é membro titular do Conselho Fiscal das empresas FRAS-LE S.A e CADAM S.A., membro suplente do Conselho Fiscal do Banco Santander Brasil S.A. e membro do Comitê de Auditoria e Integridade nas empresas BRF S.A. e Grupo SIMPAR S.A. (JSL, Movida, Vamos, etc.). É membro titular da Comissão de Etica na Governança Corporativa do IBGC. Anteriormente, atuou como Contador nas empresas Casfor Org. Contábeis e Bertol S.A., como consultor no Sebrae RS, trabalhou por 30 anos no Banco do Brasil S.A. ocupando diversos cargos, foi Presidente do Banco da Amazônia S.A, bem como membro do Conselho de Administração ou membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Metalúrgica Gerdau S.A., Brasilprev S.A., BB Seguridade S.A., Banco da Amazônia S.A. e Kepler Weber S.A., além de diversas entidades e associações. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (RS), com pós-graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul (RS) e em Marketing pela PUC Rio de Janeiro (RJ), e MBAs em Administração pela USP São Paulo (SP) e em Gestão de Negócios pela UNB-Brasília (DF).

Paulo Roberto Bellentani Brandão - 308.840.788-09

Ocupa o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde abril de 2021. Atua também como membro suplente do Conselho Fiscal da AES Brasil S.A. e como advogado com foco em assessoramento de operações societárias e mercado de capitais. Ainda, atuou como membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A, durante o exercício de 2020. Formado em Direito pela Universidade Paulista, com especializações em Mercado de Capitais GV Law e Pós Graduação GV Law em Estruturas e Operações Empresariais, pela FGV.

André Coji - 051.271.338-30

Ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, desde junho de 2018. Também atua como membro efetivo do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., membro efetivo do Conselho de Administração, membro do Comitê Independente de Partes Relacionadas e membro do Comitê Financeiro e de Auditoria da Smiles Fidelidade S.A., Presidente do Conselho Fiscal da Tecnisa S.A., Diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e membro suplente do Conselho Fiscal da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Além disso, realiza operações financeiras estruturadas no mercado imobiliário em renomadas empresas. Nos últimos 5 anos, atuou como membro efetivo de Conselho de Administração da Via Varejo S.A, além de ter exercido atividades filantrópicas de tesouraria e arrecadação de fundos para a União Brasileiro-Israelita do Bem Estar Social, uma organização sem fins lucrativos, bem como foi membro do conselho de empresas familiares no setor imobiliário. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de possuir o Certificado de Conselheiro de Administração do IBGC.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
STEPHAN HEINZ JOSEF VICTOR WEBER - 402.929.836-20	
N/A	O Sr. Stephan Heinz Josef Weber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ - 055.978.608-52	
N/A	O Sr. Luiz Fernando Barbosa Martinez declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Guardiano Leme Gotilla - 016.697.767-51	
N/A	O Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
David Moise Salama - 085.725.298-45	
N/A	O Sr. David Moise Salama declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Marcelo Cunha Ribeiro - 829.510.041-68	
N/A	O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Milton Picinini Filho - 537.899.547-72	
N/A	O Sr. Milton Picinini Filho, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04	
N/A	O Sr. Yoshiaki Nakano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72	
N/A	O Sr. Antonio Bernardo Vieira Maia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Fabiam Franklin - 899.230.907-44	
N/A	O Sr. Fabiam Franklin declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Miguel Ethel Sobrinho - 332.816.028-00	
N/A	O Sr. Miguel Ethel Sobrinho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Benjamin Steinbruch - 618.266.778-87	
N/A	O Sr. Benjamin Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
TUFI DAHER FILHO - 323.142.486-00	
N/A	O Sr. Tufi Daher Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Beatriz Santos Martini - 007.749.248-02	
N/A	A Sra. Beatriz Santos Martini declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Angélica Maria de Queiroz - 592.216.667-00	
N/A	A Sra. Angélica Maria de Queiroz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91	
N/A	O Sr. Valmir Pedro Rossi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Paulo Roberto Bellentani Brandão - 308.840.788-09	
N/A	O Sr. Paulo Roberto Bellentani Brandão declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
André Coji - 051.271.338-30	
N/A	O Sr. André Coji declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	15/07/1959	22/09/2021	Até AGO de 2023
510.578.677-72		Administrador		22/09/2021	7	100%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Miguel Ethel Sobrinho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	23/09/1946	22/09/2021	Até AGO de 2023
332.816.028-00		Engenheiro de Produção		22/09/2021	2	100%
Membro Independente do Conselho de Administração						
YOSHIAKI NAKANO	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1944	22/09/2021	Até AGO de 2023
049.414.548-04		Administrador		22/09/2021	16	100%
Membro Independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 30 de abril de 2013, e membro do Comitê de Auditoria desde, 08 de agosto de 2013, tendo ocupado a função de Presidente do Comitê de Auditoria de 06 de maio de 2014 até 30 de outubro de 2017. Também integrou o Comitê Financeiro da Companhia de 07 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2016. É Diretor Presidente da BRG Capital Ltda. desde julho de 2005. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração das empresas Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e CSN Mineração S.A. (controladas pela CSN) e Diretor do Credit Suisse / Banco Garantia de Investimentos S.A. de abril de 1995 a maio de 2005. Iniciou a carreira no Citibank Brasil como estagiário em 1982 e mudou-se para o Citibank de Nova York em 1986, onde atuou como Analista de Investimentos Institucionais do Citigroup para a América Latina, até tornar-se Diretor do Citibank de Nova York. Foi associado do Banco Bozano Simonsen de Investimentos no período de agosto de 1979 a dezembro de 1981 e membro do Conselho do Banque Bénédict Hentsch & Cie SA, Geneva, Switzerland de abril a dezembro de 2006. Formado em Negócios e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

Miguel Ethel Sobrinho - 332.816.028-00

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 26 de abril de 2019, e membro do Comitê de Auditoria, desde 03 de maio de 2019. Também atua como membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. e da CSN Mineração S.A. (empresas controladas pela CSN). É Diretor e acionista da Participa – Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., atuando como empresário e desenvolvedor de atividades que visam participações em shopping centers, projetos de energia hídrica e a gás e em redes de fast food. É formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade São Paulo, mestre em Administração (MBA) pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo, foi Professor de Análise de Investimentos e Projetos na Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo e membro do Conselho Curador e fundador da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04

Ocupa o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, desde 29 de abril de 2004, e membro do Comitê de Auditoria, desde 24 de junho de 2005, ocupando a função de Presidente do Comitê de Auditoria, desde 30 de outubro de 2017. Atua também como membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da CSN Mineração S.A., membro independente do Conselho de Administração da CSN Cimentos S.A. (empresas controladas pela CSN). Além disso, atua como Diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 2003. Nos últimos 5 anos, atuou como professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP/IRS e integrou o Conselho de Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP até 2015. Anteriormente, foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72	
N/A	O Sr. Antonio Bernardo Vieira Maia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Miguel Ethel Sobrinho - 332.816.028-00

YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A.				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Ricardo Steinbruch	030.626.328-95	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	
O Sr. Ricardo Steinbruch é membro do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A.				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				
Pessoa relacionada				
Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08	
A Sra. Elisabeth Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços.				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Elisabeth Steinbruch Schwarz	006.990.838-93	VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36	
A Sra. Elisabeth Steinbruch é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel.				
Observação				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15
Presidente do Conselho de Administração	

Observação

O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.

Administrador do Emissor

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.	06.990.482/0001-50
Diretor Presidente	

Observação

O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor Presidente da Rio Iaco Participações S.A., que é controladora direta da Companhia.

Administrador do Emissor

Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A	60.078.060/0001-59
Diretor	

Observação

O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor da Rio Purus Participações S.A., que é controladora indireta da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08		
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Vice Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., que é controladora direta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., que é controladora indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	13.623.957/0001-36		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, que é fornecedora e controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é Presidente do Conselho de Administração da Itá Energética S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Asia Limited			
Diretor			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é Diretor da CSN Mining Asia Limited, que é controlada indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Holding S.L.U.			
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mining Holding S.L.U., que é controlada indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CSN Mineração S.A, que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
EQUIMAC S.A.	34.844.289/0001-47		
Diretor			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é Diretor da EQUIMAC S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Miguel Ethel Sobrinho	332.816.028-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Independente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Miguel Ethel Sobrinho é membro efetivo independente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
YOSHIAKI NAKANO	049.414.548-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Yoshiaki Nakano é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	016.697.767-51	Prestação de serviço	Fornecedor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Magnesita Refratários S.A	08.684.547/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla foi Presidente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A, que é uma fornecedora da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	016.697.767-51	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
RHI Magnesita			
CFO – Diretor Financeiro			
Observação			
O Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla foi CFO da RHI Magnesita, que é uma fornecedora da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.	06.990.482/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor Presidente da Rio Iaco Participações S.A., que é controladora direta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A	60.078.060/0001-59		
Diretor			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor da Rio Purus Participações S.A., que é controladora indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08		
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Vice Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., que é controladora direta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36		
Presidente do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., que é controladora indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	13.623.957/0001-36		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, que é fornecedora e controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é Presidente do Conselho de Administração da Itá Energética S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Asia Limited			
Diretor			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é Diretor da CSN Mining Asia Limited, que é controlada indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Holding S.L.U.			
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mining Holding S.L.U., que é controlada indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
EQUIMAC S.A.	34.844.289/0001-47		
Diretor			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é Diretor da EQUIMAC S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
EQUIMAC S.A.	34.844.289/0001-47		
Diretor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é Diretor da EQUIMAC S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Miguel Ethel Sobrinho	332.816.028-00	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Miguel Ethel Sobrinho é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é controlada da Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
YOSHIAKI NAKANO	049.414.548-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Yoshiaki Nakano é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	016.697.767-51	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Magnesita Refratários S.A	08.684.547/0001-65		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla foi Presidente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A., que é uma fornecedora da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	016.697.767-51	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
RHI Magnesita			
CFO – Diretor Financeiro			
Observação			
O Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla foi CFO da RHI Magnesita, que é uma fornecedora da Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.	06.990.482/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor Presidente da Rio Iaco Participações S.A., que é controladora direta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A	60.078.060/0001-59		
Diretor			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Diretor da Rio Purus Participações S.A., que é controladora indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA AÇOS S.A.	04.213.131/0001-08		
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Vice Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., que é controladora direta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Benjamin Steinbruch	618.266.778-87	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
VICUNHA STEEL S.A.	04.169.992/0001-36		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Benjamin Steinbruch é Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Steel S.A., que é controladora indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	13.623.957/0001-36		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, que é fornecedora e controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro efetivo do Conselho de Administração da Itá Energética S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
David Moise Salama	085.725.298-45	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
O Sr. David Moise Salama é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Asia Limited			
Diretor			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é Diretor da CSN Mining Asia Limited, que é controlada indireta da Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
CSN Mining Holding S.L.U.			
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mining Holding S.L.U., que é controlada indireta da Companhia.			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	055.978.608-52	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (suplente) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez é membro suplente do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.			
Administrador do Emissor			
Miguel Ethel Sobrinho	332.816.028-00	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro Independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			
Observação			
O Sr. Miguel Ethel Sobrinho é membro efetivo do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, que é controlada da Companhia.			
Administrador do Emissor			
YOSHIAKI NAKANO	049.414.548-04	Prestação de serviço	Controlada Direta
Membro independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37		
Membro (efetivo) do Conselho de Administração			

Observação

O Sr. Yoshiaki Nakano é membro efetivo do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A., que é controlada em conjunto pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia mantém apólice de seguro de responsabilidade civil ("Seguro D&O"), tendo por objeto o pagamento dos custos de defesa e indenização aos administradores da Companhia e de suas controladas com relação às perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice, incluindo acordos, bem como pagamento de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores em procedimentos que sejam conduzidos por órgãos estatais ou autogeridos em virtude de regulação e fiscalização das atividades do Tomador do Seguro, Controlada ou Subsidiária. O período de vigência é de 13/04/2021 até 13/04/2022. A apólice cobre reclamações apresentadas contra os segurados com retroatividade ilimitada para fatos desconhecidos dos segurados no momento de contratação. Embora a Companhia tenha contratado a apólice descrita, existem determinados tipos de risco que não estão cobertos pela mesma, tais como atos dolosos, despesas de limpeza e despoluição causados por danos ambientais, fundo de pensão, run-off, violação de obrigações impostas pelo Estatuto Social da Companhia e qualquer tipo de dano relacionado a barragens de qualquer natureza, incluindo mas não se limitando a procedimentos administrativos ou judiciais de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionado a este evento. Na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais, observando o quanto disposto no compromisso de indenidade, conforme abaixo.

Ademais, a Companhia renova anualmente a apólice do Seguro D&O, entretanto, as ofertas de cobertura pelo mercado segurador estão vinculadas ao apetite de riscos e resultados de suas carteiras de negócio, podendo, eventualmente, ocorrer períodos (ano) em que determinadas coberturas deixem de ser ofertadas.

Deste modo, apesar de não haver previsão estatutária, a Companhia mantém compromisso de indenidade para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que representa maior garantia para seus administradores, sendo que este compromisso de indenidade visa eximir de responsabilidade e indenizar o administrador por quaisquer despesas necessárias incorridas pelo mesmo em sua defesa ou por valores que este seja condenado a pagar, em virtude de inquérito, processos judiciais, arbitrais ou administrativos, independentemente da jurisdição, que venham a ser sofridos, incorridos, devidos, cobrados ou imputados ao administrador, no exercício das suas funções na Companhia ou em empresas controladas e/ou coligadas da Companhia ("Sociedades").

As indenizações incluem, mas não se limitam a: encargos, despesas legais e administrativas, custas, depósitos judiciais, honorários advocatícios de assistentes técnicos, periciais, árbitros e outros especialistas contratados em bases de mercado, e quaisquer outros valores que o administrador seja condenado a pagar (inclusive em decorrência de responsabilidade por danos ambientais).

O administrador não fará jus à proteção conferida pelo compromisso de indenidade, caso as suas despesas ou condenação pecuniária decorram de:

(i) ato ou omissão dolosa ou com culpa equiparável ao dolo, má-fé, fraude, divulgação de informações estratégicas/confidenciais ou prática de ato tipificado como crime;

(ii) derivem de atuação fora das competências do cargo para o qual foi nomeado, atuação em descumprimento de seus deveres fiduciários para com as Sociedades ou abandono do cargo;

(iii) sejam relacionadas a qualquer processo movido pelo administrador contra as Sociedade; ou

(iv) sejam cobertos pelo Seguro D&O.

Além disso, a proteção prevista no compromisso de indenidade abrange todos os atos praticados pelo administrador durante o exercício do(s) cargo(s) nas Sociedades, incluindo quaisquer despesas ou condenações pecuniárias verificadas após o término de seu mandato/gestão.

A celebração de compromisso de indenidade, com as pessoas elegíveis, mencionadas acima, foi aprovada pelo Conselho de Administração e, assinado o contrato de indenidade, não há qualquer outra formalidade a ser observada, uma vez verificada a obrigação de indenização. No caso de existência de conflitos ou dúvidas, cada caso específico será submetido à deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia entende que o exercício das funções dos administradores importa na assunção de responsabilidades, que podem acarretar na obrigação de pagamento de indenizações e/ou penalidades a terceiros, pelo administrador, não coberta pelo Seguro D&O. Além disso,

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

em razão da relevância do papel exercido pelo administrador, a Companhia tem interesse em proporcionar-lhe condições para que continue atuando com a segurança necessária ao bom desempenho de suas atribuições e no melhor interesse da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12 - Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, seguem informações sobre a data de sua realização e quórum de instalação. A Companhia informa que todas as Assembleias foram instaladas em primeira convocação:

Evento	Data	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	**30/04/2021**	66,89%
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2020	64,47%
Assembleia Geral Ordinária	26/04/2019	66,43%
Assembleia Geral Ordinária	29/06/2018	87,87%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 - Política e Prática de Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, quanto aos seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia adota as práticas abaixo mencionadas:

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade entre a remuneração oferecida e a responsabilidade exercida/tempo de dedicação do cargo. O Conselho de Administração estabelece diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Conselho Fiscal

A Companhia segue o quanto disposto na legislação aplicável e a remuneração é fixada pela assembleia-geral que elege o Conselho Fiscal, não sendo, de toda forma, inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando as atribuições do Comitê de Auditoria.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Comitê de Auditoria, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração mensal de cada membro em exercício segue a determinação legal, especificamente o o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária da CSN, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (bônus baseado em metas e outros bônus*) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

* Outros Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada sob a forma variável, em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos. Esta remuneração variável adicional está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e as metas atribuídas ao Diretor Estatutário.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e *Check Up* Anual. O Diretor Presidente tem direito a helicóptero e a 2 veículos blindados.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal**,** mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. A remuneração variável oferece oportunidade de ganho além do salário nominal em decorrência dos resultados da empresa e da área específica do executivo, bem como em decorrência de seu desempenho individual ou estratégia de atração e retenção. O componente variável é pago anualmente na forma de participação nos resultados, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição, *Check Up* Anual e Bonificação de férias voluntárias.

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

(ii) a proporção de cada elemento na remuneração total;

No caso do Conselho de Administração, Fiscal e do Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, a remuneração global fixa em geral representará 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração e Fiscal:

A remuneração fixa do Conselho de Administração e Fiscal é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de parcela variável mencionada acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração variável é paga no ano calendário em mês específico definido, de forma diferenciada, em contrato de cada Diretor Estatutário, havendo maior concentração no mês de abril de cada ano após apuração das metas.

A remuneração global (honorários + variável) definida no início do mandato tem validade de 2 anos, podendo ser renegociada na renovação do contrato, se for de interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária é paga anualmente em treze parcelas mensais. Também são pagos um adicional de 33,33% do salário nominal referente a bonificação de férias legais, e mais 36,67% do salário nominal a título de bonificação de férias voluntárias.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de Mercado Executivo ou por meio da inflação acumulada dos últimos 12 meses. O reajuste é aplicado anualmente. A remuneração variável é paga, em regra, no mês de abril de cada ano, após apuração das metas, podendo o executivo perceber até 12 salários nominais.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

CONSELHO FISCAL: remuneração fixa com base no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, conforme disposição legal.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo, por meio de avaliação baseada em metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração.

Remuneração variável: considera os resultados das metas de empresa, negócio e/ou área sob responsabilidade do Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário e, também, meta individual e avaliação de competências de cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário. Também poderá ser paga, eventualmente, parcela variável adicional em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No início de cada ano, são definidas as metas globais da Companhia. Em seguida, estas metas são segregadas, conforme aplicável, às diferentes áreas operacionais da Companhia, de maneira que com cada um dos Diretores Estatutários ou Diretor Não Estatutário seja possível pactuar as metas específicas que cada uma das diferentes áreas operacionais deverá cumprir. Adicionalmente, são pactuadas as metas individuais a serem cumpridas no decorrer do mesmo exercício social. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

de atendimento de cada indicador. A remuneração variável máxima é definida com base em unidades de salários nominais recebidos pelo Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário, de forma que lhe será finalmente pago o valor de remuneração variável atribuído para aquele nível de atendimento às metas que for verificado, conforme a escala pactuada com o Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário.

Vale notar, ainda, que todas as metas traçadas para cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário terão um peso relativo na avaliação de atendimento às metas mencionadas acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da companhia por meio do Ciclo de Gestão da Estratégia no qual ocorre o desdobramento das metas estabelecidas por meio do planejamento estratégico, planejamento orçamentário, acompanhamento da performance e avaliação dos resultados, estabelecendo a remuneração por desempenho. Esta prática é sustentada pelos seguintes pontos:

- Foco nos objetivos estratégicos, representando ações que tenham impacto significativo na melhoria contínua do desempenho da empresa.
- Medição e avaliação dos objetivos de resultado da organização previstos em seu orçamento e sua variação devendo refletir o alcance ou não desses objetivos.
- Definição a partir do desdobramento de metas da empresa.
- Descrição clara, fórmulas e fontes previamente definidas, sendo de fácil entendimento e aferição.
- Comparação das melhores práticas e uniformização da avaliação.

Estes elementos visam a excelência dos resultados da companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h. práticas e procedimento adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração, através de documentos e apresentações sobre o assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

É elaborado estudos de prática de mercado por consultorias especializadas em remuneração e o mesmo é levado para tomada de decisão do Presidente do Conselho de Administração. A metodologia utilizada é da empresa Korn Ferry Hay Group com painéis de empresas específicos como critério de comparação com abrangência nacional.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

Entre 2 e 3 anos é realizado um estudo de prática de mercado e submetido apreciação do Presidente do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,50	8,00	3,00	20,50
Nº de membros remunerados	9,50	8,00	3,00	20,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.052.000,00	15.190.350,00	693.184,00	17.935.534,00
Benefícios direto e indireto	0,00	721.335,00	0,00	721.335,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	70.688.237,00	0,00	70.688.237,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	294.894,00	0,00	294.894,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”. Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	[1]O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”. Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2019: 144/12 meses = 9,50 membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 96/12 meses = 8,00 membros Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos		
Total da remuneração	2.412.000,00	86.894.816,00	693.184,00	90.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	11.232.380,00	643.556,00	12.955.936,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.405.381,00	0,00	1.405.381,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.603.744,00	0,00	19.603.744,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	111.348,00	0,00	111.348,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”. Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	[1]O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”. Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	[1]O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”. Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019. Número de membros do Conselho de Administração 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros da Diretoria Estatutária 2020: 60/12 meses = 5,00 membros Número de membros Conselho Fiscal 2020: 36/12 meses = 3,00 membros Obs: Valores não incluem encargos	
Total da remuneração	144.000,00	32.352.853,00	643.556,00	34.436.409,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.083.000,00	10.543.648,00	631.795,00	12.258.443,00
Benefícios direto e indireto	0,00	909.294,00	0,00	909.294,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	18.225.238,00	0,00	18.225.238,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	109.130,00	0,00	109.130,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.443.000,00	29.787.310,00	631.795,00	31.862.105,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,58	5,08	1,58	12,24
Nº de membros remunerados	5,58	5,08	1,58	12,24
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.206.000,00	10.138.812,00	300.558,00	11.645.370,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.434.389,00	0,00	2.434.389,00
Participações em comitês	465.000,00	0,00	0,00	465.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.234.665,00	0,00	13.234.665,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	105.360,00	0,00	105.360,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.671.000,00	25.913.227,00	300.558,00	27.884.785,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 57.907.975	N/A	R$ 57.907.975
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 43.712.739	N/A	R$ 43.712.739
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 13.234.665	N/A	R$ 13.234.665
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 45.375.606	N/A	R$ 45.375.606
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 42.606.081	N/A	R$ 42.606.081
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 18.225.238	N/A	R$ 18.225.238

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 45.375.606	N/A	R$ 45.375.606
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 42.606.081	N/A	R$ 42.606.081
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 19.603.744	N/A	R$ 19.603.744
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	N/A	8,00	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	8,00	N/A	8,00
Bônus				

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 79.915.176	N/A	R$ 79.915.176
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R$ 70.688.237	N/A	R$ 70.688.237
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

[1]O valor máximo previsto para a remuneração variável considera a superação do resultado de todas as metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

[2]Não há mínimo garantindo.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Em relação ao Plano de Remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Informações a respeito das opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2020			
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Companhia Siderúrgica Nacional	Ações Ordinárias	501.502*	541	-	502.043**

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria que também integram o Conselho de Administração

**Além das ações indicadas no quadro acima, membros do Conselho de Administração e da Diretoria também detém 24.303.570 cotas do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações, o qual detém ações da Companhia.

CONTROLADORAS		31/12/2020			
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Rio Purus Participações S.A.	Ações Ordinárias	1.000*	0	0	1.000

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria que também integram o Conselho de Administração

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Sr. Benjamin possuía direito a aproximadamente 1/3 (um terço) do inventário do Espólio de Dorothéa Steinbruch, o que, nesta data, lhe outorgaria direito sobre (i) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Purus Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothéa Steinbruch; e (ii) 1/3 (um terço) das ações ordinárias de emissão da Rio Iaco Participações S.A. detidas pelo Espólio de Dorothéa Steinbruch.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

A Companhia patrocina aos Diretores Estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 6% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

	CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros (1)	**N/A**	**3,00**
Nº de membros remunerados		3,00
Nome do plano (2)	**N/A**	Plano Misto de Benefício Suplementar e Plano de Benefícios CBSPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	**N/A**	**2**
Condições para se aposentar antecipadamente(3)	**N/A**	(3)
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	**N/A**	R$ 2.183.992,70
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	**N/A**	R$ 106.275,36
Possibilidade de resgate antecipado e condições	**N/A**	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefícios na CBS

(1) Diretores Estatutários participantes do plano, em 31/12/2020
(2) O Plano Misto de Benefício Suplementar está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, enquanto o Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).
(3) Aposentadoria Antecipada: O benefício de aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível na Intranet da empresa, bem como aprovado pela PREVIC e publicado no DOU – Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	5,00	5,00	5,08	5,00	5,00	5.58	3,00	3,00	1,58
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	5,00	5,00	0,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneração	5.325.645,00	5.239.985,00	5.038.790,00	216.000,00	216.000,00	216.000,00	214.320,00	209.671,00	0,00
Valor da menor remuneração	588.468,00	579.002,00	556.771,00	216.000,00	147.000,00	216.000,00	214.320,00	209.671,00	0,00
Valor médio da remuneração	2.246.476,00	1.534.762,00	1.461.497,00	216.000,00	202.200,00	198.000,00	160.889,00	157.949,00	75.139,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a companhia):

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecido no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Percentual	25,85%	59,07%	N/A

	2019		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Percentual	19,96%	64,23%	N/A

	2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Percentual	15,00%	59,68%	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 11.397,00	N/A	N/A	R$ 11.397,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 11.844,00	N/A	N/A	R$ 11.844,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 11.976	N/A	N/A	R$ 11.976
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes:

Não há.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14 – Recursos Humanos

14.1. - Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de colaboradores (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empresas	Categorias	Efetivo Próprio em Exercício		
		dez/20	dez/19	dez/18
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):		13.714	14.630	13.949
Filiais Sul	Subtotal	643	654	648
	1. Gerenciamento	6	5	6
	2. Especialista	82	87	85
	3. Administrativo / Operacional	555	562	557
Filiais Minas Gerais	Subtotal	597	678	651
	1. Gerenciamento	9	9	9
	2. Especialista	94	115	105
	3. Administrativo / Operacional	494	554	537
Filiais São Paulo	Subtotal	759	839	662
	1. Gerenciamento	93	99	93
	2. Especialista	531	613	517
	3. Administrativo / Operacional	135	127	52
Filiais Rio de Janeiro	Subtotal	11.650	12.360	11.893
	1. Gerenciamento	96	104	101
	2. Especialista	1.180	1.252	1.232
	3. Administrativo / Operacional	10.374	11.004	10.560
Filiais Nordeste	Subtotal	65	99	95
	1. Gerenciamento	2	2	2
	2. Especialista	8	17	15
	3. Administrativo / Operacional	55	80	78
Estanho de Rondônia S.A.	Subtotal	280	251	246
	1. Gerenciamento	2	2	2
	2. Especialista	38	35	31
	3. Administrativo / Operacional	240	214	213
CSN Mineração S.A.	Subtotal	6.483	6.854	6.203
	1. Gerenciamento	51	54	52
	2. Especialista	716	703	641
	3. Administrativo / Operacional	5.716	6.097	5.510
Sepetiba Tecon S.A.	Subtotal	566	682	828
	1. Gerenciamento	9	9	9
	2. Especialista	103	116	120
	3. Administrativo / Operacional	454	557	699
Transnordestina Logística S.A.	Subtotal	145	183	191
	1. Gerenciamento	11	12	14
	2. Especialista	92	119	125
	3. Administrativo / Operacional	42	52	52

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	Subtotal	829	997	963
	1. Gerenciamento	6	5	8
	2. Especialista	99	108	100
	3. Administrativo / Operacional	724	884	855
Companhia Metalúrgica Prada	Subtotal	947	1.074	1.136
Unidade de Distribuição	1. Gerenciamento	4	4	3
	2. Especialista	43	41	39
	3. Administrativo / Operacional	269	270	233
Unidade de Embalagens	1. Gerenciamento	4	7	8
	2. Especialista	53	65	72
	3. Administrativo / Operacional	574	687	781
Minérios Nacional S.A	Subtotal	189	198	183
	1. Gerenciamento	1	1	1
	2. Especialista	7	9	6
	3. Administrativo / Operacional	181	188	176
Lusosider Aços Planos S.A	Subtotal	232	228	209
	1. Gerenciamento	29	29	27
	2. Especialista	23	20	21
	3. Administrativo / Operacional	180	179	161
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	Subtotal	0	0	209
	1. Gerenciamento	0	0	27
	2. Especialista	0	0	21
	3. Administrativo / Operacional	0	0	161
CSN Mining Portugal	Subtotal	4	4	5
	1. Gerenciamento	1	1	1
	2. Especialista	3	3	4
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Mining Holding	Subtotal	2	2	3
	1. Gerenciamento	1	1	1
	2. Especialista	1	1	2
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Mining GmbH	Subtotal	0	0	0
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	0	0
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Steel Holdings 1	Subtotal	1	0	0
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	1	0	0
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Mining Holding S.L.U.	Subtotal	0	0	0
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	0	0

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Steel, S.L.U.	Subtotal	3	4	5
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	3	4	5
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Productos Siderúrgicos	Subtotal	1	0	0
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	1	0	0
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Resources S.A.	Subtotal	2	2	2
	1. Gerenciamento	1	1	1
	2. Especialista	0	0	0
	3. Administrativo / Operacional	1	1	1
SWT	Subtotal	744	734	716
	1. Gerenciamento	43	42	43
	2. Especialista	166	161	158
	3. Administrativo / Operacional	535	531	515
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	Subtotal	10	11	0
	1. Gerenciamento	4	4	0
	2. Especialista	5	6	0
	3. Administrativo / Operacional	1	1	0
CSN Mining Asia	Subtotal	9	9	9
	1. Gerenciamento	1	1	1
	2. Especialista	7	7	8
	3. Administrativo / Operacional	1	1	0
Total contemplado	Subtotal	**24.161**	**25.863**	**24.857**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

	Categoria	**Efetivo Próprio em Exercício**		
		dez/20	**dez/19**	**dez/18**
Total	Subtotal	**24.161**	**25.863**	**24.857**
	1. Gerenciamento	374	392	409
	2. Especialista	3256	3482	3307
	3. Administrativo / Operacional	20531	21989	21141

As categorias referem-se às seguintes subcategorias.

1. Gerenciamento	Diretores, Assessores, Gerentes Gerais, Gerentes.
2. Especialista	Cargos de nível superior (ex. Analistas, Especialistas, Engenheiros), Coordenadores e Supervisores.
3. Administrativo/Operacional	Cargos técnicos, administrativos e operacionais (Técnicos, Assistentes, Auxiliares, Operadores).

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empresas	Terceiros (Total)		
	dez/20	dez/19	dez/18
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):	6.409	7.554	6.979
Filiais Sul	148	144	150
Filiais Minas Gerais	532	479	432
Filiais São Paulo	75	121	158
Filiais Rio de Janeiro	5.628	6.767	6.199
Filiais Nordeste	26	43	40
CSN Cimentos S.A.	0	0	0
Estanho de Rondônia S.A.	60	49	34
CSN Mineração S.A.	3.257	3.357	3.384
Sepetiba Tecon S.A.	384	391	399
Transnordestina Logística S.A.	916	1.095	71
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	345	555	265
Nacional Minérios S.A.	0	0	0
Companhia Metalúrgica Prada	267	234	280
Unidade de Embalagens	164	81	162
Unidade de Distribuição	103	153	118
Minérios Nacional S.A	219	200	155
Lusosider Aços Planos S.A.	43	0	0
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	0	0	0
Total	**11.900**	**13.435**	**11.567**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

c. Índice de Rotatividade

Empresas	*Turnover* (Média)		
	2020	2019	2018
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):			
Filiais Sul	0,57%	4,77%	0,23%
Filiais Minas Gerais	0,93%	2,06%	0,98%
Filiais São Paulo	1,34%	1,21%	1,84%
Filiais Rio de Janeiro	0,58%	0,59%	0,65%
Filiais Nordeste	2,42%	1,10%	1,02%
Estanho de Rondônia S.A.	1,40%	1,59%	1,34%
CSN Mineração S.A.	1,20%	1,06%	1,01%
Companhia Metalic Nordeste	0,00%	0,00%	0,00%
Sepetiba Tecon S.A.	1.50%	1,25%	1,12%
Transnordestina Logística S.A.	0,30%	1,64%	0,00%
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	0.50%	0,50%	1,15%
Nacional Minérios S.A.	0,00%	0,00%	0,00%
Companhia Metalúrgica Prada			
Unidade de Embalagens	2,17%	1,19%	2,61%
Unidade de Distribuição	1,09%	1,27%	1,53%

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Minérios Nacional S.A	2,40%	4,29%	2,66%
Lusosider Aços Planos S.A.	0,40%	0,40%	0,38%
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	0,09%	0,00%	0,34%
CSN Mining GmbH	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Mining GmbH	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Steel Holdings 1	1,00%	0,00%	0,00%
CSN Mining Portugal	0,00%	0,25%	0,00%
CSN Mining Holding	0,00%	0,50%	0,00%
CSN Steel, S.L.U.	0,40%	0,25%	1,43%
CSN Productos Siderúrgicos	1,00%	0,00%	0,00%
CSN Resources S.A.	0,00%	0,00%	0,00%
Stahlwerk Thüringen	0,11%	0,00%	0,38%
CSN Mining Asia	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**0,70%**	**0,70%**	**0,55%**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Nos anos de 2015 e 2016, houve um processo de fusão de parte das Filiais de Minas Gerais (Casa de Pedra), Filiais Rio de Janeiro (Itaguaí) e da empresa Nacional Minérios S.A., resultando na absorção de parte dos colaboradores destas unidades pela empresa CSN Mineração e na criação da empresa Minérios Nacional.

Em Dez/2016, a empresa Metalic deixou de pertencer ao grupo CSN, sendo vendida para o Grupo Can-Pack e a empresa Namisa Europe, Unipessoal Lda foi liquidada

A empresa Namisa Ásia mudou de denominação social em setembro 2016 para CSN Mining Ásia.

A partir de 2016 estamos reportando informações da empresa SWT.

Em 2017 a Namisa Internacional Minerios, SLU mudou sua nomenclatura para CSN Mining Holding, mantendo os mesmos colaboradores.

Em Julho/17 surge uma nova empresa CSN Mining Portugal composta por 5 colaboradores, sendo que 4 provêm de CSN Mining GmbH que foi liquidada e 1 da CSN Europe que também foi liquidada. Além disso, a CSN Ibéria, Lda também foi liquidada em julho/2017

Em 06/02/18 o órgão registral mercantil espanhol reconhece a fusão por absorção das empresas CSN Americas, CSN Minerals, CSN Metals e CSN Export Europe pela CSN Steel, data a partir da qual as empresas foram consideradas legalmente extintas, contudo perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a fusão retroage à data de 28/12/17.

Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, empresa localizada nos Estados Unidos, teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Nacional, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC’, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúgica Nacional, LLC (“LLC”), passou a ser subsidiária integral da CSN Steel S.L.U. Em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc., sendo que as atividades comerciais de importação e distribuição no mercado norte-americano foram mantidas por meio da LLC. a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrever as políticas de remuneração dos colaboradores da Companhia, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia e suas controladas têm como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre os colaboradores) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), buscando compatibilizar a remuneração oferecida com a responsabilidade exercida pelo cargo, de forma a atrair, reter e motivar seus colaboradores.

Os colaboradores fazem jus à remuneração fixa e variável.

A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, férias e décimo terceiro salário, conforme previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, com o objetivo de garantir a compatibilização da função exercida com a remuneração paga.

A remuneração variável oferece oportunidade de ganho de remuneração adicional além do salário nominal do colaborador em decorrência dos resultados das metas de empresa, negócio, bem como de sua meta individual ou coletiva e avaliação de competências. Esta remuneração variável é paga anualmente com o objetivo de garantir a compatibilização da função exercida com a remuneração paga.

A remuneração variável da Transnordestina Logística S.A. e da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. é aplicável somente aos executivos (Gerência, Alta gerência e Diretores).

A Companhia e suas controladas efetuam reajustes salariais de acordo com a data-base dos acordos ou convenções coletivas aplicáveis. Além disso, concedem aumentos salariais em decorrência de enquadramentos, bem como de méritos e promoções de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos colaboradores.

b. política de benefícios

Os benefícios concedidos pela Companhia e por suas controladas estão em linha com a prática de mercado, sendo eles:

Automóvel: aplicável somente ao Diretor Presidente da Companhia, que tem à sua disposição dois veículos blindados.

Auxílio Creche: oferecido na forma da lei, acordo coletivo e/ou convenções coletivas aos colaboradores da Companhia e de suas controladas, com exceção das filiais que não apresentam número mínimo de mulheres para a aplicabilidade do benefício.

Bonificação de Férias: aplica-se o percentual de 36,67% do salário nominal. Esse benefício não é oferecido às filiais da CSN localizadas no Paraná e no Nordeste (Jaboatão dos Guararapes e Camaçari), bem como às controladas Companhia Metalúrgica Prada ("Prada" - Unidades de Distribuição e Embalagens), Sepetiba Tecon S.A. ("Tecon"), Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL")

Cesta e Brinquedos de Natal: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores.

Check Up Anual: oferecido somente aos executivos da Companhia e de suas controladas.

Kit Escolar: oferecido pela Companhia e suas controladas, na forma da lei, dos acordos coletivos ou das convenções coletivas.

Helicóptero: oferecido somente ao Diretor Presidente da Companhia.

Plano de Saúde: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores. A Companhia mantém ainda plano de saúde pós-emprego para um grupo de aposentados existentes na época da privatização, conforme determinado no edital de privatização.

Plano Odontológico: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da Estanho de Rondônia S.A.

Previdência Complementar: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção das empresas: TLSA, FTL, Tecon e Prada e Estanho de Rondônia S.A.

Seguro de Vida: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Vale Alimentação: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da Estanho de Rondônia S.A. e da Companhia Metalúrgica Prada - Unidade de Embalagens– Unidades, Luziânia, Uberlândia e Prada Matriz onde é oferecida a cesta básica.

Vale Refeição ou Refeitório: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da TLSA e FTL.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos colaboradores não-administradores, identificando:

Não há.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos

A Companhia e suas controladas mantêm um bom relacionamento com seus colaboradores e com os sindicatos das categorias presentes em cada região. A negociação tem sido o método utilizado para solução de impasses, sempre pautada na busca pelo atendimento aos interesses mútuos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
7.409.500	0,534	0	0,000	7.409.500	0,534
OUTROS					
654.886.051	47,198	0	0,000	654.886.051	47,198
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.					
06.990.482/0001-50		Não	Sim	26/03/2021	
45.706.242	3,294	0	0,000	45.706.242	3,294
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.387.524.047	100,000	0	0,000	1.387.524.047	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VICUNHA AÇOS S.A.		

04.213.131/0001-08	Não	Sim	08/08/2018		
679.522.254	48,974	0	0,000	679.522.254	48,974

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**

Detalhamento de ações

Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.				**06.990.482/0001-50**	

ESPÓLIO DE DOROTHÉA STEINBRUCH

		Não	Sim		
50.001	0,007	0	0,000	50.001	0,007

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A

60.078.060/0001-59		Não	Sim	19/08/2014	
753.021.799	99,993	0	0,000	753.021.799	99,993

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL

753.071.800	100,000	0	0,000	753.071.800	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VICUNHA AÇOS S.A.				**04.213.131/0001-08**	
OUTROS					
0	0,000	110.521.137	100,000	110.521.137	32,073
TOTAL					
234.073.661	100,000	110.521.137	100,000	344.594.798	100,000
VICUNHA STEEL S.A.					
04.169.992/0001-36		Não	Sim	30/06/2015	
234.073.661	100,000	0	0,000	234.073.661	67,927

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
Benjamin Steinbruch					
618.266.778-87		Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Elisabeth Steinbruch Schwarz					
006.990.838-93	Brasileira	Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
ESPÓLIO DE DOROTHÉA STEINBRUCH					
		Não	Sim		
702.191.372	50,005	0	0,000	702.191.372	50,005
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
702.046.223	49,989	0	0,000	702.046.223	49,989

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
Ricardo Steinbruch					
030.626.328-95	Brasileiro	Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
1.404.240.595	100,000	0	0,000	1.404.240.595	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VICUNHA STEEL S.A.				**04.169.992/0001-36**	
OUTROS					
92.509.520	40,000	0	0,000	92.509.520	40,000
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A					
60.078.060/0001-59		Não	Sim	30/06/2015	
138.764.278	60,000	0	0,000	138.764.278	60,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
231.273.798	100,000	0	0,000	231.273.798	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
Benjamin Steinbruch					
618.266.778-87	Brasileiro	Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Elisabeth Steinbruch Schwarz					
006.990.838-93	Brasileira	Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
ESPÓLIO DE DOROTHÉA STEINBRUCH					
		Não	Sim		
702.191.372	50,005	0	0,000	702.191.372	50,005
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
702.046.223	49,989	0	0,000	702.046.223	49,989

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
Ricardo Steinbruch					
030.626.328-95	Brasileiro	Não	Sim		
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
1.404.240.595	100,000	0	0,000	1.404.240.595	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	73.158
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.782
Quantidade investidores institucionais	1.782

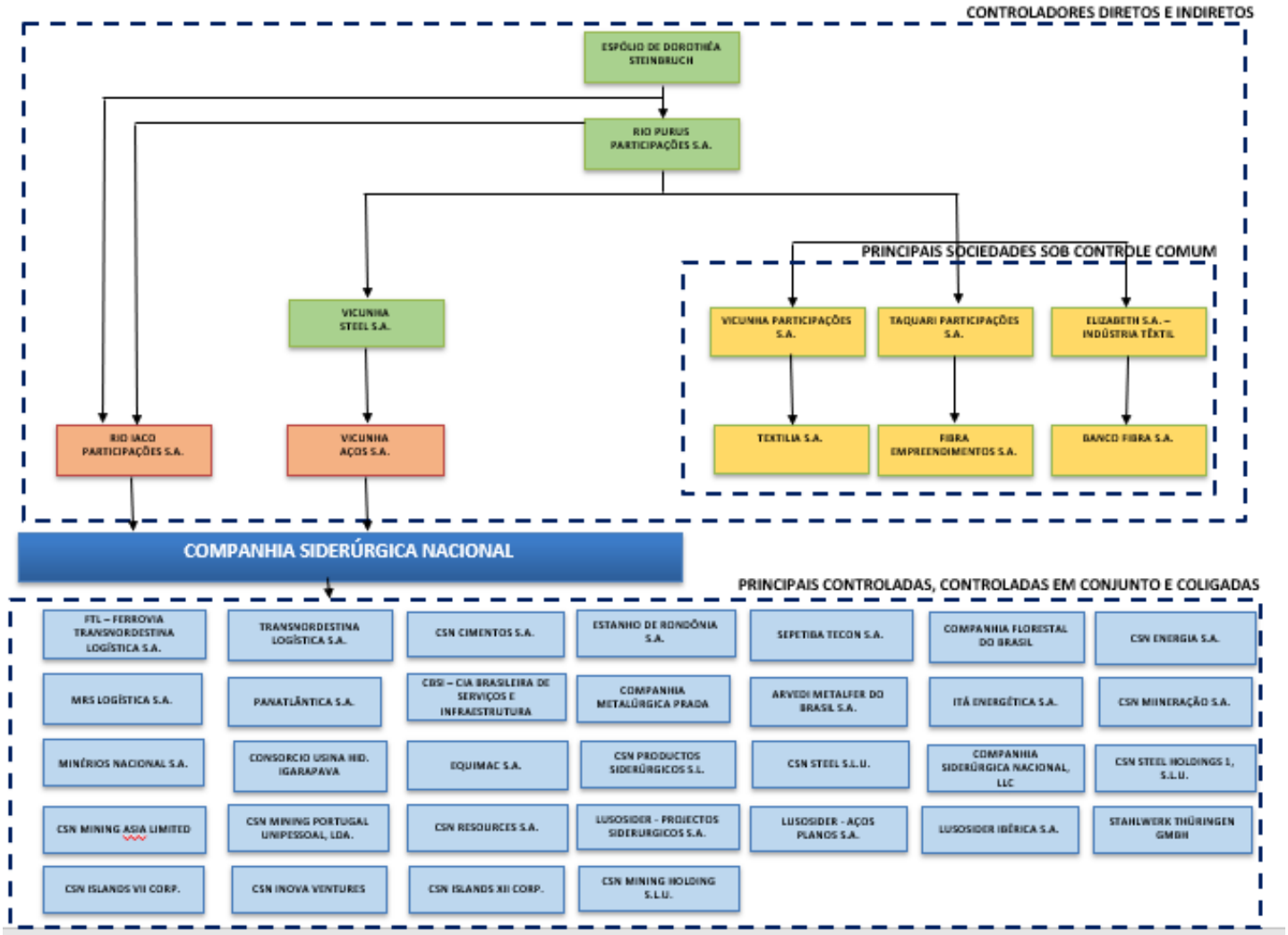
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	642.398.790	4,630%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	642.398.790	4,630%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: (i) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (ii) principais controladas e coligadas do emissor; (iii) participações do emissor em sociedades do grupo; (iv) participações de sociedades do grupo no emissor; (v) principais sociedades sob controle comum.



Além das participações descritas acima, a Companhia possui uma participação minoritária na Usiminas, que, em 07 de maio de 2021, após venda de 56.000.000 de ações preferenciais, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data, passou a ser de 15,12% ações ordinárias e 10,07% ações preferenciais.

Em 09 de abril de 2014, o CADE expediu decisão sobre a participação acionária da Companhia na Usiminas e um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) foi celebrado entre o CADE e a CSN. De acordo com a decisão do CADE e com o TCD, a Companhia deverá reduzir sua participação na Usiminas dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos da Companhia na Usiminas deveriam permanecer suspensos até que fosse atingido o limite de participação estabelecido no TCD. Em 20 de março de 2019 a Companhia e o CADE celebraram um aditivo ao TCD, estabelecendo um novo prazo para redução da participação detida pela CSN na Usiminas. O novo prazo e o percentual de redução continuam confidenciais.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

Evento:	Alienação da Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (atualmente denominada Heartland Steel, LLC)
Principais Condições do Negócio:	Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, empresa localizada nos Estados Unidos, com atuação na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Nacional, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a nova Companhia Siderúgica Nacional, LLC (“LLC”), passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, SLU, subsidiária integral da Companhia. Em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc., indústria siderúrgica estadunidense. O valor total recebido pela Companhia foi de US$400.000.000,00, o qual convertido à cotação da época resulta em aproximadamente R$1.500.000.000,00, pago à vista em moeda corrente nacional. Tal montante foi posteriormente ajustado, conforme previsto no contrato firmando entre as partes, tendo a Companhia recebido, em 24 e 25 de setembro de 2018, um valor complementar de aproximadamente US$91.390.000,00 (noventa e um milhões trezentos e noventa mil dólares), o qual convertido à cotação da época resulta em aproximadamente R$371.955.000,00 (trezentos e setenta e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil reais).
Sociedades envolvidas:	Companhia, Companhia Siderúrgica Nacional, LLC ((atualmente denominada Heartland Steel, LLC), CSN Steel, SLU e Steel Dynamics, Inc.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Não houve.
Quadro societário antes e depois:	Como parte da operação, foi constituída uma nova COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC, a qual absorveu parte dos ativos não adquiridos pela Steel Dynamics, e a qual permanece como controlada da CSN Steel, SLU. A Companhia deixou de deter qualquer participação societária na antiga COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC (atualmente denominada Heartland Steel, LLC).
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Evento:	Oferta Pública Inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da CSN Mineração S.A.
Principais Condições do Negócio:	À luz de planos de desenvolvimento de negócios e das condições de mercado, a Companhia, em 17 de fevereiro de 2021, participou da Oferta Pública Inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da CSN Mineração S.A., controlada da Companhia, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Lei n.º 6.385/1976, conforme alterada, da Instrução da CVM n.º 400/2003, do Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários e demais disposições legais aplicáveis. A Oferta, inicialmente, compreendeu: (i) a distribuição primária de 161.189.078 novas ações e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, 372.749.743 ações de titularidade, sendo 327.593.584 ações de titularidade da CSN, 37.591.014 ações de titularidade da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. e 7.565.145 ações de titularidade da POSCO. Adicionalmente, em 22 de março de 2021, a Companhia recebeu comunicação da XP Investimentos Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., que figurou na operação como agente estabilizador, informando que a quantidade de ações inicialmente ofertada foi acrescida de um lote suplementar, no montante de 50.211.323 ações de titularidade da Companhia. Neste sentido, o resultado final da Oferta compreendeu (i) a distribuição primária de 161.189.078 novas ações; e (ii) a distribuição secundária de 422.961.066 ações, sendo 377.804.907 ações de titularidade da CSN, 37.591.014 ações de titularidade da Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda. e 7.565.145 ações de titularidade da POSCO, ofertadas a um preço por ação de R$8,50, totalizando um volume de R$4.965.276.224,00.
Sociedades envolvidas:	Companhia, CSN Mineração S.A., Japão Brasil Minério de Ferro Participações Ltda e POSCO.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Com o resultado da Oferta, a participação acionária da Companhia na CSN Mineração S.A. passou de 87,52% para 78,24%.
Quadro societário antes e depois:	Com a oferta pública primária e secundária da CSN Mineração S.A., além da Companhia reduzir sua participação acionária na controlada, outros acionistas, com percentuais menores de participação, passaram a integrar o quadro acionário da empresa.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Observância das regras previstas na Lei das Sociedades Anônimas e demais Instruções Normativas da CVM.

Evento:	*Dropdown* dos ativos relativos ao segmento de cimentos da Companhia para a CSN Cimentos S.A.
Principais Condições do Negócio:	Em 31 de janeiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da CSN Cimentos S.A., a Companhia, na figura de controladora da CSN Cimentos S.A., aumentou o capital social da controlada no valor de R$

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

	2.956.094.491,53, mediante a emissão de 2.956.094.491 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas na mesma data pela Companhia. Com o referido aumento, a Companhia transferiu o acervo líquido formado por determinados ativos, passivos, bens, direitos e obrigações relativos ao segmento de cimentos para a CSN Cimentos S.A.
Sociedades envolvidas:	Companhia e CSN Cimentos S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Não aplicável. Mesmo após a operação, a Companhia continuou a deter 99,99% de participação acionária na CSN Cimentos S.A.
Quadro societário antes e depois:	Não houve mudança no quadro societário após a operação.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações Complementares ao Item 15.1/2

Com relação ao Espólio de Dorothéa Steinbruch, titular de participação controladora indireta na Companhia, a Companhia informa que, na data deste Formulário de Referência, o referido espólio é administrado pela inventariante, Sra. Elisabeth Steinbruch Schwarz. Nos termos dos artigos 618 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (Código de Processo Civil), o inventariante é responsável por, dentre outras obrigações legais (i) representar o espólio ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (ii) ministrar o espólio, velando-lhe os bens com a mesma diligência que teria se seus fossem; e, ouvido os interessados e com prévia autorização judicial (iii) transigir e alienar bens de qualquer espécie de titularidade do espólio.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16 – Transações com Partes Relacionadas

16.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A despeito da Companhia não adotar uma política de transações com partes relacionadas formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, a realização de transações dessa natureza respeitará o disposto no Código de Ética, na regulamentação específica da CVM, na Lei das Sociedades Anônimas, bem como na regulamentação contábil do CPC05, que determinam, entre outras regras, a vedação ao acionista ou ao administrador, conforme o caso, de: (i) realizar qualquer ato de liberalidade à custa da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembleia; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores.

Além disso, apesar do estatuto social da Companhia não possuir previsão expressa a respeito das transações com partes relacionadas, o mesmo estabelece todas as matérias que são de competência exclusiva do Conselho de Administração, bem como aquelas que podem ser delegadas à Diretoria Executiva, incluindo transações com partes relacionadas, e a deliberação dessas matérias respeitará o disposto no Código de Ética, na regulamentação específica da CVM, na Lei das Sociedades Anônimas, bem como na regulamentação contábil do CPC05.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a prática de determinados atos, incluindo aqueles celebrados com parte relacionada. Os atos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

As políticas financeiras e operacionais da Companhia estabelecem regras a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, baseando-se nos principais parâmetros utilizados pelo mercado. Em tais regras, estão abrangidas a contratação, contabilização e tramitação de documentos relativos a mútuos, contas-correntes e adiantamentos para futuros aumentos de capital, com todas as empresas nas quais a Companhia detém participação, situadas no Brasil e no Exterior, definindo o fluxo da operação desde o seu planejamento até a remessa de numerários e seus respectivos registros, controles e aprovações.

Adicionalmente, a Companhia estabelece um controle interno orientado para detectar, prevenir e combater potenciais conflitos de interesses, garantindo que as transações entre partes relacionadas sejam completamente registradas, devidamente classificadas e contabilizadas.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	07/03/2019	81.460.241,00	86.466.878		15/02/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,40% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	23/10/2019	9.271.996,00	9.276.987		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	29/03/2019	23.883.135,00	23.883.135		15.04.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/07/2018	1.574.546,00	1.756.318		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	30/07/2018	2.547.810,00	2.841.030		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/08/2018	952.881,00	1.061.527		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/08/2018	1.737.606,00	1.932.636		15/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos/ 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/08/2018	2.922.847,00	3.248.832		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 17/08/2020						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	17/08/2018	1.870.092,00	2.076.009		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/08/2018	1.482.825,00	1.641.897		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN STEEL HOLDING 1, SLU	14/04/2019	47.910.038,00	47.935.822		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	26/12/2017	509.562,00	596.371	N/A	27/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra	06/02/2018	95.719.048,00	95.719.048		06.03.2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 98% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra		1.689.785,00	1.689.785	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Conta Corrente						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Conta Corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN STEEL HOLDING 1, SLU	29/03/2019	22.652.500,00	22.664.691		15.04.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	23/10/2017	6.980.998,00	8.272.611		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CIA EMBALAGENS METÁLICAS MMSA		16.534,00	16.534		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cia Florestal do Brasil		1.103.423,00	1.103.423		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cia Florestal do Brasil		18.466.240,00	18.466.240		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		6.568,00	6.568		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		113.774,00	113.774		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento ao fornecedor						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		7.913.001,00	7.913.001		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	23/04/2019	5.037.529,00	5.299.580		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Estanho de Rondônia S.A.	25/07/2019	3.261.196,00	3.360.216		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	23/09/2019	1.430.296,00	1.455.428		23/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	29/10/2019	1.936.335,00	1.956.509		29/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	29/11/2019	3.261.196,00	3.277.171		29/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	28/02/2019	4.092.215,00	4.353.581		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		121.336.190,00	121.336.190		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Debentures						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Debentures						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		5.249.964,00	5.249.964		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento ao fornecedor						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		82.622,00	82.622		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		22.496.978,00	22.496.978		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões e despesas com logistica						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Comissões e despesas com logistica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (3)		357.246.804,00	357.246.804		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Energia S.A.		3.213.560,00	3.213.560		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Energia S.A.		13,00	13		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Energia S.A.		83.865.482,00	83.865.482		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	27/12/2017	3.118.519,00	3.383.712	N/A	27/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	21/08/2015	65.216.726,00	65.216.726		30/03/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Partifib Projetos Imobiliários		109.096,00	109.096	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Islands XII Corp (6)	18/08/2015	32.245.600,00	32.245.600		30/03/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/11/2013	98.763.888,00	149.643.448	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	19/08/2015	403.070.000,00	403.070.000		30/09/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	21/08/2015	10.572.751,00	10.572.751		30/03/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	21/08/2015	65.216.726,00	65.216.726		30/03/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	25/08/2015	332.532.750,00	332.532.750		30/03/2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	29/03/2019	4.963.133,00	5.248.117		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/04/2019	6.743.650,00	7.114.914		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/05/2019	3.381.453,00	3.526.751		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	28/06/2019	4.674.721,00	4.846.035		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	30/07/2019	6.598.827,00	6.792.662		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	26/08/2015	403.070.000,00	403.070.000		31/12/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/04/2013	149.735.829,00	265.491.831	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/12/2017	3.183.743,00	3.723.565	N/A	27/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)		1.483,00	1.483	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Comissões						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	17/11/2017	173.251,00	203.406	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (1)	27/11/2017	594.149,00	696.031	N/A	26/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	29/11/2017	2.176.101,00	2.547.397	N/A	29/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	01/11/2017	611.474,00	720.508	N/A	01/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	09/11/2017	1.222.949,00	1.438.402	N/A	11/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	07/12/2017	2.955.459,00	3.473.248	N/A	09/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	14/12/2017	5.291.291,00	6.207.633	N/A	16/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fundação CSN		274.124,00	274.124	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundos Exclusivos (9)		8.301.394,00	8.301.394	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Fundos Exclusivos (9)		84.170.911,00	84.170.911	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Investimentos						
Objeto contrato	Investimentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Investimentos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra		2.437,00	2.437		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	Contas a Pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Panatlântica		128.573.483,00	128.573.483	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	12/08/2019	1.019.124,00	1.046.221		10/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	20/08/2019	3.312.153,00	3.394.190		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	30/08/2019	5.859.962,00	5.990.915		30/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/09/2019	4.382.233,00	4.472.220		09/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/09/2019	4.076.495,00	4.150.375		20/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	27/09/2019	5.359.572,00	5.447.830		27/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/10/2019	3.872.671,00	3.927.909		11/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBSI Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura		24.650.983,00	24.650.983	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
MRS Logística S.A		8,00	8	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Take or pay pelos volumes anuais contratados						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Arverdi Metalfer do Brasil S.A		29.018.495,00	29.018.495	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/12/2017	1.350.339,00	1.586.369	N/A	09/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBS Previdência		19.788.613,00	19.788.613	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Passivo Atuarial						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Passivo Atuarial						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	19/12/2017	3.442.600,00	4.034.625	N/A	19/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/05/2014	31.582.729,00	46.129.106	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBS Previdência		79.546,00	79.546	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	Passivo Atuarial						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Arverdi Metalfer do Brasil S.A	12/04/2013	1.281.191,00	3.155.388	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 100,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/09/2017	2.979.576,00	3.293.105	N/A	30/09/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	30/10/2017	2.610.204,00	2.861.644	N/A	30/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	25/10/2017	1.606.580,00	1.763.272	N/A	25/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	02/10/2017	2.945.822,00	3.253.273	N/A	02/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/11/2017	2.588.575,00	2.826.912	N/A	18/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/07/2014	1.791.492,00	3.233.982	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint VentureControlada Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/07/2014	3.289.449,00	5.896.007	N/A	18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	18/10/2019	4.280.320,00	4.333.136		18/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	29/10/2019	5.625.564,00	5.684.173		29/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	08/11/2019	4.076.495,00	4.110.641		08/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/11/2019	7.133.867,00	7.182.978		19/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	28/11/2019	5.997.544,00	6.028.410		29/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/10/2017	3.472.031,00	4.110.182	N/A	15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/12/2019	4.076.495,00	4.090.403		09/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/12/2019	2.547.810,00	2.551.774		20/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	27/12/2019	3.057.372,00	3.058.730		27/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		18.571,00	18.571		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Lusosider Aços Planos, S.A.		11.836.314,00	11.836.314		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Minérios Nacional S.A.	29/10/2019	27.506.655,00	27.506.655		29/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 100% CDI						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.	28/06/2019	4.076.495,00	4.225.886		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	28/09/2017	2.979.576,00	3.542.788		30/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/10/2017	2.945.822,00	3.499.827		01/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	16/10/2017	3.472.031,00	4.110.182		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	25/10/2017	1.606.580,00	1.896.567		26/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	30/10/2017	2.610.204,00	3.077.875		29/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	16/11/2017	2.588.575,00	3.040.198		18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	28/12/2017	3.183.743,00	3.723.565		27/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/02/2018	899.886,00	1.043.462		03/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	02/02/2018						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/01/2019	5.061.988,00	5.456.416		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	10/01/2019	1.238.235,00	1.332.158		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	15/01/2019	3.218.393,00	3.459.191		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	21/01/2019	1.041.545,00	1.118.040		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/01/2019	5.152.690,00	5.520.517		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	08/02/2019	1.602.063,00	1.712.038		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/02/2019	2.445.897,00	2.610.455		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/02/2019	1.301.421,00	1.387.647		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/02/2019	2.651.920,00	2.823.102		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/02/2019	1.911.876,00	2.034.637		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/03/2019	2.812.782,00	2.989.560		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	11/03/2019	1.724.358,00	1.831.558		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	15/03/2019	4.488.221,00	4.762.671		15/01/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	20/03/2019	1.184.225,00	1.255.031		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	28/03/2019	4.807.207,00	5.084.864		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	01/04/2019	4.743.002,00	5.013.741		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	08/04/2019	2.639.868,00	2.786.095		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	12/04/2019	3.397.759,00	3.581.379		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	18/04/2019	2.447.936,00	2.576.925		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/04/2019	4.894.852,00	5.142.893		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/05/2019	2.985.014,00	3.131.262		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/05/2019	3.561.838,00	3.730.373		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	20/05/2019	2.799.533,00	2.928.248		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/05/2019	2.822.973,00	2.946.159		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/06/2019	4.220.192,00	4.394.492		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/06/2019	4.560.579,00	4.742.863		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/06/2019	2.890.235,00	3.001.911		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/06/2019	4.968.229,00	5.151.947		17/06/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	01/07/2019	4.743.002,00	4.915.245		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	05/07/2019	1.340.148,00	1.387.039		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	12/07/2019	3.172.533,00	3.278.288		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/07/2019	3.888.977,00	4.012.190		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/07/2019	1.193.234,00	1.228.677		15/09/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Usiminas S/A		184.801,00	184.801		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contas a receber						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	11/06/2014	100.727.193,00	102.309.631		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,35% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Fibra		14.921,00	14.921		06/02/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 8,13%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ações Usiminas		2.030.449.010,00	2.030.449.010		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Investimentos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Investimentos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		0,00			N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		586.312.582,00	586.312.582		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Arverdi Metalfer do Brasil S.A	12/04/2013	1.281.191,00	3.155.388		18/11/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 100,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	13/06/2005	775.099.579,00	781.845.743		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Fibra	06/03/2019	0,00			06/02/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 8,13%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	29/06/2006	822.579.966,00	829.739.380		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	24/09/2007	753.808.414,00	758.579.944		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	07/01/2008	86.259.040,00	87.009.805		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Fibra		14.921,00	14.921		06/02/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 8,13%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	28/11/2008	59.247.259,00	59.762.924		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	01/12/2009	347.855.100,00	377.346.324		01/06/2047	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fixed Rate Notes						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 9,13%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	06/01/2011	401.933.479,00	405.431.751		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Fibra	23/12/2019	25.000.000,00	25.037.744		23/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 3,50%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CBSI Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura		6.887.409,00	6.887.409		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		342.727.320,00	342.727.320		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Comissões						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	05/07/2019	80.614.000,00	80.614.000		09.02.2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	06/12/2019	14.107.450,00	14.107.450		06.12.2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	11/07/2019	100.767.500,00	100.767.500		09.02.2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	525.468.796,00	525.468.796		15/01/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento /6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	12/07/2019	50.901.314,00	50.901.314		09.02.2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	27/06/2014	100.752.721,00	101.922.370		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,46% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	22/07/2014	10.931.923,00	11.089.373		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,51% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	25/07/2014	50.968.202,00	51.784.345		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento /7,49% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	15/07/2019	167.652.500,00	167.652.500		09.02.2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	17/05/2019	241.842.000,00	241.842.000		15.05.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	26/12/2018	434.928.000,00	435.162.076		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	26/12/2018	376.031.500,00	376.233.878		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	26/12/2018	114.994.905,00	115.056.794		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Islands XI Corp (5)	17/05/2019	214.561.517,00	214.561.517		16.05.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	06/09/2016	662.431,00	900.636		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	12/09/2016	1.019.124,00	1.383.154		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	26/09/2016	1.324.861,00	1.787.569		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	21/03/2017	1.511.445,00	1.511.445		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	18/05/2019	241.842.000,00	241.842.000		09.02.2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	21/08/2015	25.867.453,00	25.867.453		19/09/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	23/09/2019	40.307.000,00	40.307.000		23.09.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Islands XI Corp (5)	24/05/2019	87.962.710,00	87.962.710		23.05.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	25/04/2019	403.070.000,00	403.070.000		25.04.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	25/06/2019	40.307.000,00	40.307.000		25.06.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	31/05/2019	77.764.148,00	77.764.148		31.05.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	07/01/2019	17.653.229,00	171.653.229		15.01.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	26/05/2017	2.015.676,00	2.499.646		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	14/06/2018	2.038.248,00	2.296.183		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	10/10/2018	2.343.985,00	2.571.491		15/10/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Estanho de Rondônia S.A.		0,00			N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		562.885,00	562.885		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		795.946,00	795.946		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		3.756.183,00	3.756.183		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		0,00			N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação CSN		1.829.408,00	1.829.408		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fundos Exclusivos (9)		0,00			N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Derivativos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Derivativos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Lusosider Aços Planos, S.A.		399.477,00	399.477		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Lusosider Aços Planos, S.A.		880,00	880		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Comissões						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Minérios Nacional S.A.		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Minérios Nacional S.A.		3,00	3	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MRS Logística S.A.		22.282.804,00	22.282.804		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S/A		102.569.630,00	102.569.630		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Panatlântica		112.132,00	112.132		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.		102.569.630,00	102.569.630		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.		12.711,00	12.711		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sepetiba Tecon S/A		12.295.462,00	12.295.462		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contas a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.		428.671.855,00	428.671.855		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/01/2018	3.964.392,00	4.633.391		02/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	27/08/2015	201.535.000,00	201.535.000		31/12/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		346.741,00	346.741		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A. (2)		405.954.873,00	405.954.873		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento ao fornecedor						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/01/2018	952.881,00	1.111.769		09/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	12/01/2018	2.462.203,00	2.869.803		13/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	18/01/2018	2.659.913,00	3.095.983		20/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/01/2018	2.852.528,00	3.072.841		27/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Productos Sider. S.L.	14/04/2019	143.730.113,00	143.807.467		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/02/2018	2.497.873,00	2.887.634		17/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/02/2018	2.020.923,00	2.332.391		17/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos/ 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Usiminas S/A	31/12/2020	3.269.075,00	3269075	3.269.075		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aplic. Investimentos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	13/02/2020	2.242,00	2.307	2.307	14/02/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	10/03/2020	3.261,00	3.345	3.345	10/03/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Estanho de Rondônia S.A.	22/04/2020	2.700,00	2.754	2.754	22/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	02/07/2020	3.400,00	3.443	3.443	04/07/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	30/07/2020	1.600,00	1.617	1.617	29/07/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	24/08/2020	1.600,00	1.614	1.614	24/08/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	30/09/2020	600,00	604	604	30/09/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	16/10/2020	2.400,00	2.412	2.412	17/10/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	25/11/2020	600,00	601	601	25/11/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	18/12/2020	400,00	400	400	19/12/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	20/08/2019	3.312,00	3.517	3.517	15/09/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	30/08/2019	5.860,00	6.207	6.207	30/09/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	12/08/2019	1.019,00	1.084	1.084	10/09/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/09/2019	4.076,00	4.300	4.300	20/09/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	27/09/2019	5.360,00	5.645	5.645		SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/09/2019	4.382,00	4.634	4.634	09/09/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/10/2019	3.873,00	4.070	4.070	09/10/2019	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	18/10/2019	4.280,00	4.490	4.490	18/10/2019	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	29/10/2019	5.626,00	5.890	5.890	29/10/2019	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/11/2019	7.134,00	7.442	7.442	19/11/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	08/11/2020	4.076,00	4.259	4.259	08/11/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	28/11/2019	5.998,00	6.246	6.246	29/11/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/12/2019	4.076,00	4.238	4.238	09/12/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	19/12/2019	2.548,00	2.644	2.644	20/12/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	27/12/2019	3.057,00	3.169	3.169	27/12/2021	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	09/01/2020	3.057,00	3.164	3.164	10/01/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17/01/2020	3.669,00	3.791	3.791	17/01/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	27/02/2020	1.130,00	1.161	1.161	28/02/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	13/03/2020	3.165,00	3.244	3.244	14/03/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	13/05/2020	187,00	190	190	13/05/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		10.860,00	10.860	10.860		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Fundação CSN		1.829,00	1.829		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Alugueis						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Fundos Exclusivos (9)		74.550,00	74.550		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	FUNDOS						
Objeto contrato	Aplic. Investimentos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Itá Energética S.A.		2.355,00	2.355		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture e Joint Operation						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Minérios Nacional S.A. (“MISA”)		4.993,00	4.993		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
MRS Logística S.A.		19.049,00	19.049		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture e Joint Operation						
Objeto contrato	Dividendos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Partifib Projetos Imobiliários		16,00	16	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras partes relacionadas						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.		102.570,00	102.570	N/A		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	09/01/2020	7.399,00	7.656	7.656	10/01/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	17/01/2020	6.586,00	6.806	6.806	17/01/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	24/01/2020	805,00	831	831	24/01/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	30/01/2020	14.547,00	15.003	15.003	31/01/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A.	14/02/2020	5.898,00	6.068	6.068	14/02/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	27/02/2020	3.165,00	3.252	3.252	28/02/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	02/03/2020	24.491,00	25.150	25.150	02/03/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	13/03/2020	19.198,00	19.678	19.678	14/03/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	01/04/2020	4.821,00	4.930	4.930	01/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	03/04/2020	846,00	865	865	03/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	09/04/2020	7.000,00	7.149	7.149	11/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	15/04/2020	2.792,00	2.850	2.850	15/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A.	17/04/2020	2.286,00	2.333	2.333	17/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.	28/04/2020	1.796,00	1.830	1.830	28/04/2022	SIM	130,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.		664.020,00	664.020	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture e Joint Operation						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Productos Sider. S.L.	31/12/2019	67.957.500,00	67.994.074		15.04.2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	29/06/2006	305.470.394,00	308.129.089		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	28/11/2008	60.275.860,00	60.800.477		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	91.020.259,00	92.298.737		12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	72.799.902,00	72.799.902		12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	127.460.971,00	129.251.298		12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	91.020.259,00	92.298.737		12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	91.020.259,00	92.298.737		12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/06/2014	100.752.721,00	101.922.370		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,46% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CBSI – Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura		48.935,00	48.935	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CIA EMBALAGENS METÁLICAS MMSA		204,00	204	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		377,00	377		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Contas a Pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
COMPANHIA BRASILEIRA DE LATAS		5,00	5		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Energia S.A.		85.260,00	85.260	N/A	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)		841.280,00	1.039.340	1.039.340	28/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	30/01/2020	425.230,00	519.670	519.670	30/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	27/02/2020	310.513,00	363.769	363.769	25/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	09/03/2020	473.790,00	519.670	519.670	25/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	19/03/2020	154.332,00	155.901	155.901	25/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	28/04/2020	111.366,00	103.934	103.934	25/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	02/06/2020	105.202,00	103.934	103.934	25/01/2028	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas						
Objeto contrato	Empréstimo Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	29/01/2020	14.323,00	14.323	14.323	13/02/2021	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	Pré-Pagamento						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,63% a.a.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	28/12/2020	369.529,00	369.734	369.734	12/04/2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	Pré-Pagamento						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	28/12/2020	610.583,00	610.922	610.922		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	Pré-Pagamento						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Steel	28/12/2020	974.563,00	983.361	983.361	15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	Pré-Pagamento						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,89% a.a						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/03/2018	3.793.179,00	4.367.641		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/03/2018	4.651.281,00	5.346.826		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	20/03/2018	1.723.338,00	1.978.417		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/03/2018	3.055.333,00	3.501.883		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/03/2018	1.762.065,00	2.018.308	2.018.308	16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/04/2018	3.475.212,00	3.979.312		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/04/2018	867.274,00	991.492		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/04/2018	2.484.624,00	2.836.863		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/04/2018	1.668.306,00	1.902.385		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/04/2018	2.725.137,00	3.101.548		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	03/05/2018	1.325.880,00	1.507.572		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/05/2018	3.161.322,00	3.586.503		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	18/05/2018	1.230.083,00	1.393.739		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/05/2018	1.930.221,00	2.182.141		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	01/06/2018	1.194.413,00	1.349.438		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/06/2018	3.572.029,00	4.030.494		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	11/06/2018	764.343,00	861.894		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/06/2018	4.764.404,00	5.367.327		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/06/2018	1.185.241,00	1.333.951		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/06/2018	4.267.072,00	4.794.786		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/06/2018	6.488.762,00	7.284.250		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/07/2018	3.151.131,00	3.536.313		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	06/07/2018	2.695.583,00	3.021.216		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/07/2018	2.761.826,00	3.090.520		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/07/2018	2.744.501,00	3.067.210		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/06/2014	40.292.221,00	40.759.978		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,46% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	25/07/2014	50.968.202,00	51.784.345		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,49% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	25/08/2014	62.742.566,00	63.625.471		17/05/2027	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,56% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	15/02/2019	164.423.542,00	175.205.159		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,40% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	07/03/2019	139.205.466,00	147.732.574		15/02/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,40% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	07/03/2019	80.614.000,00	85.568.626		15/02/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,40% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social:

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses
Uma das medidas adotadas pela Companhia para tratar de conflito de interesses foi estabelecer em seu Estatuto Social competência exclusiva ao Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a realização de operações, transações, contratos ou acordos, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, incluindo aqueles celebrados com partes relacionadas. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração. Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador da Companhia, este deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo a decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Todos os administradores, membros do Conselho Fiscal e colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar os seus interesses. Especificamente sobre as transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tomou as seguintes medidas para tratar de conflito de interesses: Operações Mercantis (contratos de fornecimento, contas a receber, adiantamento de cliente, etc.): as transações foram realizadas entre partes relacionadas respeitando os mesmos termos e condições usualmente negociados pela Companhia com terceiros, inclusive no que se refere ao preço e aos prazos para pagamento. Os saldos indicados (contas a receber) são pontualmente liquidados conforme as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Operações Financeiras (empréstimos, pré-pagamento, etc.): os contratos financeiros celebrados entre a Companhia e partes relacionadas estão sujeitos a taxas de juros praticadas no mercado. Os saldos são regularmente atualizados pelos encargos contratados e acrescidos de variação cambial, quando aplicável.
b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado
As principais informações relacionadas às operações com partes relacionadas são submetidas aos auditores independentes e divulgadas aos acionistas e ao mercado em geral, em notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, conforme regras aplicáveis. Essas informações divulgadas devem discriminar (i) as partes e sua relação com a Companhia; (ii) o montante das transações; (iii) o montante dos saldos existentes; (iv) seus termos e condições, incluindo se possuem garantia; (v) a natureza do montante a ser pago; (vi) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes e (viii) despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas. Este procedimento adotado pela Companhia demonstra que as transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e são precedidas por avaliações adequadas de suas condições, sempre observando o estrito interesse da Companhia em sua realização.
a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses
Uma das medidas adotadas pela Companhia para tratar de conflito de interesses foi estabelecer em seu Estatuto Social competência exclusiva ao Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a realização de operações, transações, contratos ou acordos, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, incluindo aqueles celebrados com partes relacionadas. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração. Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador da Companhia, este deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo a decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Todos os administradores, membros do

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Conselho Fiscal e colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar os seus interesses.

Especificamente sobre as transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tomou as seguintes medidas para tratar de conflito de interesses:

Operações Mercantis (contratos de fornecimento, contas a receber, adiantamento de cliente, etc.): as transações foram realizadas entre partes relacionadas respeitando os mesmos termos e condições usualmente negociados pela Companhia com terceiros, inclusive no que se refere ao preço e aos prazos para pagamento. Os saldos indicados (contas a receber) são pontualmente liquidados conforme as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio.

Operações Financeiras (empréstimos, pré-pagamento, etc.): os contratos financeiros celebrados entre a Companhia e partes relacionadas estão sujeitos a taxas de juros praticadas no mercado. Os saldos são regularmente atualizados pelos encargos contratados e acrescidos de variação cambial, quando aplicável.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As principais informações relacionadas às operações com partes relacionadas são submetidas aos auditores independentes e divulgadas aos acionistas e ao mercado em geral, em notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, conforme regras aplicáveis.

Essas informações divulgadas devem discriminar (i) as partes e sua relação com a Companhia; (ii) o montante das transações; (iii) o montante dos saldos existentes; (iv) seus termos e condições, incluindo se possuem garantia; (v) a natureza do montante a ser pago; (vi) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes e (viii) despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

Este procedimento adotado pela Companhia demonstra que as transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e são precedidas por avaliações adequadas de suas condições, sempre observando o estrito interesse da Companhia em sua realização.

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Uma das medidas adotadas pela Companhia para tratar de conflito de interesses foi estabelecer em seu Estatuto Social competência exclusiva ao Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a realização de operações, transações, contratos ou acordos, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, incluindo aqueles celebrados com partes relacionadas. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador da Companhia, este deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo a decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Todos os administradores, membros do Conselho Fiscal e colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar os seus interesses.

Especificamente sobre as transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tomou as seguintes medidas para tratar de conflito de interesses:

Operações Mercantis (contratos de fornecimento, contas a receber, adiantamento de cliente, etc.): as transações foram realizadas entre partes relacionadas respeitando os mesmos termos e condições usualmente negociados pela Companhia com terceiros, inclusive no que se refere ao preço e aos prazos para pagamento. Os saldos indicados (contas a receber) são pontualmente liquidados conforme as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Operações Financeiras (empréstimos, pré-pagamento, etc.): os contratos financeiros celebrados entre a Companhia e partes relacionadas estão sujeitos a taxas de juros praticadas no mercado. Os saldos são regularmente atualizados pelos encargos contratados e acrescidos de variação cambial, quando aplicável.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As principais informações relacionadas às operações com partes relacionadas são submetidas aos auditores independentes e divulgadas aos acionistas e ao mercado em geral, em notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, conforme regras aplicáveis.

Essas informações divulgadas devem discriminar (i) as partes e sua relação com a Companhia; (ii) o montante das transações; (iii) o montante dos saldos existentes; (iv) seus termos e condições, incluindo se possuem garantia; (v) a natureza do montante a ser pago; (vi) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes e (viii) despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

Este procedimento adotado pela Companhia demonstra que as transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e são precedidas por avaliações adequadas de suas condições, sempre observando o estrito interesse da Companhia em sua realização.

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Uma das medidas adotadas pela Companhia para tratar de conflito de interesses foi estabelecer em seu Estatuto Social competência exclusiva ao Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a realização de operações, transações, contratos ou acordos, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, incluindo aqueles celebrados com partes relacionadas. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador da Companhia, este deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo a decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Todos os administradores, membros do Conselho Fiscal e colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar os seus interesses.

Especificamente sobre as transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tomou as seguintes medidas para tratar de conflito de interesses:

Operações Mercantis (contratos de fornecimento, contas a receber, adiantamento de cliente, etc.): as transações foram realizadas entre partes relacionadas respeitando os mesmos termos e condições usualmente negociados pela Companhia com terceiros, inclusive no que se refere ao preço e aos prazos para pagamento. Os saldos indicados (contas a receber) são pontualmente liquidados conforme as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio.

Operações Financeiras (empréstimos, pré-pagamento, etc.): os contratos financeiros celebrados entre a Companhia e partes relacionadas estão sujeitos a taxas de juros praticadas no mercado. Os saldos são regularmente atualizados pelos encargos contratados e acrescidos de variação cambial, quando aplicável.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As principais informações relacionadas às operações com partes relacionadas são submetidas aos auditores independentes e divulgadas aos acionistas e ao mercado em geral, em notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, conforme regras aplicáveis.

Essas informações divulgadas devem discriminar (i) as partes e sua relação com a Companhia; (ii) o montante das transações; (iii) o montante dos saldos existentes; (iv) seus termos e condições, incluindo se possuem garantia; (v) a natureza do montante a ser pago; (vi) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; (vii) provisão para

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes e (viii) despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

Este procedimento adotado pela Companhia demonstra que as transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e são precedidas por avaliações adequadas de suas condições, sempre observando o estrito interesse da Companhia em sua realização.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
22/02/2021	6.040.000.000,00	Não aplicável	1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
22/02/2021	6.040.000.000,00		1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
22/02/2021	6.040.000.000,00		1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
25/03/2010	0,00	Não Aplicável	2.400.000.000	0	2.400.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
22/02/2021	Conselho de Administração	22/02/2021	1,500,000,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 – Outras informações relevantes:

Em Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorreu em 22/02/2021, os membros do Conselho de Administração aprovou o aumento de capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no motante de R$ 1.500.000.000,00, mediante a capitalização de parte da reserva estatutária já constituída, sem modificação do número de ações, passando o capital social de R$ 4.450.000.000,00 para R$ 6.040.000.000,00. O Conselho Fiscal opinou, por unanimidade, favoravelmente ao referido aumento de capital em Reunião Ordinária do Conselhi Fiscal que ocorreu em 22/02/2021..

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404/76, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativas às ações detidas na proporção de suas participações no capital social. De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas deverão receber os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após pagamento de todas as obrigações. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em AGE poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76. O valor de reembolso das ações é o quociente da divisão do valor patrimonial da Companhia, pelo número total das ações emitidas, excluídas as ações em tesouraria.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: Não há possibilidade de resgate de ações, exceto aquelas previstas na Lei nº 6.404/76, não havendo fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei nº 6.404/76, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76; (iv) ter preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei nº 6.404/76; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei nº 6.404/76.
Outras características relevantes	Não há

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há quaisquer exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.835.366.300	15,68	5,80	R$ por Unidade	11,73
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.094.320.500	12,45	6,25	R$ por Unidade	9,01
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.391.452.200	16,78	10,59	R$ por Unidade	13,82
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.255.775.700	32,55	16,54	R$ por Unidade	22,85

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.515.490.000	15,20	8,59	R$ por Unidade	11,06
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.705.970.000	17,82	12,95	R$ por Unidade	15,37
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.752.026.000	17,23	13,07	R$ por Unidade	14,88
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.403.349.000	14,51	11,27	R$ por Unidade	12,88

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.260.130.868	11,33	8,10	R$ por Unidade	9,89
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.117.020.501	9,80	7,35	R$ por Unidade	8,65
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.703.474.425	10,04	7,53	R$ por Unidade	8,77
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.423.618.824	10,32	8,32	R$ por Unidade	9,28

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	26/12/2018
Data de vencimento	26/12/2023
Quantidade	1.950.000
Valor total	1.950.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.689.994.812,26
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Sim, nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	a) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado 26 de dezembro de 2023 b) juros 126,80% CDI a.a. c) garantia e, se real, descrição do bem objeto Sim. Alienação fiduciária de ações, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e outras avenças celebrado em 23/01/2019. Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em 24/01/2019. d) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável. e) eventuais restrições impostas à Companhia em relação: - à distribuição de dividendos: Não há - à alienação de determinados ativos: Sim, nos termos da Escritura de Emissão. - à contratação de novas dívidas: Não há - à emissão de novos valores mobiliários: Sim, nos termos previstos no artigo 9º, da Instrução CVM nº 476/2009. - à realização de operações societárias envolvendo a Companhia, seus controladores ou controladas: Sim, nos termos da Escritura de Emissão
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de quaisquer valores previstos, vencimento, inclusão de novas hipóteses de resgate antecipado e/ou amortização extraordinária, quórum; garantias e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	28/03/2014
Data de vencimento	28/03/2021

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	40.000
Valor total	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	58.313.073,22
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir do 37º mês a contar da data de emissão. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	09/01/2015
Data de vencimento	09/01/2022
Quantidade	10.000
Valor total	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	20.000.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: Resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir do 37º mês a contar da data de emissão. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	a) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado 09 de janeiro de 2022 b) juros 113,70% CDI a.a. c) garantia e, se real, descrição do bem objeto Não há d) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Quirografário e) eventuais restrições impostas à Companhia em relação: - à distribuição de dividendos: Não há - à alienação de determinados ativos: Não há - à contratação de novas dívidas: Não há - à emissão de novos valores mobiliários: Sim, nos termos previstos no artigo 9º, da Instrução CVM nº 476/2009. - à realização de operações societárias envolvendo a Companhia, seus controladores ou controladas: Sim, nos termos da Escritura de Emissão
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures da CSN
Data de emissão	10/11/2021
Data de vencimento	10/11/2028
Quantidade	1.500.000
Valor total	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contados da Data de Emissão, ou seja, 10 de novembro de 2024. O valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0.45% (quarenta e cinco centésimos por cento)

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	ii. juros CDI + 1,65% a.a.; iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto - N/A; iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado - Quirografário; v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos - Sim, nos termos da Escritura de Emissão; • à alienação de determinados ativos - Não há; • à contratação de novas dívidas - Sim, nos termos da Escritura de Emissão; • à emissão de novos valores mobiliários - Sim, nos termos previstos no artigo 9º, da Instrução CVM nº 476/2009; • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas - Sim, nos termos da Escritura de Emissão; vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato - Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com principais termos previstos na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de quaisquer valores previstos, vencimento, inclusão de novas hipóteses de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 85% das Debêntures em Circulação
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Identificação do valor mobiliário	7ª Emisão de Debêntures CSN
Data de emissão	28/03/2014
Quantidade	40.000
Valor total	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	58.313.073,22
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Sim, nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir do 37º mês a contar da data de emissão. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures CSN

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	25/06/2015
Data de vencimento	30/03/2022
Quantidade	10.000
Valor total	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	33.333.200,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir de 1º de maio de 2019. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido dos eventuais encargos devidos e de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	a) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado 30 de março de 2022 b) juros 113,70% CDI a.a. c) garantia e, se real, descrição do bem objeto Não há d) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Quirografário e) eventuais restrições impostas à Companhia em relação: - à distribuição de dividendos: Não há - à alienação de determinados ativos: Não há - à contratação de novas dívidas: Não há - à emissão de novos valores mobiliários: Sim, nos termos previstos no artigo 9º, da Instrução CVM nº 476/2009. - à realização de operações societárias envolvendo a Companhia , seus controladores ou controladas: Sim, nos termos da Escritura de Emissão
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código CSNA3.

As debêntures da 7ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 8ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 9ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 10ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	**Identificação do Valor Mobiliário**	**País**	**Mercado Valor Mobiliário**
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
ADR	ADR	Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)
Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)	14/11/1997	14/11/1997	16.000000%
Sim: Os American Depositary Receipts nível II (“ADRs”) são negociados no mercado à vista (bolsa).		Sim: Proporção: 1:1, ou seja, cada ADR corresponde a uma ação ordinária.	
Sim: JP Morgan		Sim: Banco Bradesco S.A.	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Inova Ventures Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	28/01/2020
Data de vencimento	28/01/2028
Quantidade	1,300,000
Valor nominal global	6,755,710,000.00
Saldo devedor em aberto	6,755,710,000.00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido nas datas de pagamento de juros a partir de 23/09/2015 com notificação de 30 a 60 dias de antecedência à data de liquidação antecipada, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido dos juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Islands XII Perpetual Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	23/09/2010
Quantidade	1,000,000
Valor nominal global	5,196,700,000.00
Saldo devedor em aberto	5,196,700,000.00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido nas datas de pagamento de juros a partir de 23/09/2015 com notificação de 30 a 60 dias de antecedência à data de liquidação antecipada, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido dos juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Características dos valores mobiliários de dívida	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato, para garantia de quaisquer títulos negociados fora do Brasil sem que, ao mesmo tempo ou antes das mesmas, seja garantida esta nota e suas demais obrigações. Os Eurobonds são perpétuos, com juros trimestrais.

Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	13/02/2018
Data de vencimento	13/02/2023
Quantidade	925,000
Valor nominal global	4,806,947,500.00
Saldo devedor em aberto	4,806,947,500.00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias de antecedência da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 13 de fevereiro de 2021, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de resgate (i) do preço de resgate dos títulos e (ii) de todos os juros incorridos sobre o mesmo até a data de 13 de fevereiro de 2021 (excluídos os juros acumulados mais ainda não pagos na data do resgate), mais, em cada caso, quaisquer juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos. Ocorrendo o resgate após 13 de fevereiro de 2021, deverá ser feito o pagamento do preço de resgate dos títulos, acrescido juros incorridos e ainda não pagos até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	17/04/2019
Data de vencimento	17/04/2026
Quantidade	600,000
Valor nominal global	3,118,020,000.00
Saldo devedor em aberto	3,118,020,000.00

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias de antecedência da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 17 de abril de 2022, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias de antecedência da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 17 de abril de 2022, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de resgate (i) do preço de resgate dos títulos e (ii) de todos os juros incorridos sobre o mesmo até a data de 17 de abril de 2022 (excluídos os juros acumulados mais ainda não pagos na data do resgate), mais, em cada caso, quaisquer juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos. Ocorrendo o resgate após 17 de abril de 2022, deverá ser feito o pagamento do preço de resgate dos títulos, acrescido juros incorridos e ainda não pagos até a data do referido resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

A Companhia realizou nos últimos 3 exercícios as seguintes Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de sua emissão:

Em 13 de fevereiro de 2018, houve a captação de recursos no exterior pela CSN Resources S.A., sociedade controlada pela Companhia, via emissão de Euro Bonds no valor de US$350 milhões, com taxa de 7.625% ao ano.

Em 28 de dezembro de 2018, ocorreu a 10ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos.

Em 17 de abril de 2019, foi lançada nova emissão de títulos de dívida no exterior pela CSN Resources S.A., tendo sido captados US$ 1 bi, que também serão foram utilizados na recompra de parte das dívidas, bem como, na gestão ordinária dos recursos da companhia.

Em janeiro de 2020, houve a captação de mais US$ 1 bi, por meio da CSN Islands XI Corp, tendo sido emitidos tírulos de dívida no exterior com vencimento em janeiro de 2028. Os recursos foram utilizados na recompra de parte das 6,50% Senior Unsecured Guaranteed Notes com vencimento em 2020 e em outras destinações. Além disso, em novembro do mesmo ano, a Companhia reabriu essa emissão de bond no valor de US$300 milhões.

Adicionalmente, a CSN recomprou 450.000 debêntures da 10ª Emissão no montante de R$391 milhões, antecipando assim parte dos vencimentos previstos entre 2021 a 2023.

Para mais informações sobre essas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia, vide itens 18.5 e 18.8 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Os recursos líquidos captados foram destinados ao refinanciamento de dívidas, à liquidação total ou parcial de valores mobiliários emitidos pela Companhia e à gestão ordinária dos negócios da companhia;

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes na aplicação dos recursos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes:

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/03/2014	14/03/2014 à 14/04/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		70.205.661	10,000000	2.350.000	9,34	R$ por Unidade	3,350000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5º Avenue – 50º Floor – Nova York.										
15/04/2014	16/04/2014 à 23/05/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		67.855.661	9,670000	9.529.500	8,97	R$ por Unidade	14,040000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5th Avenue – 50th Floor – Nova York.										
23/05/2014	26/05/2014 à 25/06/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		58.326.161	8,310000	31.544.500	9,21	R$ por Unidade	54,080000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5th Avenue – 50th Floor – Nova York										
26/06/2014	26/06/2014 à 17/07/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		26.781.661	3,810000	26.781.661	10,42	R$ por Unidade	100,000000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										
18/07/2014	18/07/2014 à 18/08/2014	1.490.052.050,32	Ordinária		64.205.661	10,000000	240.400	11,40	R$ por Unidade	0,370000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
19/08/2014	19/08/2014 à 25/09/2014	1.373.307.527,97	Ordinária		63.161.055	10,000000	6.791.300	9,82	R$ por Unidade	10,750000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										
29/09/2014	29/09/2014 à 29/12/2014	1.373.307.527,97	Ordinária		56.369.755	8,920000	21.758.600	7,49	R$ por Unidade	38,600000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										
30/12/2014	31/12/2014 à 31/03/2015	724.241.544,53	Ordinária		34.611.155	5,480000	1.841.100	5,10	R$ por Unidade	5,320000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										
31/03/2015	01/04/2015 à 30/06/2015	1.895.492.473,49	Ordinária		32.770.055	5,190000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2020

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	7.409.500	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.409.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	7.409.500	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.409.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	30.391.000	
Quantidade adquirida	0	9,29
Quantidade alienada	22.981.500	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.409.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não há informações relevantes..

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**15/12/2016**
Órgão responsável pela aprovação	Política aprovada pelo Conselho da Admin
Cargo e/ou função	As normas e procedimentos para a negociação de Valores Mobiliários previstas na Política de Negociação devem ser observadas pela Companhia e por: (i) Administradores; (ii) Acionista Controlador; (iii) membros do Conselho Fiscal e dos demais Órgãos Técnicos e Consultivos; (iii) Consultores, Colaboradores e Executivos com Acesso a Informação Relevante; e, ainda, (iv) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, nas Controladas e Coligadas, tenha acesso a Informação Relevante.

Principais características

A Política de Negociação da Companhia estabelece as regras para negociação de Valores Mobiliários, determinando as normas de conduta e os procedimentos a serem observados pela Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoas Ligadas quando da negociação de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, de forma a afastar a presunção de uso inadequado de Informação Relevante e demonstrar ao Público Investidor que a Companhia está atenta à lisura e transparência de operações envolvendo seus Valores Mobiliários.
Esta Política define os períodos nos quais a Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoas Ligadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, direta ou indiretamente.
A Política de Negociação define os períodos nos quais a Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoa Ligadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, direta ou indiretamente e tem como princípios fundamentais os valores da boa-fé, lealdade, veracidade e transparência, de forma que as operações e a situação econômico-financeira da Companhia são refletidas no mercado de forma fiel. Assim, as informações relevantes são divulgadas pela Companhia sempre que necessário, de forma clara, precisa e nos momentos oportunos, assegurando a igualdade e a transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em prejuízo dos outros, evitando, assim, o uso indevido de Informações Privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, dos mercados de Valores Mobiliários e da própria Companhia.

Locais onde a política pode ser consultada:
A Política de Negociação pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri), bem como no website da CVM.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a negociação de Valores Mobiliários: a) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante por parte da Companhia, Pessoas Vinculadas, Pessoas Ligadas e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em seu acionista controlador, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante, até que a CSN divulgue tal informação ao mercado; b) ao acionista controlador, direto ou indireto, bem como aos administradores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; c) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; d) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas após a divulgação de ato ou fato relevante caso a negociação possa, a juízo da CSN, interferir nas condições dos negócios com ações da CSN, de maneira a resultar prejuízo à própria CSN ou a seus acionistas. Sempre que a CSN decidir pela manutenção da vedação de negociação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará tal decisão por meio de comunicação por escrito a essas pessoas; e) aos ex-administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação de informação relevante originada durante seu período de gestão, estendendo-se esta vedação até o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento, ou até a divulgação, pela CSN, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da CSN, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da CSN ou dela própria, prevalecendo sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar entre as alternativas acima referidas; e f) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM. Durante os períodos previstos acima a Companhia não poderá, em nenhuma hipótese, proceder com negociações com as próprias ações. Além dos períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358/2002, o Diretor de Relações com Investidores (“DRI”) poderá, a seu exclusivo critério, fixar períodos em que as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com os Valores Mobiliários, por meio de comunicação interna via e-mail.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

20.2 Outras informações relevantes:

Os Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer Órgãos Técnicos e Consultivos ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, por seu Acionista Controlador ou por Controladas que sejam companhias abertas. Essa comunicação também deverá abranger as negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de seu Acionista Controlador ou de suas Controladas, desde que estas sejam companhias abertas.

Na comunicação também devem ser indicados os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de seu Acionista Controlador ou de suas Controladas, desde que estas sejam companhias abertas de propriedade do seu cônjuge, de seu companheiro(a), de qualquer dependente incluído na sua declaração de imposto sobre a renda e de sociedades por eles controladas direta ou indiretamente.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima nos seguintes momentos: (a) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização de cada negócio; e (b) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O DRI é o responsável pela transmissão à CVM das informações referidas acima, bem como das informações relativas às negociações realizadas pela própria Companhia, suas Controladas ou Coligadas, no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem alterações das posições detidas, ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas acima citadas.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21 – Política de Divulgação de Informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva, a Companhia adota os procedimentos previstos na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada ("Política de Divulgação").

A divulgação do Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar a disponibilidade, em tempo hábil, das informações necessárias às decisões de investimento. Para isso, a Companhia deve sempre apresentar os fatos de modo claro, preciso, e em momentos oportunos, assegurando a igualdade e a transparência e evitando, portanto, o uso indevido de informações privilegiadas e o prejuízo do público investidor.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores ("DRI") centralizar as informações sobre Ato ou Fato Relevante e zelar pela ampla e imediata disseminação simultânea das informações relevantes em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação. Nesse sentido, as áreas da Companhia têm o dever de fornecer espontânea e prontamente, informações completas ao DRI que, em conjunto com a diretoria jurídica e as diretorias envolvidas em operações que originaram a potencial divulgação, julgará se trata de Ato ou Fato Relevante, Comunicado ao Mercado ou se não é o caso de ser tornado público.

Caso as Pessoas Vinculadas tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante e constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação, somente se eximirão de responsabilidade se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o DRI deverá verificar internamente se teria ou não ocorrido algum tipo de vazamento de informação, em especial junto às pessoas com acesso a Informações Relevantes, e agirá imediatamente de forma a corrigir quaisquer desvios eventualmente detectados em relação às determinações da Política de Divulgação.

Em caso de vazamento de Informações Relevantes, o DRI deverá ser prontamente informado, para que possa avaliar a extensão e gravidade do fato e providenciar a divulgação ao mercado que entender cabível em tais circunstâncias, evitando que perdure situação de assimetria de informações.

Caso se pretenda veicular, por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, em reunião de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, informação relevante ainda não divulgada, o DRI deverá ser avisado antes de tal veiculação, por quem tenha conhecimento da informação e seus detalhes, para que possa providenciar prévia ou simultaneamente sua divulgação ao mercado.

A divulgação deverá ocorrer simultaneamente na CVM, SEC (*Securities and Exchange Commission*), Bolsa de Valores e ao Público Investidor em geral, imediatamente após sua ocorrência e, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, mas preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Também é de responsabilidade do DRI a prestação de quaisquer esclarecimentos adicionais aos órgãos competentes, quando solicitado, bem como a correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM, a SEC e às Bolsas de Valores.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia se coaduna com as normas legais vigentes, em especial a Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 358/02 e o *Securites Act* de 1934 e disciplina a divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia e Controladas, e se fundamenta nos princípios da transparência, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos do público investidor.

Canal de comunicação utilizado para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia é feita por meio de disponibilização no Portal de Notícias no endereço eletrônico http://publicidadelegal.folha.uol.com.br.

Procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Com relação aos procedimentos para manutenção de sigilo das informações, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante prevê que os acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal, colaboradores e executivos com acesso a informação relevante, qualquer integrante dos demais órgãos técnicos e consultivos, consultores ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo ou função tenha firmado o Termo de Adesão, têm o dever de guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua ampla divulgação ao mercado nos termos desta Política, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. Da mesma forma, terão o dever de observar a regulamentação que versa sobre a disponibilização de Informação Privilegiada, bem como sobre o seu uso na negociação dos Valores Mobiliários.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o DRI a fim de sanar a dúvida.

Adicionalmente, a Companhia:

a) zelará para que somente as pessoas consideradas imprescindíveis nas ações que compreendam informação privilegiada sejam envolvidas, as quais deverão assinar um termo de confidencialidade;

b) evidenciará aos envolvidos sua responsabilidade legal, alertando-os de que as operações, atos ou fatos em desenvolvimento são sigilosos e não devem ser comentados ou discutidos em locais públicos, como em elevadores, restaurantes, eventos, etc., nem com quaisquer pessoas não envolvidas em tais assuntos, inclusive membros da família, parentes e amigos.

c) zelará para que os meios em que as informações se encontram armazenadas, seja em papel ou em mídia magnética, sejam mantidos em segurança, restringindo o acesso somente às pessoas necessárias e autorizadas, que serão orientadas a não transferí-las ou transmiti-las a terceiros de forma não adequadamente protegida; e

d) manterá na sede da Companhia a relação das pessoas que tomaram conhecimento da informação relevante antes da sua divulgação ao mercado.

Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.csn.com.br), bem como no website da CVM

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor Executivo de Relações com Investidores será responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes.